



MULHERES

o legado feminino
no Parlamento
goiano



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA

Diretor de Comunicação Social

André Luiz Furquim

Chefe da Divisão de Comunicação Social

Ana Helena Borges Silva

Chefe da Agência Assembleia de Notícias

Maria Aparecida de Fátima e Silva Mendonça

Chefe da Seção de Televisão e Rádio

Andréia Cristina Palma Borba

Chefe da Seção de Publicidade, Imagem e Identidade Corporativa

Vinícius Martins Vilela

Chefe da Seção de Assessoramento Temático

Herberth Duarte dos Santos

Chefe da Seção de Protocolo e Arquivo

Leda Aparecida Moreira

Reportagens Agência Assembleia de Notícias

Ana Cristina F. Krebs

Jéssica Campos

Fran Rodrigues

Luciana Lima

Samiha Sarhan

Fotografias

Carlos Costa

Denise Xavier

Marcos Kennedy

Maykon Cardoso

Yocihar Maeda (in memoriam)

Reportagens TV Alego

Bruna Mastrella

Gabriella Gouvêa

Luciana Martins

Coordenação de pesquisa

Milena Costa

Assistentes de reportagem

Atalana Menez

Fran Rodrigues

Izabela Carvalho

Marcos Antônio Jesus

Assistentes de produção

Cláudio Pontes

Rosângela Pontes

Cinegrafistas

Sivaldo Ramos, Dione Ferreira, Maico Paranhos e Washington Soares

Edição de imagens

José Medeiros, José Carlos filho e Ivo Pereira

Apoio técnico

Sérgio Alencar

Revisão textual

Amanda Ristov

Redes sociais

Alessandra Sousa

Mirelly Rodrigues

Projeto gráfico

Niame Loiola

Idealização

Victor Hugo Lopes

Coordenação Geral

Luciana Lima

AGRADECIMENTOS

À Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na figura do Presidente Lissauer Vieira; à Diretoria de Comunicação Social; à chefia da Agência Assembleia de Notícias, que sempre apoiou o projeto e incentivou sua construção; à chefia dos demais departamentos envolvidos – Seção de Televisão e Rádio; Seção de Protocolo e Arquivo; Seção de Assessoramento Temático; Seção de Publicidade, Imagem e Identidade Corporativa.
























Uma menção especial deve ser feita às entrevistadas desse primeiro volume, que prontamente se colocaram à disposição para descrever sua própria trajetória pessoal e política. São mulheres cujo compromisso com a vida pública pode ser lembrado com muito orgulho, na certeza de que são inspiração diária para todas nós.

MULHERES NO LEGISLATIVO

Reconhecer o papel da mulher no cenário político, especialmente no Parlamento goiano, significa, acima de tudo, respeitar sua trajetória e a importante contribuição feminina para a consolidação do espaço democrático. Nesse sentido, o projeto “Mulheres no Legislativo”, muito bem desenvolvido por servidoras e servidores da Alego, vem reforçar toda a atuação e a representatividade de cada uma das parlamentares que, além de participarem ativamente da construção da história da Assembleia Legislativa de Goiás, estão construindo um legado de ações que merece ser valorizado em nosso estado. Como presidente deste Poder, expresso o meu sincero reconhecimento a esse valoroso trabalho que, sem dúvida, ficará registrado na memória do Legislativo goiano e servirá de referência para as futuras gerações.

Lissauer Vieira

Presidente da Assembleia
Legislativa do Estado de Goiás

	O PROJETO.....	5
	A IMPORTÂNCIA DO PROJETO.....	6
	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	8
	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	8
	QUEM SÃO ESSAS MULHERES	9
	PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO.....	16
	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: BALANÇO DE PROPOSITURAS 2019.....	26
	QUADRO DE PROPOSITURAS EM TRAMITAÇÃO DA 19ª LEGISLATURA.....	29
	ENTREVISTAS (Por ordem de publicação no Portal da Alego):	
	1º capítulo - ANA BRAGA – 15/04/2019.....	45
	2º capítulo - BETINHA TJ – 29/04/2019.....	69
	3º capítulo - ADRIANA ACCORSI – 23/05/2019.....	74
	4º capítulo - LILA SPADONI – 31/05/2019.....	95
	5º capítulo - DENISE CARVALHO - 07/06/2019.....	110
	6º capítulo - ONAIDE SANTILLO – 19/06/2019.....	151
	7º capítulo - VANDA MELO – 12/07/2019.....	164
	8º capítulo - NELCI SPADONI – 25/07/2019.....	178
	9º capítulo - CLEUZITA DE ASSIS – 08/11/2019.....	195
	10º capítulo - VANUZA VALADARES – 22/11/2019.....	210
	11º capítulo - DARIA ALVES – 10/01/2020.....	229
	12º capítulo - GRACILENE BATISTA – 07/02/2020.....	244
	NOTAS	271
	REFERÊNCIAS.....	312

O projeto “Mulheres no Legislativo” foi criado em março de 2019 por uma iniciativa da Agência Assembleia de Notícias, tendo o seu lançamento ocorrido no dia 12 de abril do mesmo ano. Ele integra um conjunto de comemorações que marcam, tanto no âmbito desta Casa Legislativa quanto ao redor do mundo, o Dia Internacional da Mulher (8 de março). E, com isso, registra também seu justo reconhecimento à luta histórica travada pelos movimentos que clamam, nos quatro cantos do mundo, por mais igualdade e respeito às mulheres na sociedade contemporânea. A partir do trabalho de reconstrução da memória e do legado feminino no Parlamento goiano, o presente programa vem, à sua maneira, fazer coro a esse clamor.

A ideia central do projeto vem sendo desenvolvida por meio de uma série de entrevistas realizadas com cada uma das deputadas que cumpriram (ou cumprem) mandato nesta Casa de Leis. Desde a conquista do sufrágio feminino brasileiro, há quase 90 anos¹, ao todo, apenas 30 mulheres ocuparam cadeiras no Legislativo goiano. O pioneirismo é consagrado a Berenice Artiaga, que faleceu em 2012. Ao assumir, em 1950 (2ª Legislatura), seu mandato como deputada estadual em Goiás, ela marcou a entrada oficial das mulheres na vida política goiana.

Além de Berenice, também já são falecidas Almerinda Arantes (1996) e Conceição Gayer (2006). A perspectiva é de que prestemos, ao longo do projeto, a cada uma delas uma espécie de homenagem póstuma. O restante do material, fruto de entrevistas com as demais 27 deputadas, vem sendo produzido em formato de texto (divulgado no Portal da Alego²) e audiovisual (divulgado pela TV Assembleia³).

No primeiro volume deste e-book do projeto, o leitor irá encontrar um compilação de 12 destas entrevista (todas em formato ping pong), as quais foram realizadas ao longo do ano de 2019⁴. As demais entrevistas continuarão a ser produzidas ao longo do ano de 2021 e deverão ensejar um segundo volume deste livro, com previsão de lançamento para o ano subsequente. O projeto conta com os esforços coletivos da Agência Assembleia de Notícias, da TV Alego, da Seção de Assessoramento Temático, da Seção de Protocolo e Arquivo, da Seção de Publicidade, Imagem e Identidade Corporativa desse Parlamento.

**Acesse aqui as
notas da página**



A IMPORTÂNCIA DO PROJETO

A iniciativa possui relevância tanto política quanto histórica. Além do notável interesse público, levando em consideração as contribuições que deve, necessariamente, gerar para o avanço das discussões e políticas de gênero no estado de Goiás, o projeto cumpre também um igualmente significativo papel institucional. Isto porque se engaja no propósito de preservar o patrimônio edificado na memória e no legado deixado pelas mulheres que ocuparam cadeiras na história deste Parlamento.

Por ser um dos principais lócus das disputas pelo poder e pela criação de políticas públicas que darão sustentação aos governos e à sociedade goiana de forma geral, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) se torna palco central para a discussão e o encaminhamento de diferentes pautas sociais. Nelas estão incluídas as demandas e reivindicações pela igualdade de gênero e por mais dignidade para as mulheres goianas. É também para dar suporte a essas demandas que se institui o presente projeto. Isto porque seu pressuposto principal parte da ideia de que qualquer avanço aqui citado só será plenamente alcançado à medida em que houver uma maior representatividade feminina na política, em geral, e nos parlamentos, em particular.

Sabe-se que hoje as mulheres representam mais da metade da população e também do eleitorado goianos. Porém, um fato nada razoável, quando se coloca tais dados em perspectiva, é o reduzido número de mulheres que, de fato, cumprem seus mandatos atualmente na Alego (nesta 19ª Legislatura, num universo de 41 parlamentares, há apenas duas mulheres). O fato serve de pano de fundo para uma reflexão profunda acerca dessa exclusão social historicamente perpetuada. O dado se torna ainda mais emblemático quando pensamos em termos da democracia representativa, na qual acreditamos hoje viver. Mesmo em períodos mais progressistas, como o que sucedeu o pleito de 2002, as mulheres não lograram ocupar sequer 25% das vagas do Parlamento goiano⁵.

O combate a essa desigualdade e a luta pela paridade de gênero nas Assembleias Legislativas é uma bandeira que vem ensejando ações afirmativas em vários estados brasileiros. Isso é o que nos revela uma série de estudos⁶ sobre o tema divulgada, em março de 2019, pela Seção de Assessoramento Temático dessa Casa de Leis. Goiás, no entanto, aparece como um dos poucos que não

**Acesse aqui as
notas da página**



possuía, até aquele momento, nenhuma iniciativa em andamento diretamente voltada aos fins anunciados. Na tentativa de se reverter, talvez, tal incômoda posição, está em tramitação, desde fevereiro de 2019, um projeto de resolução para alteração do Regimento Interno da Casa, que cria a Procuradoria Especial da Mulher na Alego⁷.

O presente projeto faz coro a tais propósitos e tenta, igualmente, deixar suas contribuições para a causa em tela, por meio da criação de um canal especial de debate, visibilidade e legitimação das lutas travadas e das conquistas alcançadas pelas mulheres no âmbito deste Parlamento. Com isso, deseja-se promover, em última instância, um maior equilíbrio de forças dentro da política goiana, o que envolve, necessariamente, o alcance de condições mais paritárias de acesso, atuação e representação para homens e mulheres dentro desta Casa de Leis.

Reconhece-se, portanto, neste sentido, que garantir uma maior representatividade feminina nos parlamentos, seja um critério indispensável para o equacionamento de graves problemas que ainda afligem esses grupos sociais minoritários, como os assuntos que se inter-relacionam, por exemplo, a questões referentes à desigualdade salarial e à violência contra as mulheres, dentre inúmeros outros. Almeja-se que, ao final, todo o material aqui levantado e divulgado possa servir para inspirar e empoderar outras tantas mulheres goianas a ingressarem nessa luta, à qual se refere, num aspecto mais profundo, à própria constituição de uma sociedade mais justa e igualitária para as presentes e futuras gerações.

Em suma, podemos dizer que essa é uma iniciativa sobre a qual se projetam múltiplas atribuições. Do ponto de vista institucional, trata-se da tentativa de preservar e manter viva a memória histórica da Alego, tendo como recorte, no entanto, a parte que foi especialmente construída com o protagonismo feminino. Para isso, é necessário somar os esforços de várias áreas, sobretudo daquelas relacionadas à pesquisa e à comunicação.

Já do ponto de vista social, o propósito seria então o de produzir conteúdos e materiais consistentes sobre temas que envolvem o debate de gênero no Brasil e em Goiás, no anseio de, com isto, contribuir para o devido aprimoramento de nosso sistema democrático e para uma sociedade mais digna para nós mulheres e para todos, em geral.



**Acesse aqui as
notas da página**

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Um dos grandes objetivos do projeto “Mulheres no Legislativo” é a preservação da memória institucional. Para que o trabalho do Poder Legislativo possa permanecer vivo e presente ao longo da história, faz-se necessário um exercício de resgate, conservação e documentação de seu patrimônio material e imaterial, a partir de projetos como o que aqui se apresenta. Por meio dele, vamos conservar fotos, documentos, objetos e organizar os registros dos fatos, para que os erros e acertos do passado nos ajudem a entender melhor o presente e a planejar de forma mais assertiva as ações futuras.

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Inicialmente, o projeto “Mulheres no Legislativo” foi pensado para ser divulgado somente em formato de reportagens especiais no Portal da Alego e nos canais de TV da Casa. Mas, à medida em que a série de entrevistas foi sendo produzida, uma grande quantidade de informações acabou sendo gerada, visto que cada entrevistada tem agregado aos depoimentos uma riqueza profunda de dados, apresentando relatos que vão desde a vida pessoal, passando pela atuação político-parlamentar, até as impressões mais gerais sobre o cenário político atual.

As bandeiras levantadas, as dificuldades para lidar com um mundo regido pelos auspiciosos domínios do patriarcado (por vezes, diga-se de passagem, ainda um tanto quanto rude e rudimentar), os principais projetos apresentados, as conquistas e vitórias são alguns dos tópicos comentados durante essas longas e enriquecedoras conversas. Os arquivos materiais levantados - fotos pessoais, projetos de lei, documentos de campanha, discursos, artigos, livros e muitos outros - deverão ensejar uma produção a ser permanentemente atualizada, a partir da adoção de estratégias presentes e futuras para a alimentação dos conteúdos em pauta.

Para dar vazão a esta última prerrogativa, poderão ser exploradas produções complementares em transmídia e crossmedia⁸, com vias a ampliar o debate tanto em termos de diversidade de conteúdo produzido, quanto de audiência alcançada. De forma geral, destaca-se que toda a atenção deve estar voltada, neste sentido, para a exploração do potencial educativo e de formação de opinião sobre os temas em discussão.

Acesse aqui as
notas da página





QUEM SÃO ESSAS MULHERES?



Neste primeiro volume do e-book “Mulheres no Legislativo: o legado feminino no Parlamento goiano”, encontram-se publicadas as 12 entrevistas já produzidas e divulgadas, em uma versão inicial, no Portal da Alego. Ana Braga, uma das pioneiras nesta Casa de Leis⁹, e a mais antiga ex-deputada viva de Goiás, é a entrevistada que figura na edição de estreia do programa¹⁰. Além desta, incluem-se igualmente nesta compilação, por ordem de publicação inicial no Portal da Alego, as entrevistas realizadas com Betinha Tejeta, Adriana Accorsi, Lila Spadoni, Denise Carvalho, Onaide Santillo, Vanda Melo, Nelci Spadoni, Cleuzita de Assis, Vanuza Valadares, Daria Alves e Gracilene Batista.

Durante os próximos meses, o leitor deverá acompanhar ainda a trajetória política de Adriete Elias, Carla Santillo, Cilene Guimarães, Eliane Pinheiro, Flávia Moraes, Isaura Lemos, Lamis Cosac, Laudeni Lemes, Lêda Borges, Magda Mofatto, Mara Naves, Rachel Azeredo, Raquel Rodrigues, Rose Cruvinel, Sônia Chaves. As entrevistas com cada uma delas serão publicadas ao longo do ano de 2021 no Portal da Alego.

Segue abaixo uma linha do tempo com o nome de cada uma das deputadas que fizeram história neste Parlamento, por ordem de Legislatura.

PIONEIRAS (2ª A 5ª LEGISLATURAS - 1951 A 1967)

1ª LEGISLATURA (1947-1951) | TOTAL: 0

2ª LEGISLATURA (1951-1955) | Total: 1



BERENICE ARTIAGA
(in memoriam, ★ 2012)

3ª LEGISLATURA (1955-1959) | Total: 2



BERENICE ARTIAGA
(in memoriam, ★ 2012)



ALMERINDA ARANTES
(in memoriam, ★ 1996)

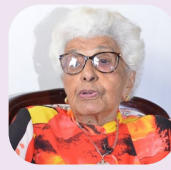
**Acesse aqui as
notas da página**



4ª LEGISLATURA (1959-1963) | Total: 2



ALMERINDA ARANTES
(in memoriam, ★ 1996)



ANA BRAGA

5ª LEGISLATURA (1963-1967) | Total: 1



ALMERINDA ARANTES
(in memoriam, ★ 1996)

AUSÊNCIA

6ª A 10ª LEGISLATURAS (1967-1987) | TOTAL: 0

RETOMADA DEMOCRÁTICA

11ª A 12ª LEGISLATURAS (1987-1995)

**11ª LEGISLATURA (1987-1991)
ASSEMBLEIA CONSTITUINTE | Total: 2**



CONCEIÇÃO GAYER
(in memoriam, ★ 2006)



CLEUZITA ASSIS

12ª LEGISLATURA (1991-1995) | Total: 3



CLEUZITA ASSIS



VANDA MELO



DENISE CARVALHO

ASCENSÃO
13ª A 14ª LEGISLATURAS (1995-2003)

13ª LEGISLATURA (1991-1995) | Total: 6



VANDA MELO



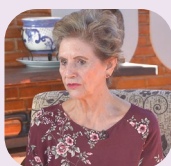
DENISE CARVALHO



ONAIDE SANTILLO



DÁRIA ALVES



NELCI SPADONI



MARA NAVES

14ª LEGISLATURA (1999-2003) | Total: 7



DENISE CARVALHO



ONAIDE SANTILLO



ISAURA LEMOS



LILA SPADONI



LAMIS COSAC



ROSE CRUVINEL



RAQUEL RODRIGUES

APOGEU
15ª LEGISLATURAS (2003-2007)

15ª LEGISLATURA (2003-2007) | Total: 11



ONAIDE SANTILLO



ISAURA LEMOS



LAMIS COSAC



RAQUEL RODRIGUES



MARA NAVES



FLÁVIA MORAIS



RACHEL AZEREDO



MAGDA MOFATTO



CILENE GUIMARÃES



LAUDENI LEMES



CARLA SANTILLO

16ª LEGISLATURA (2007-2011) | Total: 8



ISAURA LEMOS



MARA NAVES



FLÁVIA MORAIS



CILENE GUIMARÃES



LAUDENI LEMES



BETINHA TEJOTA



VANUZA VALADARES



ADRIETE ELIAS

RETRAÇÃO

17ª A 19ª LEGISLATURAS (2011 AOS DIAS ATUAIS)

17ª LEGISLATURA (2011-2015) | Total: 3



ISAURA LEMOS



SÔNIA CHAVES



GRACILENE BATISTA

18ª LEGISLATURA (2015-2019) | Total: 4



ISAURA LEMOS



LÊDA BORGES



DEL. ADRIANA ACCORSI



ELIANE PINHEIRO

19ª LEGISLATURA (2019-2023) | Total: 2



LÊDA BORGES



DEL. ADRIANA ACCORSI



Ofertas de Aninha (Aos moços)

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências do presente.
Aprendi que mais vale lutar
Do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

Cora Coralina



**Acesse aqui as
notas da página**

PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO

Por Ana Cristina Krebs e Luciana Lima

Dinâmica, múltipla, engajada, colaborativa, compassiva, guerreira. Eis algumas das infindáveis qualidades que fazem das mulheres também seres políticos, por natureza. Potência de vida que vai muito além das suas nobres capacidades procriadoras, o feminino que habita cada uma de nós é uma energia tão pulsante e transformadora que transborda por todas as esferas sociais. Não se restringe, portanto, unicamente à reclusão limitante do espaço doméstico.

As mulheres se destacam, agora, como uma importante e imprescindível força motriz que movimenta a criação de novos e mais democráticos horizontes políticos. Horizontes estes que têm se revelado favoráveis não apenas ao universo feminino, estatisticamente majoritário em nosso País¹², mas que capilariza igualmente seus benefícios, de forma integral, por todo o tecido social.

Não obstante, elas ainda encontram muitos desafios, enfrentando, numa sociedade atravessada pelos nefastos e ultrapassados estigmas do patriarcalismo e outros ismos de semelhante natureza, preconceitos e discriminações de diversas ordens. Para superá-los, é preciso, pois, dotar-se de um espírito quase que pedagógico ou até mesmo maternal. E, assim, ensinar, educar os homens para que aprendam a caminhar com elas, juntos, numa fraterna comunhão, que se estende por todas as esferas da coletividade.

Construir essa nova história, pautada pela equidade entre os gêneros, onde todas as vozes e demandas que nela ecoam sejam igualmente ouvidas e respeitadas, é algo que a sociedade brasileira, como um todo, não pode e nem deve abrir mão jamais¹³. Questões de poder, injustamente reiteradas, têm perpetuado e cristalizado padrões e organizações culturais responsáveis por reproduzir, ao longo da história nacional e regional, papéis de gênero equivocadamente naturalizados na forma de famigerados estereótipos.

Dentre os prejuízos sociais acarretados por tal estrutura, resulta, por exemplo, uma consolidada hegemonia no campo da divisão social do trabalho, ainda fortemente vigente, que continua a relegar às mulheres uma condição de subalternidade frente ao universo masculino¹⁴. Posto em perspectiva, isso, não raramente, tem acarretado exclusões e graves violências injustamente perpetradas contra o público feminino residente em nosso país e também em nosso estado¹⁵. São essas opressões, esse cerceamento de liberdades individuais, que nos urge aqui e agora questionar e dizer, sem raiva, ódio ou rancor, mas, sim, com últimas e firmes palavras: basta!

Acesse aqui as
notas da página



Desigualdade salarial no Brasil



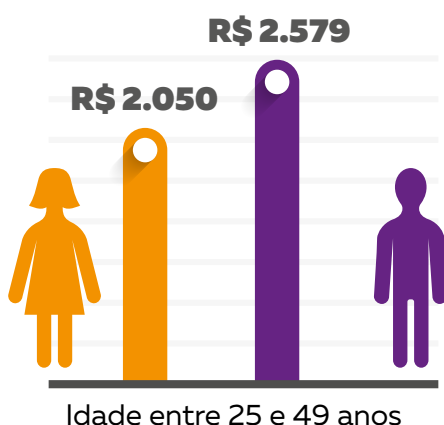
54,7%
da força de
trabalho



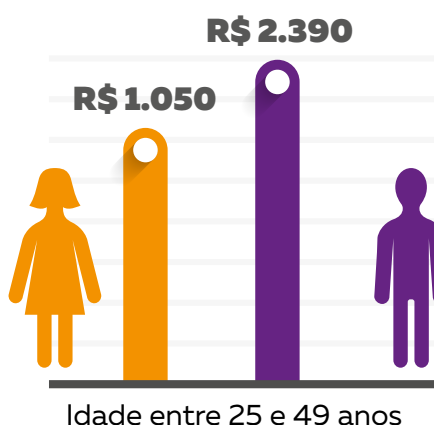
45,3%
da força de
trabalho

no Brasil as mulheres ganham **20,5%**
a menos que o salário pago aos homens

Média salarial no Brasil



Média salarial em Goiás



Atlas da Violência contra as mulheres (2018)



Em 2017
4.936 mulheres assassinadas
maior número em 10 anos

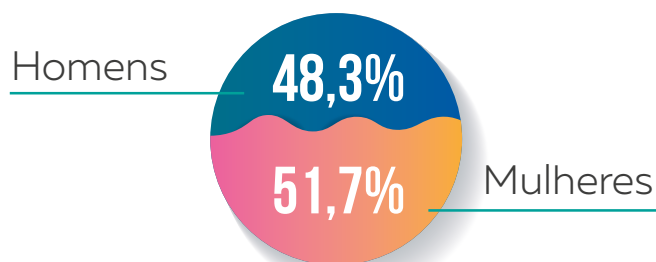
13 vítimas de
feminicídio
por dia

Entre 2007 e 2017 houve um crescimento expressivo de **30,7%** no número de homicídios de mulheres no país. Aumento de **6,3%** em relação ao ano anterior (2016).

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

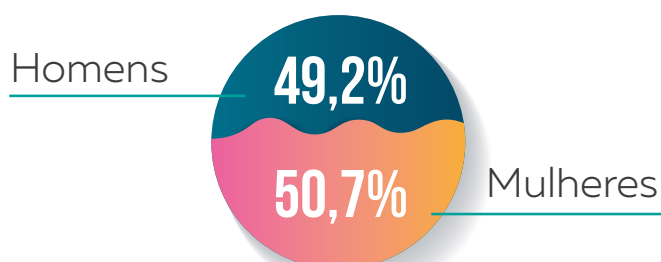
Isto porque é justamente na vida pública e política que tais estereótipos parecem ganhar seu mais notório vigor. A ainda limitada abertura à participação das mulheres, mesmo quando estas são maioria da população e do eleitorado brasileiros¹⁶, pode ser encarada como uma decorrência cabal das tantas injustiças até aqui enunciadas¹⁷.

Porcentagem da população do Brasil por sexo (2018)



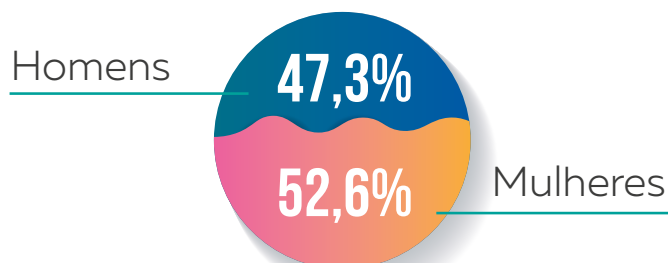
Fonte: IBGE, PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) - 2018

Porcentagem da população de Goiás por sexo (2017)



Fonte: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017

Estatísticas do eleitorado no Brasil por sexo (2018)

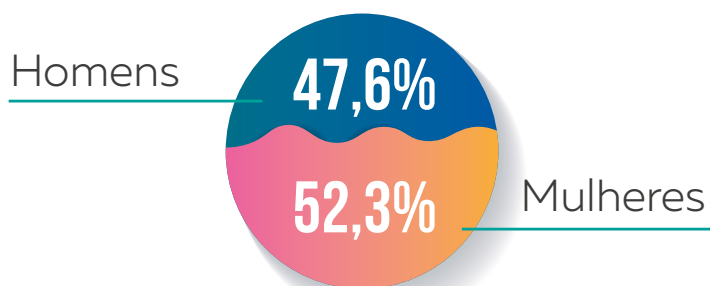


Fonte: IBGE, PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) - 2018

Acesse aqui as notas da página



Estatísticas do eleitorado de Goiás por sexo (2018)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - 2018

REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA: POR INSTÂNCIA DE PODER

Maioria do eleitorado em **52,3%** dos municípios brasileiros (o que corresponde a 2.963 municípios).

Câmaras Municipais: presença feminina só se mostra majoritária em **24 localidades**.

Elas representam apenas **13,5%** do total de vereadores do País, onde contam com 7.816 representantes, que foram eleitas no pleito de 2016.

Executivos municipais: mulheres comandam apenas **11%** das prefeituras brasileiras (o que corresponde 641 municípios, de um total de 5.570).

Em Goiás: elas ocupam apenas **15%** do total de cadeiras existentes nas Câmaras Municipais.

No Legislativo da Capital, a Câmara Municipal de Goiânia, elas são apenas cinco vereadoras e representam **5%** do total de assentos na Casa (35). Obs.: dados atualizados já com o pleito de 2020.

Executivos municipais: Dos 246 municípios goianos, apenas **33** elegeram mulheres prefeitas (**14,2%**). (Obs.: dados atualizados já com o pleito de 2020).

71 municípios do estado em que as mulheres estão ausentes dos Legislativos municipais, donde se inclui Aparecida de Goiânia, na região Metropolitana da Capital. Em outros 80, elas são presença única nas Câmaras Municipais.

CANDIDATURAS (DADOS ATUALIZADOS JÁ COM O PLEITO DE 2020):

Câmaras Municipais:
mulheres disputando apenas
34% das candidaturas.

Prefeituras: mulheres
disputaram **13%** das
candidaturas, em todo o País.

Em Goiás, das **881** candidaturas a prefeito apenas 106 foram de mulheres (**12%**).

No tocante às candidaturas a vice-prefeito, dos 906 candidatos, **177** foram mulheres (**19,54%**).

Para vereador, dos **23.141** candidatos, apenas **8.827** foram candidaturas femininas (**35,12%**).

Em Goiânia apenas três dos **16** candidatos a prefeito foram mulheres. Outros quatro nomes, apareceram entre os candidatos a vice-prefeitos.

Legislativos estaduais: num universo formado por **1.059** deputados estaduais, hoje, **161** são mulheres (15,5%).

EM GOIÁS:

Legislativo estadual (Alego): a representação não chega nem a **5%** e foi, inclusive, reduzida pela metade, em relação à Legislatura anterior, quando passou de quatro para duas deputadas eleitas.

Executivo estadual: até hoje não logrou contar com nenhuma mulher à sua frente. Não obstante isso, nas últimas eleições, que contou com seis concorrentes no total, duas candidatas disputaram o pleito.

Legislativo federal:

No Congresso Nacional, elas ocupam hoje apenas **15 das 81** cadeiras existentes no Senado (18,5%) e 77 das 513 disponíveis na Câmara dos Deputados (15%).

Dos **17** deputados federais eleitos por Goiás, em 2018, apenas duas são mulheres e foram ambas reeleitas. O estado conta atualmente com três senadores, todos homens.

Tal realidade tem se mostrado, em última instância, imensamente prejudicial ao aprimoramento da nossa jovem e ainda bastante instável democracia. Por isso, os esforços dirigidos no sentido de assegurar a justa e legítima representatividade feminina nos diversos estamentos sociais ganham particular relevância nas sociedades contemporâneas.

O projeto “Mulheres no Legislativo” é, pode-se dizer, fruto de todas essas preocupações e surge com o propósito de registrar, sistematizar e divulgar as contribuições deste Parlamento para o equacionamento da questão supracitada. A necessidade de se entender as razões que ainda sustentam as desigualdades aqui relacionadas tem exigido de nossa equipe um profícuo e detido trabalho não apenas de estudo e pesquisa, mas também, e sobretudo, de diálogo. Diálogo que vem sendo, no entanto, travado com cada uma dessas guerreiras, as quais têm, ao longo da história, se esmerado, cada uma a seu modo, para fazer de Goiás um estado menos hostil às mulheres goianas, sejam elas aqui nascidas ou aqui radicadas. E o cenário, diga-se de passagem, não é nada favorável.

No ranking da violência contra as mulheres, publicado no último Atlas da Violência (edição 2019), conquistamos, vergonhosamente, o triste segundo lugar dentre as 27 unidades federativas que compõem o território nacional. Balanço divulgado no final de 2019 notificou a ocorrência de 40 crimes de feminicídio, todos contabilizados ao longo daquele ano pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de Goiás (SSP/GO). Nesse mesmo período, foram registrados, ainda segundo o documento citado, 781 casos de estupro e mais de 15,5 mil denúncias de ameaças. O quadro da violência doméstica no estado inclui também cerca de 10,5 mil de notificações de lesões corporais, além de quase 9,5 mil de atentados à honra (calúnia, difamação, injúria).

É por essas e outras tristes razões que o desafio de se encontrar estratégias que viabilizem o debate e deem visibilidade à causa em tela se faz tão primordial nesses tempos, que ainda seguem sendo bastante sombrios para nós, mulheres. Entendemos que a luta por mais representatividade é também, em última e derradeira instância, a luta por fazer valer, na prática, uma democracia verdadeiramente representativa. Embora numericamente reduzidas, frente à predominância das representações masculinas, até agora dominantes nesse Parlamento, a passagem de cada uma destas 30 mulheres se mostra de grande valia, posto que contribuíram para ampliação da qualidade dos debates e projetos que por aqui tramitaram e ainda tramitam.

Em última instância, o que reivindicamos junto a cada uma delas é o justo direito à liberdade e à emancipação das mulheres de nosso tempo, com todas as aspirações que ainda hoje persistem. Libertar-se, portanto, neste contexto, é ir além. É lutar pelo respeito à diversidade que faz de cada uma de nós, mulheres, seres humanos únicos. Emancipar, por sua vez, é buscar essa liberdade na igualdade de direitos políticos, jurídicos e econômicos.

Ao longo desta trajetória, o movimento feminista, responsável pela defesa dos direitos das mulheres ao redor do mundo, passa por três fases, mais propriamente reconheci-

das como ondas. Todas elas têm exigido e provocado mudanças socioculturais profundas nas diversas comunidades em que incidem. E atingem, hoje, diferentes graus de conquistas, advindas de uma variedade de tempos e espaços, mas que estão sempre a apontar para uma única direção: aquela que passa a ver a mulher como sujeito digno de direitos.

Assim, a primeira onda é marcada, em linhas gerais, pela luta das chamadas sufragistas não apenas pelo direito ao voto, mas também à propriedade. Trata-se de um movimento que ganha força na Europa Ocidental a partir da segunda metade do século XIX e se espalha por praticamente toda a primeira metade do século XX. Já na segunda onda, que se inicia nos EUA a partir dos anos de 1960 e vai até a década de 1980, aproximadamente, ganhando igualmente, desta vez, espaço significativo tanto na porção ocidental quanto na oriental do continente europeu, elas vêm reivindicar, de forma ainda mais profunda, os direitos à sexualidade e à reprodução, ao mercado de trabalho, ao reconhecimento das diferenças e combate às violências de gênero. Mais recentemente, no últimos 30 anos, elas vêm, no entanto, questionando a hegemonia de certos padrões até então aceitos sobre a essência feminina, para incluir na pauta questões especificamente ligadas a diferentes conceitos étnico-culturais, raciais e de classe, que atravessam a vida das mulheres nos quatro cantos do planeta (terceira onda).

Embora cada uma dessas fases tenha origem, mais ou menos, datada na história, o fim de cada uma delas é algo, no entanto, difícil de prever. Até porque, há lugares do globo terrestre que, ainda hoje, não lograram efetivar nem mesmo as conquistas da primeira onda, consideradas já há muito superadas por vários países¹⁸. Em outros, vemos coexistir, hoje, num mesmo tempo e espaço, reivindicações que remetem a cada uma das três ondas citadas, caso em que se pode inserir o próprio Brasil, por exemplo¹⁹. E mesmo naqueles países em que estes foram conquistados, há sempre, pairando no ar, as mais diversas ameaças de retrocessos²⁰.

No século XX, o movimento feminista se espalhou pelo mundo com manifestações, as mais variadas e por vezes mesmo radicais, o que chegou a ser apontado como algo pejorativo por alguns homens e até mesmo algumas mulheres. Mas, julgamentos à parte, o que é digno de nota é o fato de que todas parecem, de forma geral, dirigir suas reivindicações para um único e absolutamente justo clamor. “Diferentes, sim. Desiguais, jamais!”²¹, é o som que ecoa, para todo o sempre, no vigor dessas vozes.

Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, foi uma das principais referências para a construção da história de parte do pensamento que ensejou o movimento feminista do século XX (2ª onda). Para Beauvoir, uma mulher torna-se um ser humano pleno quando

**Acesse aqui as
notas da página**



pode servir à coletividade, a partir do amplo e indiscriminado exercício de atividades públicas. Negar-lhe o justo acesso a quaisquer destes espaços significa negar-lhe a nobre e benfazeja oportunidade de contribuir para a própria formação humana e para o bem estar de seus concidadãos.

Sem excluir as demais reivindicações, que são todas, no caso, aqui convergentes, acreditamos que a reflexão expressa no parágrafo anterior sintetize, a contento, as discussões levantadas ao longo desta publicação, por compreender também a esfera pública (o Poder Legislativo goiano) como um dos nossos lugares de fala²². Todo o processo aqui relatado envolve, obviamente, um trabalho complexo, lento e conflituoso de quebra de paradigmas, de revisão de conceitos e de ascensão a novas formas de agir e pensar. É preciso manter sempre viva a consciência de que ideias e valores enraizados por séculos em uma sociedade, não desaparecem de um momento para o outro.

Que isso não se instaure, no entanto, como um empecilho ou uma barreira à luta. Longe disso! Que a perspectiva de se pensar num novo paradigma para a compreensão de um mundo em que as reivindicações de igualdade na diferença, tão difundidas por clamores feministas (e, portanto, femininos), ao longo dos tempos, possa se legitimar como algo realmente digno de sua devida importância. Que homens e mulheres consigam superar as situações comuns de opressão e se identifiquem cada vez mais como seres humanos participantes de uma mesma e única fraternidade. Com essa esperança, fechamos o breve prefácio da presente publicação, retomando, a tempo, a máxima de Beauvoir: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. A recíproca masculina também nos parece igualmente verdadeira.

Nos capítulos que se seguem, a leitora e o leitor irão se deparar com diferentes facetas do que significa ser mulher na política goiana. Os perfis são tantos e tão distintos que você encontrará entre elas histórias de donas de casa, camponesas, empresárias, educadoras.... Em suma, uma diversidade multicolorida de mulheres, cada uma com as suas respectivas aspirações, feitos, contradições. Mas todas unidas por um único ideal: romper os grilhões que ainda fazem desse vasto Goiás uma sociedade tão desigual do ponto de vista de gênero e de tantos outros. E, assim, ir, pouco a pouco, construindo um mundo verdadeiramente justo para elas e também para eles. Afinal, a sociedade é uma só e tem que ser igualmente digna para todas e todos.



**Acesse aqui as
notas da página**

APRESENTAÇÃO

A baixa participação, ou mesmo ausência, das mulheres na política institucional, tem sido objeto de vários estudos (Pateman, 1993; Philips, 1995; Avelar 2001; Mateo-Diaz, 2005; Pinto e Moritz, 2009; Prá, 2014; Sacchet, 2014, Paiva et al 2018, Matos, 2018). Esses têm demonstrado como o déficit democrático de gênero ainda persiste em muitos países. O Brasil não constitui exceção, ao contrário²³. As explicações para esse fenômeno remontam a fatores históricos, culturais, políticos e institucionais que acabam por reforçar e perpetuar a sociedade patriarcal.

Nesse contexto, as mulheres foram mantidas distantes da esfera pública e dos espaços de poder e de tomada de decisão política. Desde a antiguidade, elas têm sido associadas à esfera doméstica e vistas como seres sociais incapacitados para a vida pública e incompatíveis com a esfera política (Pateman, 1989, 1993). O pensamento político clássico reafirmou essas supostas incompatibilidades do feminino e acabou por legitimar a manutenção das mulheres no espaço privado, associando-as a tudo aquilo que lhe era próprio: a vida familiar doméstica e as atividades referentes ao ato de cuidar (Pateman 1993; Elshtain, 1993; Miguel, 2001; Biroli, 2013).

Essa tradição legou às mulheres barreiras difíceis de transpor, não só por dificultar o seu ingresso na esfera pública, mas, sobretudo, por limitar, em geral, as suas capacidades para assumir funções e ocupar espaços predominantemente identificados com o universo masculino (como o campo da política institucional, por exemplo).

Um dos elementos que explicam esse panorama é a dificuldade em se romper com o chamado teto de cristal: esta barreira histórico-cultural invisível, baseada em atitudes ou em algum viés organizacional, que atrapalha ou impede as minorias²⁴ de alcançarem postos de poder ou relevância (Cotter et 200; Burin, 2007). Um dos principais efeitos dessa barreira é a discriminação de gênero, que se evidencia no fato de as mulheres avançarem de forma mais lenta em suas carreiras, ao longo do tempo, ou permanecerem estagnadas na base da pirâmide institucional e organizacional.

Não obstante esse cenário, ao longo dos anos, muitas mulheres, mundo afora, têm ocupado espaços na política institucional, no mundo do trabalho, na academia

**Acesse aqui as
notas da página**



e em todos os campos da vida social, tomando as rédeas de seus destinos e fazendo escolhas de forma autônoma. Notamos, com isso, que embora os obstáculos persistam, temos conseguido avançar, ainda que, infelizmente, de forma bastante lenta. Quanto a isso, os dados recentes do *Global Gender Gap Report 2020*²⁵ indicam que, no ritmo atual, o ideal da paridade de gênero só será atingido daqui a quase um século!

As atuais políticas de cotas, em suas diferentes modalidades, são alguns dos mecanismos criados para tentar alavancar, de forma um pouco mais célere, essa inserção das mulheres na política. No entanto, paralelamente a isso, impõe, ainda assim, a necessidade de mudanças culturais, sociais e nas relações familiares. Essa conjunção de esforços é o que, ao final, possibilitará o estabelecimento de padrões mais igualitários em termos de gênero.

O projeto “Mulheres no Legislativo” é parte relevante desses esforços anunciados. Ao dar voz às parlamentares que ocupam e ocuparam cadeiras na Alego, ele contribui, assim, de forma muito significativa, para que possamos conhecer as trajetórias, os desafios e o legado deixado pela experiência pessoal e política de cada uma delas na sociedade goiana. Essas entrevistas poderão ainda servir de estímulo para as novas gerações de mulheres que enfrentarão os desafios impressos na trilha aberta pelas entrevistadas.

Parabenizo, por fim, o esforço coletivo de todas as servidoras e todos os servidores desta Casa Legislativa envolvidos com esse nobre trabalho. Que venham novos projetos e novas publicações!

Goiânia, março de 2020.

**Professora Dra. Denise Paiva
Universidade Federal de Goiás**



**Acesse aqui as
notas da página**

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: BALANÇO DE PROPOSITURAS 2019²⁶

O combate à violência contra a mulher é uma pauta que tem chamado cada vez mais a atenção dos legisladores goianos. O balanço anual mais recente feito pela Agência de Notícias da Alego aponta que, no primeiro ano da 19ª Legislatura (2019), o tema havia sido alvo de 38 processos legislativos, três deles devidamente aprovados e sancionados. Do total de matérias apresentadas, 37 são referentes a projetos de lei e uma de resolução. Ao todo, 17 deputados estaduais, dos 41 em exercício, defenderam, no período analisado, propostas que visavam a diminuição dos índices de violência contra a mulher em Goiás. As proposições refletiam, cada uma a seu modo, traços diversos da luta que tenta conter o avanço desta prática que tem se alastrado pelo estado, tirando o sossego e, não raramente, a vida das mulheres.

Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do estado computaram 48 ocorrências de feminicídio, ao longo de 2019. Somente no primeiro semestre daquele ano, a Polícia Militar já havia registrado quase 1,3 mil denúncias diversas de violência contra a mulher. Embora o último relatório anual do órgão tenha apontado uma redução geral nos indicadores de criminalidade em Goiás, os índices de feminicídio, no entanto, permaneceram em alta, com crescimento de 11%, em relação a 2018 (36 casos).

O quadro denota uma tendência que tem se agravado nesta última década. Segundo o mais recente Atlas da Violência, divulgado no mês de agosto do ano citado, Goiás ocuparia o incômodo segundo lugar no ranking nacional dos estados mais violentos para a população feminina.

Na tentativa de aperfeiçoar, cada vez mais, os mecanismos de contenção da onda crescente de crimes dessa natureza, o Governo de Goiás instituiu o Pacto Goiano pelo Fim da Violência contra a Mulher. Lançado em 2018, o documento foi atualizado em 2019 por meio do Decreto no 9.490.

**Acesse aqui as
notas da página**



Conforme apontado, o Legislativo goiano vem se destacando na luta contra a violência de gênero. Dentre os parlamentares, as únicas duas mulheres em atuação na 19ª Legislatura haviam sido, durante o período analisado, justamente as que tinham apresentado mais matérias sobre o assunto. Lêda Borges (PSDB) aparecia em primeiro lugar, com sete proposições. Em seguida, vinha a Delegada Adriana Accorsi (PT), com quatro.

Juntas, elas protocolaram, no período analisado, ainda outras duas matérias sobre o tema, sendo um projeto de lei e outro de resolução. O primeiro, de nº 750/2019, visava tornar obrigatória, em estabelecimentos comerciais e outros espaços de grande circulação de público no estado, a divulgação dos canais de atendimento existentes a mulheres vítimas de violência (Disque 180 e Disque 100). O segundo propunha alteração no Regimento Interno da Casa, tendo como objetivo a criação da Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego)²⁷.

Já dentre os parlamentares homens, os que mais se destacaram nessas discussões foram os deputados tucanos Gustavo Sebba e Diego Sorgatto, juntamente com Jeferson Rodrigues (Republicanos) e Delegado Eduardo Prado (DC), empatados com três projetos cada. Além desses, também apresentaram matérias sobre o tema: Coronel Adailton (Progressistas) e Paulo Trabalho (PSL), com duas propostas, cada. E ainda: Bruno Peixoto (MDB), Alysson Lima (Solidariedade), Karlos Cabral (PDT), Cairo Salim (Pros), Rafael Gouveia (Progressista), Henrique Cesar (PSC), Zé Carapô (DC), Virmondes Cruvinel (Cidadania) e Amilton Filho (Solidariedade), todos com uma proposição, cada.

Do total de matérias em tramitação, apenas três projetos tiveram suas votações encerradas pelo Plenário da Casa e receberam a sanção do governador Ronaldo Caiado (DEM)²⁸. Dos projetos mencionados, um é de autoria do deputado Coronel Adailton e dispõe da divulgação do disque denúncia em edificações de uso privado multifamiliar destinadas à habitação (Lei 20.526). Os outros dois são de autoria do deputado Gustavo Sebba e discorrem, respectivamente, sobre o registro e a divulgação bimestral dos índices de violência contra a mulher no estado de Goiás (Lei 20.523), bem como sobre a instituição da Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra a Mulher, denominado Observatório Estadual da Violência Contra a Mulher (Lei 20.564).

**Acesse aqui as
notas da página**



Outros seis projetos foram apensados a matérias postas anteriormente em tramitação, devido à similaridade dos temas por eles abordados. O destaque entre eles vai para matéria que obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotar medidas de auxílio à mulher em situação de risco. A proposta original é a de nº 2490/2019, de autoria da Delegada Adriana Accorsi.

De forma geral, as matérias versam sobre temas diversos e visam abarcar uma ampla gama de políticas públicas. Dentre elas, estão aquelas que tratam da ampliação e aperfeiçoamento da legislação vigente, bem como dos canais de denúncia e redes de apoio existentes; as que agilizam a apuração dos casos e o julgamento dos processos; que impõem medidas de prevenção, reforçando a segurança e o investimento em campanhas educativas; as que atuam para a reparação e a atenuação de danos, incluindo os atendimentos especializados; e aquelas que premiam e fomentam iniciativas e penalizam agressores.

O quadro a seguir apresenta uma lista com o resumo de todos os projetos mencionados nessa matéria. Além dos assuntos abordados em cada um deles, a listagem também traz a indicação dos seus respectivos autores e o ponto de tramitação em que cada matéria se encontrava, na ocasião desta divulgação²⁹.



**Acesse aqui as
notas da página**

QUADRO DE PROPOSITURAS EM TRAMITAÇÃO DA 19ª LEGISLATURA

Fonte: Opine Cidadão Alego

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019006373

Assunto: OBRIGA OS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS LOCALIZADOS NO ESTADO DE GOIÁS A COMUNICAR OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA TODA E QUALQUER OCORRÊNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES, CRIANÇAS, ADOLESCENTES OU IDOSOS.

Detalhamento: Obriga os condomínios residenciais localizados no Estado de Goiás a comunicar os órgãos de segurança pública toda e qualquer ocorrência ou indício de ocorrência de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos.

Autor: DEP. GUSTAVO SEBBA

Situação: Em tramitação na Alego, desde 22/10/2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Distribuído ao Relator Deputado Talles Barreto em 29/10/2019.

CCJ aprova parecer em 03/12/2019.

Em 18/06/2020 - Plenário aprova parecer favorável.

Em 22/06/2020 - Encaminhado à Comissão de Segurança Pública.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019006256

Assunto: DISPÕE SOBRE PRIORIZAR MULHERES, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS NA EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML.

Detalhamento: As mulheres, crianças, adolescentes, pessoa com deficiência e idosos, vítimas de violência doméstica ou familiar terão prioridade na realização de exame de corpo de delito. É o que diz a Lei 13.721 de 2018.

Autor: DEP. BRUNO PEIXOTO

Situação: Em tramitação na Alego, desde 22/10/2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Distribuído ao Relator Deputado Talles Barreto em 29/10/2019.

CCJ aprova parecer em 03/12/2019.

Em 18/06/2020 - Plenário aprova parecer favorável.

Em 22/06/2020 - Encaminhado à Comissão de Segurança Pública.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019006175

Assunto: DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE NO ATENDIMENTO E A GRATUIDADE NA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS PARA AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RISCO, DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E EM SITUAÇÕES CORRELATAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS.

Autor: DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI

Situação: Em tramitação na Alego, desde 10/10/2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Distribuído ao Relator Deputado Helio de Sousa em 15/10/2019.

- Em 16/06/2020 - Plenário aprovado parecer e encaminha à Comissão de Finanças.

- Em 06/08/2020 - É distribuído ao relator.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019005723

Assunto: INSTITUI O “SELO DE PRÁTICAS INOVADORAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES” NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” nos dará a possibilidade de vislumbrar um prognóstico cada vez melhor na redução da violência contra a mulher.

Autor: DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI

Situação: Em tramitação na Alego, desde 24/09/2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Distribuído ao Relator Deputado Vinicius Cirqueira em 26/09/2019.

Em 18/06/2020 - Plenário aprovada parecer favorável;

Em 03/07/2020 - Encaminhado à Comissão de Segurança Pública.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019005120

Assunto: DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE ATENDIMENTO DISPENSADAS ÀS MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO, ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL PELAS INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS POR PERÍCIAS E EXAMES DE CONSTATAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: Ficam as instituições responsáveis por perícias e exames de constatação de violência sexual, inclusive os “Institutos Médicos Legais do Estado de Goiás”, obrigados a adotar medidas para o atendimento reservado e diferenciado para as mulheres vítimas de agressão, abuso e violência sexual.

Autor: DEP. JEFERSON RODRIGUES

Situação: Aguardando votação, em Plenário, do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, em 12/11/2019, ao parecer, igualmente favorável, emitido pelo relator Deputado Helio de Sousa.

-Em 04/06/2020 - Plenário aprova parecer;

Em 06/06/2020 - Recebido na Comissão de Saúde e Promoção Social.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019004794

Assunto: INSTITUI O “SELO ESTADUAL PREFEITURA AMIGA DAS MULHERES”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Detalhamento: É preciso criar mecanismos de incentivo ao Poder Público para que sejam editadas e implementadas políticas públicas que instituem ações positivas em prol da mulher, com o intuito de diminuir os índices de preconceito e desigualdade de acesso à cargos públicos ou privados, bem como à serviços públicos e demais ferramentas de empoderamento, garantia de direitos e proteção à mulher.

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 15/08/2019

Relatório do deputado Antônio Gomide favorável aprovado em 17/09/2019.

Em 21/05/2020 - Plenário aprova parecer;

Em 21/05/2020 - Encaminhado à Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, com relatora deputada Adriana Accorsi.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019004761

Assunto: INSTITUI A “CAMPANHA ESTADUAL MARIA DA PENHA” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Detalhamento: O presente projeto trata da violência doméstica, sobremaneira a violência contra a mulher, não é recente, estando presente em todas as fases da história. Apenas recentemente no século XIX, com a constitucionalização dos Direitos Humanos a violência passou a ser analisada com maior profundidade e apontada por diversos setores representativos da sociedade, tornando-se assim, um assunto central para a humanidade, bem como, um grande desafio discutido por várias áreas do conhecimento, e iniciado o enfrentamento pela sociedade.

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 15/08/2019

Relator Deputado Antônio Gomide

Comissão aprova o parecer do Relator Favorável à Matéria em 17/09/2019.

Em 21/05/2020 - Plenário aprovada parecer favorável;

Em 22/05/2020 - Recebido na Comissão de Segurança Pública.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003984

Assunto: DISPÕE SOBRE A PENALIZAÇÃO À VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE OU PROPAGANDA MISÓGINA, SEXISTA OU ESTIMULADORA DE AGRESSÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: Toda empresa, com sede no Estado de Goiás, que contratar ou veicular publicidade de caráter misógino, sexista ou que estimule a violência contra a mulher por qualquer meio, dentre os quais outdoor, folhetos, cartaz, rádio, televisão ou redes sociais, será penalizada, nos termos desta lei.

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 28/06/2019

Relator Deputado Vinícius Cirqueira

Comissão aprova o parecer do Relator Favorável à Matéria em 01/10/2019.

21/05/2020 - Plenário aprova parecer favorável;

Em 22/05/20 - Recebido na Comissão de Segurança Pública.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003940

Assunto: OBRIGA BARES, RESTAURANTES E CASAS NOTURNAS A ADOTAR MEDIDAS DE AUXÍLIO À MULHER QUE SE SINTA EM SITUAÇÃO DE RISCO.

Detalhamento: A presente proposta de lei se faz necessária para que haja maior proteção a mulher nestes ambientes onde se encontra em situação de vulnerabilidade. Atualmente, fruto do aumento do uso das redes sociais, é cada vez mais comum a inscrição de homens e mulheres em sites e aplicativos de relacionamento, que acarreta em encontros agendados em bares, restaurantes e casas noturnas.

Autor: DEP. ALYSSON LIMA

Situação: Foi apensado ao processo 2019002490. da DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003841

Assunto: DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO REALIZADO ÀS MULHERES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Detalhamento: A presente proposição é de autoria da Vereadora Léia Kleia - PSC, apresentada no dia seis de junho de dois mil e dezenove, na Câmara Municipal de Goiânia. Por ser um projeto de extrema relevância, apresento em parceria com a Vereadora o projeto em tela, buscando assim ampliar as condições de um atendimento humanizado para com as mulheres que se encontram hospitalizadas.

Autor: DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI

Situação: Em tramitação desde 27/06/2019

Comissão aprova o parecer do Relator Deputado Antônio Gomide Favorável à Matéria em 24/09/2019.

Plenário aprova parecer favorável em 03/06/2020;

Recebido na Comissão de Saúde e Promoção Social em 19/06/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003449

Assunto: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA QUE ESPECIFICA NO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: O presente projeto de lei objetiva trabalhar a redução de crimes cometidos contra a juventude e mulheres no Estado de Goiás, considerado um dos mais violentos no país em gênero e em relação a juventude, segundo o “Atlas da Violência 2018”, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Autor: DEP. KARLOS CABRAL

Situação: Foi apensado ao processo 2019001820 de DEP. DELEGADO EDUARDO PRADO

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003407

Assunto: PERMITE O DESEMBARQUE DE MULHERES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA E IDOSOS USUÁRIOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL E METROPOLITANO EM LOCAL MAIS SEGURO E ACESSÍVEL.

Detalhamento: O objetivo deste Projeto é reduzir a vulnerabilidade das mulheres, das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e dos idosos que usam o transporte público e que desembarcam dos veículos no período noturno no ponto convencional.

Autor: DEP. CAIRO SALIM

Situação: A Comissão aprova o voto em separado da deputada Lêda Borges pelo apensamento da Matéria ao processo 2019001283 da Dep. Lêda Borges

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003102

Assunto: DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO, INCLUSIVE AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM NO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher -DEAM vinculadas à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, deverão funcionar em caráter ininterrupto, de modo a disponibilizar atendimento especializado às cidadãs vítimas de violência durante as 24 horas do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 30/05/2019

Processo relatado e devolvido pelo Relator Deputado Álvaro Guimarães em 04/06/2019.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019003101

Assunto: DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DE MULTA ADMINISTRATIVA AO AGRESSOR DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DEFINIDAS NA LEI FEDERAL Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

Detalhamento: Aquele que, por ação ou omissão, dá causa ao acionamento do serviço público de emergência por conta de lesão, violência física, sexual ou psicológica ou dano moral ou patrimonial à mulher é sancionado com multa administrativa como penalidade pelos custos relativos aos serviços públicos prestados.

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 30/05/2019

Processo relatado e devolvido pelo Relator Deputado Henrique Arantes em 04/06/2019.

CCJ aprova parecer favorável em 27/02/2020;

Na Diretoria Parlamentar aguardando encaminhamento para comissão temática (03/03/2020)

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019002878

Assunto: ALTERA AS LEIS Nº 16.190, DE 11 DE JANEIRO DE 2008, QUE “DISPÕE SOBRE A CAMPANHA CONTINUADA DE REPÚDIO AOS CRIMES DE VIOLÊNCIA PRATICADOS CONTRA A MULHER”, Nº 17.311, DE 13 DE MAIO DE 2011, QUE “DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NACIONAL DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”, E Nº 20.358, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE “DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AO ABUSO SEXUAL.

Detalhamento: Este projeto de lei visa à alteração de 3 (três) diplomas estaduais no intuito de aperfeiçoar a política de proteção à mulher e de combate a toda a forma de violência contra pessoas do sexo feminino.

Autor: DEP. CORONEL ADAILTON

Situação: Em tramitação desde 22/05/2019

Relator Deputado Helio de Sousa favorável à matéria em 18/06/2019.

Processo em Fase de 1ª Discussão e Votação. Na Diretoria Parlamentar aguardando encaminhamento para comissão temática (03/03/2020)

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019002851

Assunto: DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, DESDE QUE DENTRO DO MESMO GRAU DE RISCO DOS DEMAIS PACIENTES, NOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, POSTOS DE SAÚDE E DEMAIS ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES PÚBLICOS E PRIVADOS DE GOIÁS.

Detalhamento: Esse projeto de lei visa possibilitar a prioridade no atendimento das mulheres vítimas de violência em hospitais, clínicas e postos de saúde públicos ou privados.

Autor: DEP. PAULO TRABALHO

Situação: Em tramitação desde 21/05/2019

Relator Deputado Virmondes Cruvinel Favorável à Matéria em 11/06/2019.

CCJ aprova parecer favorável em 11/06/2019;

Plenário aprova parecer e encaminha à Comissão de Saúde e Promoção Social em 21/05/2020;

Em 19/08/20 - Comissão de Saúde aprova e encaminha ao Plenário.

Aguardando 1ª votação.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019002849

Assunto: “OBRIGA BARES, RESTAURANTES, CASAS NOTURNAS E DE EVENTOS A ADOPTAR MEDIDAS DE AUXÍLIO À MULHER QUE SE SINTA EM SITUAÇÃO DE RISCO.”

Detalhamento: Trata-se de Projeto de Lei que “Obriga bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotar medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco”.

Autor: DEP. RAFAEL GOUVEIA

Situação: Foi apensado ao processo 2019002490 de DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019002755

Assunto: O PODER PÚBLICO ESTADUAL GARANTIRÁ ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA PRESTADA POR PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA.

Detalhamento: O Poder Público Estadual garantirá às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar assistência psicológica prestada por profissionais da área de psicologia.

Autor: DEP. JEFERSON RODRIGUES

Situação: Em tramitação desde 16/05/2019

Comissão aprova o parecer da relatora deputada Lêda Borges favorável à Matéria em 24/09/2019.

01/06/2020 - Plenário aprova parecer e encaminha à Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

Comissão distribui ao relator, deputado Coronel Adailton em 17/08/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019002554

Assunto: “INSTITUI A POLÍTICA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.”

Detalhamento: O Projeto de Lei em análise institui a Política de Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família, voltada à proteção de mulheres em situação de violência, por meio da atuação preventiva.

Autor: DEP. DELEGADO EDUARDO PRADO

Situação: Em tramitação desde 09/05/2019

Comissão aprova o voto em separado favorável à matéria do Deputado Antônio Gomide em 10/09/2019.

CCJ aprova parecer e encaminha à Comissão de Segurança Pública em 04/06/2020;

Em 03/08/2020 - Distribuído na Comissão, ao relator, deputado Major Araújo.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019002490

Assunto: OBRIGA BARES, RESTAURANTES E CASAS NOTURNAS A ADOPTAR MEDIDAS DE AUXÍLIO À MULHER QUE SE SINTA EM SITUAÇÃO DE RISCO.

Detalhamento: Ficam os bares, casas noturnas, restaurantes e afins obrigados a adotar medidas para auxiliar as mulheres que se sintam em situação de risco, nas dependências desses estabelecimentos, no âmbito do Estado de Goiás.

Autor: DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI

Situação: Em tramitação desde 07/05/2019.

A Comissão aprova o voto em separado favorável da Deputada Lêda Borges em 08/10/2019.

Encaminhado à Comissão de Segurança Pública em 22/10/2019 .

Aprovado na Comissão de Segurança Pública em 05/12/2019;

Aprovado em 2ª votação em 11/12/2019;

Sancionado em 17/01/2020 - Lei 20.747/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001901

Assunto: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, CRIANÇAS E IDOSOS NO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO, NA FORMA QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Detalhamento: A presente proposição trata-se da instituição da notificação compulsória nos prontuários médicos que atendam casos de violência contra mulheres, crianças ou idosos no âmbito do Estado de Goiás.

Autor: DEP. DIEGO SORGATTO

Situação: Em tramitação desde 11/04/2019

Comissão aprova o parecer favorável do Relator Deputado Henrique Arantes, em 04/06/2019, e encaminha-o à Comissão de Segurança Pública.

Distribuído à relatora, deputada Adriana Accorsi em 03/08/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001900

Assunto: DISPÕE SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR OU EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO QUADRO DE EMPREGADOS DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS À TERCEIROS.

Detalhamento: O presente projeto de lei objetiva introduzir na legislação estadual a possibilidade de reservar 5% (cinco por cento) de vagas para mulheres submetidas em

situação de violência ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Autor: DEP. ZÉ CARAPÔ

Situação: Arquivado

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001899

Assunto: INSTITUI O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE AGENTES DE SAÚDE PARA VIABILIZAR O CONHECIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Detalhamento: O presente programa visa contribuir com a formação de profissionais ligados ao atendimento da mulher no âmbito do Estado de Goiás, como os agentes de saúde, com informações jurídicas fundamentais, de forma a qualificar o trabalho desenvolvido bem como garantir o acesso aos direitos previstos na Lei Maria da Penha.

Autor: DEP. DIEGO SORGATTO

Situação: Em tramitação desde 11/04/2019

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Distribuído ao Relator Deputado Henrique Arantes em 23/04/2019.

Emendado por Antônio Gomide em 11/08/2020;

Em 27/08/2020 CCJ aprova parecer, acatando emenda;

10/09/2020 - Plenário aprova parecer da CCJ e encaminha à Comissão de Segurança Pública;

Em 14/10/2020 - É distribuído ao relator, deputado Humberto Teófilo.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001851

Assunto: DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS DE AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A MULHER.

Detalhamento: O Projeto de Lei que Dispõe sobre a disponibilização de Grupos Reflexivos de autores de violência doméstica a mulher, tem o objetivo de acabar ou diminuir a violência doméstica e familiar e o feminicídio em nosso Estado. A violência tem crescido a cada ano por isso entendemos que se não tivermos políticas públicas voltadas para esse gravíssimo problema será como enxugar gelo, se não formos à raiz do problema.

Autor: DEP. JEFERSON RODRIGUES

Situação: Em tramitação desde 10/04/2019

Comissão aprova o parecer do relator deputado Del. Humberto Teófilo favorável à matéria em 09/05/2019.

Em 21/05/2020 - Plenário aprova parecer da CCJ e encaminha a Comissão de Segurança Pública;

Em 08/10/2020 - CSP aprova parecer;

Em 13/10/2020 - Plenário aprova em 1ª fase.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001820

Assunto: “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA NAS DELEGACIAS QUE ESPECIFICA.”

Detalhamento: O presente projeto de lei tem o relevante objetivo de estabelecer que nas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher - DEAM, no Atendimento ao Idoso - DEAI e de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA as vítimas e familiares em atendimento possam contar com os serviços de psicólogos, por meio de equipes multi- profissionais.

Autor: DEP. DELEGADO EDUARDO PRADO

Situação: Em tramitação desde 09/04/2019

A Comissão aprova o parecer do relator deputado Jefferson Rodrigues favorável à matéria em 10/09/2019.

Em 10/09/2019 é apensado ao processo nº 2019003449, do deputado Karlos Cabral.

Em 03/06/2020 - Plenário aprova parecer e encaminha à Comissão de Saúde e Promoção Social, onde aguarda análise.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001688

Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO APLICATIVO “ALÔ POLÍCIA”.

Detalhamento: Fica criado o aplicativo “ALÔ POLÍCIA”, para uso em smartphones e destinado a atender mulheres vítimas de violência doméstica, no âmbito do Estado de Goiás.

Autor: DEP. PAULO TRABALHO

Situação: Foi apensado ao processo 2019001067 do dep. Del. Eduardo Prado, que institui o Botão de Pânico.

Em 09/10/2019 - Plenário aprova em 1ª fase;

Em 11/12/2019 - Plenário aprova em 2ª fase;

Governo sanciona a Lei nº 20.736/20, publicada no Diário Oficial nº 23.200.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001642

Assunto: INSTITUI, NO ÂMBITO ESTADUAL, A POLÍTICA TEM SAÍDA, DESTINADO AO APOIO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.

Detalhamento: Fica instituída a “Política Tem Saída”, destinado a desenvolver e fortalecer ações voltadas à promoção da autonomia financeira das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, promovendo medidas de qualificação profissional, de geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Autor: DEP. HENRIQUE CÉSAR

Situação: Em tramitação desde 02/04/2019.

A Comissão aprova o parecer do relator deputado Álvaro Guimarães favorável à matéria em 10/09/2019.

Em 19/05/20 - CCJ aprova parecer e encaminha à Comissão de Segurança Pública;

Distribuído ao relator, deputado Major Araújo em 03/08/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001525

Assunto: DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, DE 5% DAS UNIDADES DE PROGRAMAS DE LOTEAMENTOS SOCIAIS E DE HABITAÇÃO POPULAR.

Detalhamento: O presente projeto de lei objetiva introduzir na legislação estadual a possibilidade de reservar 5% (cinco por cento) das unidades de loteamento ou de habitação, destinando-as às mulheres vítimas de violência doméstica, enquadradas nas hipóteses da lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 28/03/2019.

A Comissão aprova o voto em separado convertido em diligência do Deputado Bruno Peixoto em 13/08/2019.

Em 14/04/2020 - CCJ aprova parecer e encaminha à Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbanismo;

Em 19/06/2020 - Distribuído ao relator, deputado Rubens Marques.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001416

Assunto: VEDA A NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELA LEI FEDERAL Nº 11.340, NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: Em consonância com a Legislação Federal, é que se demonstra tão pertinente e importante tal lei, uma vez que demonstra que o Executivo não tolera qualquer ato de violência contra a mulher.

Autor: DEP. AMILTON FILHO

Situação: Foi apensado ao processo 2019001059 da deputada Del. Adriana Accorsi.

Em 17/09/2019 - Aguarda distribuição pela Diretoria Parlamentar.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001283

Assunto: CRIA DESEMBARQUE ESPECIAL PARA MULHERES NO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL DE ÔNIBUS NO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: O transporte intermunicipal cumpre papel importante em especial para viabilizar rotinas de trabalhos e/ou estudo fora da cidade em que a mulher reside. Nesse sentido, essa é uma política que pode viabilizar melhores condições para que as mulheres possam acessar serviços públicos, trabalho, educação, dentre outros.

Autor: DEP. LÊDA BORGES

Situação: Em tramitação desde 21/03/2019.

Em 07/08/2019 - CCJ aprova parecer e encaminha à Comissão de Obras e Serviços Públicos.

Em 17/09/2019 - C Obras aprova parecer;

Em 04/12/2019 - Plenário aprova em 2ª votação;

Em 21/01/2020 - Governo veta (Proc. 202000220)

Veto está na CCJ desde 28/02/2020, com relator deputado Cairo Salim.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001208

Assunto: ALTERA A LEI Nº 20.194, DE 05 DE JULHO DE 2018, QUE “INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PARA O SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DENOMINADO OBSERVATÓRIO ESTADUAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER” PARA DISPOR SOBRE A NOTIFICAÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

Detalhamento: A proposição tem por finalidade aumentar a proteção das mulheres vítimas de agressão e toma por base a necessidade de a vítima ser notificada previamente de atos processuais de liberação do agressor.

Autor: DEP. GUSTAVO SEBBA

Situação: Aprovado

DADOS LEGISLATIVOS

Número Lei Ordinária: 20.546

Data Lei Ordinária: 11/09/2019

Número Diário Oficial do Estado: 23.135

Data Diário Oficial do Estado: 12/09/2019

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001067

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR APLICATIVO PARA USO EM DISPOSITIVO MÓVEL “BOTÃO DO PÂNICO”, PARA FACILITAR DENÚNCIAS DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Detalhamento: Fica o Poder Executivo autorizado a criar aplicativo para dispositivo móvel “Botão do Pânico”, a ser utilizado por mulheres vitimadas por violência doméstica e amparadas com medida protetiva.

Autor: DELEGADO EDUARDO PRADO

Situação: Em tramitação desde 13/03/2019

Aprovado em 1ª fase em 27/11/2019;

Aprovado em 2ª fase em 04/12/2019;

Sancionado em 20/01/2020, cuja Lei é de nº 20.736;

Publicada no Diário Oficial nº 23.220, em 20/01/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001017

Assunto: INSTITUI A “POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NAS ESCOLAS” VISANDO SENSIBILIZAR O PÚBLICO ESCOLAR SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E DIVULGAR A LEI FEDERAL Nº 11.340/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Detalhamento: A violência contra a mulher, em todas as suas formas, represente odiosa, grave e persistente mazela social que deve ser firmemente combatida e superada pela nossa sociedade.

Autor: DEP. VIRMONDES CRUVINEL

Situação: Em tramitação desde 13/03/2019.

Processo em Fase de 1ª Discussão e Votação. (14/05/2019)

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001008

Assunto: CRIA O SELO “EMPRESA AMIGA DA MULHER” NO ÂMBITO DO ESTADO DE GOIÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: DEP. DIEGO SORGATTO

Situação: Em tramitação desde 12/03/2019

Em 04/04/2019 - CCJ aprova parecer e encaminha à Comissão de Direitos Humanos

Em 01/09/2020 - Aprovado em plenário em 2ª discussão;

Sancionado em 29/09/2020;

Lei nº 20.854, publicada no Diário Oficial nº 23.397, em 30/09/2020.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019001001

Assunto: ALTERA A LEI Nº 17.311, DE 13 DE MAIO DE 2011. QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA NACIONAL DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

Detalhamento: A presente proposição tem a finalidade de alterar a Lei nº 17.311, de 13 de maio de 2011, que dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Violência contra a Mulher.

Autor: DEP. CORONEL ADAILTON

Situação: Aprovado

DADOS LEGISLATIVOS

Número Lei Ordinária: 20.526

Data Lei Ordinária: 19/07/2019

Número Diário Oficial do Estado: 23.098

Data Diário Oficial do Estado: 22/07/2019

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019000861

Assunto: DISPÕE SOBRE O REGISTRO E A DIVULGAÇÃO BIMESTRAL DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: A violência, infelizmente, ainda é a forma encontrada, por parte dos homens, para resolver os conflitos relacionais, alguns nutrem um forte sentimento de posse e domínio sob às mulheres. Pesquisas, nacionais e internacionais, apontam que as mulheres são as maiores vítimas da violência dentro do lar.

Autor: DEP. GUSTAVO SEBBA

Situação: Aprovado

DADOS LEGISLATIVOS

Número Lei Ordinária: 20.523

Data Lei Ordinária: 19/07/2019

Número Diário Oficial do Estado: 23.098

Data Diário Oficial do Estado: 22/07/2019

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019000782

Assunto: ACRESCENTA O CAPÍTULO III AO TÍTULO II DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS.

Detalhamento: Apesar de as mulheres terem conquistado espaço em muitas áreas, a cena política continua predominantemente masculina. A criação de uma Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, busca primordialmente garantir maior representatividade, visibilidade e destaque às mulheres na política.

Autor: DEP. LÊDA BORGES, DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI E OUTROS

Situação: Em tramitação desde 26/02/2019.

Em 04/12/2019 - CCJ aprova parecer favorável;

Em 04/12/2019 - Aguarda votação em 1ª fase.

NÚMERO DO PROCESSO LEGISLATIVO: 2019000750

Assunto: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE NO ESTADO DE GOIÁS, DA DIVULGAÇÃO DA CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER (DISQUE 180) E DO SERVIÇO DE DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS (DISQUE 100) NOS ESTABELECIMENTOS DE ACESSO AO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

Detalhamento: Trata-se de Projeto de Lei elaborado com base em texto apresentado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pela deputada estadual Célia Gomes, já transformado na Lei Estadual nº 16.754, de 2018 que resultou em iniciativa da deputada federal Tia Eron, durante a última legislatura e arquivada nos termos regimentais, apresentada pelo deputado federal Roberto de Lucena.

Autor: **DEP. LÊDA BORGES E DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI**

Situação: Em tramitação desde 26/02/2019.

Aprovado em 1ª votação em 14/05/2019;

Aguarda 2ª votação - 16/12/2019.



ENTREVISTAS

Por ordem de publicação no Portal da Alego





ANA BRAGA

MANDATO: 4ª Legislatura (1959 e 1963)

“

Não houve uma cidade no estado de Goiás, ou mesmo arraiais e fazendas, aos quais eu não fosse, em nome das mulheres, **lutar pela democracia.**

MATÉRIA PUBLICADA EM 15/04/19

Por Luciana Lima

“O instrumento mais violento que o homem possui é a palavra. Veja, por exemplo, como os grandes homens da história foram também grandes oradores. A palavra tanto pode ser usada para destruir algo quanto para construir”. É com esta frase que a ex-deputada estadual e escritora goiana Ana Braga resume, a um só tempo, o seu profundo fascínio e reverência pelo universo do conhecimento, da cultura e da política.

Sendo a terceira mulher a ocupar uma cadeira nesta Casa de Leis, essa goiana do Norte (hoje estado do Tocantins), como tanto se orgulha em lembrar, é memória pulsante não apenas da história deste Parlamento, mas também da história de Goiás e do Brasil. Sendo a mais antiga deputada viva de nosso estado (as outras duas que lhe foram contemporâneas, Berenice Artiaga e Almerinda Arantes, faleceram em 2012 e 1996, respectivamente), Ana Braga foi pioneira numa época em que participar da vida pública e política era algo, digamos, ainda pouco receptivo às mulheres (o que parece, no entanto, não ter mudado muito).

“Ganhei fama política porque, quando veio a Revolução de 1945 (fim do Estado Novo, de Getúlio Vargas), e o Brasil se redemocratizou, não havia mulheres que quisessem ir para a tribuna. A democracia estava gritando, pelejando, sabe? Mas, que mulher queria subir no palanque, naquele tempo, me diz? Aí sobrou para mim”, conta-nos, rindo.

Nessa Casa Legislativa, Ana exerceu seu mandato pelo PSD, entre os anos de 1959 e 1963 (4ª Legislatura). Ao seu lado havia outra mulher, Almerinda Arantes (*in memoriam*), veterana da Legislatura anterior e que aqui permaneceu também durante o mandato seguinte. “Não era uma convivência, era uma revolução ali dentro. E naquele tempo não era fácil”, lembra Braga, ao comentar sua passagem pelo Parlamento estadual.

Ana também destaca o respeito conquistado junto aos demais parlamentares (todos homens). Respeito este, no entanto, que ela fez questão de cobrar desde o início de seu mandato. “Eu não posso dizer nada dos meus colegas. Até mesmo porque ninguém ousava brigar comigo. Essa é que é a verdade. Ninguém na Assembleia! Todos me admiravam e eu a eles, todos! Porque, também, eu nunca deixei (discussão) de sábado para domingo, não”, observou, séria.

Ela cita então um desentendimento que teve, certo dia, com um colega deputado, integrante da bancada de oposição ao Governo, que Ana, por sua vez, defendia (ambos os governadores que atuaram durante o seu mandato, José Feliciano Ferreira e Mauro Borges, eram seus correligionários). “Ele, que já é falecido, era um homem inteligentíssimo (foge-lhe o nome). Mas me fez uma grosseria, que não me lembro bem o que foi. Aí eu acabei com ele lá dentro mesmo da Assembleia. No outro dia, ele fez um discurso: “Eu quero que a deputada Ana Braga - eu tenho esse discurso publicado - fique comigo como boa amiga, porque com Ana Braga eu não quero briga” comentou, rindo.

Antes de ser deputada estadual, Ana Braga já havia, no entanto, se destacado, juntamente com Julieta Fleury e Maria José Oliveira, por terem sido as primeiras vereadoras eleitas em Goiânia. Filiada, na época, à UDN (partido que ajudou a trazer para Goiás), a jovem Ana Braga, que tinha, naquela ocasião, apenas 24 anos, exerceu seu mandato junto

à Câmara de Vereadores da capital goiana entre os anos de 1947 e 1951.

Com 95 anos, ela relembra agora essas histórias de uma vida marcada por muitas provas e por notáveis fatos históricos. Tendo provado o gosto amargo das ditaduras (a do Estado Novo e a Militar), Ana nos conta como aprendeu a amar e a defender a nossa instável democracia. E comenta, por exemplo, como o fato de ter sido deputada contribuiu para trazer mais visibilidade e força para as mulheres goianas.

“Não houve uma cidade no estado de Goiás, ou mesmo arraiais e fazendas, aos quais eu não fosse, em nome das mulheres, lutar pela democracia. Fiquei conhecida justamente por essa razão”, observa, com franco orgulho pelo legado impresso na história desse Parlamento.

Primeiras palavras, ilustres olhares

Ana Braga nasceu em 1923, na pequenina Peixe Canguçu, então Norte de Goiás, hoje Peixe, estado do Tocantins. Dada as precárias condições educacionais ali existentes, ela se mudou para o município de Trindade, em 1935. A finalidade: concluir seus estudos primários. “Foram quase três meses de viagem a cavalo!”, suspira ao lembrar da extensa jornada que a trouxe para os arredores da recém-fundada capital de Goiás (Goiânia foi inaugurada em outubro de 1933). Em sua companhia vieram seus pais, Anísio Braga e Edetina Nunes, seus irmãos e o seu querido avô paterno, Joaquim Nunes Pinheiro, que foi responsável por sua alfabetização, aos 5 anos de idade, e a quem ela devota particular admiração.

Refazer, hoje, os passos dessa experiente e vivida senhora é captar a força e ousadia presentes numa mulher que, tendo nascido pobre, lá nas “brenhas” do Norte, “filha de pai carpinteiro”, numa província assombrada pelo impaludismo (malária) e carente de escolas e hospitais, viria a se tornar, poucos anos mais tarde, referência não apenas na política, mas também no Magistério, na Magistratura e, por fim, na própria Literatura, destacando-se, portanto, assim, entre os mais ilustres intelectuais de sua época.

“Só havia, naquele tempo, no Norte de Goiás inteiro, um único médico, Dr. Francisco Aires. Agora você veja a nossa situação: não havia sequer farmacêuticos formados. Todos aqueles que necessitassem de algum tratamento de saúde tinham que ir para Porto Nacional. Havia muitos casos de impaludismo naquela época. Disso sofriam muito as crianças lá do Norte. Elas eram quase todas amarelas, doentes. Enfim, era uma região de muito sofrimento, que acabava sendo prolongado e aumentado pelas distâncias e pelas dificuldades de comunicação. Era uma luta! Mas eu não, fui uma menina que a doença poupou. Não havia febre que pudesse comigo. Nunca tive maleita, nem doença nenhuma”, relata.

Dos traumas das doenças (para as quais, inclusive, perdeu um irmão ainda jovem) e de outras mazelas vividas, nasceu a fome pela erudição. Essa mesma que, outrora, fora negada a seus pais e, sobretudo, às mulheres de sua família. “Minha mãe era inteligentíssima, mas, tendo nascido e crescido lá no Norte, coitada, morreu sem estudar nada”, lamentou, em certa altura.

O estímulo aos estudos fora, então, cultivado pelo citado avô paterno. Ana informa ser ele o único da família que, naquele tempo, tinha logrado alcançar algum prestígio material. Possuía uma pequena propriedade rural e certo nível de instrução. “Escrevia muito bem e sabia muito sobre a história do Brasil, devido ao fato de viajar bastante”, Ana relembra a nobreza daquele homem que, embora “sem diploma algum”, comprava dicionários ilustrados, artigos considerados de certo luxo, na época, para contribuir com a formação dos netos. “Eu sempre o acompanhava em suas idas à fazenda. Chegando lá, ele me botava para estudar. Eu deitava no couro que ele havia botado para curtir, e ele me trazia os livros para ler. Ele me inspirou muito, sabe?”, continua, agradecida.

Uma formação que, no entanto, não se encerrava apenas no mundo erudito dos livros. “Então, quando criança, no Norte, eu viajava muito com o meu avô. Viajava na garupa pelos gerais, me embrenhava por tudo que era mato. Era afoita mesmo. Por isso eu tenho apreço. Porque eu cresci sendo uma menina corajosa. Gostava de conhecer as coisas que eu não conhecia. Viajava para conhecer aldeia de índio. Era destemida, e ele me instigava a ser assim. E me amava, sobretudo, porque eu era a sua única neta”, recorda com carinho.

Dessas primeiras aprendizagens e letras escritas é que nascia a grande oradora e escritora que Ana Braga, anos mais tarde, viria a ser. Outra contribuição importante para esse processo, conta-nos ela, foi durante o ensino médio no Colégio Santa Clara, em Campinas, onde frequentou aulas de calígrafia, que é a técnica de pronunciar as palavras de modo expressivo ou elegante. “A gente dispunha de uma hora, todos os sábados, para aprender a falar bem, falar de improviso. Inclusive, eu acho que isso poderia continuar a existir nas escolas de hoje. Porque há muitas autoridades que sobem à tribuna atualmente e falam tanta besteira, que a gente às vezes nem tem vontade de ouvir”, observou, com expressão grave.

O destaque de Ana Braga fora tão proeminente nessas aulas que, em função disso, ela acabaria sendo eleita para se tornar a oradora oficial da turma e até mesmo do colégio, sobretudo em cerimônias especiais. Desse modo, Ana, a filha do carpinteiro, foi ganhando, pouco a pouco, já na adolescência, prestígio e notoriedade entre as mais ilustres pessoas e autoridades da época.

“Eu entrei lá [no Santa Clara] aos dez anos, e, não sei porque, logo me destaquei no colégio. Talvez por eu ser a menina mais pobre que entrou lá naquela época. Aquele era um colégio rigorosamente, de ricos, digamos. A sua população estudantil, toda do interior do estado, era, em sua maioria, de filhas de grandes fazendeiros. Inclusive, havia também gente de fora de Goiás, de outros estados, como São Paulo, por exemplo. Eram cento e tantas internas e não sei mais quantas externas e semi-internas [que passavam o dia na escola e iam para casa à tarde]. Eu era do grupo das externas, porque meu pai, carpinteiro, não tinha condições de pagar o internato”, conta-nos aos risos.

Ana relembra também, com orgulho, a dedicação e as dificuldades enfrentadas, diariamente, para concluir os estudos. “Eu me esforçava tanto. Levantava de madrugada, tomava meu cafezinho só com pão e manteiguinha pouquinha e lá ia eu para o colégio, com os livros todos debaixo do braço. Até que, um dia, meu pai arranhou uma malinha de

couro e eu passei a usá-la. Eram bem mais de meia légua de caminhada, eu acho [mais de 3 km, aproximadamente]. Sabia que era longe, mas eu ia. Chegando lá, era rigorosíssimo. Era um verdadeiro regime militar (risos). Aos sábados, era feita uma vistoria na cabeça, para ver se tinha piolho; e examinavam, também, o tamanho das unhas. Era um colégio rigoroso, inclusive na conversação”, observa.

Dentre aquelas ilustres figuras das quais Ana Braga despertou a atenção, estavam nomes como o do ex-senador Alfredo Nasser, e de Floranci Aires, filha do notável professor Zoroastro Artiaga. “Dona Floranci me conheceu numa festa do colégio em que eu havia discursado, e fez questão de que eu fosse visitá-la na casa dela. E tinha que ser todos os dias, porque quando eu não ia, ela vinha atrás para saber o motivo (risos). Então ela, que era uma professora renomada, me adotou intelectualmente, digamos. Ela e Dr. Zoroastro. E assim eu fui adquirindo interesse pela intelectualidade. Escrevia muito discursinho, carta e tudo. E comecei aí, sendo oradora da minha turma, discurso que eu guardo até hoje. De tão tola, eu escrevia em letra verde, que era para dar esperança (risos)”, comenta.

Uma conquista para gerações

Ana Braga era ainda uma criança de nove anos quando o voto feminino foi liberado no Brasil (1932). Mal podia imaginar, no entanto, que, quase 15 anos mais tarde, seria ela a se lançar nas aventuras e desafios da vida política. Feito este que marcaria, portanto, para sempre, sua história e de tantas outras mulheres que passaram, a partir dali, a ter o direito de participar ativamente da vida política do país, não apenas como eleitoras, mas também como candidatas a cargos eletivos.

Sempre atenta às transformações em curso, Ana comenta, então, como o advento do sufrágio feminino brasileiro reverberou na sociedade de sua meninice, evento que era ainda um tema quente quando ela deixou sua terra natal. “Essa foi uma conquista que veio de gerações anteriores. Nada como o tempo que evolui! Nessa época, as mulheres já queriam voar um pouco”, diz, ao lembrar peças sobre o tema encenadas pelo Grêmio Teatral de Padre Pelágio, na Matriz de Trindade, durante os anos de 1930. “Otavinho Arantes (um expoente do teatro goiano) era mocinho da minha idade”, diz.

Ela recorda também o quanto a notícia impactou a sociedade de seu tempo. “Muitos maridos não queriam que suas mulheres fossem eleitoras e, por isso, muitas delas acabaram não votando naqueles primeiros períodos. Lá em casa foi, no entanto, um pouco diferente, porque minha mãe era uma mulher evoluída e tinha em meu pai um grande amigo e companheiro. O problema é que ela não tinha curso nenhum, o que a impedia de votar. Mas, não fosse isso, ela tinha liberdade para fazer o que quisesse, inclusive ser eleitora”, comentou. Importante lembrar que o voto para analfabetos, sufrágio universal brasileiro, só foi alcançado com a promulgação da atual Constituição, em 1988.

Porém, a experiência vivenciada pela mãe de Ana Braga parecia ser uma excepcionalidade aos padrões culturais, morais e à mentalidade até então vigentes. “A coisa não era fácil, não. Porque os homens eram mais machistas do que hoje e queriam que as mulheres fossem subjugadas a eles. Esse era o pensamento da época, e até hoje ainda

há homens que pensam assim. Por isso há tantos casos de feminicídio e outras tantas violências cometidas contra as mulheres. Porque as mulheres ainda não conseguiram toda a liberdade de que precisam”, observa.

Para Ana, essa é uma questão que poderia, no entanto, ser facilmente contornada caso houvesse, aqui, o que ela chama de “educação familiar”. E defende também, nas escolas, o ensino de matérias como Sociologia, a qual considera ser “um estudo mais evoluído”, deixando aí uma dica para a nossa controversa Reforma do Ensino Médio, que deixou de exigir a obrigatoriedade dessas disciplinas no currículo básico.

Uma jovem bem ousada

A vida continuava não sendo fácil para Ana, mesmo após ela concluir seus estudos como normalista, em 1941. Com o espectro da pobreza ainda a espreitar-lhe pela porta, ela decide, assim, dar com as pernas no Palácio do então interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira, a quem já conhecia desde as célebres festas do Colégio Santa Clara. “Dessa entrevista é que eu gosto”, diz ela, à nossa equipe, com empolgação, ao que achamos muita graça. E passa a reproduzir o diálogo travado na ocasião.

Ela começa comentando o espanto do interventor, ao vê-la entrar em seu gabinete. “Uai, menina, você já veio pedir emprego?”, reproduz Ana a fala de Pedro Ludovico, entre gargalhadas. Ao que a jovem responde: “Exatamente. O senhor adivinhou. Foi isso que eu vim fazer, e não quero sair daqui com um não como resposta, porque eu sou pobre e preciso trabalhar”.

Desse ato de ousadia e coragem, Ana conseguiria, aos 19 anos, seu primeiro trabalho como funcionária pública do Estado. Isso se deu, segundo ela, coincidentemente, no dia 1º de maio de 1942. O cargo conquistado foi o de subchefe da Seção de Redação Oficial da Secretaria da Fazenda. “E eu não me incomodei (em ser chefe), porque os que estavam lá não sabiam mais do que eu mesmo (risos)”, arremata, sem falsa modéstia.

O caráter forte da jovem Ana Braga ficaria marcado, ainda, em outro episódio, que ela relembra com dignidade. Trata-se de um desentendimento que teve com seu chefe superior, Nicanor Albernaz (pai de Nion Albernaz, ex-prefeito de Goiânia e deputado federal Constituinte, por Goiás). “Eu era então encarregada de redigir os ofícios, que passavam todos pela revisão dele. Um dia ele riscou lá algo que eu tinha escrito, e eu fui saber o motivo. E perguntei: ‘Seu Nicanor, eu queria que o senhor me explicasse, por favor, porque riscou aqui. Porque, por mais que eu leia, em minha ignorância, eu não alcancei saber onde está o erro’. Ele respondeu (aparentemente ríspido): ‘é porque eu não gostei dessa frase’. E eu então retruquei: ‘ah, certo! Se o senhor não gostou, é outra coisa. Se tivesse dito que não gostou da fórmula, eu teria modificado. Mas escrever como erro, por favor, o senhor não faça isso mais nunca, porque eu sou moça, estudei num colégio muito honrado, não quero desonrá-lo, e pretendo seguir meu destino de forma independente, mas com bom comportamento e muita dignidade sempre, sem ferir ninguém e sem ser ferida’, defendeu Ana Braga.

Ela então refez o documento exatamente como estava no original. E o chefe assinou. “E assim acabou-se a inimizade”, finalizou, honrada.

Um negócio nobre, mas arriscado

Ano de 1945. O Estado Novo anunciava seu fim, após quase dez anos de vigência no País. O Brasil começava então a respirar o frescor da redemocratização. As atividades políticas para a reconstrução dos parlamentos, fechados desde a ascensão da chamada ditadura de Getúlio Vargas, em 1937, recobravam aí seu mais intenso vigor.

Foi nessa época que Ana Braga recebeu o convite para ajudar na fundação da UDN, em Goiás, sigla que reunia expoentes opositores das políticas getulistas, ditas populistas, em todo o território nacional. Ela participou ativamente da constituição do Comitê Feminino do partido.

“Junto a mim, estavam, entre tantas outras, mulheres como a irmã de dona Gercina (primeira-dama do Estado, esposa de Pedro Ludovico, exímio apoiador e amigo pessoal de Vargas). Muita gente foi aparecendo depois, sobretudo aquelas que estavam magoadas com a ditadura. E quem foi a oradora, então? Eu mesma, Ana Braga. Porque ninguém queria encarar essa função. É que, naquele tempo, ser orador de um partido político não era coisa assim muito fácil. Porque era um xingatório vivo. Qualquer um subia na tribuna. Uns tinham educação, outros não. Era uma violência. Tanto que morreu muita gente. Prova disso foi terem matado Getulino, anos mais tarde. Então, corria sangue mesmo”, ilustrou.

As conturbações do momento causavam certo pânico em Ana e mais ainda em sua família, que temia que ela também acabasse sendo, por fim, uma das vítimas dessa violência. “Um dia minha mãe chegou a dizer: ‘olha, filha, você não vai mais mexer com essas coisas não, porque pobre não tem amigo e se você morrer, eu fico sem ninguém’. E eu disse isso para o povo do diretório (da UDN Goiás), mas eles foram lá em casa conversar com meu pai e deram garantia a ele que nada de ruim aconteceria comigo. Em função disso, eu vivia cercada de gente o tempo todo, para me proteger”, relembra.

E foi assim que Ana se elegeu, em 1946, dentre as primeiras vereadoras por Goiânia, exercendo, então, seu mandato durante a 1ª Legislatura da Câmara Municipal dessa Capital.

Após isso, como seria natural pensar, Ana Braga começa a sonhar com uma vaga no Parlamento goiano. Mas o desfecho trágico da campanha de 1950, envolvendo o assassinato de Getulino, pusera freio em seus planos, quando esta teve que ceder lugar a Berenice Artiaga, esposa do candidato morto.

“Quando assassinaram Getulino Artiaga, o Dr. Pedro Ludovico (que havia se desincompatibilizado do cargo de senador para ser candidato a governador pelo PSD, em chapa com o PTB, partido de seu parceiro Getúlio Vargas), me chamou e me pediu para renunciar. Eu era candidata a deputada, nesse tempo. Isso foi uma grandiosidade do espírito de Pedro Ludovico, não foi? Então eu renunciei e ela foi eleita”, informou.

Ana comenta ainda como o clima de insegurança, na época, era algo comum a todo o estado. “Naquele dia em que Getulino foi assassinado, eu fui fazer um comício em Buriti Alegre. Na hora em que eu subi no palanque, o meu companheiro de partido, na ocasião, que era um grande orador, falou assim: ‘me disseram que hoje quem falar em primeiro lugar morre’. E eu respondi: ‘então hoje é o meu dia. Eu falo em primeiro lugar, porque eu não tenho marido, nem namorado. Só meu pai e minha mãe. Eles vão se conformar. E você é casado, sua mulher precisa de você’. Daí subi no palanque, falei e fui aplaudida. Era desse jeito”, alerta.

Nos anos seguintes, Ana continuou atuando ativamente na política, ainda na expectativa de se eleger deputada estadual. “Muita gente achava, inclusive, que eu já devia ser candidata a deputada federal. E olha que eu ia (risos). Mas aí foi onde eu vi a ingratidão humana, coisa mais dolorosa que há no mundo. Ninguém nem lembrou de mim para isso não, no final. Acabou a campanha e eu continuei sendo professora”, ressentida-se ela, em suposta referência ao pleito de 1954, quando seriam eleitos os membros para a 3ª Legislatura da Alego. Dentre eles estaria, novamente, Berenice Artiaga.

Ana passaria, então, os próximos anos absorvida pela vida familiar (ela casara-se, em primeiras núpcias, em 1951, com seu primo, Luiz de Queiroz) e pelas funções do Magistério. Essa última atividade, sua verdadeira paixão, Braga já vinha exercendo, com maestria, desde 1942. Isto porque, após a breve passagem citada pelo departamento de redação do Palácio das Esmeraldas, Pedro Ludovico a designaria professora da Escola Isolada de Paraúna. Dali ela passaria por muitas outras experiências na área, até chegar ao Lyceu de Goiânia, em 1951, por aprovação em concurso público.

Mas — como sempre existe um mas —, nas vésperas do pleito seguinte, os ofícios da política voltaram a bater em sua porta. “Aí nessa época em que eu lecionava no Lyceu, o então presidente da UDN foi novamente lá em casa com a turma toda. Alfredo Nasser e todo mundo. E vieram me convidar para voltar a atuar junto ao partido. Mas isso tudo porque eu havia sido oradora antes”, disse.

Porém, seu notável inconformismo com a postura, segundo ela, elitista, de alguns membros do partido, teria, possivelmente, conduzido sua candidatura junto ao PSD, sigla que seria, então, a principal oponente nas urnas da legenda pela qual ingressou em sua carreira política.

“A UDN era um partido de gente ilustre, estudiosa, meio elitista. Hoje eu não sei mais, porque estou há tanto tempo afastada da Política (o partido foi extinto em 1965). Os outros eram uma mistura. Todo mundo servia. Por isso, tinham a globalização humana que a UDN nunca teve. E no meio político, quem quer ser eleito tem que botar a chinelinha no pé e andar na lama. Tem que ser popular. Conhecer o pobre, o rico, o bonito, o feio. Mas, não, a UDN só tinha gente metida”, avaliou.

E, para selar tal veredito, citou um episódio ocorrido na época, que parece ter lhe tirado do sério. “Para você ter uma ideia... Não sei se estou falando demais, mas vou contar uma coisa. Um dia nós fomos fazer um comício em Guapó, que hoje é uma cidade. Mas

que, naquele tempo, era um arraialzinho atrasado. A mulher do então presidente da UDN de Goiás, que já morreu também e eu não vou citar o nome, disse que ia botar luva. Eu disse a ela: ‘escuta, você vai botar luva pra ir lá em Guapó? Olha, pois ninguém vai votar em nós na hora que o povo ver você vestida assim. Pois desse jeito eu não vou. E você vai subir e fazer o discurso, porque a gente tem que ir lá é pra pegar na mão de pobre’”, comentou, inconformada.

E assim, Ana Braga se elegeria, finalmente, deputada pelo PSD, no ano de 1958. Ela lembra, inclusive, como as ameaças, que a perseguiam durante as campanhas, também perduraram durante o seu mandato. “Lá (no antigo prédio da Alego, que ficava na Avenida Goiás) era onde queriam me matar. Daí juntou gente que veio, não sei dizer nem de onde, para me defender. Inclusive, eu via, de lá da tribuna, cabo de revólver na cintura de tudo o que era homem. ‘Mata a Ana Braga aí, que vamos ver o que vai virar’, diziam (pelos cantos). E eu fui à tribuna assim mesmo. Eu me lembro como se fosse hoje quando comecei a falar. ‘Se eu conseguir chegar ao fim desse discurso, parabéns a Goiás e ao Brasil. Se eu não conseguir, que alguém me substitua’”, disse ela, destemida, na tensa ocasião.

Durante seu mandato, ela afirma ter apresentado muitos projetos, cuja lista diz, ainda, manter guardada. Dentre os mais memoráveis, ela destaca um que impunha restrições ao livre funcionamento de bordéis. “Esse projeto deu muito o que falar, por isso eu sempre me lembro dele. Porque os bordéis, aqui em Goiânia, ficavam de porta aberta, em qualquer canto. Uma imoralidade! E eu acabei com isso. Precisou de uma lei. Com ela, as mulheres passaram a ter suas casas de promiscuidade em lugares reservados, não no centro da cidade e muito menos próximo do Lyceu, onde havia muitos estudantes menores de idade”, comenta, com riso meio desajeitado.

Informações coletadas junto ao site da Câmara Municipal de Goiânia, por exemplo, citam ser, de autoria da então vereadora Ana Braga, “importantes projetos para a Capital, como a construção do primeiro necrotério, do albergue municipal, da usina de luz para o distrito de Grimpas (atual Hidrolândia) e da edificação da Estação Rodoviária de Goiânia, além do pedido de verbas para o Teatro Otavinho Arantes (Teatro Inacabado), para os estudantes de Artes Plásticas e Música, para as bibliotecas, dentre outros benefícios para a área cultural”.

Um dos maiores desafios de seu mandato como vereadora foi uma campanha em defesa dos filhos das vítimas da hanseníase, a qual conseguiu atrair a atenção da sociedade e da imprensa, que deram total apoio à causa.

Uma mulher em muitas

“Diante de sua multifária atuação nos mais variados setores da atividade humana e social, vislumbra-se nela não apenas uma mulher, mas uma multidão agindo e interagindo sob o seu nome, como zelosa mãe de família, educadora, jurista, administradora, política e literata”.

A frase, emprestada do advogado e professor Licínio Barbosa, é aqui reproduzida na tentativa de se resumir a trajetória de uma mulher, cujos tantos feitos jamais se esgotariam nessas linhas. Em nossa entrevista, que levou mais de uma hora, muitos outros importantes assuntos foram ainda abordados, como sua contribuição na transferência da capital federal para Brasília, em 1960; seu protagonismo à frente da fundação e condução da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag); sua passagem pela magistratura e suas várias outras formações, dentre as quais ela fez questão de incluir também o curso de Enfermeira de Guerra, surgido em decorrência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Formada em História, Filosofia, Geografia e Direito, Ana é também autora dos seguintes livros: “A Comunicação no Médio Norte Goiano”, publicado em 1973; “Nelly: a Escritora Amiga”, em 1983; “Nossa Senhora da Natividade, Padroeira do Tocantins” e “Um Nome de Mulher na História de Goiânia”, ambos em 1999; “A Força do Regionalismo na Obra de Juarez Moreira Filho”, ensaio, de 2001; “Retalhos” e “Discurso de Posse”, de 2006.

Foi igualmente professora por mais 25 anos e diretora do Ensino Básico na Secretaria da Educação, dentre outros vários cargos públicos por ela ocupados. Além de tudo, é mãe de sete filhos e foi primeira-dama nos municípios de Tocantinópolis e Porangatu. Em suma, “uma multidão”, numa única mulher.

Mesmo diante de todos esses memoráveis feitos, a lembrança que Ana talvez guarde com o mais profundo carinho e com aguda nitidez é a do avô paterno. Ao longo da entrevista, ela recorda, saudosa, das histórias de viagens que ele contava. Histórias de cidades grandes, como a distante São Paulo, que seu Joaquim visitava, de tempos em tempos, para renovar as suas experiências culturais. Experiências essas que, ao seu regresso, seriam vividamente compartilhadas com os seus queridos netos.

Ana Braga, que era ainda uma criança, ouvia todas as narrativas do avô com detida atenção e maravilhado encantamento. E eram tantas histórias inimagináveis! A chegada de três aviadores ao Brasil, por exemplo, foi uma delas. Isto porque aqueles anos em que a nossa entrevistada exercia seus estudos primários, o que se passou no intervalo entre as duas grandes Guerras Mundiais, são reconhecidos como o período áureo da aviação mundial. Episódios célebres desse contexto também repercutiram no cenário nacional brasileiro, país esse que, aliás, ganharia notável destaque no ramo, por ter gestado, em seu ventre, aquele que viria a se consagrar, aqui e em outras partes do mundo, como o próprio “pai da aviação”: Alberto Santos Dumont, o inventor dos primeiros dirigíveis.

“Ah não, vovô! Isso não acontecia, não. Eu nunca vou ver isso”, dizia Ana. Ao que o avô respondia: “Ah! Minha neta, você vai”. A nostalgia em seu rosto nos faz pensar, por alguns instantes, que ela de fato voltara no tempo e vivenciava agora, ali, diante de nós, todas essas histórias de sua meninice.

E, assim, embalada nessas lembranças, que vem e vão, Ana encerra, com sorriso na fala, a nossa entrevista. Em decorrência de sua avançada idade e das memórias que, por vezes, se embaralham, esse texto se constitui numa livre reconstrução da história de Ana

Braga, feita à luz da entrevista citada e de outras fontes de referência a ela relacionadas. Segue a nossa conversa, na íntegra.

A senhora é natural de Peixe, hoje, Tocantins, que, na época, integrava o estado de Goiás. Seus pais também são do Norte? Como era a sua família? Quais as maiores lembranças que a senhora carrega da sua infância?

Sou filha de Anísio Braga e Edetina Nunes. A minha infância, essa eu acho que não foi bem comum. E eu digo isso sem vaidade nenhuma, porque eu não gosto de vaidade. “Vanitas vanitatum et omnia Vanitas” [Vaidade das vaidades, tudo é vaidade - citação bíblica do livro de Eclesiastes]. Não vale a pena ser vaidoso. Eu nasci menina pobre, de pai carpinteiro. Meu avô até tinha algum recurso, era fazendeiro. Mas isso naquele tempo, naquelas brenhas, como se chamava, não era lá grande coisa. Mas meu avô foi de fato um grande nome para a família. Porque naquela época em que eu nasci, em 1923, ele havia viajado o Brasil quase todo. Foi a São Paulo para assistir exclusivamente à chegada daqueles três aviadores, dos quais não me recordo o nome. Ele viajava muito. Mandava notícias do Norte do estado e trazia notícias do restante do Brasil. Não obstante nunca ter estudado, ele era um homem culto. Escrevia muito bem. Sabia muito bem a história do Brasil. Era um homem considerado de certo estudo para a época. O nome dele era Joaquim Nunes Pinheiro.

E como era a vida no Norte do estado, naquela época?

Só havia, naquele tempo, no Norte de Goiás inteiro um único médico, dr. Francisco Aires. Agora você veja a nossa situação. Não havia farmacêuticos formados. Todo mundo ia para Porto Nacional, onde morava esse médico. Mas, os meninos eram doentes. Havia muitos casos de impaludismo [malária], naquela época. Enfim, era uma região de sofrimento. E as distâncias prolongavam e aumentavam o sofrimento, porque não era a fácil comunicação, não havia estradas de rodagem, nada. Vivia-se naquele ambiente. O único homem que, na época, se deslocava de lá [do Norte do estado] por Goiás, era o meu avô. Eu tinha um irmãozinho, que morreu aqui. Virou um rapaz lindo, mas depois morreu. Ele sofria muito de impaludismo, como se chamava na época. Disso sofriam muito as crianças lá do Norte. Elas eram quase todas amarelas, doentes. Não havia médicos onde vivíamos, apenas em Porto Nacional. Era uma luta!

E você, também sofreu com essas doenças?

Eu não. Fui uma menina que a doença poupou. Não havia febre que pudesse comigo. Nunca tive maleita, nem doença nenhuma. E viajava muito com meu avô para as fazendas dele. Viajava na garupa pelos gerais, me embrenhava por tudo que era mato. Era afoita mesmo. Por isso eu tenho apreço. Porque eu cresci sendo uma menina corajosa, destemida. Gostava de conhecer as coisas que eu não conhecia. Eu viajava para conhecer aldeia de índio com o meu avô. Eu era destemida. E ele me instigava a ser assim. E me amava, porque eu era a única neta. Não tinha diploma nenhum, mas era um homem que, naquele tempo, comprava dicionários [Jaime de Séguier] para dar aos netos e parentes. E nos fazia ler, estudar. Então eu devo muito a meu avô.

Foi dele que recebeu, então, a maior influência para a sua formação e trajetória de vida?

Nossa, sim! Do meu avô, que me botava para estudar. Ele ia para fazenda e me levava. Chegava lá e me botava para estudar. Eu deitava num couro que ele mandava curtir, e botava os livros para eu ler. E, depois, ele vinha me tomar a lição, para ver se eu tinha aprendido. Meu avô me puxou muito, sabe? Ele ia para São Paulo, para assistir coisas lá, festas cívicas. Quando voltava, contava tudo para mim. Aí eu falava: “Ah não, vovô! Isso não acontecia, não. Eu nunca vou ver isso!” “Ah, minha neta! Você vai!”, ele respondia, enquanto me contava aquelas histórias da chegada dos três pilotos no Brasil, por exemplo. Ele sabia de tudo! Minha mãe também era inteligentíssima, mas nasceu lá no Norte, coitada, e morreu sem estudar nada.

Além do incentivo aos estudos, seu avô também foi o responsável por estimulá-la para encarar os desafios que viria assumir mais adiante, na vida política, por exemplo?

Sim. Devo muito isso ao meu avô, porque ele me contava as histórias das andanças dele e sempre dizia assim: “minha filha, você ainda é a netinha que vai dar nome à sua família”. E os demais parentes sempre reproduziam isso também. Quando eu vim estudar, aqui, em 1935, ele nos acompanhou, a cavalo, de lá da cidade de Peixe, onde nós nascemos, até Trindade. Coitadinho, já estava velho! Eu tive que sair, porque lá, naquela época, minha filha, só tinha uma escola normal e a única escola de segundo grau da região ficava em Porto Nacional. Então nós viemos para cá. Foram quase três meses de viagem!

Você viria a se formar, posteriormente, em Geografia e História. Também cursou Filosofia, Ciências Jurídicas e Sociais, além do Magistério. Como foi exercer tantas funções?

Fiz também o curso de enfermeira de guerra, porque, naquele tempo, a Legião Brasileira de Assistência exigiu que as primeiras-damas dos estados organizassem um grupo de mulheres aptas a atender os feridos, caso fosse necessário. Isso se deu quando o Brasil entrou na [Segunda] Guerra³¹. Nós éramos entre 15 e 20 mulheres, nessa turma. Na Promotória, eu fiquei por pouco tempo. Fiz concurso para juíza e passei. Mas como a falta de juízo era muita, eu lá queria saber de ser juíza? Nada! Se eu tivesse enveredado por essa carreira de magistrado, hoje eu seria uma juíza ou desembargadora aposentada. Eu estudava muito. No tempo em que advoguei, não perdi uma causa. Eu atuava mais na área penal.

Seus estudos colegiais te deram essa base toda?

Sim. No colégio, naquele tempo, havia toda semana uma aula de declamação³², algo assim. Coisa que não era comum. Nessa tal aula, que era todos os sábados, a gente

**Acesse aqui as
notas da página**



tinha uma hora para aprender a falar bem, falar de improviso. Inclusive, eu acho que isso podia existir nas escolas ainda hoje, porque muitas autoridades sobem à tribuna e falam tanta besteira, que nós às vezes temos até vontade de não ouvir. Mas naquele tempo não era assim. Pelo menos não no meu colégio, que era o Santa Clara. Que também já não é o mesmo.

Como foram seus estudos ali?

Entrei no Santa Clara quando eu tinha 10 anos. Não sei porquê, Deus me ajudou e logo me destaquei no colégio. Talvez por eu ser a menina mais pobre que entrou lá, naquela época. Ali era um colégio, rigorosamente, de ricos, vamos dizer assim, com a população estudantil vinda do interior do estado. Tinha até aluna de fora de Goiás, de São Paulo. Célia Daher mesmo era de Ribeirão Preto, e foi minha colega. Eram cento e tantas internas e não sei quantas externas e semi-internas, que passavam o dia na escola e à tarde iam para casa. Eu era externa, porque meu pai, carpinteiro, não podia pagar o internato. Mas eu me esforçava tanto... E havia, naquele tempo, um bairro chamado Toquinho. Já pelejei para saber como o bairro se chama hoje. Só sei que era muito longe do Santa Clara. Eu levantava de madrugada, tomava meu cafezinho, só com pão e manteiguinha pouquinho e lá ia eu para o colégio, com os livros debaixo do braço. Até que meu pai arranhou uma malinha de couro e eu passei a usá-la. Andava bem mais de meia légua, eu acho [mais de 3 km]. Sei que era longe, mas eu ia. Chegava lá, era rigorosíssimo, com fila para entrar e tudo. Era um regime militar. Sábado tinha uma vistoria. Olhavam a cabeça, se tinha piolho, e depois desciam e examinavam o tamanho das unhas. Era um colégio rigoroso, inclusive na conversação. Aula de português tínhamos todos os dias. Nunca vi uma professora de português igual a que eu tive, a Irmã Maria da Glória, que já morreu. Califasia era o nome da aula que a gente fazia e que quer dizer falar bem. Então a gente tinha que falar. Ou era de improviso, ou lendo, ou apresentando um trabalho. Isso nós tínhamos que entregar todo sábado. Era um discurso, uma carta, o que fosse, para ver se escrevia bem. Era um rigor mesmo. Mas valeu a pena. E eu fui me destacando. Porque imagino que, naquele tempo, as outras deviam pensar: “o que mulher quer fazendo discurso?” Já eu não pensava isso. E assim foi que eu me tornei oradora, em Trindade, no curso primário. Fui oradora quando normalista e faço discurso até hoje. Quer dizer, escrevia até há bem pouco tempo. Fiz discurso inaugural também para a Academia Feminina de Letras, quando ajudei a fundá-la. E assim por diante. E foi daí que cresceu meu pobre nome no meio de alguns nomes muitíssimos ilustres.

Sua fama política começou ali no Colégio Santa Clara, então?

Sim, ali adquiri fama política, porque quando veio a Revolução de 1945, e o Brasil se redemocratizou, não havia mulheres que queriam ir para a tribuna. Dona Floraci Aires, que era filha do Zoroastro Artiaga³³, tinha me descoberto numa festa do colégio onde eu havia feito discurso, e fez questão de que eu fosse visitá-la na casa dela. E todo dia eu ti-



**Acesse aqui as
notas da página**

nha que ir até lá, porque quando eu não ia, ela vinha atrás para saber o porquê. Então ela, que era uma professora renomada, tornou-se uma grande amiga mesmo. E ela me dava muitas aulas, ensinava gramática. Ela me adotou intelectualmente, digamos. Ela e o doutor Zoroastro. E assim eu fui adquirindo interesse pela intelectualidade. Escrevia muito discursinho, carta e tudo. E sempre tive notas boas no colégio. Em português, principalmente. E comecei aí, sendo oradora da minha turma, discurso que eu guardo até hoje. De tão tola, eu escrevia em letra verde, que era para dar esperança.

A senhora recebeu o apoio de mulheres importantes, ao longo de sua trajetória. Na carreira jurídica também foi assim?

Sim, porque eu estudava mais com as mulheres. Nesse tempo havia a Cremildes, que era de Campininha³⁴. Um talento jurídico! Foi minha colega. Tinha um pai muito inteligente. Tanto que eu dizia: “Cremilda, você tem duas universidades, a nossa de Goiás e o seu pai”. O pai dela foi o primeiro goiano que se formou na universidade de São Paulo. Nós tínhamos o doutor Zuza [pai de Cremilda] como professor. E ele tinha gosto em nos ensinar. Graças a ele, nós nunca perdemos nenhuma ação. Mas já deixamos de advogar há algum tempo, muito por causa da saúde. Cremilda: ali é talento!

E a senhora gostava mais de que área do Direito?

Eu gosto mais do Direito Penal. Nunca perdi uma defesa na área.

A área jurídica foi já um dos seus últimos trabalhos, além da escrita. Mas, voltando um pouco, qual foi o seu primeiro trabalho?

Depois de formada no Magistério, eu, filha de pobre, pensei: “agora eu vou lá fazer um pedido ao senhor Pedro Ludovico³⁵”. E bati lá no Palácio. O doutor Pedro me conhecia também pelas festas lá no colégio, essas coisas. Porque, às vezes, quando ele ia lá, ouvia muitos falando meu nome. Quando eu entrei na sala dele, ele me reconheceu: “uai, menina, você já veio pedir emprego?” E eu respondi: “exatamente, o senhor adivinhou. Foi isso mesmo que eu vim fazer, e não quero sair daqui com um não como resposta, porque eu sou pobre e preciso trabalhar”. Foi então que ele disse: “senta”, e eu sentei. Aí, ao invés dele ir logo ao assunto, ficou me perguntando coisas sobre o Norte. E a conversa foi indo, até que certa hora ele falou: “então, pode saber que eu vou bater o decreto”. E foi assim que, no dia primeiro de maio de 1942, eu comecei a trabalhar como funcionária pública. Na Secretaria da Fazenda foi onde fiquei por um tempo, como subchefe da Seção de Redação [Oficial]. E eu não me incomodei [em ser chefe], porque os que lá estavam não sabiam mais do que eu mesmo. Mas, há sempre na vida da gente um mas, não é mesmo? Acontece que eu nunca fui de tolerar desaforo. Infelizmente, a humildade em mim não chega a esse ponto. Tinha lá na repartição um chefe que era Nicanor Albernaz³⁶. Eu era, então, encarregada de redigir os ofícios. E passava para a mesa dele, para verificar se estavam



corretos. Um dia ele riscou lá algo que tinha escrito. E eu fui buscar saber o motivo. Cheguei para ele e perguntei: “seu Nicanor, eu queria que o senhor me explicasse, por favor, por que riscou isso aqui? Por mais que eu leia, em minha ignorância, eu não alcancei saber qual o erro”. Ele respondeu: “é porque eu não gostei dessa frase”. E eu respondi: “ah, certo! Se o senhor não gostou é outra coisa. Se tivesse dito que não gostou da fórmula, eu teria modificado. Mas riscar como erro, por favor, o senhor não faça isso mais nunca, porque eu sou moça, estudei num colégio muito honrado e não quero desonrá-lo. Pretendo seguir meu destino de forma independente, mas com bom comportamento e muita dignidade sempre, sem ferir ninguém e sem ser ferida”. Ele respondeu: “então deixa esse ofício aí, que depois eu vejo”. E eu disse: “não, senhor! Eu vou refazê-lo tal como antes, e o senhor faça o favor de assinar”. Ele assinou e aí acabou a inimizade.

E a sua relação com a Academia Feminina de Letras de Goiás (Aflag)?

Nós perdemos, no estado de Goiás, uma grande mulher, que foi a Rosarita Fleury³⁷. Se você a olhasse por fora e de longe, provavelmente pensaria: “que mulher apagada!” Mas era um monstro de mulher, no sentido da cultura. Boazinha. Fala branda, mansa. Apenas de vê-la, talvez você não enxergasse a cultura que ela possuía! O pai dela³⁸, que era desembargador, foi quem inventou que precisava ter uma Academia Feminina de Letras e incutiu isso na cabeça da filha. O que era justo, não é? Porque, até então, só tinha academia masculina, essas coisas. Nessa época, eu andava de um canto para outro, para aqui, para acolá. Eu viajava muito. Até hoje eu ainda viajo muito. Agora mesmo, acabo de chegar da Bahia. Então, eu estava lá na roça, lá para as bandas do Norte [de Goiás], quando recebo um telefonema da Rosarita, me perguntando que dia eu viria para Goiânia. Eu não sabia dizer quando e ela já foi logo pedindo: “vem logo que nós estamos precisando de você aqui”. Engraçado, isso vai fazer 70 anos agora! Nesse tempo, tinha também a Nelly Alves de Almeida³⁹, que também era uma grande escritora. Foi uma professora extraordinária, tendo sido, inclusive, autora de vários livros só sobre a Língua Portuguesa. Aquela, sim, tinha a gramática dentro da cabeça. Era um crânio em língua portuguesa, história e tudo. Mas era também muito humilde. E por duas razões. Primeiro, porque era de natureza humilde mesmo. Segundo, porque tinha um marido tão ciumento, que, minha nossa senhora! Coisa esquisita. Doentia, até. Uma mulher que tem um marido assim fica limitada em mostrar o que é, porque o cabra acha ruim. Marido ciumento é um negócio perigoso! Eu é que nunca tive um marido assim. O casal tem que ter confiança um no outro. Amor sem confiança, não é amor...

Vocês três fundaram a Aflag?

Sim. Quando eu cheguei em Goiânia, Rosarita me veio com esse convite para fundar a Academia Feminina de Letras. “Rosarita”, disse a ela, “eu já ando cansada dessas coisas. Estou caçando jeito de ir pra roça e ficar lá ajudando o meu marido a construir uma fazenda⁴⁰”. Mas ela insistiu e eu acabei aceitando. Depois ela teve a ideia de chamar a comadre



**Acesse aqui as
notas da página**

Nelly, que era madrinha de minha filha, Edetina. A mim tocou a parte de arrumar as mulheres que serviam para entrar na academia. Porque eu, que não fui filha de rico, nem de família nobre, graças a Deus, toda vida tive muitas amizades, tanto com gente da alta, como da baixa e da média. Eu, Ana Braga, a filha do carpinteiro Anísio... Cumprir a nova missão foi uma tarefa dura, porque as mulheres da alta [sociedade] não gostam de ficar de fora dessas coisas. Mas nós buscávamos mulheres que tivessem talento para a arte da escrita.

■ Não havia mulheres com esse perfil ali? Como a senhora fez para encontrá-las?

O problema maior para reunir essas mulheres foi o medo. Muitas tinham cultura vasta, mas tinham medo de escrever até mesmo uma página. Medo de falar. Por isso, não falavam em público. E qual é o instrumento mais violento que o homem tem? É a palavra. Veja que os grandes homens eram grandes oradores. Porque a palavra destrói e constrói. Num Tribunal do Júri, um advogado que não souber fazer esse movimento, não defende e nem acusa ninguém. Para resolver esse impasse, eu fiz, então, uma lista. Eu conhecia bem esse ambiente cultural nosso, porque circulava por ele desde pequena. E depois fui professora por muitos anos. Peguei, então, essa lista e fui bater de casa em casa, fazendo um convite a cada uma das mulheres para que ingressassem no projeto. Naquela época, se não me engano, só havia umas duas academias do gênero⁴¹. Tínhamos muito a contribuir nessa área, visto que Goiás era um estado timoneiro, devido à recente mudança da capital federal. Com esses argumentos, consegui o apoio de todas, ainda que muitos tenham sido apenas de promessas. Financeiramente ninguém ajudava, nem nunca ajudou. Quem sempre nos ajudou um pouco foi o Estado. E a Rosarita, diga-se a verdade, que foi um pé de ouro. Ajudou demais! Rosarita Fleury: a primeira romancista do estado de Goiás. O livro dela é aquele: Elos da Mesma Corrente. E a comadre Nelly, que é autora de vários livros. Nelly Alves de Almeida: um crânio.

■ E quem mais vocês chamaram?

Nós fizemos aquela lista. E eu fui de uma por uma, pessoalmente, convidá-las em nome de Rosarita Fleury, que seria a fundadora notável, porque teve a ideia, e da Nelly. Eu sinto muito a falta de Nice Monteiro Daher, que foi a nossa primeira oradora. Um talento que já se foi⁴². A mulher do Hélio Seixo de Brito⁴³ escrevia muito bem também⁴⁴, mas não tinha muita oratória. Não sei como anda a academia hoje, porque meu estado de saúde não permite. Não ando quase. E essas coisas exigem da gente muita atividade pessoal. Mas também não dou opinião. Recentemente, muitas têm entrado, as quais eu pouco conheço. Sei que entraram muitas de Anápolis. Mas vai indo⁴⁵. Graças a Deus, quase todo mundo hoje escreve, não é? Uns escrevem bem, outros mal, mas todos escrevem. E tem muita gente inteligente em Goiás que escreve bem. Da geração moça é que está aparecendo mais pessoas capacitadas. Agora, eu é que quase não escrevo mais.

**Acesse aqui as
notas da página**



Como era a convivência com os outros deputados, na sua época de parlamentar?

Não era uma convivência, era uma revolução ali dentro. Naquele tempo, não era fácil. Mas eu não posso dizer nada dos meus colegas, porque ninguém ousava brigar comigo. Essa é a verdade. Ninguém, na Assembleia! Todos me admiravam e eu a eles. Todos! Porque também eu nunca deixei [discussão] de sábado para domingo, não. Eu me lembro de um deputado, inteligentíssimo e já falecido também. Ele começou uma briguinha comigo. Nós éramos da oposição. Ele me fez uma grosseria, não lembro bem o que foi. Aí eu acabei com ele lá dentro mesmo da Assembleia. No outro dia, ele fez um discurso. “Eu quero a deputada Ana Braga - eu tenho esse discurso publicado - como boa amiga, porque com Ana Braga eu não quero briga”, disse. Naquela época, não se brincava em política, não. A coisa era feia! Processo era processo. Tudo estudado direitinho. E outra: nós não tínhamos as oportunidades que hoje os deputados têm. Nós não tínhamos esse negócio de auxiliar de gabinete, por exemplo. Quem conhecia bem a língua portuguesa e sabia dar parecer, dava por si. Quem não sabia, tinha que pagar. Outros tinham processos demais, como eu, o Barreto⁴⁶ e outros que eram competentíssimos. Levávamos processos para casa, porque não dávamos conta de tanto serviço. Era trabalho mesmo, não era brincadeira, não.

Dentre as proposições que se recorda de ter apresentado, qual foi a mais marcante?

Uma que deu muito o que falar e, por isso, eu sempre lembro dela. Os bordéis, aqui em Goiânia, ficavam de porta aberta em qualquer canto. Uma imoralidade! Eu acabei com isso. Precisou de uma lei para dizer que as mulheres poderiam ter suas casas de promiscuidade, mas que fossem reservadas, não no centro da cidade e nem muito menos próximas ao Lyceu, onde havia muitos estudantes menores de idade. Eu fiz muitos projetos. Tenho toda a relação deles guardada. Por Deus do céu! Eu não tenho vaidade, mas tenho orgulho de saber que os cargos que eu exerci, em toda a minha vida, foram todos por competência.

Depois de finalizar o seu primeiro trabalho, no governo de Pedro Ludovico, o que a senhora foi fazer?

Acabou o governo dele e eu fui bater na porta do Colégio Santa Clara. Só que lá não se aceitava, naquela época, o que eles chamavam de professores ‘leigos’, que no entendimento deles significava: não ser freira. A madre-diretora, irmã Raimunda, me disse, na ocasião: “olha, nós vamos consultar a madre geral, para verificar se podemos aceitar aqui uma moça que não usa hábito. Porque isso nunca ocorreu em nossa história. Mas como sei que você será uma grande professora, vou fazer umas recomendações pessoais. Daqui uns 20 dias você volta que já teremos uma resposta vinda de São Paulo [onde era a sede do Colégio]”. Quando deu o prazo, eu retornei e a irmã avisou que eu havia sido aprovada,



**Acesse aqui as
notas da página**

mas que, para exercer o ofício, eu teria que me vestir como as demais. Foi assim que eu quase virei freira, sabe? Segui todas as regras que me foram colocadas. Só voltava para casa a cada 15 dias. Porque, na cabeça delas, coitadinhas, estavam me educando para ser freira, realmente. Mesmo eu dizendo para elas: “eu não quero ser freira e nem tenho vocação. Posso até não casar, mas ser freira eu não quero”. Fiquei lá durante quatro anos. No final, eu é que não queria sair, porque gostava de ser professora, de ficar por lá. Mas acabei prestando o concurso para o Lyceu, e lá fiquei durante 25 anos.

A senhora era uma criança quando as mulheres conquistaram o direito ao voto, no Brasil, em 1932. A senhora guarda alguma lembrança dessa época?

Essa conquista veio de gerações anteriores. E foram pouquíssimas as mulheres que conseguiram se destacar no Brasil. Nada como o tempo que evolui. Tanto para quanto evolui. A gente veio para cá, para Goiânia, justamente nesta época em que as mulheres já queriam voar um pouco. Havia até uma canção do Padre Pelágio que falava sobre isso⁴⁷. Essa música foi cantada no teatro, em Trindade, quando eu era menina. Porque, na época, havia teatro na Igreja, com peças ótimas. Otavinho Arantes era mocinho da minha idade. Em casa, a notícia de que as mulheres poderiam votar foi recebida com muito alvoroço. Muitos maridos não queriam que suas mulheres fossem eleitoras. Com a minha mãe foi diferente. Embora ela não tivesse curso nenhum, meu pai era muito amigo dela. E ela era uma mulher evoluída. Deus deu a ela esse espírito. Ela tinha liberdade para fazer o que quisesse, inclusive ser eleitora. Lá em Trindade, muitas mulheres votaram, mas não todas. Mas a coisa não era fácil, não. Porque os homens eram mais machistas do que hoje e queriam que as mulheres fossem subjugadas a eles. Esse era o pensamento da época. E até hoje ainda há homens que pensam assim. Por isso há tantos casos de feminicídio e outras tantas violências cometidas contra as mulheres. Porque as mulheres ainda não conseguiram toda a liberdade de que precisam. E não precisava de brigar, largar o marido, nada. Bastava que se tivesse educação familiar, com bastante pedagogia e sociologia. Um estudo mais evoluído. Eu acredito que com isso as famílias seriam mais tranquilas e teriam mais paz.

E quando foi que a senhora resolveu se candidatar a um cargo eletivo?

Foi nessa época em que lecionava no Lyceu. O então presidente da UDN foi lá em casa com a turma toda, Alfredo Nasser⁴⁸ e todo mundo, me convidar para participar do partido. Isso porque eu havia sido oradora antes. Minha mãe não gostava muito desse negócio [de política]. Mas meu pai, um santo, em tudo queria me atender e interveio junto à minha mãe: “deixa ela ir, Edetina, ela gosta mesmo desse negócio de falar”. E depois disse para os visitantes presentes: “agora, os senhores tomem cuidado porque eu só tenho essa filha e eu não quero ver ela morta. Estou vendo que estão matando uns aí pelo interior do estado, por causa desse negócio de política”. E eles deram a palavra para minha

**Acesse aqui as
notas da página**



família de que nada aconteceria comigo. Sem o apoio deles, eu não iria, porque eu era muito obediente ao meu pai e à minha mãe. Aí eu acompanhei umas quatro campanhas [e dois mandatos] bravamente. Sempre como boa oradora. Mas aí, um dia eu larguei tudo isso de mão e voltei para o Norte. Lá eu casei com um primo meu. Porque essa ideia de política, para mim, valia enquanto se estava podendo fazer alguma coisa. Foi assim que aconteceu, quando decidi, num belo dia, ser deputada. Eu não gastei um tostão e me elegi. Nunca gastei com política um tostão.

Era o fim do Estado Novo (1945), quando a senhora assumiu o seu primeiro cargo eletivo, na Câmara de Vereadores de Goiânia, se destacando como a primeira mulher da primeira Legislatura da Casa. Como foi essa experiência?

Adquiri fama política porque, quando veio a Revolução de 1945⁴⁹ e o Brasil se re-democratizou, não havia mulheres que queriam ir para a tribuna. Pedro Ludovico esteve presente [na política] esse tempo todo, até depois que acabou essa ditadura [primeiro como governador de Goiás, depois como senador da República]. E olha que essa ditadura custou para danar, viu? Quando ela acabou, a democracia estava gritando, pelejando. Mas que mulher queria subir no palanque, naquele tempo, me diz? Aí sobrou para mim. Foi aí que me chamaram para ajudar a fundar uma comissão de mulheres: o Comitê Feminino da UDN [União Democrática Nacional]⁵⁰. E eu fundei. Junto comigo estavam, entre tantas, inclusive, uma irmã de dona Gercina [ex-primeira-dama do estado, esposa de Pedro Ludovico], da qual não me lembro o nome agora. E depois foi aparecendo muita gente, sobretudo quem estava magoada com a ditadura.

Por que as mulheres tinham dificuldade de inserção na política?

É que naquele tempo, ser orador de um partido político não era coisa assim muito fácil. Qualquer um subia na tribuna. Uns tinham educação, outros não. Era um xingatório vivo, uma violência. Tanto que morreu muita gente. Getulino Artiga foi uma das vítimas, por exemplo⁵¹. Dentre muitos outros. Disso eu e minha família tínhamos medo. Um dia minha mãe chegou a dizer: “olha, filha, você não vai mais mexer com essas coisas, porque pobre não tem amigo não e se você morrer, eu fico sem ninguém”. Foi quando eu repassei essa conversa para o povo do diretório [da UDN] e eles foram lá em casa para conversar com o meu pai, garantindo que nada aconteceria comigo. Eu fui cercada de gente para me proteger o tempo todo.

Depois de quase uma década, a senhora voltaria a tentar outro cargo eletivo, agora assumindo uma vaga no Parlamento estadual. Que importância a senhora atribui a esse feito?

Ser deputada estadual foi importante para a mulher goiana, porque não ficou uma cidade no estado de Goiás onde avião descesse, e outras até, a que íamos de carro, em



Acesse aqui as
notas da página

que eu não fosse lutar pela democracia e em nome da mulher. Eu fui a única mulher que, politicamente, fui a todas as cidades de Goiás, assim como a todo arraial e fazenda. Fiquei conhecida justo por essa razão. Muita gente achava, inclusive, que eu já devia me candidatar a deputada federal. E olha que eu ia. Mas aí, onde está a ingratidão humana? Ela é a coisa mais dolorosa que há no mundo. Ninguém nem lembrou de mim para isso não, no final.

A senhora foi deputada em Goiás justo no período que antecedeu o início da Ditadura Militar no Brasil. Para você, o que significou esse período?

Fui a favor da ditadura militar, porque a coisa estava tão anarquizada que, se não houvesse um poder militar, ela não endireitaria.

E a senhora vê algum perigo de um regime como esse voltar a se instalar no Brasil?

Eu não vou falar nada, porque eu não estou no poder. Então, qualquer música que tocar, eu danço. Militar não vai mexer comigo. Meu juramento de enfermeira de guerra é forte. E, no tempo em que militar andou mandando, eu não era mais deputada. Mas eu sempre pautei a minha conduta do lado do que é correto e direito, com muita independência pessoal. *“Ego sum qui sum”*. “Eu sou o que sou”. Seja para morrer ou para viver. Essa frase resume todo o valor do homem. Seja para morrer ou viver, nós só somos aquilo que somos. Isso eu aprendi quando fiz o curso de Filosofia, um dos títulos que mais me prendeu ao estudo. Eu só quero ser o que eu sou, com as minhas qualidades e defeitos, como qualquer pessoa. Porque até os prisioneiros, os ladrões têm as suas qualidades. Nós temos pecado misturado com bondade e é aquele rolo.

E como a senhora faz para manter a sua integridade ética e moral?

Eu procuro estudar. Moral e cívica, História do Brasil, essas coisas mais nossas. E as de fora também, porque senão eles dominam. Todos os países na Europa, eles cuidam de sua moral e cívica, porque querem crescer. Que nós todos façamos força para manter a independência de nosso país! E isso a gente só faz usando o cérebro, como se escreve. Ser brasileiro e ser patriota é custoso.

Na sua época de deputada, a senhora compartilhou o Plenário da Casa com outras duas mulheres. Como se dava a relação entre a senhora, Almerinda Arantes e Berenice Artiaga?

A Almerinda deveria ter mais substância para falar do que eu. Já a minha amiga, Berenice, era uma mulher linda. Quando mataram o marido dela, foi aquele choreiro por dias, anos até. Eu fiquei doida quando recebi a notícia e corri para a casa dela. Pensei que ela fosse ficar doente, morrer, porque eles viviam muito bem. Mas depois disso, não sei porquê, ela nunca mais pisou na minha casa. Eu também nunca mais pisei na dela. E até hoje eu continuo sem saber se ela casou ou não depois. E depois de um tempo eu deixei de ouvir falar o nome do Getulino. Eu é que, às vezes, lembrava o nome dele, porque ali, sim, era um homem de bem! A primeira deputada do estado de Goiás foi Berenice Artiaga,

porque quando assassinaram o marido dela, o Getulino Artiaga, o doutor Pedro [Ludovico] me chamou. Eu era candidata a deputada, nesse tempo, pelo PSD. “Olha, Ana Braga”, ele disse, “eu queria muito que você fosse deputada, porque eu sei que Berenice não será, na Assembleia, o que você será. Mas você pode renunciar, que eu quero eleger Berenice com a maior quantidade de votos que puder, em homenagem ao marido dela, que era meu amigo”. Isso foi uma grandiosidade do espírito de Pedro Ludovico, não foi? Ao terminar a fala, ele perguntou: “você renuncia?” Eu disse: “é agora”. Aí peguei e renunciei, e ela foi eleita. Depois não sei mais o que aconteceu. Só sei que ela saiu da política. E aí a Alme-rinda [Arantes] se elegeu. E eu fui, então, eleita a terceira deputada, junto com Almerinda.

Você, no período em que esteve na vida pública, presenciou disputas e dissensões. Primeiro na UDN, que era um partido de orientação conservadora, liderado, sobretudo, por opositores de Getúlio Vargas. O Partido Comunista perdia espaço político. Quais as consequências disso? Como surge o PSD e em que momento decidiu migrar para essa nova legenda?

Naquela época, em que ajudei a criar a UDN, ainda havia o Partido Comunista [que foi cassado em 1947]. Aí é que começou a briga. Eu não era comunista. Eles eram poucos aqui na política, em Goiás, mas tinham dois deles que eram inteligentíssimos. O Alberto Xavier⁵², que eu acho que estudava dia e noite, porque ele era um orador e tanto e tinha argumentos que talvez os demais deputados da UDN jamais dessem conta de elaborar. A UDN tinha um lema em prol da liberdade acima de tudo, e o Partido Comunista era ligado às ideologias russas. Aí virava um negócio doido. Fui da UDN por muitos anos. E assim assumi como vereadora. Isso porque, antes, o Estado Novo, que finda com a Revolução de 1945, dirigia [reprimia] a oposição, que era a UDN. Mas daí, houve uma revolução provocada pela UDN Nacional, que ficava no Rio de Janeiro. Todos os mandatos dos deputados e vereadores do Partido Comunista foram cassados. Cassaram todos os comunistas. Houve confusão, morreu gente. Nessa época, surgiu também o PSD⁵³. O brigadeiro Eduardo Gomes se candidatou a presidente [pela UDN] e perdeu para Dutra (PSD), que assumiu a presidência [o feito se deu nas eleições de 1945]⁵⁴. A política nacional passou a ser então dominada pelo PSD, que se tornou muito forte. E tanto que a UDN nunca conseguiu eleger um Presidente da República. A UDN era um partido de gente ilustre, estudiosa, meio elitista [o partido foi extinto em 1965]. E em política, quem quer ganhar tem que botar a chinelinha no pé e andar na lama. Tem que ser popular. Conhecer o pobre, o rico, o bonito, o feio. Todo mundo. Mas, não. Era um povo metido. Para você ter uma ideia... Não sei se estou falando demais, mas vou contar uma coisa. Um dia nós fomos fazer um comício aqui em Guapó, que hoje é uma cidade. Mas, naquele tempo, era um arraialzinho atrasado. A mulher do então presidente da UDN de Goiás, que já morreu também e eu não vou citar o nome, disse que ia botar luva. Eu perguntei: “escuta, você vai botar luva pra ir lá em Guapó? Olha, pois ninguém vai votar em nós, na hora que o povo ver você vestida assim. Se for pra ser desse jeito, eu não vou não. E você vai subir e fazer o discurso. Porque a gente tem que ir lá é para pegar na mão de pobre”.



**Acesse aqui as
notas da página**

E como foi ser vereadora pela UDN? Havia muita disputa entre os partidos?

Sim. O Getúlio foi sempre PTB. Ele e UDN nunca foram unidos. A UDN foi, a princípio, liderada pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. Depois vieram outros líderes. Mas nunca saiu dessa linha. Só sei que era uma matação de gente naquele tempo. Uma coisa que Deus me livre! Prova disso foi, como já disse, terem matado Getulino. Então, corria sangue mesmo. No dia da morte de Getulino, inclusive, eu tinha ido fazer um comício em Buriti Alegre. Na hora que eu subi no palanque, o meu companheiro, na ocasião, que era um grande orador, falou assim, para mim: “me disseram que hoje quem falar em primeiro lugar morre”. E eu respondi: “então hoje é nosso dia. E eu falo em primeiro lugar, porque eu não tenho marido, nem namorado, só meu pai e minha mãe. Eles vão (se) conformar. E você é casado, sua mulher precisa de você”. Peguei o microfone, falei, fui aplaudida e nós ganhamos a eleição [para vereadora]. Era desse jeito.

Getulino Artiaga era do PSD, partido ao qual a senhora viria a se filiar depois e pelo qual se elegeria a deputada na Alego. Qual era a diferença entre ambos?

A UDN era um partido forte, conservador. Só que se enfraqueceu depois. Era um partido de pessoas como o Hélio Seixo de Brito [ele foi deputado na Alego na 2ª Legislatura], que era um homem ilustre. Os outros partidos eram uma mistura. Todo mundo servia. Por isso, tinham a globalização humana que a UDN nunca teve.

Como foi atuar no PSD como deputada? Como era o cenário político daquela época?

Quando eu era deputada, nós ficávamos no terceiro andar do jornal O Popular [sede anterior da Alego, que ficava em frente ao Grande Hotel, na Avenida Goiás, em Goiânia]. Ali eu comecei como vereadora, e depois fiquei como deputada. Muito tempo... Lá, uma vez, quiseram me matar. Gente da UDN, inclusive. Gente que veio não sei dizer nem de onde e eu via, de lá da tribuna, cabo de revólver na cintura de tudo o que era homem. “Mata a Ana Braga aí, que vamos ver o que vai virar”, diziam. E eu fui à tribuna assim mesmo e comecei o meu discurso. “Se eu conseguir chegar ao fim desse discurso, parabéns a Goiás e ao Brasil. Se eu não conseguir, que alguém me substitua”, disse. Eu me lembro dessa cena como se fosse hoje. Ninguém podia comigo, não! No meio da rua, por onde eu andava, queriam me matar. Isso tudo porque a UDN queria ganhar do PSD e não conseguia. Era a briga dos dois. Hoje eu nem sei como anda isso, porque eu me afastei da política de uma vez. Eu penso assim: enquanto você está num partido, que tem aquele segmento moral, espiritual, com todos participando do trabalho e da ideologia, está certo. Mesmo que você dê a vida por ele. Mas quando começa aquele negócio, que você luta, luta, luta e depois que ganha, tem a cúpulazinha que fica mandando e pegando todos cargos, para mim não dá. Eu não preciso disso. Eu não preciso de política para viver.

A senhora foi casada duas vezes. Na segunda, inclusive, mudou-se para Tocantinópolis, mesmo ainda sendo deputada. Como conciliava essas duas realidades?

Eu vinha constantemente a Goiânia, uma vez que continuava como deputada, representando, sobretudo, o Norte de Goiás. Nunca mais houve uma mulher, em Goiás inteiro, que representasse o Norte do estado. Isso me dá tristeza, porque tem muitas mulheres inteligentes e grandes oradoras no Norte de Goiás.

Durante o seu mandato, a senhora acompanhou a mudança da capital federal para o Centro-Oeste, que se deu no final dos anos 1960. Que recordações a senhora tem dessa época?

Participei, e muito, da campanha. Defendi a transferência porque era a melhor solução para o Brasil inteiro. Para Goiás, em primeiro lugar, porque ficava como os demais estados do Norte, isolados da capital, que era muito longe. Então, a interiorização da capital federal chamou a atenção de todos os estados e de outros países, inclusive, para o centro do País, porque o centro de decisões passou a ser aqui. Em segundo lugar, porque, com isso, acabou-se também o temor de guerra. Porque na guerra, eu, que sou enfermeira treinada, posso dizer, cidades grandes e litoral são as mais visadas pelos bombardeios. Então, aquilo foi um benefício geral, para o país todo. Também porque as melhores cidades do Brasil eram as do litoral. E hoje já não é mais assim. Se você olhar para o País, há cidades muito boas no interior. Mas, naquele tempo, não, visto que o mar era o meio de transporte mais procurado, uma vez que a aviação ainda era coisa rara. Hoje, a gente tem campo de aviação para tudo quanto é canto. O progresso é algo lento e de época. Tem época que há mais progresso, e outras em que quase não há. Agora, por exemplo, eu acho que nós estamos meio paralisados no progresso nacional, sobretudo. O que nós estamos fazendo de mais evolutivo? Me conta? Quando eu me projetei pelo PSD, foi justo com essa questão da vinda da capital. Isso fez com que os outros partidos se juntassem para apoiar Juscelino, quando ele foi candidato a senador por Goiás. Ele acabou se elegendo, com a unanimidade de todos os partidos goianos, em agradecimento por ele ter interiorizado a capital federal⁵⁵.

Em qual momento decidiu se distanciar da política?

Quando eu desapareci da política, eu fiz questão de desaparecer de vez. Eu não fiquei nem lá, nem cá; nem com fulano, nem beltrano. Porque tem candidato, ainda hoje, inclusive, que vem pedir o voto e conversa todo bonitinho. E você vai e dá o voto. Daí, depois, você não vê ele mais nunca. Então, para quê eu vou querer um partido desse? Quem trabalha em Política quer ver o trabalho dos outros. E quer ver o trabalho de teu amigo, que numa hora difícil pode te socorrer. Assim eu fui deputada. Hoje você vê, tem pobre intelectualizado e capaz que não arranja nem um buraquinho de formiga para ele



**Acesse aqui as
notas da página**

viver, porque há homens que só veem dinheiro. E, além disso, têm uns 50 parentes que precisam empregar⁵⁶.

Qual legado acredita que mulheres como a senhora têm deixado na história do Parlamento goiano? Que mensagem de incentivo a senhora poderia deixar a outras mulheres para que elas possam participar cada vez mais da vida pública e política do nosso Estado?

Antes de dizer qualquer coisa nesse sentido, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar dando essa entrevista, que me deixa realmente muito feliz. Sinto-me profundamente lisonjeada com isso. Não sabia que ainda podia dar uma entrevista. Nem sei se essa entrevista servirá para muita coisa. Mas, no que eu puder constituir de elemento, de guia, de experiência vivida, de conselho, digo, especialmente às mulheres: “viva às mulheres, que têm inteligência, capacidade e experiência. Que queiram e se dediquem a esse termo de vida: instruir-se, cada vez mais. Ler, ler muito. Não ler lendo, em alta voz, mas ler para o cérebro, vagarosamente. Que a mulher moderna possa reconhecer o valor da mulher antiga, daquelas muitas que se destacaram como grandes gênios”. Nós temos que buscar conhecer a história dessas pessoas. E, depois, formar a sua própria biblioteca pessoal. Mesmo que seja pequenina, uma biblioteca pessoal sempre tem o seu valor. É só saber escolher bem aquilo que você quer saber. Conversar com pessoas que são capazes de nos ensinar coisas do passado e saber as novas do presente. Porque tem muita gente antiga por aí que são verdadeiros gênios, mas que não são ouvidos para nada. Essa é a minha mensagem especial às mulheres. E gostaria de dedicar mais uma: aos professores. Hoje eu tenho netos que estão estudando, por isso eu rogo a Deus para que os professores não se cansem nunca dessa mais brilhante e mais nobre profissão, que é o magistério. Ganham pouco, trabalham muito e às vezes nem recebem o apoio, o elogio dos pais, das autoridades. Faz pena, porque do professor nasce o sábio. A menos que nós tivéssemos muitos autodidatas, o que não é fácil. É muito raro você encontrar estudantes que, por si mesmos, procuram um livro e se debruçam sobre ele. No mais, registro mais uma vez aqui a minha satisfação de vocês terem se lembrado da minha modesta pessoa. Nada por ensinar. Mas pude aprender muito, nesta tarde, como, por exemplo: que ainda há jovens, como vocês, que nos encantam com seu interesse pela cultura de Goiás e do Brasil. Por isso peço que voltem para me ensinar, para me contar como está o mundo lá fora...



BETINHA TEJOTA

MANDATO: 16ª Legislatura (2007-2011)

“

Não tem nenhuma
mulher! Olha quantos
homens! Está faltando
**representatividade
feminina** aí!

MATÉRIA PUBLICADA EM 15/04/19

Por Luciana Lima

“Que coisa horrorosa, não tem nenhuma mulher! Olha quantos homens! Está faltando representatividade feminina aí!”, disse a personagem deste texto ao se deparar com o cenário onde seria gravada a entrevista: o Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). No painel de presidentes, montado em uma das paredes da sala, estão expostos os retratos de 47 figuras masculinas. É diante deles que a entrevistada externa sua indignação. Com desenhos assinados pelo artista plástico goiano Amaury Menezes, a galeria revela a face patriarcal de um poder que segue sua linha cronológica com pouca representatividade feminina, e que nunca contou com a liderança de uma mulher.

A constatação, expressa em tom de nítida consternação, na frase de abertura da matéria, foi feita por Adalberto da Rocha dos Santos Pereira Neto, mais conhecida como Betinha Tejota. Goiana, natural do município de Crixás, localizado na região Norte do estado de Goiás, Betinha nasceu em 1963 e mudou-se para Goiânia quando ainda era adolescente (depois de concluir a 7ª série). Filha de uma família numerosa, com 13 irmãos, ela herdou de sua mãe o amor pela literatura e hoje escreve “poemas curtos e simples sobre o amor”. Autora da lei que ampliou a licença-maternidade para servidoras estaduais, Betinha ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás pelo PSB, entre os anos de 2007 e 2011 (16ª Legislatura).

Sobrevivente, a ex-deputada traz no seu corpo as marcas de quem superou, em 2014, um Acidente Vascular Cerebral (AVC) que lhe foi quase fatal. Apesar das sequelas, de que vêm tentando, com êxito, se recuperar, ela preserva, com segura intensidade, o seu vigor pela vida, tentando manter a independência que parece lhe ser bastante característica. Dispensando a nossa ajuda, ela se locomove sozinha por toda a sala em que estamos reunidas. Uma autonomia que se revela, portanto, mesmo nos pequenos gestos.

Vemos, então, diante de nós, a imagem de uma mulher enérgica. Aquela mesma que, outrora, não fugia de nenhum debate, percorrendo, semanalmente, e com inabalável disposição, os diversos cantos do estado. Em seus olhos, pode-se encontrar a defesa constante de seus ideais. Ela, que um dia lutou contra o machismo, contra o assédio e também contra a desmoralização na tribuna da Assembleia Legislativa, faz hoje das redes sociais o palco de seus embates por maior valorização da mulher, sendo uma militante ativa em prol da redução dos altos índices de casos de feminicídio hoje registrados em Goiás.

Sua trajetória política tem início junto ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Época em que era, segundo ela mesma afirma, “metida a marxista”. Mas Betinha, em verdade, sempre esteve cercada pela política, ainda que nem sempre tenha exercido nela o papel principal. Além de ter sido casada com Sebastião Tejota, que foi ex-deputado estadual e presidente da Alego de 1999 a 2003, seu irmão, Alfredo Bambu (Patriota), candidato a reeleição para vereador em Goiânia, no pleito de 2020, também já havia se candidatado a cargos eletivos.

Ao tomar para si o protagonismo no campo político, Betinha brigou pela ampliação da licença-maternidade (de quatro para seis meses), benefício esse que foi então concedido às funcionárias estaduais. E, tendo sido relatora do Plano Plurianual (PPA), lutou igualmente pela priorização da conclusão das obras inacabadas do estado. Além dessas

conquistas, de que fala com muito orgulho, Betinha também afirma ter sido uma ávida defensora da modernização do interior de Goiás, região pela qual ela diz ser apaixonada.

Se tem uma coisa que Betinha sustentou com afinco foi o espírito combativo. Lutar, aliás, foi uma ação levada a cabo em seus quatro anos de mandato na Alego. Postura que ela assumia “por questão de sobrevivência”, afirma.

Hoje, divorciada, Betinha acompanha, com orgulho, o trabalho de seu filho, Lincoln Tejota (Cidadania), e de sua nora, Priscilla Tejota, os quais perpetuam, agora, parte do seu legado político. Ele, enquanto atual vice-governador do Estado, e ela como vereadora na Câmara Municipal de Goiânia.

Mãe de outros dois filhos, Flávia e Yuri, Betinha contou, em entrevista à Agência de Notícias, as dificuldades e as vitórias de quem liderou e representou, por uma vez, o povo goiano no Poder Legislativo.

Confira agora, na íntegra, a entrevista concedida pela ex-deputada Betinha Tejota à equipe de reportagem da Agência de Notícias da Alego.

Betinha, para começar nossa entrevista, eu queria saber um pouco sobre o momento em que você decidiu seguir carreira política. Quando surgiu, em você, a vontade de liderar?

Eu não tinha a pretensão de ser deputada, mas os prefeitos das nossas bases pediam para que eu me candidatasse. Sempre falavam assim: ‘Betinha, você precisa ser candidata’. Então, quando meu ex-marido foi para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), eu aceitei o desafio.

Você participou de algum movimento político antes de se candidatar ao cargo de deputada?

Sim, quando eu cursava Pedagogia, na PUC/GO. Eu era metida a ser marxista (risos), fazia parte do DCE de lá. Meu ídolo, naquela época, era o Che Guevara, mas hoje eu sei que ele foi um sanguinário.

A campanha política, em si, foi uma boa experiência para você?

Minha experiência foi maravilhosa. Eu adorava viajar para fazer campanha, mas esse processo foi também muito cansativo.

E quais foram as maiores dificuldades que você enfrentou durante a campanha?

Penso que não encontrei dificuldades, porque os prefeitos queriam que eu fosse candidata e eu sempre fui muito apaixonada pelo interior do estado. Eu tive 23.260 votos, quase 9 mil só em Goiânia. Eu viajava cinco dias por semana na época da campanha, o ritmo era tão frenético que eu cheguei, certa vez, a subir no palanque com os sapatos

trocados: fui com o pé de um e o outro pé, de outro (risos). Só percebi depois, na volta, já dentro do carro.

Você teve o apoio da sua família nesse processo?

Sim, eu sempre tive muito apoio da minha família na vida pública. A princípio, do meu ex-marido e, depois, também do meu filho Lincoln e da minha nora Priscilla.

E aqui na Alego, você teve apoio dos seus colegas?

Não, não tive muito apoio. Havia muito machismo, muita piadinha machista. Eu era muito reservada e nunca aceitei ser desrespeitada. Mas existia muita gente que olhava para nós (deputadas) com olhar de desprezo, duvidando da nossa capacidade, por sermos mulheres. A Assembleia é muito machista. Até eu, por conta disso, adotei uma postura mais incisiva e brava.

Você sente que esse tratamento de desprezo dado às mulheres era uma tentativa de intimidação?

Sim, era um jeito de tentar nos calar, menosprezando nossas demandas. Por sermos mulheres, existia, de certa forma, essa questão do assédio moral. A Assembleia é muito machista, até hoje. Olha só a quantidade de homens! [diz a deputada apontando para o painel de ex-presidentes, constituído apenas por homens]. Isso é uma barreira.

Na Legislatra em que você foi deputada, a representatividade feminina apresentou um de seus índices mais expressivos até então: sete deputadas, no total. Você, inclusive, brinca, chamando o período de “A Casa das Sete Mulheres”, em alusão a uma minissérie televisiva da época. Como foi compartilhar a Legislatra com outras seis mulheres?

Nós éramos sete mulheres aguerridas na Assembleia Legislativa. Nós fizemos um pacto de que mesmo em disputas políticas nós ficaríamos unidas, não arranjaríamos disputas entre nós. E assim foi. Nós éramos fortes, unidas e feministas, nada nos separava. Percebemos que tínhamos mais força unidas do que separadas. Havia também uma afinidade para além do Plenário.

Betinha, ainda falando sobre participação feminina, foi você quem fez a articulação política para a ampliação da licença-maternidade às funcionárias estaduais, que foi aumentada de quatro para seis meses, naquela época. Como foi aprovar esse projeto? Você enfrentou dificuldades?

Para mim, esse projeto foi o mais importante do tempo em que estive aqui. Muita gente não acreditava que eu conseguiria aprová-lo. Por isso, eu tenho muito a agradecer ao doutor Alcides Rodrigues (ex-governador pelo PP; hoje do Patriota), que sancionou e acreditou no projeto, depois de muita insistência minha. Eu pedia muito: “Dr. Alcides, o senhor precisa me ajudar na aprovação da licença maternidade”. Até que, um dia, ele cedeu. Mesmo sendo desencorajada, eu não desisti da articulação e conseguimos aprovar essa ampliação.

Há algum outro projeto que você considere um importante legado da sua atuação?

Sim. Quando fui relatora do PPA, eu briguei para que as obras inacabadas no estado fossem priorizadas. A aprovação dessa matéria também foi difícil de articular, pois muita gente não acreditava que eu conseguiria. No entanto, eu lutei e consegui.

Você disse que não pretende voltar a se candidatar. Mas se voltasse ao Parlamento hoje, faria algo diferente?

Sim, eu seria mais feminista e ainda mais incisiva nas minhas demandas. Pediria cota de 50% para atuação feminina na Alego, pois acho que 30% (para candidaturas apenas) não é o certo, visto que nós, mulheres, somos mais de 50% da população. O justo, portanto, é sermos “metade/metade” no Parlamento.

Interessante a senhora tocar nesse ponto das cotas, porque hoje vemos que as cotas são de 30% apenas nas candidaturas. Mas, na hora do pleito, elas não se convertem em votos efetivos para as candidatas. Qual a sua opinião sobre isso?

Penso que as mulheres perdem muito na eleição pois muitas de suas campanhas, hoje, são feitas apenas nas redes sociais. Campanha tem que ser feita de casa em casa, no corpo-a-corpo. Sem falar também que percebo que a maioria das mulheres ainda não priorizam votar em outras mulheres, por falta de certa maturidade política, digamos.

O que a senhora considera ser, neste sentido, o maior desafio para a mulher na vida política?

A questão salarial/financeira. Entre deputados e deputadas o salário é igual, mas em outras esferas isso não acontece. A disparidade salarial é algo muito grande e isso interfere na política.

É sabido que existe uma representatividade feminina pouco expressiva na esfera política. Qual a sua opinião sobre isso?

Acho que há uma certa falta de maturidade política também de quem se candidata, seja pela falta de persistência ou pela forma ainda pouco eficaz de se fazer campanha. Por outro lado, existe a questão do preconceito, do machismo, que são culturais em nossa sociedade. As mulheres, neste sentido, ainda contam com pouco apoio político e financeiro.



DEL. ADRIANA ACCORSI

MANDATOS: 18ª Legislatura (2015- 2019)
e 19ª Legislatura (2019-2023)

“

Já avançamos muito, mas temos um longo caminho pela frente. Nós precisamos nos sentir encorajadas, precisamos nos unir, apoiar outras mulheres. **Não temer a luta”.**

MATÉRIA PUBLICADA EM 23/05/19

Por Samiha Sarhan

A terceira edição do projeto “Mulheres no Legislativo” apresenta a deputada Dele-
gada Adriana Accorsi (PT), que está em seu segundo mandato nesta Casa de Leis. Dentre
outros tópicos abordados, nesta entrevista, ela fala sobre a importância das mulheres se
unirem para reforçar a luta pela igualdade de direitos. Sua defesa ganha mesmo, em certos
momentos, um ar de convidativo apelo. “Nós precisamos nos sentir encorajadas, precisa-
mos nos unir, apoiar outras mulheres. Não temer a luta”, dirá em determinada altura.

Dona de uma postura forte e decidida, Adriana revela traços de uma parlamentar que
não se deixa intimidar pelas dificuldades da luta e que também não teme dizer o que pensa.
Pode-se imaginar que essa sua personalidade tenha se consolidado após sua longa trajetó-
ria na carreira da segurança pública ou até mesmo que ela esteja associada à figura de seu
pai, o ex-prefeito de Goiânia Darci Accorsi. Mas a entrevistada garante que o seu comporta-
mento firme e combativo foi herdado da mãe, Lucide Verônica Sauthier Accorsi.

“A minha principal influência feminina é a minha mãe. Uma mulher muito forte e
muito corajosa. Ela que me ensinou a ser brava, porque sempre lutou contra a injustiça e
contra a violência a qualquer pessoa”, disse a petista que, na ocasião, carregava, em seu
colo, a pequena Helena. “Quero gravar com ela no meu colo, para mostrar que esse [a
amamentação] é um direito de todas nós. Podemos cuidar e amamentar onde quisermos”,
sustentou, Adriana, enfaticamente⁵⁷. A neném, filha mais nova de Adriana e fruto de sua
união com Fábio Fazzion, assessor parlamentar da Alego, tinha apenas cinco meses de
vida quando essa entrevista foi gravada, em maio de 2019.

Já ao pai, Adriana concede um lugar especialmente relevante, como um exemplo de
aprendizado, em sua trajetória pessoal e pública. “Ele tinha disposição para dialogar com
a população. Fazia política de uma forma alegre e prazerosa. Além de ter uma forma muito
democrática de exercer as funções públicas”, salientou orgulhosa.

Falecido há cinco anos, Darci Accorsi deixou no coração da filha e de toda a família
sentimentos de profunda gratidão e um rastro de incomensurável saudade. “Era um ser
humano muito solidário e generoso, tinha compaixão com as demais pessoas. Sempre
procuro me lembrar disso quando estou diante de uma dúvida. Sempre penso no que meu
pai faria”, disse, saudosa⁵⁸.

Adriana, que é natural de Itapuranga, cidade localizada a 160 km de Goiânia, está em
seu segundo mandato consecutivo como deputada estadual da Alego. Eleita, em 2014, com
43.424 votos, compôs, inicialmente, os quadros da 18ª Legislatura, tendo se reeleito tam-



bém para a seguinte, ao conquistar, no pleito de 2018, 39.283 eleitores. Sempre fiel ao Partido dos Trabalhadores (PT), a parlamentar diz sentir muito orgulho de sua trajetória política.

Orgulho que também se aplica, para ela, ao fato de ser mãe de duas meninas⁵⁹. É ao lado delas e de suas bandeiras políticas, que Adriana diz encontrar as forças necessárias para seguir com o seu engajamento em prol da democracia. “Gostaria que as minhas filhas e as pessoas em geral vissem em mim uma história de luta pelos direitos das mulheres e por uma sociedade mais igualitária”, afirmou, contemplando Helena ao amamentá-la.

Durante a entrevista, Adriana também se mostrou igualmente agradecida pelo aprendizado obtido em sua carreira policial, o que teria lhe rendido experiências gratificantes e desafiadoras⁶⁰. Segundo a parlamentar, um dos desafios que marcaram de forma mais veemente sua trajetória, foi um caso ocorrido em Goiânia, em 2008, relacionado à denúncia de maus tratos sofridos pela menina Lucélia Rodrigues da Silva, que, na época, tinha apenas 12 anos de idade. A notícia ganhou repercussão nacional, quando policiais da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) - liderada, na ocasião, pela entrevistada - encontraram Lucélia acorrentada e amordaçada na lavanderia do apartamento onde morava com sua família adotiva⁶¹.

Pioneirismo

Adriana Accorsi traduz o nome de uma mulher que é pioneira em vários setores da sociedade atual goiana. Além de ter sido eleita a primeira deputada estadual pelo PT em Goiás, foi também a primeira mulher a ocupar o cargo de Delegada Geral da Polícia Civil.

Inobstante serem esse espaços majoritariamente dominados por homens, a deputada, que não teme desafios, enfrentou as dificuldades encontradas em sua trajetória policial com a mesma determinação com que conduz a sua atuação no Parlamento. “Conseguí desenvolver um bom trabalho, demonstrar competência e firmeza. Já conseguimos grandes avanços, mas temos um longo caminho pela frente”, disse em tom acentuado.

Ao comentar sobre o cenário político atual, ela, que em nenhum momento abdica de falar o que pensa, assume, com assombro, sua preocupação com relação à posição que o atual governo federal tem tomado em relação aos Direitos Humanos e, principalmente, aos direitos das mulheres⁶². Ao tratar do assunto, a parlamentar cita a série *The Handmaid's Tale*, inspirada em livro homônimo e traduzido para o português como *O Conto da Aia*, da escritora canadense Margaret Atwood. A obra, com fortes traços de distopia, retrata uma sociedade teocrática regida por uma ditadura militar onde as mulheres são



Acesse aqui as
notas da página

privadas de todos seus direitos. “Vocês assistem O Conto da Aia? Daqui uns dias nós estaremos daquele jeito”, disse.

Segura e incisiva, ao longo das linhas que se seguem, a Delegada Adriana Accorsi relata a sua jornada tanto no Parlamento quanto fora dele. Confira abaixo os detalhes da entrevista com essa mulher aguerrida que vem impactando substancialmente a história de Goiás.

Você deu à luz a sua segunda filha, Helena, no final da 18ª Legislatura da Alego, em 2018. Como está sendo conciliar essa 19ª Legislatura com a maternidade?

É um desafio conciliar esses dois mundos, mas é muito interessante. Eu, que fui mãe muito jovem da Verônica, agora sou também mãe da Helena. A experiência da maternidade é uma oportunidade maravilhosa de aprendizado e, além disso, estou atuando em um mandato muito desafiador, em uma época muito difícil, principalmente para nós, mulheres. Nós temos aqui só duas mulheres deputadas, de modo que a baixa representatividade cria em nós (nas parlamentares eleitas) um senso de responsabilidade muito grande. É preciso fazer um bom trabalho, estar presente para representar as mulheres de Goiás. Também é preciso ser boa mãe. É um desafio. Mas eu me sinto preparada e animada.

A gente percebe que a Helena, que está apenas com cinco meses, é muito tranquila, tanto que estamos gravando com ela no seu colo. Ela é sempre assim tão tranquila quanto parece?

Sim, ela já é acostumada com a política. Eu estava grávida dela durante toda a campanha. As pessoas ficavam muito surpresas. Acredito que uma candidata grávida seja algo raro. As pessoas se admiravam e diziam “vai firme, cuide de Goiás, pela sua filha e pelos nossos filhos também”.

Você cresceu em um ambiente político. Seu pai, Darci Accorsi, sempre esteve na militância política. Isso te influenciou?

Sim. Meu pai foi uma pessoa que me influenciou muito, não só na política, mas também na formação do meu caráter, tendo orientado os meus princípios de vida. Minha mãe também exerceu grande influência sobre minhas escolhas. Lucide Verônica não concorreu a cargos eletivos, mas sempre foi uma pessoa muito atuante, muito corajosa. Foi uma das fundadoras do Sindicato dos Enfermeiros aqui em Goiás. Dessa forma, eu fiz parte de toda essa movimentação sindicalista durante a minha infância e juventude. Comecei a minha vida pública justamente na minha adolescência, no movimento estudantil.

O legado que seu pai deixou na política goiana ainda exerce influência sobre sua carreira na vida pública?

Sim, ele ainda influencia, embora, infelizmente, eu tenha perdido o meu pai há mais de quatro anos⁶³. Mas eu acredito que ele gostava mesmo era de estar com as pessoas, a política para ele era então uma atividade prazerosa, de alegria. Foi um prefeito, deputado, vereador, que gostava de estar com o povo, com a população, nos bairros e nas cidades do interior. Então toda essa sua disposição para dialogar me influencia muito até hoje. Outra coisa que também me orientou bastante foi a sua forma democrática de fazer política. Por outro lado, meu pai era também uma pessoa muito solidária, muito generosa e tinha compaixão com as demais pessoas. Sempre procuro me lembrar disso quando estou diante de uma dúvida. Sempre penso no que meu pai faria. Ele foi uma pessoa que teve uma infância muito pobre, passou muita dificuldade e era ainda muito jovem quando perdeu o pai. Meu pai passou por muita tristeza, por isso sempre demonstrou muita compaixão pelas pessoas, sobretudo pelas mais empobrecidas, mais humildes, que estavam passando algum tipo de necessidade. Ele também sentia muita satisfação em viver e muita alegria por estar com a família. Meu pai era uma pessoa muito carinhosa e sempre muito alegre. Ele tinha uma risada que a gente ouvia de longe.

Como você acredita que seu pai seja lembrado pelo povo goiano?

Aonde eu vou em Goiânia, em Goiás, as pessoas se lembram do meu pai, enquanto liderança do PT, por ele ter sido um dos fundadores do partido em Goiás, e também como professor e prefeito. É considerado um dos melhores prefeitos da nossa história.

Geralmente, um bom político acaba adotando a população como segunda família. Você sentia falta do seu pai por ele estar grande parte do tempo fora de casa, trabalhando?

Não exatamente. Meu pai saía muito, mas isso, para nós, era algo tão tranquilo. Éramos acostumados. A minha mãe participava da política também. Muitas vezes meu pai ficava com a gente, com meus dois irmãos e eu, para que a minha mãe pudesse ir a reuniões, seminários e atividades. Ela tinha a militância dela na questão classista da enfermagem e meu pai sempre apoiou esse trabalho. Então, para nós era muito tranquilo.

Em 2000, depois de ser aprovada no concurso para delegada de polícia, você passou por várias comarcas de cidades como Nazário, Turvânia, Bela Vista e Cristianópolis. Como foi passar por essas experiências?



**Acesse aqui as
notas da página**

Foi um aprendizado muito grande. Eu sou do interior de Goiás, e gosto do interior. Na Polícia Civil a gente começa no interior. Vai para longe da Capital para servir a quem está precisando mais. A primeira cidade em que fui acolhida como delegada foi Turvânia. Fui muito bem recebida no local. Lá, fiz grandes amizades que perduram até hoje. Inclusive, em junho é realizada a festa da cidade⁶⁴. Todos os anos eles me convidam. No interior, foi onde eu pude aprender muito do que sei hoje, porque lá é possível conhecer melhor as pessoas da comunidade. Com o passar do tempo, conforme vamos sendo transferidos e atuando em diversas cidades mais próximas da Capital, nosso trabalho vai se tornando conhecido e é possível que consigamos conquistar uma promoção. No meu caso, isso aconteceu quando eu fui convidada para ser chefe da Delegacia da Criança e do Adolescente em Goiânia, em 2003.

Você foi a primeira delegada titular da Delegacia da Criança e do Adolescente, em Goiânia?

Não, fui a segunda. Essa delegacia foi uma das primeiras especializadas do Brasil e a primeira Delegacia da Criança e do Adolescente em Goiânia. Fiquei mais de oito anos como chefe dessa delegacia. Foi um trabalho que me realizou profundamente, pois pude ajudar a combater casos de pedofilia, assassinatos de crianças e exploração sexual. A função não só me ensinou muito sobre o trabalho policial, mas, sobretudo, sobre a natureza humana, sobre o sofrimento das pessoas. Essa experiência se tornou uma base muito forte para o meu trabalho como deputada, principalmente para defender as mulheres e as crianças, porque, por meio delas, eu fui conhecendo o sofrimento das famílias.

O caso da menina Lucélia foi muito marcante para a sociedade goiana. Como foi atuar nessa investigação?

Foi uma situação que nos marcou muito, pela crueldade imensa que envolvia aquele caso, pela covardia, pelo tempo decorrido das violências que aquela criança sofreu, e também porque, se não fosse a denúncia anônima que chegou até nós, Lucélia teria sido assassinada. Isso foi muito forte e me ensinou muito sobre o trabalho da Polícia Civil, sobre a necessidade de verificar as denúncias e acreditar nas crianças quando elas falam. Também serve de lição para a sociedade. Logo depois daquele caso, nós recebemos 100 mil denúncias. Foi uma lição para que a sociedade aprendesse que a criança que está ao seu lado pode estar sofrendo uma violência e você não prestou atenção. Se você olhar com carinho, pode perceber uma situação em que precisa se pronunciar e alertar as autoridades.



Você acompanhou o desenvolvimento da menina depois do ocorrido e mantém contato com ela até os dias atuais?

Sim, sou, inclusive, madrinha de casamento dela. Ela, hoje, tem duas crianças. Para mim é uma felicidade muito grande saber que ela está muito bem. Lucélia conseguiu superar esses problemas na medida do possível, é claro. Afinal, ela ainda carrega muitos traumas decorrentes dessa experiência. A violência, sobretudo a psicológica, marca profundamente as pessoas. Então, mesmo tendo recebido assistência e acompanhamento psicológico, sido adotada e passado um tempo fora de Goiás, toda essa violência deixou cicatrizes profundas na vida de Lucélia. Mas ela conseguiu prosseguir, está muito bem e isso é uma alegria muito grande para nós que acompanhamos todo o caso.

Você acredita que a profissão de delegado de polícia pode transformar a vida das pessoas?

Sim, e eu falei isso, há poucos dias, em uma palestra aos novos delegados. Eu disse que a profissão de delegado te dá a oportunidade de transformar, e até de salvar, a vida das pessoas. Isso faz eu me sentir realizada.

Em 2011, você foi superintendente de Direitos Humanos e logo em seguida a primeira mulher Delegada Geral da Polícia Civil. Como foi essa fase?

Foi ótimo. Fui a primeira mulher a ocupar a posição de Delegada Geral da Polícia Civil no estado de Goiás. No Brasil, inclusive, só tivemos outras cinco mulheres, até agora, a ocupar esse cargo. Foi uma fase de muito aprendizado e muita dificuldade. É um desafio chefiar uma instituição que tem uma tradição masculina. As pessoas associam muito, e de maneira equivocada, o uso da força física a uma sensação de segurança.

Como você lidou com isso, com esse ambiente tão masculinizado, digamos?

Eu sempre me preocupei com o sentimento das pessoas em relação à minha posição como delegada. Vejo que já avançamos muito nesse sentido. Hoje podemos observar um número muito maior de mulheres nas forças policiais, e que elas têm o respeito da população. Acredito que isso é também fruto do trabalho e da dedicação das colegas que vieram antes de nós, que foram muito honestas, competentes e que abriram espaço para outras mulheres. Isso vai transformando aquela cultura de que a mulher não tem capacidade para ser policial. Nós somos, em geral, bem recebidas pela população. Eu, por exemplo, fui muito bem acolhida, tanto no interior do estado como aqui em Goiânia. Então, esse é um caminho em que nós temos avançado bastante. Eu tenho muito orgulho de fazer

parte dessa história. Mas acredito que nós temos que avançar muito mais. Como chefe da Polícia Civil, foi um grande desafio, como eu disse, por ser uma instituição prioritariamente masculina, mas acredito que consegui fazer um bom trabalho, demonstrar competência, firmeza, e assim nós avançamos muito.

Em 2013, a senhora foi convidada pelo então prefeito Paulo Garcia para assumir a Secretaria Municipal de Defesa Social. Já em 2014, a senhora se candidatou a deputada estadual. Esperava vencer com 43.424 votos?

Não, pois foi a minha primeira candidatura. A gente sabe do carinho das pessoas, do sentimento de admiração e reconhecimento, mas nunca sabemos se esse sentimento se transformará, de fato, em votos. Então, eu fiz uma campanha muito próxima das pessoas, caminhando nas ruas, conversando, falando do meu desejo, compartilhando minha experiência como delegada, sobretudo na defesa das mulheres e das crianças, que eu acredito serem as que mais precisam da nossa atenção, uma vez que são ainda sub-representadas nas esferas de poder e de decisão. Foi esse o meu esforço. Ter sido eleita deputada, depois de ter atingido o grau máximo de promoção dentro da minha carreira na segurança pública, significou, para mim, um voto de confiança que as pessoas estavam dando em reconhecimento à minha atuação como delegada. Fui eleita a deputada mais bem votada da primeira legislatura em que atuei (2014). Nas eleições de 2018, fui novamente eleita a mais bem votada pelo Partido dos Trabalhadores (PT)⁶⁵. Então, é uma honra muito grande, mas também é uma grande responsabilidade estar aqui representando mais da metade da população de Goiás, que são as mulheres.

Você apresentou 121 projetos, dos quais 28 foram sancionados. A Lei 20.473, por exemplo, foi sancionada no começo de 2019. Ela é proveniente do projeto nº 1482/18 que institui a Política de Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Temos aqui um exemplo bem sucedido, podemos dizer assim, da sua atuação parlamentar frente ao combate à violência contra as mulheres, que outras ações você destacaria, nesse sentido?

Combater a violência contra as mulheres é uma causa pessoal para mim e um grande desafio no nosso estado. Goiás é o segundo estado com mais casos registrados de feminicídio no Brasil, bem como um dos estados em que mais mulheres são vítimas de todo o tipo de agressão⁶⁶. Defender as mulheres é uma das minhas maiores prioridades aqui na Alego. Eu e Lêda somos as únicas mulheres em um total de 41 deputados, e isso ilustra que há, ainda, uma baixa representatividade feminina em espaços de poder e decisão. Nós temos proposto diversas ações, não só projetos de lei, mas também requerimentos, como, por exemplo, a criação de delegacias especializadas na proteção a mulheres, bem

**Acesse aqui as
notas da página**



como a criação de abrigos para acolher mulheres, e seus filhos, que se sintam, de alguma forma, ameaçadas em seu ambiente doméstico. Há também os centros de referência, que são locais em que as mulheres recebem orientação médica, psicológica e jurídica. Ela então é acolhida para que possa enfrentar o problema, encontrando ali o apoio de que necessita. Tenho percorrido o estado falando sobre isso, realizando audiências públicas sobre esse assunto. Goiás precisa avançar muito ainda nessa questão. Nós temos poucos centros de referência⁶⁷. Apenas 10% das cidades possuem Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, e isso é muito pouco. São duas delegacias para mais de 240 municípios⁶⁸. Além disso, faltam abrigos. Quando a mulher denuncia, muitas vezes, ela se coloca, e coloca também seus filhos, em uma situação de grande risco de vida. No entanto, a maioria das cidades não possui abrigo para acolher essas mulheres. Há em Goiânia um abrigo municipal⁶⁹. Tenho muito orgulho também por ter contribuído na viabilização do recurso federal que possibilitou a construção desse abrigo. Hoje, as mulheres que registrem queixa de violência em alguma das duas Delegacias da Mulher existentes em Goiânia são encaminhadas a esse abrigo. A Guarda Civil Metropolitana está armada e treinada para proteger essas mulheres. A minha ideia é fazer esse tipo de abrigo em todo o estado de Goiás, mas, para isso, o município, o estado e o governo federal precisam se unir para trazer esse recurso. Nós temos o Cevam (Centro de Valorização da Mulher), que é uma Ong, e que tem passado grandes dificuldades do ponto de vista financeiro⁷⁰. Há outras cidades que têm esse tipo de abrigo, apesar de serem ainda poucas as unidades construídas no estado⁷¹. Estamos lutando para que, em breve, seja instalada uma dessas unidades também em Aparecida de Goiânia. Dessa forma, eu me esforço muito para, por meio da posição e do poder a mim confiados, trazer mais segurança para as mulheres do estado de Goiás. Foi nesse sentido que apresentei o projeto citado, e que agora se tornou lei, para a implantação, no estado, da Política de Atendimento à Mulher Vítima de Violência. A partir dessa política, a mulher, assim como seus filhos, poderá ser atendida nos órgãos de saúde, ser encaminhada a abrigos e, se necessário, obter apoio jurídico. O objetivo principal, da política pública em questão, é que a mulher receba, de fato, apoio do Poder Público nesse momento em que se encontra mais fragilizada, e em que mais precisa de apoio.

Dessa forma, agora é considerado crime negar atendimento à mulher vítima de violência?

Sim. Agora é obrigatório que nosso Estado preste esse atendimento. É claro que é necessário que haja em Goiás, assim como em todo o mundo, uma mudança cultural sobre essa questão do machismo, que é o pilar que sustenta toda essa violência, sendo ela institucional ou não. Digo isso pois, por exemplo, uma mulher vítima de estupro ao chegar



**Acesse aqui as
notas da página**

a uma delegacia ou posto de saúde, em busca de ajuda, pode acabar sofrendo discriminação, o que configura, nesse caso, outra violência. Temos que transformar essa cultura machista para que esse tipo de situação não aconteça mais. A capacitação dos profissionais em todas as áreas possíveis de se ter algum tipo de contato com vítimas de violência, de modo que todos estejam preparados para atendê-las, é uma das premissas desta lei.

Há alguma lei, dentre as que você propôs, que lhe traga mais orgulho?

Das leis que foram aprovadas na última legislatura, tenho muito orgulho da que trata da Política de Cotas de Emprego para as Mulheres Vítimas de Violência. Porque aprendi, em minha vivência como delegada, que muitas mulheres, por uma questão de sobrevivência, se sujeitam a relacionamentos em que são vítimas de violência. Em decorrência disso, os filhos dessas mulheres também sofrem as consequências. Essa lei foi sancionada [em 2018] com o número 20.190, e garante que todas as empresas que negociem com o Estado tenham que destinar 5% de suas vagas de emprego para mulheres. A lei mencionada já está, por exemplo, em funcionamento no Tribunal de Justiça de Goiás, onde já se encontram, devidamente empregadas, mulheres vítimas de violência doméstica. Essa medida garante a essas mulheres uma possibilidade de recomeço, promovendo dignidade para si mesmas e para seus filhos. Tenho muito orgulho dessa lei. Estou com uma reunião marcada com o presidente da Assembleia, pois pretendo solicitar que ele coloque em prática essa lei também aqui na Casa⁷². E vou lutar para que centenas de vagas como essas sejam criadas, em todo o estado, com o objetivo de apoiar, estender a mão às mulheres que estão passando por isso, para que saiam dessa situação com vida e reconquistem sua dignidade.

Você também propôs lei que instituiu o Dia Estadual de Combate ao Femicídio [também sancionada em 2018]...

Isso mesmo. Em Goiás, ocorre no dia 6 de novembro. Esse dia foi escolhido por marcar o dia da morte da menina Rafaela, vítima de feminicídio na cidade de Alexânia, dentro da escola, por ter se recusado a se relacionar com um homem. Ela foi barbaramente assassinada com seis tiros no rosto⁷³. Por isso, nós fizemos esse projeto, que deu origem ao Dia Estadual de Combate ao Femicídio, para que essa seja uma data de reflexão. Para pensarmos se estamos realmente tomando as providências para evitar esse tipo de crime. O feminicídio é a expressão fatal da violência contra a mulher. Em geral, a mulher, que é vítima desse crime, já passou por outros tipos de violência. É um crime evitável. Nós podemos romper esse ciclo de violência e é muito importante que reflitamos sobre o feminicídio.

**Acesse aqui as
notas da página**



Outra lei de sua autoria que foi sancionada é a de nº 19.257, que institui o Programa de Assistência Integral às vítimas da Hemoglobinopatia “S” e a doença falciforme⁷⁴...

Exatamente. É uma doença que atinge, principalmente, pessoas da raça negra, e sobre a qual muitas pessoas, sobretudo do meio da saúde, não têm conhecimento. Pessoas já morreram em razão dessa falta de conhecimento por parte de médicos, de enfermeiros e, até mesmo, da própria família, por não ter informação, não procurar os meios e exames adequados para diagnosticar a doença. Então, não é importante apenas a política de tratamento, pois existem exames próprios muito caros, mas também a política de informação.

O número de deputadas estaduais diminuiu em relação à legislatura passada, na qual você já estava presente. Qual é a sua opinião sobre essa baixa representatividade da mulher na política?

É lamentável que nós tenhamos tido esse retrocesso. Mas acredito que precisamos analisar dois aspectos que podem colaborar para a baixa representatividade feminina na política. A luta pelos direitos das mulheres é um processo, então têm passos para frente e, às vezes, para trás. É um processo de luta cotidiana. Então, há avanços, mas há também desafios. Por outro lado, nós vivemos hoje, no Brasil e no mundo, um tempo de grandes retrocessos sociais e acredito que isso tenha influenciado também essa questão da eleição de mulheres. Esse retrocesso social que vivemos também é um reflexo do ideal machista que a sociedade ainda carrega, pois ainda há quem acredite que as mulheres não têm competência ou sequer o direito de participar da política. Muitos ainda defendem que as mulheres devem estar presentes apenas na iniciativa privada e não na esfera pública. Creio que nós precisamos avançar e deixar para trás esses retrocessos, esse sentimento retrógrado, reacionário que nós estamos vivendo. Porque não traz felicidade nem democracia para a nossa sociedade.

A decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que as candidaturas femininas fossem beneficiadas com uma reserva de 30% do fundo eleitoral foi, a seu ver, um avanço significativo?

Sim. É de suma importância a existência de cotas nas candidaturas femininas, como está respaldado pela legislação atualmente. Mesmo com esse direito assegurado, ainda vivemos situações que retratam esse período de retrocesso que o Brasil está enfrentando em relação às mulheres. Por exemplo, houve um deputado federal que teve a coragem de propor a extinção desse projeto, sendo que, na verdade, nós precisamos é ampliar a participação das mulheres. Nós queremos é que, além de ter 30% para as mulheres nas



**Acesse aqui as
notas da página**

candidaturas, nós tenhamos cotas no Legislativo. Nós queremos 30% das cadeiras lá no Congresso Nacional, na Câmara Federal, no Senado e nas Assembleias, em todos os lugares. Infelizmente, ainda é necessário que exista uma política de cotas que equilibre essa injustiça que impera na realidade. Nós somos mais da metade da população, mais da metade dos eleitores e temos direito a estar nos espaços de poder e de decisão.

A ex-deputada Betinha Tejota acredita que tem que ser 50%, já que somos mais da metade dos eleitores.

Exatamente. Uma proposta que existe hoje no Congresso Nacional é de 30%. Nós tentamos, na legislatura passada, aumentar para 50%, mas não passou⁷⁵. Essa é uma luta nossa. Nós não podemos retroceder. Nós não vamos aceitar que essa política das cotas nas candidaturas seja burlada, como temos visto acontecer. Precisa haver uma fiscalização rigorosa. É isso que nós exigimos. Que aqueles partidários que burlarem sejam punidos rigorosamente para que a questão das mulheres usadas como laranjas não aconteça mais⁷⁶.

Em 2019, você integrou a Comissão da Criança e Adolescente da Casa e foi vice-presidente de Segurança Pública. Na legislatura anterior, você esteve na presidência dessa última. Isso mostra mais uma faceta da desigualdade institucional entre homens e mulheres nesta Casa, visto que agora não temos nenhuma deputada à frente, no comando dos colegiados que integram o Parlamento goiano. Você considera que o fenômeno do machismo também esteja presente no pleito de uma comissão?

Sim. O machismo que existe enfiado na nossa cultura, no nosso sentimento cotidiano, existe também em tudo que a gente faz. Muitas vezes nós, mulheres, reproduzimos esse sentimento machista. No mundo da política o machismo é extremamente presente. Isso se justifica pelo fato de a esfera pública ter sido considerada um ambiente exclusivamente masculino durante boa parte da história da humanidade. A participação das mulheres na política é vista como uma intrusão. Ainda sinto assim. Mas acredito que temos avançado bastante. O momento que nós vivemos hoje no Brasil é de muito retrocesso e percebemos isso todos os dias, e na política não é diferente. Em projetos de lei, em propostas que são apresentadas aqui, assim como nesse trato, no lidar com as mulheres, de forma geral. No momento, por exemplo, está em tramitação um projeto que nós, a deputada Lêda e eu, propusemos para a criação da Procuradoria da Mulher aqui na Alego. Simplesmente, sem motivo algum, os deputados estão se colocando contra. Mas a proposta não cria despesas, não apresenta nenhum problema para eles. No caso, seria um órgão que nós mesmas, deputadas, iríamos chefiar, no sentido de encaminhar os projetos de lei que se relacionam aos direitos das mulheres, de uma forma unificada. Em quê isso pode atrapalhar um deputado? Absolutamente nada. Mas eles são contra. Isso demonstra uma

**Acesse aqui as
notas da página**



má vontade, um desinteresse pelo avanço da participação das mulheres no mundo da política⁷⁷. Mas é isso que deve nos encorajar. Fazer com que vejamos mais a importância de participar não só da política enquanto cargo legislativo, mas da política de uma forma geral, nas manifestações, nos partidos, nos grupos sociais.

Você já tentou pleitear alguma comissão como a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a de Tributação e Finanças ou até mesmo a Mesa Diretora?

Sim, tanto eu como a deputada Lêda tentamos fazer parte da Mesa Diretora da Casa. Cada uma de nós compunha uma chapa, e nós fomos preteridas. Para você ver que não é uma questão de estar em um partido minoritário. É uma questão mesmo de ser mulher, porque nem a deputada Lêda, que pertence a uma bancada mais expressiva, numericamente, conseguiu ser indicada para nenhum cargo na Mesa Diretora.

Ao seu ver, qual a razão dos retrocessos que temos observado?

Acho que é uma tendência mundial. Alguns países têm conseguido reagir, como, por exemplo, a Espanha, recentemente, que na eleição recusou os partidos de direita. Mas eu creio que seja uma onda, pois podemos observar esse padrão nos EUA, em vários países da Europa, na Argentina e etc⁷⁸. Da mesma maneira, também podemos observar isso em nosso País, não só na política, mas em todos os outros aspectos. Isso faz com que nós tenhamos retrocessos em todas as áreas. Os direitos das pessoas, não só das mulheres, mas os direitos humanos, de uma forma geral, estão sendo atacados⁷⁹. Há retrocesso em todas as áreas. Penso que nós precisamos reagir e resistir a essa situação. Sabemos que os direitos das mulheres são os primeiros a serem atacados, justamente por não haver representatividade feminina nos lugares de poder e decisão. Você vê que há uma onda machista imensa. Você posta qualquer coisa nas redes sociais e é atacada de forma machista⁸⁰. E existem mulheres (mulheres, pelo amor de Deus! frisou), defendendo que não se pode ser feminista. Isso é o fim do mundo. É o fundo do poço reacionário. Penso que estamos em um momento extremamente preocupante onde há um ataque ao conhecimento em nosso país. Ataque ao conhecimento e ataque à universidade⁸¹. Vocês assistem O Conto da Aia? Daqui uns dias nós estamos daquele jeito⁸².

Que estratégias podemos adotar em um momento como esse?

Eu acredito que nós não podemos permitir retrocessos. Por exemplo, foi criada a lei de cotas para as mulheres participarem das eleições, daí vem um deputado propor que se acabe com a lei. Não existe justificativa para isso. Nós, mulheres, contamos com apenas



**Acesse aqui as
notas da página**

10% de participação na política. Então você quer retirar uma lei que propõe um avanço, uma possibilidade de participação? O que justifica isso a não ser o machismo? Nós temos que resistir e, para isso, precisamos nos unir. Acredito que as mulheres de todos os tipos, de todos os partidos, de todas as agremiações políticas, têm que se unir no sentido de não permitir isso. E os homens também têm que estar conosco. Os homens que acreditam em uma sociedade justa e fraterna. Todos eles têm que estar com a gente, para que consigamos resistir. Se não, estamos conseguindo avançar, temos que, pelo menos, resistir. Lutar para manter os avanços que já conquistamos.

Nós percebemos que esse retrocesso vem mesmo nas mínimas coisas. O Ministério da Saúde, por exemplo, baniu o termo violência obstétrica⁸³...

Realmente, não existe esse termo mais. É um absurdo total. Era para estarmos avançando, justamente, nas políticas de punição e de percepção da violência obstétrica, que era o que vinha acontecendo. Inclusive, nós tivemos audiência pública sobre isso aqui na Casa⁸⁴. Estávamos discutindo essa questão, eles vão banir um termo que é técnico. Não é um termo político. Não tem justificativa nenhuma para isso. É um grande retrocesso. Nós temos que nos insurgir contra isso.

Por meio do projeto de lei nº 1403/16, você buscou instituir uma campanha permanente de combate ao machismo e valorização das mulheres na rede pública estadual de ensino. De que modo, a seu ver, a Educação pode mudar a mentalidade social e, dessa forma, mudar a estrutura patriarcal que ainda impera em nosso País?

A pesquisa do Mapa da Violência demonstra que em Goiás há um grande número de mulheres jovens sendo vítimas de violência⁸⁵. Tanto as mulheres jovens estão sendo vítimas quanto os homens jovens estão sendo autores dessa violência. A gente percebe que a juventude tem reproduzido aquilo que eles veem em casa. Há alguns estudos que revelam uma possível tendência nesse sentido, de que um indivíduo que tenha vivenciado violência doméstica em sua infância venha a reproduzir, em algum momento de sua vida, esse comportamento, seja como vítima ou como agressor. Então, algo que penso ser fundamental, e que muitos países tomaram como medida, é discutir esse assunto com a juventude, de modo a informar e conscientizar. A escola é um local onde é possível debater assuntos e acolher as pessoas. A ideia é que cada escola capacite e tenha, à disposição dos alunos, um grupo composto por: psicólogo, pedagogo e assistente social, o que já é uma realidade na maioria das escolas públicas do Estado. Essa capacitação é essencial para que possamos tornar essa discussão permanente, não apenas no Dia da Mulher, mas sempre. Dialogar com os estudantes, professores, trabalhadores da escola e com a comu-

**Acesse aqui as
notas da página**



nidade. Se houver alguém da escola passando por essa situação que seja acolhida, que sejam tomadas as providências para que ela denuncie, para que ela seja apoiada. Então, é realmente combater isso no seu cotidiano, para que a escola seja uma trincheira de combate ao machismo, de valorização da mulher e de combate a violência doméstica. Essa é nossa ideia, que também foi aprovada e a gente espera conseguir colocar em prática⁸⁶.

Em 2017, você tentou trazer a Maria da Penha para receber o Título de Cidadã. Esse projeto enfrentou resistência do Parlamento ou a aprovação foi unânime?

Eu consegui aprovar, mas ela não tinha disponibilidade para vir. A proposta não sofreu resistência, foi aprovada com unanimidade. Se fosse hoje, creio que haveria resistência. Infelizmente, nós temos hoje um Congresso Nacional constituído, em sua maioria, por pessoas muito conservadoras, pessoas que às vezes parecem não ter sanidade mental. Esse fato está se refletindo nos estados também. Em Goiás, não é diferente, pois também vejo posições extremistas aqui. Como, por exemplo: defender que não houve ditadura militar, que existe doutrinação nas escolas, que existe ideologia de gênero nas escolas, o que é tudo uma inverdade. Isso não existe. Portanto, eu me preocupo muito com a formação que nós temos hoje no Parlamento.

Como você avalia a prática da Lei Maria da Penha atualmente no País e em Goiás, sobretudo frente a tantos casos noticiados de crime de feminicídio?

A Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a terceira lei mais avançada do mundo. Eu já era delegada antes dela existir e a considero importantíssima, pois pude ver na prática a diferença que essa lei provoca na atuação das autoridades e na proteção aos direitos da mulher. Ela trouxe o conceito de que a violência doméstica é crime contra a mulher, o que não era uma realidade na época. Nós não tínhamos, até então, formas claras para punir violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral e etc. Nada disso. Todo mundo achava que a violência era só física. Ainda assim, só era possível punir se a mulher conseguisse denunciar. Hoje não, a Lei Maria da Penha possibilita que mesmo que a mulher, por medo, não denuncie, por denúncia anônima a polícia possa agir. Ela traz também uma série de medidas, que são também políticas públicas de combate à violência, como as medidas protetivas de emergência, que são excelentes. Mas, tais medidas, muitas vezes, não são cumpridas. Nesse sentido, no entanto, conseguimos um avanço por meio da lei, sancionada em 2018, que permite a prisão em flagrante daquele agressor que não respeitar a medida protetiva de emergência⁸⁷. É necessário, no entanto, que isso seja, de fato, colocado em prática. A implementação, nas cidades goianas, de delegacias especializadas no atendimento à



**Acesse aqui as
notas da página**

mulher, se faz, portanto, essencial. De mesmo modo, é fundamental capacitar os policiais, juízes e promotores envolvidos na questão. Por fim, é preciso oferecer abrigo a essas mulheres, pois as que chegam ao ponto de denunciar, são justamente aquelas que estão passando por um momento maior de tensão. Se ela não o fizer, provavelmente acabará morta. Mas, ao fazer, também, ela tenciona ainda mais aquela situação, porque, ao buscar ajuda, acaba expondo o seu agressor, o que também pode acelerar a sua morte [que já era iminente]. Por esse motivo é que eu defendo os abrigos e centros de referência. Esses suportes são tão essenciais! A mulher que passa por esse tipo de situação precisa do abrigo por, em média, três meses, para que possa reorganizar a sua vida. Tudo isso é proposto pela Lei Maria da Penha e precisa ser colocado em prática.

Ao contrário da postura adotada por alguns delegados, você está sempre lutando por mais dignidade dentro dos presídios, inclusive para os menores de idade. Destacamos, nesse sentido, um projeto, de sua autoria, que acrescenta, no calendário do Programa Mamografia Móvel, o atendimento às unidades prisionais do estado de Goiás. A proposta, inscrita sob o nº 3880/15, foi rejeitada na CCJ e acabou sendo arquivada. Como é a sua relação com a população carcerária do estado? Você entende que um tratamento mais humanizado pode reinserir essas pessoas na sociedade?

Sem dúvida. Eu vou completar 20 anos como delegada e tenho certeza que a ressocialização e a humanização são o caminho para que esses indivíduos possam retornar para o seio da nossa sociedade. Um projeto meu, que foi recentemente aprovado, e que trata sobre a população carcerária, foi o Exame Prévio de Doenças Transmissíveis. A matéria propõe que todo indivíduo faça o exame antes de entrar no sistema carcerário⁸⁸. Isso é importante, pois se esse indivíduo tiver uma doença infecciosa, ele será isolado e devidamente tratado. Essa ainda não é a nossa realidade, de modo que alguém pode ser inserido, em qualquer unidade prisional, com alguma doença contagiosa como, por exemplo, pneumonia, e acabar transmitindo para todos que ali se encontram, podendo provocar uma manifestação coletiva do quadro. Se estudarmos a história das forças de segurança no Brasil, notaremos que elas tiveram um treinamento com resquícios da Ditadura Militar, então enxergam a segurança pública como uma guerra. Você está travando uma guerra contra os bandidos. Isso faz com que se acirre esse sentimento da polícia contra a população, sobretudo a população marginal, a população mais pobre. Isso faz com que nós tenhamos esse tipo de distorção. Eu acredito que os delegados de polícia podem ser os principais garantidores de direitos humanos. Acredito que fazia isso como delegada de Proteção da Criança e do Adolescente. Eu batalhei muito e fui uma das responsáveis pela Delegacia dos Direitos da Pessoa Idosa quando eu fui chefe da Polícia. Eu acredito na polícia como garantidora dos direitos humanos. Acho que nós precisamos investir em po-



líticas públicas que não proponham apenas, como solução, o encarceramento. Não acho que o encarceramento em massa vá resolver, pois se resolvesse nós já estaríamos no país mais seguro do mundo. Somos o terceiro ou quarto país que mais encarcera pessoas⁸⁹. No entanto, a legislação vigente encarcera as pessoas mais pobres e que cometem pequenos delitos. Crimes contra a vida, por exemplo, pessoas que cometem assassinatos, não ficam presas. Adotamos, por aqui, o inverso dos países que conseguiram superar a violência. A solução, a meu ver, não é o encarceramento em massa. Penso que devemos buscar outras formas de punir, recuperando e tratando as pessoas, para que elas possam aprender, possam mudar e assim progredirmos como nação. Enfim, há muitos caminhos para garantirmos segurança à população. Acredito que, para isso, precisamos investir em prevenção. Uma forma eficaz de prevenir um futuro violento e desigual é garantir à nossa juventude políticas públicas de acesso à educação, ao esporte, ao primeiro emprego, a capacitação e etc.

Na década de 1990, você atuou efetivamente em atividades políticas da juventude petista, inclusive foi presidente da juventude do PT, afastando-se somente quando passou no concurso para delegada de polícia no ano 2000. Diferente da maioria dos políticos, você nunca trocou de partido. Isso se deu apesar de todos os entraves que o PT enfrentou ao longo dos últimos anos. Há alguma objeção, de sua parte, quanto às bandeiras que o PT defende atualmente?

Não. Concorro com a pauta e inclusive sou presidenta do partido em Goiânia. Meu pai foi um dos fundadores do PT aqui no estado. Se você estudar como o partido foi fundado, vai perceber que ele atua em prol dos direitos das pessoas, tem uma origem muito popular e surge para ser, realmente, um instrumento de luta da classe trabalhadora. O partido, claro, é formado por pessoas, e pessoas cometem erros. Eu acredito, ainda assim, que o PT é o partido que mais luta pelos direitos dos trabalhadores, dos pobres e dos mais humildes. Nós, como partido, também lutamos, de uma forma geral, por uma sociedade mais democrática, justa e fraterna. Somos também o partido mais feminista que eu conheço, temos paridade em todas as instâncias partidárias. Todo o diretório é constituído em igualdade entre gêneros. Em tudo, para nós, há paridade entre homens e mulheres. Há machismo? Claro que sim, pois há ali também seres humanos, falhos. Mas buscamos sempre combater todo tipo de preconceito entre nós. O PT é o único partido hoje, por exemplo, em que há mulheres ocupando o cargo de presidência nas três instâncias partidárias: em Goiânia, em Goiás e no Brasil⁹⁰.



**Acesse aqui as
notas da página**

Um feito notório, nesse sentido, foi a própria eleição de Dilma Rousseff à presidência da República, pela legenda⁹¹. Em sua opinião, essa tentativa de promover uma maior equidade de gênero na política brasileira teria alguma relação com os ataques e a criminalização sofrida pelo PT nas últimas eleições presidenciais?

Penso que sim. Afinal, não foi atoa que ganhamos quatro eleições. Mas o problema maior, a meu ver, foi que a classe [política] dominante, principalmente a representada pelo PSDB, percebeu que não iria mais ganhar eleições. Cansados da disputa, eles acabaram conseguindo uma forma de criminalizar o PT e o nosso maior líder, Lula, acusando-o de todos os crimes possíveis. Eu fui a Porto Alegre e conheço o processo. Acompanhei o julgamento porque eu sou delegada e, realmente, não há provas de que Lula tenha cometido qualquer crime. Não há provas! Então, a gente acredita que ele foi preso para não disputar eleição, porque estava em primeiro lugar nas pesquisas, a frente de qualquer outro candidato. Hoje continua preso⁹² para não liderar a nossa luta contra essa questão da Reforma da Previdência⁹³. Enquanto isso, esse governo federal que está aí, vai colocando à venda o nosso País para o capital estrangeiro. Além da Reforma da Previdência, nós estamos também muito preocupados com a venda da Amazônia, da Petrobras e do nosso pré-sal⁹⁴. Estão vendendo tudo tão barato, que, na verdade, nosso tesouro está sendo praticamente doado para o capital estrangeiro. Logo mais, a Alemanha estará lá desmatando a Amazônia todinha, pegando a nossa madeira e nós não vamos poder fazer nada. Nós estamos muito preocupados com isso. Acreditamos que o grande capital fez toda essa armação e infelizmente a maioria das pessoas caíram. Eu vejo que hoje muita gente percebe, e nós avisamos. O candidato dessa grande capital não era o Bolsonaro, mas eles não conseguiram emplacar Geraldo Alckmin e aí acabaram aceitando o Bolsonaro mesmo. Eu não sei o que vai acontecer, porque o atual dirigente do nosso País é uma pessoa que está trazendo instabilidade absoluta também para o campo econômico, porque não há um projeto bem delimitado. Não tem nenhum projeto! Não tem projeto para a educação, não tem projeto para a saúde, não tem para a geração de emprego. Nós estamos com 13 milhões de pessoas desempregadas. Isso é uma tragédia social⁹⁵.

Quanto ao impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, acredita que foi um processo marcado pelo machismo?

Claro que sim! Nunca um presidente foi desacatado daquela maneira, inclusive com imagens ofensivas, quando ocorreu o aumento da gasolina, por exemplo⁹⁶. Agora ninguém está fazendo imagens difamando a imagem do Bolsonaro. Na minha opinião, tudo isso foi por termos uma mulher ocupando um cargo de poder. Os xingamentos de cunho sexual no estádio com milhares de pessoas⁹⁷. Isso nunca aconteceu com outro presi-

**Acesse aqui as
notas da página**



dente. Depois foi comprovado que ela era totalmente inocente, tanto que foi candidata a senadora⁹⁸. Essas pessoas que estão no poder são contra os nossos direitos. Colocaram uma ministra lá que fala que as mulheres têm que ser submissas⁹⁹. Vocês entendem isso? Na campanha eles usaram uma música que falava que feminista é cachorra que tem que comer comida no chão¹⁰⁰.

Essas forças sempre estiveram aí ou foi uma onda recente?

É um fenômeno antropológico, que eu acredito que deva ser estudado, porque não ocorre só no Brasil. Está acontecendo no mundo todo. Não é algo isolado. A história é cíclica. Acho que as forças progressistas conseguiram avançar muito e essas forças reacionárias conseguiram se mobilizar, devido a algum enfraquecimento nosso. Este fenômeno precisa ser estudado! Não tenho essa explicação. Eu acredito nisso: que a história é cíclica, que essas forças conseguiram se mobilizar, mas que sempre estiveram presentes. Só que, às vezes, elas se sentem encorajadas. Quando que, há alguns anos, uma pessoa ia ter coragem de entrar numa rede social e ser racista como as pessoas estão sendo hoje, a ponto de chamar uma artista negra de macaca¹⁰¹? Eu não acho que isso acontecia há uns anos atrás! Não era dessa forma e, hoje, as pessoas se sentem encorajadas e é permitido fazer esse tipo de coisa. Elas são legitimadas pelas forças que estão no poder. Mas isso não é só aqui, isso acontece no mundo todo. Há lugares onde as pessoas estão conseguindo reagir. Mas nós, aqui, não conseguimos ainda.

Por que mulheres, a seu ver, não estão votando em mulheres? Como a gente explica essa baixa representatividade apesar de sermos maioria?

Creio que precisamos ver a história como um processo contínuo, e em um processo há, naturalmente, avanços e retrocessos. De mesmo modo, em toda a história dos direitos das mulheres podemos observar esse movimento. Essa questão, da baixa representatividade, é um desses retrocessos. Acontece. Mas a questão é compreender o motivo pelo qual determinada situação ocorre. Eu acredito que essa fase de ultraconservadorismo que nós temos enfrentando é uma das causas disso. Tanto que mulheres, inclusive aqui em Goiânia, foram usadas como laranjas por alguns partidos, e, infelizmente, não houve, até o momento, punição. Causa disso pode também ser esse sentimento machista que hoje permanece ainda incorporado em todas as instâncias. Por outro lado, há também, nas pessoas, inclusive nas próprias mulheres, um certo sentimento e pensamento de que as mulheres não têm capacidade e competência para lidar com a política.



**Acesse aqui as
notas da página**

Na sua opinião, qual o legado que mulheres como você têm deixado na história do Parlamento goiano?

A presença da mulher na política é imprescindível. É a forma de trazer para os espaços de decisão os nossos sonhos, as nossas dificuldades, as nossas lutas. Não só das mulheres, mas das famílias, das crianças. Essa é nossa maior preocupação. Então, a nossa presença, além de ser justa, por sermos mais da metade da população e dos eleitores, é também imprescindível para que nós tenhamos uma sociedade democrática e onde os direitos das mulheres e das crianças sejam ouvidos. O legado das mulheres na política do Brasil é muito grande. Nós temos uma história de muita luta. Nós lutamos, com muita força, pela igualdade e contra esse machismo. Essa luta é linda! Lutamos contra a ideia de crime contra a honra – porque o homem tinha o direito de matar [a sua esposa] pela honra¹⁰². Nós lutamos contra isso e conseguimos muito. Em Goiás, nós temos várias leis que são produto do trabalho de mulheres. Então, eu acredito que é muito importante a gente resgatar essa história e, principalmente, encorajar as mulheres a participar daqui para frente da política também.

E o seu legado, deputada?

Eu pretendo participar da política ainda por muito tempo. Ainda não avaliei o meu legado, mas eu gostaria que as minhas filhas e as pessoas em geral enxergassem em mim uma história de luta pelos direitos das mulheres e de luta por uma sociedade mais igualitária. Eu gostaria que esse fosse meu legado.

Houve alguma mulher que lhe serviu como inspiração ao longo da sua trajetória de luta política e também como agente pública?

A minha principal influência é a minha mãe. Ela não é conhecida como o meu pai, mas é uma mulher muito forte, muito corajosa. Ela que me ensinou a ser brava, sempre lutou contra a injustiça e contra a violência contra qualquer pessoa. Então, eu cresci vendo o trabalho dela e ela é minha principal influência.

Você sente que as mulheres que vieram antes de você aqui na Casa prepararam o terreno de alguma forma?

Sim, sem dúvida. Enquanto delegada, inclusive eu estive aqui para participar de discussões, levantadas por essas mulheres, sobre crimes contra a criança e o adolescente. Eu vejo que as mulheres que estiveram antes aqui, inclusive, tiveram um papel até mais preponderante do que hoje nós temos, como participar da Mesa, por exemplo, e outras

**Acesse aqui as
notas da página**



ações importantes¹⁰³. Além de vários projetos importantes apresentados por elas que vão ficar na história do estado.

Qual seria o maior desafio para as mulheres que querem entrar hoje para a política?

Provar que nós temos competência, capacidade e inteligência para estarmos onde a gente desejar. Seja na política, seja como engenheira espacial, como policial, etc. Acho que o nosso grande desafio é esse. É ter igualdade de direitos para podermos estar onde a gente sonhar.

Qual mensagem você deixaria para encorajar mais mulheres a entrarem para a vida política? Ou antes ainda: para incentivá-las a depositar sua confiança em lideranças femininas, ajudando a eleger mais mulheres?

Que nos sintamos encorajadas a lutar. Está em jogo a nossa independência, a nossa vida, a nossa saúde e os nossos direitos. Precisamos lutar não só pela presença das mulheres na política, mas por igualdade no mundo do trabalho e nos engajar no combate à violência contra mulheres e meninas. Todos esses direitos estão em jogo. Nós precisamos nos sentir encorajadas, precisamos nos unir, apoiar outras mulheres. Não temer a luta. Temos que nos encorajar e perceber que se hoje temos direitos, se podemos estudar, votar e etc, devemos isso a mulheres que vieram antes de nós e lutaram por isso. Nada nos foi dado de graça, tudo foi conquistado por meio de muita luta e nós não podemos parar de lutar. Agora é hora de lutar mesmo. Todo mundo tem que deixar de se acomodar. Por exemplo, na nossa casa quem lava a louça? É só a gente ou nosso companheiro tem que contribuir? Estamos criando nossos filhos do mesmo jeito? A gente ensina o nosso filho a lavar a vasilha também, arrumar a cama dele ou é só a filha? A gente fala que homem não chora para nosso filho? Será que a gente não contribui para reproduzir o machismo? No nosso mundo social, a gente tem contribuído para essa luta dos direitos da mulher? Para a igualdade da nossa sociedade? A gente tem que se posicionar e se inserir nessa luta.



LILA SPADONI

MANDATO: 14ª Legislatura (1999/2003)

“

As mulheres são, em geral, mais **sinceras na política**. Elas têm um desejo genuíno de melhorar a vida das pessoas, principalmente das crianças. Eu não diria que isso é natural, mas sim algo a que a mulher é socialmente ensinada.

MATÉRIA PUBLICADA EM 31/05/19

Por Luciana Lima

Para ela, a palavra “mãe” diz muito sobre a sua breve, porém intensa, passagem pelo Parlamento goiano. Estamos falando de Lila Spadoni, filha da ex-prefeita de Rio Verde, e também ex-deputada estadual, Dona Nelci [Spadoni]. “A minha entrada na política foi muito circunstancial, devido à presença da minha mãe, que já atuava na área. Com certeza ela foi a minha maior inspiração e sempre representou um exemplo para mim. Eu nunca imaginei fazer uma trajetória longa na política, tanto que tive apenas um mandato e optei por não continuar. Eu realmente entrei na política única e exclusivamente para apoiar minha mãe, para ajudá-la a cumprir essa missão que ela tinha na época, porque naquele momento ela precisava de mim”, disse Lila, ao iniciar nossa conversa.

Com apenas 27 anos, a professora Lila Spadoni, como prefere ser hoje reconhecida, foi deputada pelo PFL (atual Democratas), durante a 14ª Legislatura (1999 a 2003). Do capital político herdado de sua mãe, às disputas posteriormente travadas enquanto oposição ao então Governo do Estado, que culminaram em sua total desvinculação do meio político e integral reinserção no meio acadêmico, ela nos relata o turbilhão de emoções vivenciado em sua juventude e relembra as aventuras e desventuras vividas enquanto uma voz feminina no Poder Legislativo de Goiás. “Para mim, o mais desafiador foi perceber que havia um jogo, uma disputa muito grande ali dentro do Parlamento, onde muitas vezes o interesse da população era relegado a jogos políticos, e a mulher, colocada sempre em segundo, terceiro, quarto planos”, continuou.

Essa desigualdade de gênero, inclusive, foi algo que ela, por se considerar, na época, muito “jovem e ingênua”, afirma ter demorado um pouco para perceber. “Depois de uma certa vivência no Parlamento é que eu fui enxergando a sutileza do preconceito. E, às vezes, as coisas sutis são mais cruéis que as coisas abertas. Eu acho que as mulheres que entraram para o Parlamento sabem que ali realmente é uma luta”, observou. Luta essa que Lila levou a cabo até à sua total saída dessa Casa de Leis. Isto porque, ao final de seu mandato, a mãe a ser defendida passaria a ser, agora, ela própria. “Eu me lembro que o fato de ter ficado grávida foi motivo de muita crítica. Fui praticamente sentenciada à derrota, ao fracasso, pelo fato de eu ser mãe durante o mandato. Teve, inclusive, uma pessoa que falou assim: agora a carreira da deputada Lila acabou porque ela pegou uma imagem de mãe e não de [figura] política”, comentou.

Lila deu à luz, na ocasião, à menina Maria Luiza, que é hoje uma jovem de 20 anos.

Legado

Notáveis contribuições podem ser destacadas dessa breve passagem de Lila pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), e não apenas na luta travada em prol das mulheres e de questões ligadas à maternidade e ao universo infanto-juvenil, mas também em propostas apresentadas nas áreas da saúde e da economia, bem como nas políticas de inclusão. Presidiu ainda, nesse sentido, a Comissão de Assistência Social e Saúde e a

Comissão da Criança e do Adolescente, cargos que foram assumidos, respectivamente, entre os anos de 1999 e 2000 e 2001 e 2002.

Dentre as contribuições até aqui citadas, destacamos, em especial, duas matérias que tratam da área de abastecimento energético do estado, ambas datadas do ano de 2001. A primeira referia-se à consulta plebiscitária sobre a venda da Celg, estatal que era até então responsável pelo referido setor em Goiás e cujo patrimônio hoje pertence à companhia italiana Enel. A segunda, por sua vez, visava disciplinar o regime de concessão do ramo, abrindo, assim, espaço no mercado para “a sadia concorrência na prestação dos serviços públicos de energia elétrica”, conforme justificativa apresentada pela própria deputada, na época.

Importante notar que tal tema tem sido, inclusive, alvo de sucessivas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) nesta Casa Legislativa. A primeira delas foi instaurada em 2009 e apurou questões relacionadas ao então endividamento da Celg¹⁰⁴. A segunda, por sua vez, investigou supostas irregularidades na privatização da estatal citada e na qualidade dos serviços prestados pela sua sucessora, a Enel, em Goiás, e foi encerrada no dia 17 de dezembro de 2019¹⁰⁵.

O maior destaque da atuação parlamentar de Lila talvez esteja impresso nas matérias voltadas para o setor educacional, bandeira esta que a ex-deputada tem defendido com afincos até os dias atuais. Dona de extenso currículo na área, Lila, que é psicóloga de formação, hoje exerce a função de professora no curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Possui, ainda, doutorado na Sorbonne (Paris/França), especialização em Saúde Pública e é pós-doutoranda na Université de La Rochelle, também francesa.

Foi, na área educacional, autora de importantes projetos, muitos deles na vanguarda de discussões que hoje se encontram em destaque na Casa, como o que trata da inclusão de acompanhamento psicológico nas escolas da rede pública goiana e outro que institui programa de prevenção à violência no ambiente escolar. O primeiro, por exemplo, chegou a ser pauta da Legislatura passada, sendo já reiterado também na atual, em proposições defendidas, respectivamente, pelo ex-deputado Francisco Jr¹⁰⁶ e por Diego Sorgatto¹⁰⁷ (PSDB).

Também nessa área, Lila puxaria, ainda, outro importante debate: sobre a educação em tempo integral. Política essa que começaria a se tornar realidade em Goiás somente a partir do ano de 2006, conforme informações coletadas junto à própria página oficial da pasta que cuida do referido setor em Goiás.



**Acesse aqui as
notas da página**

Ainda que a maior parte dos seus projetos tenha sido arquivada ou vetada, várias discussões, ali iniciadas, permaneceram em pauta nas Legislaturas seguintes, exercendo, como já dito, influência até os dias atuais.

Embora se lembre com pesar dos seus quatro anos de mandato na Alego (possivelmente únicos, visto que a entrevistada não demonstra qualquer inclinação atual ou futura para a retornar à vida política), Lila faz um balanço positivo de seu legado enquanto parlamentar, e o faz também em reverência a outras deputadas que lhe antecederam, sucederam ou lhe foram contemporâneas. “As mulheres são, em geral, mais sinceras [do que os homens] na política. Elas têm um desejo genuíno de melhorar a vida das pessoas, principalmente das crianças. Eu não diria que isso é natural, mas, sim, algo a que a mulher é socialmente ensinada. Esse lado socialmente feminino nos faz ter uma maior sensibilidade para com as questões sociais”, concluiu.

Você mencionou que sua entrada na política, em 1998, se deu em razão da necessidade de dar suporte à sua mãe. De que tipo de ajuda ela precisava naquele momento?

Precisamos entender que, se hoje uma mulher no poder já gera muitos embates, imagine, há 20 anos, uma mulher como minha mãe despontar na política da forma como ela despontou, sem nenhum *background* (suporte anterior) masculino. Tradicionalmente no Brasil, assim como aqui em Goiás, as mulheres fazem carreira política após o marido ou o pai. Elas são herdeiras de algum homem dentro da política. Esse não foi o caso da minha mãe, que se lançou numa época em que o machismo era ainda mais proeminente. Então hoje, 20 anos depois, eu olho para trás e vejo que ela realmente foi uma heroína. Porque estar dentro de um partido de direita, como era o DEM, o PPB, na época, e sendo mulher, foi muito difícil mesmo. Depois, houve ainda o fato de nós termos feito a opção de passarmos para oposição [ao Governo do Estado, representado, na época, por Marconi Perillo, do PSDB], e isso gerou muita perseguição política e a nível pessoal também. Foi uma época sofrida!

E, apesar de toda essa disputa política, você acha que, no Parlamento, conseguiu oferecer esse apoio que sua mãe necessitava na época?

Eu acho que consegui ao menos ser uma voz. Uma voz que defendesse a presença da mulher nos espaços de poder, e que denunciasse as coisas terríveis que aconteceram na época, o que foi muito sofrido para mim. Eu não tenho nenhuma saudade [da experiência de deputada], pelo nível de violência das palavras, do machismo que eu vivi ali naquela circunstância. Mas, ainda assim, reconheço que tudo isso tenha servido de aprendizado. Por isso, quando eu saí da Assembleia, eu tive a convicção de que meu lugar era na educação, e de que a gente só mudaria essa situação [de agressividade contra as mulheres na política] por meio da educação e das novas gerações.

Na sua família, o pioneirismo na carreira política coube à sua mãe?

Sim, coube a ela, que, na verdade, começou esse trabalho como assistente social do Hospital Evangélico [de Rio Verde]. Minha mãe sempre teve um amor muito grande pelas causas sociais, e eu herdei isso dela. Como ela sempre foi, naturalmente, uma pessoa que se envolvia com a população, de repente isso foi capitalizado para uma eleição. E, disso, ela despontou como uma liderança política, sem nunca ter imaginado, sem nunca ter desejado essa posição. Eu creio que, tanto ela quanto eu, éramos bastante ingênuas para o contexto da época. Então, naturalmente, foi bastante sofrido, mas creio que contribuímos para a história de Goiás.

Quer dizer, então, que você herdou capital político da sua mãe? Porque até então você era um nome desconhecido no cenário político estadual.

Com certeza, totalmente dela. E era um capital de amor ao próximo, que ela tinha construído durante décadas de trabalho. Foi só por isso que eu realmente topei ser candidata naquela época e aguentei até o fim, bravamente, o mandato de deputada (risos).

Você já fez uma prévia de que foi um momento bastante tenso para você. Que avaliação você faz da sua experiência no Parlamento? Quais os momentos mais impactantes que você guarda em sua memória?

Ah, são muitos. Talvez o mais dramático tenha sido o momento em que nós realmente iniciamos nossas desavenças com o governador da época, que é hoje o ex-governador Marconi Perillo. A partir dali, a gente passou a sofrer uma perseguição muito grande. Dentro da Assembleia, eu passei também a sofrer muitas retaliações, não da instituição em si, mas de alguns colegas que, na época, eram muito favoráveis ao Governo. Apesar de tudo isso, eu penso que a experiência foi válida, assim como é toda experiência que a gente vive, na medida em que a gente aprende com cada uma delas. Isso me fez uma pessoa bem mais forte e preparada para a vida.

Então, naquele momento, você articulou uma oposição ao Governo da época, é isso? Você conseguiu?

Na verdade, eu fiz uma oposição. Não sei se foi articulada (risos), mas foi uma oposição bastante espontânea. Eu diria que até emocional e muito sincera.

E você angariou o apoio de outros parlamentares?

Sim. Tive apoio de vários parlamentares que já faziam oposição [ao Governo Marconi]. Pessoas que me ofereceram ajuda, que foram solidárias com a nossa situação.

Você disse que os embates eram violentos, na palavra, e talvez a discordância não ficasse apenas restrita à tribuna, ao Plenário. Havia uma agressão que ultrapassava o Parlamento?

Havia muita agressão verbal no próprio Parlamento, e que, em certa medida, reverberava no aspecto pessoal. Eu não tenho boas lembranças disso. E hoje, em 2019, quando eu olho para trás, 20 anos depois, eu percebo que, de fato, para mim, foi muito agressivo. E eu tenho certeza de que aquela agressividade era assim, tão explícita, pelo fato de nós sermos mulheres, eu e minha mãe. Acho válido lembrar, inclusive, que eu era muito jovem, que fui eleita com 27 anos e nessa época [da oposição] eu devia ter entre 30 e 32 anos.

Você ingressou em um Parlamento majoritariamente masculino. Desde a mudança da capital para Goiânia, o local não recebeu mais do que 30 mulheres. Quando você tomou posse, essa questão de gênero se impôs para você? Ela já era presente? Você a detectou rapidamente?

Não logo de início. Porque eu era muito jovem e ingênua, mas depois de uma certa vivência no Parlamento é que eu fui enxergando a sutileza do preconceito. E, às vezes, as coisas sutis são mais cruéis que as coisas abertas. Então, essa sutileza, ela tem uma crueldade muito implícita, que realmente fere. Eu acho que as mulheres que entraram para o Parlamento sabem que ali realmente é uma luta.

Gostaríamos, se você se sentir confortável, de abordar melhor esse assunto. Você falou de uma das facetas do preconceito, que é o machismo. Você teria alguns exemplos que pudessem ilustrar esse ponto de vista?

Eu lembro que, quando a gente resolveu tornar pública a nossa situação de oposição ao Governo, naquela época, fomos pressionadas por alguns deputados [da base governista]. Mas houve, especialmente, um que subia na tribuna e era extremamente desrespeitoso, tanto com minha mãe quanto comigo. Foi uma coisa que causou muita revolta nos próprios parlamentares, alguns até mesmo de situação, tamanha foi a violência. Com certeza, na Assembleia, deve haver gravação desses acontecimentos. Com o tempo, eu fui adotando uma tática de cinismo. Eu me lembro de um dia em que esse deputado estava lá cuspidando toda raiva e ódio que ele tinha e aí eu fui, muito calmamente, e tirei o copo d'água da frente dele, assim como quem queria dizer "eu vou tirar, antes que ele jogue esse copo de água em cima de mim e com toda violência". Eu lembro que foi uma coisa que causou muito espanto. As pessoas ali presentes riram, ao mesmo tempo em que perceberam que eu estava usando um pouco de cinismo, porque é muito difícil você combater, com palavras, uma pessoa que não tem papas na língua. Até porque se você perder essas papas na língua, você se torna igual. Então, em função mesmo da minha criação, eu nunca quis me rebaixar ao mesmo nível. Mas era coisa de uma violência enorme mesmo.

E essa violência era contra você e sua mãe, apenas, ou envolvia também as outras parlamentares com quem compartilhava o mandato? Na época, estavam ali também Denise Carvalho, Isaura Lemos, Lamis Cosac, Onaide Santillo, Raquel Rodrigues e Rose Cruvinel.

Nesse caso era especificamente contra mim, por essa situação de eu fazer oposição ao Governo. Mas, por muitas outras vezes, eu assisti esse deputado cometer o mesmo tipo de violência com outras colegas mulheres dentro da Assembleia. Hoje eu olho para trás e penso: como isso era aceito? Era uma violência muito sexista, muito desrespeitosa mesmo.

Essa bancada feminina se socorria, se apoiava?

Nós, mulheres, sim. Eu me lembro de receber muito apoio da deputada Isaura Lemos, da deputada Onaide Santillo, e algumas vezes também da deputada Denise, que se colocavam como solidárias ao meu sofrimento, naquela época.

Hoje observamos ainda uma situação bem semelhante...

É com muita tristeza que eu escuto isso, mas a gente percebe mesmo esse retrocesso no País. A gente percebe que está se tornando, muitas vezes, bonito ser machista ou ofender as pessoas. Triste.

Outras mulheres entrevistadas no *Mulheres no Legislativo* relataram a mesma coisa sobre essa questão do machismo no seio do Parlamento. Um ambiente extremamente hostil e que parecia não ser feito para receber mulheres. Não havia sequer banheiro feminino ali no plenário, até bem pouco tempo atrás. O que era mais desafiador para você, nesse aspecto?

Para mim, o mais desafiador foi perceber que havia um jogo, uma disputa muito grande ali dentro, onde muitas vezes o interesse da população era relegado a jogos políticos, e onde a mulher também era sempre relegada a segundo, terceiro, quarto planos. Então, eu acho que as mulheres são, em geral, mais sinceras [do que os homens] na política. Elas têm um desejo genuíno de melhorar a vida das pessoas, principalmente das crianças. Eu não diria que isso é natural, mas, sim algo a que a mulher é socialmente ensinada: a se importar com as crianças, com a família. Esse lado socialmente feminino nos faz ter uma maior sensibilidade para com as questões sociais.

É interessante notar que a sua atuação parlamentar segue realmente por essa vertente. Em quatro anos você conseguiu apresentar bastantes propostas. Você chegou a presidir a Comissão de Saúde e a Comissão da Criança e do Adolescente. Que outros fatos, projetos você considera relevantes? Você considera que tenha produzido um legado?

Na verdade, eu acho que o meu legado está, de fato, na Educação. Todos os dias, quando trabalho como professora, quando educo e ensino, eu sinto que estou deixando um legado. Quanto à minha passagem pela Assembleia, eu lamento, porque muitas vezes os projetos ficaram apenas no papel, apesar de eu ter me esforçado para contribuir com o País e com o Estado. Na educação é diferente, porque você está inserido de fato no processo e, em razão disso, você consegue ter mais possibilidade de agir; você tenta transformar a vida do outro. O conhecimento é transformador. Eu me sinto mais realizada na educação.

Você apresentou muitos projetos que estavam inclusive na vanguarda de discussões que só depois vieram a se tornar política nacional e estadual, como as escolas em tempo integral. Além disso, também encabeçou discussões sobre a questão do psicólogo nas escolas e muitas outras, ainda em voga nos dias atuais. Grande parte dos projetos foram arquivados, infelizmente, mas qual deles você gostaria de destacar, devido à sua importância ou por ter ido mais adiante?

Eu me lembro que fazia um esforço para colocar projetos que melhorassem, principalmente, a vida das crianças. Até porque, na época, eu estava me tornando mãe. Inclusive, minha filha hoje tem 20 anos e é super politizada (risos). E eu penso, inclusive, que, se ela for seguir carreira política, que seja na política internacional, porque essa política partidária [brasileira] é terrível. Mas eu me lembro que eu tinha uma grande preocupação com o bem-estar das crianças, o que originou esse projeto de escola em tempo integral, que não era bem esse que existe hoje. A tentativa era dar uma vida mais digna, uma educação transformadora e mais completa para essas crianças. A gente sabe que, em muitos países, as escolas têm um tempo de aula maior. Mas não adianta a gente instituir uma escola de tempo integral sem antes investir na qualidade dessa escola, não é? Esse outro projeto de exigência de psicólogos nas escolas, para você ver, 20 anos depois, ainda existe uma matéria tramitando com o mesmo tema. Inclusive, a nível nacional, nosso Conselho Federal de Psicologia está lutando por essa conquista. Já era para ter psicólogo nas escolas há muito tempo. Quem sabe, com isso, a gente não estaria vivendo esse terror dentro das escolas: assassinatos, violência, suicídios, tantas coisas que poderiam estar sendo prevenidas. Eu lembro também que, na época, eu sofri bastante por ser muito aguerrida na luta antimanicomial, e fui muito criticada por isso. Eu estava saindo da faculdade de Psicologia, tinha uns 2 ou 3 anos de formada e era numa época em que a lei do Paulo Delgado¹⁰⁸ (Lei da Reforma Psiquiátrica, de autoria do ex-deputado federal constituinte) estava muito em voga, destacando esse forte interesse em se assegurar uma maior humanização na psiquiatria. Eu lembro também que essa foi uma área muito difícil.

**Acesse aqui as
notas da página**



Estas bandeiras, que tratam, via de regra, da humanização nas instituições públicas, são difíceis de defender?

Muito. E é até um pouco chocante, porque na época eu era do PPB e depois do DEM e estava defendendo essas pautas. Na verdade, eu tinha essa tendência de esquerda, mas tinha também que acompanhar minha mãe. Porque, como já dito, a minha entrada na política foi muito circunstancial devido à presença da minha mãe naquele meio. Então eu a acompanhei dentro dos partidos dos quais ela fazia parte. E por isso talvez tenha me sentido tão deslocada ali dentro [da Alego]. Foi bastante complicado, mas eu achei um jeitinho de colocar um pouco dessas pautas. Eu pessoalmente preferiria uma legenda mais à esquerda ou talvez centro-esquerda. Eu não me identifico com essa agenda da direita brasileira, de forma alguma. Acho que é por isso também que eu não me identifiquei com essa atividade [política]. Eu gosto mais, me interesso mais e sinto que contribuo mais com o País através da educação. Realmente achei meu lugar.

Em suma, nessa trajetória política toda, o que você julga ser mais difícil, mais desafiador para uma mulher?

Sem dúvida é quando a gente tem que lidar com o meio político. Lidar com a população eu não diria que é fácil, mas é bastante agradável. Pelo menos é uma parte que eu gostava na política. Conhecer as pessoas, tomar um cafezinho com elas, conhecer os problemas da população, andar pelas ruas... Tudo isso era uma parte bastante agradável da atividade política. Mas, quando você entra na Assembleia, e o seu trabalho se reduz a lidar realmente com o meio político, aí o nível de complexidade aumenta bastante.

E como foi conciliar a questão de ser mãe, esposa, enfim, a vida familiar com a vida no Parlamento? Foi difícil?

Sim. Eu me lembro que eu ter ficado grávida foi motivo de muita crítica. Inclusive, teve uma pessoa que falou assim: “agora a carreira da deputada Lila acabou porque ela pegou uma imagem de mãe, e não de [figura] política”. Eles praticamente me sentenciaram à derrota, ao fracasso, pelo fato de eu ter sido mãe durante o mandato. Não havia licença maternidade. Com dois meses eu voltei a trabalhar. Tanto que quando eu terminei o mandato, eu escolhi ficar dois anos só por conta de ser mãe. Porque eu senti que a atividade política me usurpou muito desse prazer. Depois, também, por causa da perseguição do Marconi, eu não arrumava um emprego nesse Goiás. Quem me contratasse recebia uma varredura fiscal avassaladora! E essa questão da gravidez pesou muito nesse preconceito. Foi uma coisa horrível. As pessoas falavam isso abertamente no meio político. Por outro lado, junto à população, não, eu recebia muito carinho. Mas no meio político foi bem pesado.

Olhando para trás, para essa sua trajetória política, você mudaria alguma coisa na sua postura? Teria algo a alterar, caso, hipoteticamente, viesse a disputar novamente outro cargo eletivo?

Com certeza (risos). Porque, com essa idade que eu tenho hoje, eu percebo o quanto fui ingênua, o quanto eu era imatura, naquela época. Quando eu olho para trás, a imagem que me vem à memória é a de uma espécie de cordeirinho jogado aos lobos. Aos 27 anos, hoje eu posso perceber, a gente não tem muita noção do impacto dos nossos atos e muito menos do impacto desses atos na vida pública, como é a vida de uma deputada. Então eu acho que mudaria bastante coisa. Sobretudo, eu seria mais assertiva e menos emocional.

Você tem uma carreira acadêmica muito consolidada, muito produtiva e inclusive está fazendo um pós-doutorado. Entre as temáticas que você estuda, chamam atenção as representações sociais e a construção da noção de justiça e de injustiça. O que te motiva a pesquisar sobre essas questões?

Eu acho que nós temos hoje no Brasil uma crise de valores. Então eu dirijo muito meus estudos, minhas pesquisas para esse tema. Eu iniciei minha carreira estudando esses valores de justiça e injustiça e depois fui caminhando para outros. Hoje estudo valores da honestidade e da corrupção. Não no sentido do que eles são, mas de como as pessoas, o senso comum, compreendem esses valores e fazem esse julgamento. Eu estudei, durante um bom tempo, como as pessoas fazem o julgamento daquilo que é justo e daquilo que é injusto. Tenho dirigido sempre esse aspecto para a minha pesquisa, porque isso me interessa. Eu acho que realmente a gente precisa retornar, não aos valores antigos, da Ditadura Militar, mas realmente nos perguntar quais são os valores da nossa época, até mesmo dentro do ensino. Quais os valores que nós temos que ensinar? Será que a gente ensina valores ou que isso é papel só da família? Que geração é essa que nós queremos para o futuro?

Você consegue estabelecer algum tipo de conexão entre a vivência do Parlamento e esses estudos?

Eu acho que a minha vivência no Parlamento me fez questionar muito as concepções de justiça do brasileiro. Na minha tese de doutorado eu comparei a noção de justiça do brasileiro com as concepções de justiça dos franceses. Isso já começou a me dar várias pistas a respeito do porquê a nossa política é como é e está como está.

O que você notou de diferente entre a concepção de justiça dos franceses e a dos brasileiros?

Uma das coisas que achei mais interessante é o fato do brasileiro ser bem mais resignado. Quando o brasileiro sente que sofreu uma injustiça ele sente tristeza, que é um sentimento bastante passivo e que leva a pessoa a se recolher. O francês sente

raiva. A raiva é um sentimento que te faz agir. Acho que isso diz bastante sobre nós, brasileiros, sobre essa resignação, essa aceitação emocional de todas as injustiças que as pessoas vivem.

Me parece que os franceses protestam mais...

Sim, realmente, eles protestam mais. Eles se sentem mais ouvidos quando protestam e isso naturalmente faz com que eles tenham maior possibilidade percebida de ação. Nós brasileiros não temos essa possibilidade percebida de ação.

Também o protesto, no Brasil, às vezes é considerado vandalismo. Você percebe que, aqui, um protesto tão aguerrido quanto lá seria encarado de maneira diferente?

Com certeza. O protesto para nós é encarado como uma coisa ruim e muitas vezes levado ao extremo. A gente não tem essa assertividade de realmente dizer o que a gente quer enquanto nação.

Em relação a esse cenário nacional atual, que avaliação você faz de nossos governos federal e estadual?

É um cenário, para mim, de muita tristeza, porque eu acho que nós estamos vivendo muitos retrocessos, principalmente na área da educação. Também vejo com muita tristeza essa espécie de tentativa de desmoralização do professor. Eu acho que o professor é, sem dúvida, o profissional mais necessário para um país, o mais importante, pois é ele quem forma todos os demais profissionais. Eu diria que é ele quem realmente constrói a nação. Eu convivo muito com os professores, não só do ensino superior, mas também de outros níveis de ensino. E percebo o quanto o professor tem amor pelo que faz e faz bem feito, faz de alma mesmo, de coração. No entanto, os professores só têm recebido ingratidão e injustiça por parte dos governantes. Quando se pensa em cortar, pensa-se em cortar os salários dos professores. Quando atrasa pagamento, atrasa o pagamento dos professores. Eu acho que o Brasil tem que ter consciência de que a educação precisa ser privilegiada. Hoje, há uma política quase que de terrorismo. Dentro da sala de aula os professores voltam a ter medo de serem filmados, de serem gravados. Coisas que eu não vivi, porque, quando entrei na universidade, já tinha acabado a Ditadura Militar. Mas eu ouço vários professores contarem desse medo. Eu, por exemplo, nunca tive medo de gravarem minhas aulas, às vezes o aluno pergunta se pode gravar e eu digo que sim; que fique à vontade. Para mim faz parte. Mas agora a gente começa novamente a viver isso, a ter medo, porque a pessoa pode recortar aquilo como ela quiser e deturpar o conteúdo que estava sendo falado ali.

Tem havido muitas críticas às universidades brasileiras, o que vem suscitando uma política de cortes nesse setor que hoje faz parte do seu universo profissional. Como você vê essa questão? As universidades brasileiras realmente precisam repensar a maneira como conduzem a educação?

Eu vejo com muita tristeza. Eu acho que o País só tem uma saída, que é a educação. A gente poderia provocar cortes em tudo, menos na educação, que é o futuro do País. A gente vê que os países de primeiro mundo investem maciçamente em educação, porque eles têm consciência de que um cidadão bem-educado constrói uma nação saudável. Infelizmente, o Brasil ainda não adquiriu essa consciência. Eu acho que as universidades federais do Brasil prestam um grande serviço à nação, em termos de pesquisa, de ensino, e já têm um orçamento bastante reduzido, se considerarmos o tamanho do País. Esse orçamento já tem sido cortado sistematicamente. É cortar do que já foi cortado. Não sei realmente como as universidades públicas vão sobreviver. Para as mulheres, isso me parece ainda mais grave, visto que a educação, desde cedo, é de mais difícil acesso para as mulheres. Das mulheres socialmente também sempre foi cobrado menos a questão do estudo. Mas hoje a gente já percebe nas universidades um aumento muito grande de mulheres. Então eu acho que realmente as universidades podem fazer essa transformação, porque as mulheres estão chegando e aqui mesmo tem que ser feito um trabalho para que elas saiam daqui dispostas a lutar pela participação da mulher em todas as áreas da vida social, do mercado de trabalho e da vida política. Sobretudo para romper com aquela questão do preconceito sutil e que se faz presente inclusive na carreira docente. Por exemplo, existe uma diferença quando um professor entra na sala de aula e quando uma professora entra na sala de aula. Isso é tão impregnado, que existem coisas que um professor pode fazer ali, que uma professora jamais pode fazer. Até na forma de chamar a atenção do aluno, a mulher é muito menos compreendida do que o homem. Esses realmente são valores que estão muito impregnados na sociedade brasileira. Por todas essas razões é que eu acredito que ainda há um trabalho realmente forte, ativo e a longo prazo a ser feito na Educação. Com certeza nós não estamos acertando. Nos últimos 20 anos, parece que a gente progrediu, mas se a gente for olhar de forma cautelosa, a gente não progrediu em muita coisa. A gente tem que realmente avaliar o rumo que temos dado a essas questões.

Em relação às impressões sobre a política atual, agora mais focada nessa questão de gênero mesmo. Na sua época, havia sete deputadas estaduais em Goiás. Na Legislatura passada, tínhamos quatro. Nessa, reduzimos para duas. E a gente vê políticas afirmativas, como as cotas partidárias. Mas, na hora de eleger essas mulheres, esse voto não vem e a representatividade tem caído no nosso estado e mais propriamente no Centro-Oeste. Os outros estados estão um pouco melhores nesse sentido. A que você julga dever-se essa baixa representatividade?

Em primeiro lugar, penso que deva ser a questão do sacrifício pessoal. Quando eu saí da Assembleia, foi um alívio imenso. Foi tipo assim: nossa, graças a Deus vou poder respirar! Já vi também várias denúncias de que as mulheres pegam o dinheiro e repassam para os homens para que eles sejam eleitos. Além do caminho delas ser muito mais difícil, mesmo com essas políticas afirmativas. Eu acho que muitas vezes elas pensam que não compensa correr tanto, investir tanto e ter que conviver com um mundo tão masculino e tão cruel como ainda é a política. Nos estudos que tenho feito sobre os valores, uma das coisas que tenho notado é que o brasileiro é extremamente conservador e tradicional. O que eu tenho visto é que esses valores tradicionais que incluem o sexismo, têm sido muito reforçados, o que talvez até explique esse retrocesso, porque a gente já chegou a ter mais deputadas e hoje esse número tem diminuído mesmo. É o que se repete na Assembleia, na sala de aula, nas famílias. A mulher é punida quando ela alcança um cargo onde socialmente ela não é aceita. Isso eu senti bastante na pele mesmo. É uma punição sutil, mas bastante cruel.

O que a gente poderia propor para que haja um avanço nesse campo?

Nesse sentido, eu acho que a única saída é a educação. A educação tem que agir no sentido de dar dignidade à mulher. Hoje o que as pessoas pregam e dizem que é o movimento feminista, ou que é a liberação da mulher, está colocado de uma forma muito sexualizada que, para mim, é muito nos reduzir a um pedaço de carne, é muito corporal. É a mulher ter liberdade sexual, poder expor o seu corpo, mas isso tudo acaba, em algum aspecto, reforçando o machismo. Porque eu não tenho que ter um corpo bonito, não tenho que expor o meu corpo, não é por aí. É importante esse lado, claro, mas a conquista maior, acredito, é sobretudo no campo político. O que adianta a gente ter todas essas liberdades sendo que a gente continua restrita aos lugares supostamente femininos da sociedade, sem poder ter uma representatividade feminina, de fato, e ainda com a mulher ganhando 30% a menos que os homens nos mesmos cargos? Então se a gente for olhar, por esse aspecto, não avançamos quase nada.

Você acredita que essa é uma pauta que interessa só às mulheres ou essa pauta também interessa aos homens e eles precisam ter um olhar atento para isso?

Os estudos da psicologia mostram que a gente passou de um preconceito flagrante para um preconceito sutil, que é chamado de preconceito frio, porque ele é muito pauta-

do pela indiferença. Então, a gente vê muito isso, uma questão de tanto faz. Eu posso até aceitar a mulher se candidatar, mas eu não me engajo, eu não voto nela. É aquela frieza, aquela indiferença. Esse preconceito sutil é uma nova forma de preconceito e talvez seja muito mais deletério. Como ele é mascarado, talvez a gente tenha a sensação de que ele diminuiu. Mas não., ele apenas se transformou. E eu acho que por isso a gente fala tanto e, ao invés de fazer o efeito que deveria, só gera a transformação de um preconceito flagrante em um preconceito sutil. Hoje, as pessoas não agriem mais com “seu lugar é no tanque”, qualquer coisa assim, mas as pessoas também não dão o lugar devido à mulher.

Você teve uma base muito favorável ao seu desenvolvimento... Como é para você perceber hoje que a gente vive em uma sociedade tão desestruturada, com tantas pessoas que ainda não conseguiram alcançar um lugar de conforto, de fato?

Isso foi uma coisa que meus pais trabalharam muito comigo e com os meus (quatro) irmãos. Apesar de eu ter sido filha de médico, numa cidade pequena, que, naquela época, significava um status muito grande, a minha mãe sempre me levou para os bairros, por exemplo, para limpar a casa dos idosos. Muitas vezes eu fui nos presídios com minha mãe. Sempre fui criada tendo muita consciência do privilégio que eu tinha em ter todo o conforto de que desfrutava. Ela sempre se importou, desde que eu era criança, com essas questões na minha educação. Por isso, fui criada nos bairros, fazendo trabalho social. E isto me levou a criar meus filhos assim. Depois que eu saí da Assembleia, eu fui para Anápolis e integrei um projeto de lá chamado Missão Vida, que cuida de moradores de rua. Eu criei meus filhos nesse projeto, sempre tendo a consciência de que eles têm uma vida privilegiada, mas que existem pessoas numa vida muito ruim. Para mim, isso é o que existe de pior no Brasil, essa desumanidade da gente aceitar com tanta passividade a desigualdade. A gente é tão cauterizado para isso! Por exemplo: a gente vê um menino de rua e o chama de pivete, mas trata-se de uma criança. Uma criança! Tem inclusive um capítulo no livro que eu escrevi em que eu falo sobre isso, a teoria da crença a um mundo justo.

[Lila publicou o livro ‘Psicologia aplicada ao Direito’ e coordenou a publicação do livro “Contribuições da Psicologia Social ao Direito”, coletânea composta por textos de cinco universidades francesas e duas brasileiras].

Você percebe que existe um legado deixado pela participação feminina no Parlamento goiano? Qual importância você credita a essa questão?

Existe, claro. Eu acho que hoje as mulheres têm mais condição de participar da política e acho também que elas têm que buscar entrar de forma mais consciente nesse meio. Eu fui pega de surpresa por uma coisa que não estava em meus planos. E para mim foi muito dramático. Mas eu acho que o único jeito da gente mudar a situação atual é realmente através de mulheres que tenham coragem e persistência de entrar na política e enfrentar o jogo. Até porque temos, enquanto mulheres, na maioria das vezes, olhares

distintos aos dos homens sobre a sociedade. Os homens, de forma geral, se interessam mais pelo orçamento, pelas questões administrativas, como se o dinheiro pelo dinheiro fosse alguma coisa em si. E eu acho que as mulheres pensam mais no uso desse dinheiro em benefício da nação. Eu acho que isso está faltando muito, essa sensibilidade, que não é naturalmente feminina, mas que socialmente a gente adquire, até porque a vida da mulher é muito mais dura do que a do homem. E é por isso que eu acho que a nossa sociedade precisa incentivar as mulheres a serem realmente protagonistas de sua própria trajetória. Nada contra aquelas que herdaram sua carreira de um pai, de um marido. Mas o problema é que isso faz com que a gente tenha um compromisso com eles, como eu tive um compromisso com a minha mãe. O que acaba não te liberando para ter aquela força realmente diferenciada, como geralmente acontece quando uma mulher faz a sua carreira de forma autônoma. Mas, pelo exemplo da minha mãe, eu tenho orgulho de falar. Uma mulher precisa trabalhar 20 anos para conseguir ser eleita como ela. Sem dinheiro. E a gente sabe que o valor financeiro pesa ainda hoje. Talvez aí esteja a principal dificuldade de a mulher chegar à política ou de só chegar quando um homem a banca. Isso é muito triste.



DENISE CARVALHO

MANDATOS: 12ª Legislatura (1991- 1995),
13ª Legislatura (1995-1999) e
14ª Legislatura (1999-2003)

Quanto mais democrática é uma sociedade, mais oportunidade há para que as mulheres participem dos espaços de decisão.

Quanto menos mulheres nesses espaços, **menos democrática é a sociedade.**

MATÉRIA PUBLICADA EM 07/06/19

Por Jéssica Campos

No texto a seguir, você se deparará com histórias extraídas da trajetória de vida e da carreira política da ex-deputada Denise Carvalho. Ao longo da matéria, leitoras e leitores empreenderão uma viagem que os conduzirá à juventude dessa mulher que foi parlamentar, por três vezes, na Alego. Das memórias da jovem estudante às experiências do tempo presente, aqui se reconstrói a caminhada percorrida por Denise e, inspirada nas palavras e referências da própria entrevistada, narra-se com poesia as diferentes passagens da vida dessa ilustre mulher, relacionando-as às quatro estações do ano.

Primavera – o início

“Eles podem pisar os jardins, destruir as flores, mas não são capazes de deter a primavera”. Foi com esse tom de leveza e poesia, que a ex-deputada Denise Carvalho concluiu as suas reflexões sobre um tema nada fácil de encarar: a crescente ascensão do autoritarismo, que ameaça a democracia, não apenas no Brasil, mas nas Américas, em geral. Durante a nossa conversa, que se desenrolou na mesa redonda da sala da Agência de Notícias da Assembleia Legislativa de Goiás, ela nos apresenta, então, com igual clareza e sensibilidade, a sua luta em defesa das minorias, a sua fé na evolução da humanidade e a sua militância em defesa das bandeiras democráticas. E, ainda, nos presenteia, ao final, com um calendário de mandalas de sua autoria, gesto que bem ilustra a delicadeza e a nobreza de seu caráter.

Denise era, então, estudante de engenharia quando se envolveu com o movimento estudantil, no início da década de 1980. O Brasil transpirava, naqueles anos, vontade de democracia. Vontade esta que ecoava principalmente dentro dos muros universitários e nos corações de jovens idealistas, como o da entrevistada.

Dona de um sorriso aconchegante, olhos esperançosos e um idealismo incurável, Denise nos conta que se filiou ao PCdoB antes mesmo da redemocratização plena do País, em 1981. Nessa época, o partido ainda agia na clandestinidade, da qual sairia apenas em 1985.

“No início dos anos de 1980, pairava no ar a luta democrática, enchendo nossos pulmões. Eu entrei na universidade bem nessa época, para cursar, a princípio, Engenharia Civil e logo fiz contato com o movimento estudantil. Nossa principal missão ali era a de descortinar, para a juventude, aquilo que era proibido de ser dito pelos meios de comunicação. A gente falava da luta democrática, da tortura que existia, da censura que havia nos órgãos de imprensa. Embora o Brasil estivesse caminhando para o final da ditadura militar, ainda vivíamos na ditadura. E a universidade era o grande espaço da democracia. Ali, nós podíamos assistir os filmes, ler todos os livros e debater ideias”, relembrou.

Foi nesse ambiente fértil que floresceu em Denise a vontade de mudar o mundo. Inspirada por mulheres e homens de luta, logo ela se tornaria líder no movimento estudantil.

Assumiu, assim, a vice-presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE –UFG), em 1981, e, em 1983, passa à condição de presidente da entidade, tornando-se então a primeira mulher a ascender ao referido cargo. Também presidiu a União Estadual dos Estudantes (UEE), e foi coordenadora regional da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB.

No início da conversa, Denise relembra-se dos heróis daqueles primeiros anos de vida política, incluindo aí as mulheres de luta com as quais igualmente se identificava. Dentre as suas principais inspirações, ela cita nomes como o de Conceição Gayer, Nadir Cordeiro, Lúcia Rincón, Consuelo Nasser, Aldo Arantes, Pedro Wilson e os irmãos Santillo. Todos goianos, com currículos de peso na vida pública do Estado (mais detalhes sobre cada um deles serão apresentados ao longo da entrevista).

Nesse contexto de militância estudantil, ela se lembra e fala com carinho do movimento ‘Pula Catraca’- realizado durante a sua presidência no DCE. A tática de protesto usada pelos estudantes para sabotar o pagamento das tarifas cobradas no transporte coletivo urbano continua sendo uma referência para os movimentos estudantis que lutam pelo passe livre (MPL) e pela melhoria geral dos serviços ofertados pelo setor não apenas em Goiânia, mas em praticamente todas as capitais do País. “Esse movimento foi muito legal, nós íamos para a delegacia todo santo dia por termos pulado catraca. Chegou um tempo em que os policiais nem nos fichavam mais, porque, segundo dados do governo, nós éramos mil estudantes pulando catraca, diariamente”, comentou, com graça.

“Quando o movimento foi deflagrado”, continuou, “aconteceu uma grande queima de ônibus no Campus da UFG, porque a polícia estava tentando impedir que os estudantes pulassem a catraca. Por conta desse quebra-quebra, a diretoria do DCE rachou. Parte achava que deveríamos repudiar a queima dos ônibus, enquanto outros, como eu, defendíamos o apoio incondicional aos estudantes. Por fim, depois do DCE recomposto, em 1983, nós conseguimos a meia entrada, porque a população também aderiu ao movimento. Era muito divertido”, concluiu, com um riso sonoro e nostálgico de quem, se pudesse, faria tudo novamente.

Como resultado dessas manifestações, o movimento viria a erguer, a seguir, a bandeira da meia entrada nos ônibus para os estudantes. “Era até uma forma de fortalecer as entidades, já que eram os Diretórios (DCEs) que faziam as carteirinhas e esses não tinham nenhuma fonte de renda”, frisou. Após mais de três décadas em vigor, a conquista citada viria a sofrer sanções por parte do governo de Jair Bolsonaro. Ao assinar, em setembro de 2019, uma Medida Provisória (MP) criando a carteirinha estudantil digital (ID Estudantil), ele acabaria por retirar a principal fonte de recursos dos movimentos universitários. A estratégia duraria, no entanto, pouco menos de seis meses, caducando em fevereiro de 2020, por decurso de prazo nas votações do Congresso Nacional.

Outra conquista que Denise cita como decorrente dessas lutas, foi a pela meia-entrada nos cinemas. “Pulamos muita catraca ali também”, comentou, igualmente orgulhosa. Em Goiás, os frutos desse movimento viriam a ser efetivamente colhidos com a promulgação da lei estadual nº 12.355, em 1994, que passou a assegurar aos estudantes o acesso à meia entrada em espetáculos culturais, esportivos e de lazer (a nível federal, o benefício só seria regulamentado em 2013, pela lei nº 12.933).

Bandeiras permanentes de Denise, esses assuntos se fariam presentes durante toda a sua passagem pelo Parlamento goiano. Em seu último mandato, por exemplo, ela voltaria a defender a meia tarifa do transporte coletivo para os estudantes, a partir de alterações na lei da meia entrada citada, que já estava em vigor, em Goiás, desde os anos anteriores. O benefício só viria a ser, no entanto, efetivamente alcançado quase uma década mais tarde, com a promulgação da Lei Estadual nº 17.685/12, que também é conhecida como Lei do Passe Livre Estudantil.

Ainda como parte dos momentos áureos de sua juventude militante, Denise também se lembra da greve geral dos estudantes, deflagrada quando ela era vice-presidente do DCE. “Imaginem vocês, 15 mil alunos da UFG, ou seja, quase 100% dos alunos [na época] não irem assistir aula por um motivo político. Foi muito bonito”, sublinhou.

Mas, como nem tudo são flores, nem mesmo na primavera, o ambiente libertário da luta democrática estudantil também guardava lá as suas contradições. Nesse contexto, Denise comenta os preconceitos enfrentados, na época, por jovens mulheres que, como ela, ousavam desafiar os padrões socioculturais estabelecidos e cursar Engenharia, por exemplo. “Tem muita coisa que eu só enxergo com esse feminismo de hoje, que não pede licença nem permissão para os homens. Quando olho para trás, eu vejo quanto machismo eu passei achando que era tudo natural”, ponderou ao refletir sobre as limitações que a sociedade ainda hoje, não raramente, impõe ao público feminino.

Verão – a carreira política

Em 1988, Denise foi eleita vereadora por Goiânia, ocasião em que pôde contribuir com a elaboração da Lei Orgânica do Município, que foi promulgada em 1990. Nesse mesmo ano, ela venceu as eleições para o cargo de deputada estadual, se tornando a primeira mulher declaradamente comunista a conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Goiás. Aqui ela permaneceu por três mandatos consecutivos – da 12ª à 14ª Legislaturas (1991-2003). Nessa atuação, que durou mais de uma década, a entrevistada imprimiu, nesta Casa de Leis, a revolução que corria em suas veias.

Ao longo deste processo, alguns projetos marcaram, para sempre, a memória de Denise. Um deles foi o requerimento que a possibilitou representar a Alego durante a IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, em 1995. O encontro foi realizado em Bei-

jing [capital da China, equivalente a Pequim em línguas latinas]. “Existia uma solidariedade muito grande entre as deputadas na Casa, tanto que nós formamos, juntas, uma Comissão Extraordinária, que passou um ano discutindo o que seria levado para essa conferência. A Assembleia participou oficialmente e eu estive lá, representando o Legislativo goiano. Nós levamos um caderno de Goiás para a China”, contou orgulhosa, enquanto tomava café.

Entre um gole e outro, Denise nos olha e, no brilho dos seus olhos, é possível notar um certo ar de realização pessoal e cumplicidade por ver, diante de si, mulheres interessadas em contar a história de outras mulheres.

- “Esse projeto de vocês vai começar pelas mulheres?” – havia perguntado a ex-deputada, instantes antes de começarmos a gravação.

- “É um projeto de mulheres e sobre mulheres, apenas” – respondeu-lhe a autora destas introdutórias linhas.

- “Nossa, que importante! A história das mulheres precisa ser contada. Precisamos de mulheres falando sobre mulheres” - replicou entusiasmada.

A identificação de Denise com as pautas e agenda do feminismo a levou ainda a propor e a presidir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o aumento dos números de cirurgias de laqueadura, em Goiás. Isso porque, durante o início dos anos 1990, denúncias referentes a uma suposta esterilização em massa de mulheres estavam ocorrendo em todo o País. “O movimento feminista decidiu, como estratégia de luta, puxar CPIs nas Assembleias [estaduais] para entender o fenômeno. Goiás, juntamente com o Ceará, eram apontados como os estados líderes em ocorrências do gênero, com índices muito acima do padrão estabelecido pela OMS”, lembrou.

Segundo a ex-deputada, em dois anos de trabalho, a CPI teria identificado a existência de políticas nacionais de controle da natalidade financiadas pelos EUA e que estariam vigentes desde os anos de 1970. Sob a justificativa de ser uma medida eficaz para a contenção da pobreza no País, a esterilização forçada acabava afetando sobretudo a população pobre. “Nós reunimos muitos documentos que revelavam essa mentalidade. Mas sabemos que isso é um absurdo, porque a causa da pobreza é a má distribuição da riqueza e não o número de filhos das famílias”, enfatizou.

O relatório nacional da comissão foi publicado pelo Senado Federal, em 1993. Ali, a CPI foi presidida pela então senadora petista Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, e contou com a relatoria do senador pefelista do Tocantins, Carlos Patrocínio. Em Goiás, o relator foi Marconi Perillo. Em 1996, uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde revela que 45% das brasileiras em uniões estáveis estavam laqueadas e que a prática indiscriminada

dessas laqueaduras havia atendido a propósitos eleitoreiros. Ainda segundo o levantamento, um quinto dessas mulheres apresentavam, na época, menos de 25 anos de idade.

Como alternativa à situação, a CPI, presidida por Denise, defendia uma política de planejamento familiar que fosse capaz de garantir a cada família os meios necessários para a tomada consciente de decisão sobre o número de filhos que deveria ter. Segundo a entrevistada, o modelo apresentado por Goiás acabaria servindo, nos anos subsequentes, de referência ao aprimoramento do próprio Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Paism), que está em desenvolvimento no País desde o início da década de 1980. Atualmente, a política opera áreas estratégicas, como: planejamento reprodutivo (métodos contraceptivos); atenção obstétrica (pré-natal, parto, puerpério, urgências e emergências obstétricas e aborto); vigilância epidemiológica do óbito materno; violência sexual e doméstica; climatério; gênero e saúde mental; feminilização da Aids e Infecções Sexualmente Transmissíveis; câncer de colo de útero e mama.

A fim de colocar em prática a nova política, em Goiás, Denise chegou até mesmo a articular, na época, uma parceria com o grupo ‘Transas do Corpo’. Com sede em Goiânia, a entidade tem promovido ações educativas em gênero, sexualidade e saúde há mais de 30 anos. “Nós fizemos um projeto piloto de educação sexual em cinco escolas estaduais. A análise inserida no relatório final foi tão sensacional! Se você visse o quanto diminuiu o vandalismo, a violência, a intolerância e o assédio dentro dessas escolas. E isso só pelo fato de conversarem sobre o assunto”, sublinhou, entusiasmada.

Não obstante isso, o projeto de lei apresentado por Denise sobre o tema jamais viria a ser aprovado na Casa. “Nós nunca conseguimos vencer esse fundamentalismo que acha que educação sexual estimula a prática sexual, sendo que o resultado é exatamente o contrário”, ponderou com nítida frustração.

O tema continua a gerar controvérsias no cenário político atual, agora envolvendo as polêmicas discussões em torno da chamada “ideologia de gênero”. A expressão, que ganhou forte repercussão durante a última campanha presidencial, de 2018, vem sendo usada pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira e tem impedido o justo debate em torno de temas como o combate à homofobia nas escolas, a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a violência contra essas últimas (incluindo o feminicídio e o estupro de crianças por parentes próximos), dentre outros assuntos correlatos.

Outono – A participação feminina

Como mulher, Denise esteve na vanguarda da política goiana em muitos momentos de sua trajetória. Além de ter sido a primeira representante feminina a presidir o DCE/UFG e União Estadual de Estudantes (UEE), em Goiás, ela foi também, nesta condição, a primeira comunista a assumir uma cadeira no Legislativo goiano. “Eu fui identificada como pioneira,

vamos dizer assim, por desbravar caminhos como ‘primeira mulher’ em vários espaços. E eu sempre abracei esse pioneirismo com muito gosto, porque não faz sentido ter mulheres ocupando qualquer espaço se esse espaço não servir para abrir portas para que outras venham”, refletiu, impondo agora, à voz, um tom um pouco mais grave.

Para Denise, seu pioneirismo, de certa forma tardio, não resulta somente em conquistas a serem comemoradas, mas reflete, também, o triste legado das inúmeras exclusões ainda hoje imputadas à participação feminina na política goiana. “Eu fui a sexta deputada estadual e só entrei aqui na década de 1990. Vejam como poucas mulheres estiveram [como deputadas] na história da Alego”, lamentou, na sequência. As deputadas que a precederam na história da Casa foram: Berenice Artiaga (1951-1955 e 1955-1959; 2012, *in memoriam*), Almerinda Arantes (1955-1959, 1959-1963 e 1967; 1996, *in memoriam*), Ana Braga (1959-1963), Conceição Gayer (1987-1981; 2006, *in memoriam*) e Cleuzita de Assis (1987-1991; 1991-1995).

O descaso com a participação feminina era tão evidente, na época em que Denise entrou para esta Casa de Leis, que nem mesmo direito a um banheiro próprio elas tinham, nas dependências do Plenário da Alego. “Não era um lugar de mulher”, concluiu taxativamente a ex-deputada, ao lembrar da situação vivida. A inexistência da licença maternidade para as parlamentares seria, para ela, mais um lamentável exemplo das dificuldades que, ainda hoje, impedem o justo acolhimento das mulheres na vida política em Goiás. Dificuldade essa que ela afirma, inclusive, ter vivenciado na pele, quando teve que conciliar o seu primeiro mandato com o nascimento de seu filho mais novo, Fernão.

Como uma boa feminista, Denise defende com afincos a bandeira da distribuição equitativa dos lugares de poder entre os gêneros. “Nós não vamos ter democracia se não tivermos metade dos espaços de poder ocupados por mulheres. Isso é pedir muito? Não! Nós somos metade da sociedade. Não estamos pedindo nada. Nós estamos reconhecendo que uma sociedade só evolui se todos aqueles que a compõem tiverem direito à voz. Essa desproporção desarmoniza a sociedade, agrava os conflitos”, arrematou.

Para a ex-deputada, essa desproporcionalidade de representação perpetua uma dívida histórica que ainda não foi devidamente equacionada e que, por essa razão, continua a martirizar, sobretudo as mulheres e as populações negras brasileiras. “Nós vivemos numa sociedade machista, que teve a sua origem fundada em relações muito desiguais e violentas de poder. O processo de miscigenação da sociedade brasileira se deu com base na violência de gênero e contra os negros. Essa herança se transformou no silêncio das famílias e da sociedade como um todo, nas coisas que não podem ser ditas. Daí o mito de que nós vivemos num país onde há igualdade de gênero e democracia racial. A opressão sempre ficou historicamente acobertada, disfarçada, não dita. Há uma razão histórica, cultural e ideológica para tudo isso, uma razão que está na própria obra política”, explicou, contundentemente.

Para Denise, essa herança imprimiu na subjetividade feminina uma série de traumáticas marcas. Raramente mencionados, mas frequentemente presentes, esses marcadores íntimos contribuem para tornar ainda mais árdua a incursão das mulheres nos espaços de poder. Valendo-se de um exemplo pessoal, a ex-deputada demonstra, com clareza, como conseguiu superar as limitações implícitas na condição anunciada. “Quando comecei a assumir a liderança no movimento estudantil, não conseguia falar em sala de aula. Eu entrava para dar um recado e ficava muda. Agora olha o tanto que eu falo hoje (risos). Isso é treino. É porque, para as mulheres, o exercício da palavra é mais difícil. Nós não somos treinadas para isso. Para exercer liderança, pior ainda. Desde criança nós não somos treinadas para ter iniciativa. Pelo contrário, a menina mais quieta, mais obediente é a mais bonitinha”, analisou, com tom de severa crítica.

Inverno – Atualidade

Dona de suas verdades e desbravadora de muitos caminhos, Denise Carvalho não esconde seus medos e receios ao falar sobre o cenário político atual. Sua preocupação com a ascensão da extrema direita e das ideias conservadoras em vários países, incluindo o Brasil, é gritante. “Estamos regredindo. Temos que lidar com coisas que já tinham sido resolvidas no iluminismo”, manifestou.

Ela prosseguiu falando sobre as ameaças que vem sofrendo a democracia brasileira, desde o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. “Quando se quebra o jogo democrático, por qualquer que seja o motivo, abre-se espaço para o obscurantismo. A volta do obscurantismo vem associada ao interesse do grande capital financeiro. Isso tudo vem acontecendo desde a destituição, sem crime de responsabilidade, da presidenta Dilma, que sofreu, aliás, um golpe pautado pela misoginia. A democracia, por pior que seja a pessoa que esteja governando, é o melhor caminho que podemos ter. Se você é contra aquele projeto, dispute a eleição seguinte e ganhe, sem precisar que ocorra essa quebra. Essa é uma lição que precisa ser aprendida”, alertou.

Para Denise, esse obscurantismo, que despreza as democracias, dissemina desinformação e flerta constantemente com o fascismo, é o que perfeitamente define o atual governo de Donald Trump, nos EUA, e de Jair Bolsonaro, no Brasil. “Eles precisam implementar um projeto econômico mais concentrador da riqueza no mundo, e para que esse projeto seja implementado, vai haver o sacrifício de populações inteiras”, disse, em tom de presságio.

Ao refletir sobre as possíveis razões que teriam motivado essa guinada no curso da política brasileira, Denise aproveita para fazer um breve balanço sobre os anos em que o PT esteve no comando do País. “Mais do que erros da esquerda, houve, fundamentalmente, insuficiência de tempo histórico para que o nosso povo, que ainda é analfabeto político e científico, se organizasse melhor. Para que a consciência se elevasse e não ficássemos em

dúvida se a Terra é plana ou redonda. A mudança de costumes e padrões na sociedade, quando não é feita por meio de guerra, se dá mesmo a passos lentos”, salientou.

Mesmo diante da forte neblina, Denise não deixa apagar dentro de si aquele raio de esperança, típico de quem já esteve na linha de frente de muitas batalhas e coleciona muitas vitórias e superações. Para resgatá-lo e mantê-lo sempre radiante, ela recorre às memórias do passado e se lembra dos ensinamentos de sua mãe, que era professora.

Foi com ela que a nossa entrevistada e suas duas irmãs aprenderam, desde crianças, o valor da liderança e da educação. “Vocês não vão ser donas de casa. Vão estudar”, dizia a mãe da ex-deputada. Frases essas que Denise agora relembra, dando tapinhas na mesa como se quisesse reproduzir ali, diante de nós, a ordem dada pela mãe. Ordem essa, aliás, que ela soube obedecer muito bem, cursando, ao longo da vida, engenharia, jornalismo e museologia. “Eu acredito que a primavera virá e muitas gerações serão capazes de usufruir da beleza, da diversidade e da harmonia das cores que estão por vir”, finalizou, com ar de poesia.

Confira, a seguir, a entrevista, na íntegra.

Você começou bem cedo a sua trajetória política e teve uma atuação forte nos movimentos estudantis do início da década de 1980, período histórico importante em razão da reabertura democrática brasileira. Quem te inspirou a esse engajamento?

Nossa, foi tanta gente! Eu comecei a cursar Engenharia Civil logo no início dos anos 1980 e assim que eu entrei para a universidade, eu fiz contato com o movimento estudantil. Nas atividades de militância, nós descortinávamos para a juventude aquilo que ainda era proibido de ser dito pelos meios de comunicação. A gente falava da luta democrática, da tortura que existia naquela época, da censura que havia nos órgãos de imprensa. Embora o Brasil estivesse caminhando para o final da ditadura militar, ainda vivíamos na ditadura. E a universidade era o grande espaço da democracia. Ali nós podíamos assistir os filmes, ler todos os livros e debater ideias. Naquele início, eu me inspirava muito na história de Aldo Arantes¹⁰⁹, Pedro Wilson¹¹⁰ e os Santillo, que eram vistos como baluartes da luta democrática no Congresso Nacional. Os três [Santillo], juntos, eram vistos como os irmãos coragem¹¹¹. E também haviam as mulheres, como a Conceição Gayer, que era uma deputada de guerrilha, uma grande combatente aqui nesse Parlamento. Quando eu estava no movimento estudantil, ela já era delegada de polícia¹¹². Tinha ainda a Nadir Cordeiro¹¹³, a professora Lúcia Rincón¹¹⁴, a Consuelo Nasser¹¹⁵. Eram mulheres que estavam desbravando um território novo e ainda proibido aos democratas, em geral, e a elas, em



**Acesse aqui as
notas da página**

especial. Mas eu participei com muita alegria desse desabrochar da luta democrática em Goiânia. Nós tínhamos grandes heróis da resistência à ditadura, que lutavam pelo povo e levantavam a bandeira da liberdade. Esses são os meus heróis até hoje.

Embora bastante jovem, você também assumiu um papel de destaque na luta pela redemocratização, em Goiás, tendo sido, inclusive, pioneira em vários espaços. Como se deu essa trajetória?

Eu fui a primeira presidente mulher do DCE da UFG e estive nessa função de 1983 a 1984. Depois também me tornei a primeira mulher a presidir a União Estadual de Estudantes (UEE), em Goiás. Eu saí da UEE e fui presidir a UJS (União da Juventude Socialista¹¹⁶). Fui a principal liderança estudantil na luta pelas Diretas Já¹¹⁷. Em Goiás, realizamos grandes comícios. Nosso estado desbravou o terreno¹¹⁸. O movimento democrático aqui era muito forte. Fomos um dos primeiros estados a derrotar o partido da ditadura na época, o Arena, que perdeu a eleição para o MDB aqui, em 1982. Na época, esses eram ainda os dois principais partidos e Iris [Rezende] foi o governador eleito, pelo MDB, com apoio de todo movimento democrático para derrubar a ditadura¹¹⁹. Então, Goiás navegava na crista dessa onda democrática. Logo mais, fui eleita vereadora. Fui a segunda mais votada por Goiânia, em 1988 e, na sequência, vim para a Alego, também como a deputada mais votada de Goiânia e como a primeira mulher comunista eleita, depois de 43 anos sem que o Partido Comunista tivesse assento no Parlamento goiano. Só tinha tido deputado comunista aqui nos anos 1940, naquele breve intervalo de 1945 a 1947, quando foi feita uma Constituição após o fim do Estado Novo¹²⁰. Porque o Brasil é assim: vive sempre entre ditaduras, que são alternadas com breves períodos democráticos. A única democracia mais consistente, digamos, que nós tivemos foi essa agora. Então, naquele curto período após o fim do Estado Novo, nós tivemos aqui um deputado comunista: Abrão Isaac¹²¹. Depois, a Assembleia de Goiás ficou 43 anos sem deputados comunistas, até a minha chegada aqui no início da década de 1990. Antes de vir para cá, eu fiquei dois anos na Câmara Municipal de Goiânia. Acabei não concluindo o meu mandato de vereadora, por ter sido eleita deputada aqui na Alego. Durante a minha passagem pela Câmara de Goiânia, eu participei e assinei a Lei Orgânica desta Capital. Fui, portanto, constituinte municipal¹²².

Temos uma informação aqui de que você ajudou a aprovar mais de 200 emendas na Lei Orgânica. Isso é verdade?

Sim. Eu adorava propor a criação de conselhos para tudo. Mas também apresentei propostas para a quebra do monopólio no transporte coletivo, para a democratização do uso do solo, além de todas essas bandeiras das mulheres e dos dos

**Acesse aqui as
notas da página**



trabalhadores, em geral. Tudo sempre nessa pegada da democracia, da quebra na centralização do poder econômico.

Voltando ao momento da redemocratização, no início dos anos 1980. Após mais de 20 anos de ditadura, existia ali, ainda, algum medo de militar pela esquerda?

Sim. Principalmente dos nossos pais. Eu peguei o final da ditadura, na época do governo Figueiredo¹²³. Uma vez, eles queimaram cartilhas e documentos nossos. Mas a galera da minha geração estava no auge da liberdade, seja na relação com o próprio corpo ou na tomada de suas próprias decisões. A gente estava saindo de uma geração que valorizava a virgindade, o casamento etc, para outra, a nossa, que estava rompendo com tudo isso. Então era um grito de liberdade em todos os sentidos, nos costumes, na política, na compreensão do mundo e do corpo. Eu participava dessa turma libertária. A tradição da família e da propriedade não tinha o menor espaço dentro das nossas prioridades. Havia grupos que representavam esses interesses mais conservadores, mas eles eram muito residuais, naquele momento.

Desde muito cedo você se filiou ao PCdoB e permanece nele até hoje. Essa é uma espécie de fidelidade partidária não tão comum nos dias atuais. Como é que você enxerga isso?

A maioria das pessoas escolhe os partidos para participar do processo eleitoral. Eu não escolhi o PCdoB para ser candidata. Quando me filiei, em 1981, um ano depois de entrar na universidade, ainda não haviam sido liberadas as eleições no Brasil. A primeira foi em 1982, e o PCdoB só foi legalizado em 1985. Então, eu entrei para um partido clandestino, que havia sido colocado na ilegalidade por suas ideias, por defender a democracia no Brasil. Nós tínhamos nomes frios [falsos] e as reuniões eram marcadas em encontros às escondidas para evitar perseguições. A minha escolha por um partido foi por ideologia mesmo, como uma ferramenta para transformar a sociedade, não para participar do processo eleitoral. E, se essa sociedade ainda não chegou a ser aquilo que eu sonho, com uma realidade de equidade, justiça social, plenos direitos, igualdade e oportunidade para todos, então a luta continua. Para mim, essa deveria ser a principal motivação pela qual se escolhe um partido. O processo eleitoral é efêmero e cheio de vícios, onde pesa o poder econômico. Ali existe uma vaidade sem tamanho, uma disputa de egos. Já num partido que luta por uma causa coletiva, pode até ser que existam todas essas disputas pessoais, mas isso não é o principal. O principal é a camaradagem e a solidariedade na construção de processos coletivos.



**Acesse aqui as
notas da página**

É mais uma questão de idealismo do que senso pragmático?

É isso aí. Resumi bem. Se fosse para escolher um partido só para concorrer a uma eleição, não seria o PCdoB, que não tem recurso para essa disputa econômica. A praia dele é outra. É a disputa pelas ideias, a tentativa de ter, nos espaços de poder, quem defenda os trabalhadores, as mulheres, a juventude, um projeto de sociedade calcado na igualdade. Daí o nosso esforço para ter voz no Parlamento. Mas nós sabemos que, no sistema que a gente vive, é muito difícil conseguir uma maioria assim no Legislativo. Também sabemos que, se a voz é firme e sabe o que está defendendo, às vezes, vale por muitas outras vozes. Então essa ideia do Parlamento ter espaços ocupados por partidos de esquerda, que vêm da luta do povo, como o PCdoB, é muito importante. Mas acho também que o fato de eu estar nesse partido até hoje é porque acredito no projeto que nós ainda temos a alcançar. Eu entendi que o Parlamento é como uma trincheira. Eu estive cumprindo aqui uma tarefa, um dever coletivo. Mas nós podemos estar em vários lugares da sociedade cumprindo esse mesmo dever, com um mesmo projeto, juntos num mesmo sonho. Ontem eu estive aqui no Parlamento e hoje estou fazendo mandala, trabalhando com mulheres, desenvolvendo um projeto de cultura de paz, que também é um movimento social.

Quando aflorou em você essa vontade de fazer política? Foi por conta do contexto histórico de sua época de estudante universitária?

Ah! Sem dúvida. E também porque eu lia muito sobre política, desde o 2º grau¹²⁴. Apesar de ter feito Engenharia, eu sempre me interessava muito por Literatura e História. Eu lia muito. E era tudo proibido. Os livros eram censurados pela ditadura. Não se falava de nada disso na TV. Por isso, quando eu cheguei na universidade, parecia que o mundo estava se abrindo para mim. Porque dentro da universidade tinha debate. Debates grandes, que lotavam o auditório. Por isso, no início, os representantes do regime, que ainda era militar, acabaram fechando muitos auditórios. Houve um dia, inclusive, que acabei sendo fichada pela Lei de Segurança Nacional¹²⁵, por ter entrado, junto com outros colegas, num desses auditórios, que ficava na Faculdade de Direito, para fazer um debate com Marco Maciel¹²⁶. Nós arrombamos o auditório, na verdade, que estava trancado com cadeado. Arrombamos e fizemos o debate. E fui processada depois disso, por ser algo proibido por lei. O mesmo aconteceu quando fomos fazer um debate com Pedro Wilson. Tivemos que adotar uma estratégia quase que militar para conseguir abrir o auditório e realizar. Mas o interesse dos estudantes era tanto, que qualquer debate lotava. Mil pessoas assistindo. A entrada na universidade abriu, para mim, esse universo de conhecimento



sobre o que estava acontecendo no país. Coisas que me eram incalculáveis até então. Os filmes, que eram proibidos, dentro da universidade, nós assistíamos todos. Aquele do “Cabra marcado pra morrer” ou “O homem que virou suco”, por exemplo¹²⁷. Nós assistíamos esses filmes todos dentro do auditório. E também havia a venda, nos corredores da universidade, dos jornais de esquerda, que eram proibidos nas bancas. Se vendessem na rua, a polícia pegava. Então, a universidade foi uma escola com muita música e também com muita ação. Não era uma política só de literatura. Era uma escola de como fazer um movimento, de como organizar a relação com o povo. O pula-catraca, por exemplo, começou nos bairros. A gente ia nas assembleias dos motoristas de ônibus, explicar para eles como era o movimento, para ter a solidariedade deles e não tê-los contra nós. Depois, os próprios movimentos comunitários começaram a pular catraca, porque nós já tínhamos ido lá explicar o sentido daquela ação. Para participar dos congressos da UNE, a gente ia para a rua pedir pedágio todo o santo dia, durante meses, porque não tínhamos apoio institucional para alugar ônibus. Hoje quando eu vejo esses jovens nos semáforos fazendo malabares, eu lembro da gente na década de 1980. A gente fez uma greve com 15 mil estudantes e invadimos o desfile militar de sete de setembro. Eu estava grávida e durante o enfrentamento com a polícia acabei caindo e a população veio me acudir.

Vocês tinham o apoio da população, então? Todo mundo também devia estar muito cansado da ditadura, imagino...

Total. Tanto que Goiás foi um dos principais protagonistas da luta democrática no Brasil. A população via a polícia reprimindo os manifestantes e vinha acudir, de uma forma ou de outra.

Você sentiu algum tipo de dificuldade para assumir todos esses lugares de liderança, em sua trajetória, pelo fato de ser mulher?

Sim, embora eu não percebesse muito isso, a princípio. Como jovens, que estávamos descobrindo o mundo, a gente pensa que o machismo era algo enfrentado somente por mulheres casadas, que estavam querendo se divorciar. Mesmo depois de casada, eu não sentia isso. Só depois de muito tempo é que eu fui me dar conta de que havia vivenciado, sim, algumas situações discriminatórias, nesse sentido. Teve, por exemplo, um episódio que ocorreu quando eu ainda era vice-presidente do DCE. Foi numa dessas reuniões do conselho de entidades de base, onde estavam presentes todos os centros acadêmicos, uns 30, no total. O presidente havia viajado. Nesse caso, quem deveria conduzir? Eu, como vice. Mas o secretário-geral da entidade chegou e falou que ele iria conduzir. “Você não tem preparo para isso”, ele disse. Eu respondi: “tenta me tirar daqui”. E conduzi a reu-



**Acesse aqui as
notas da página**

nião. Foram meses de muita discussão em cima desse caso. E isso tudo porque eu assumi uma coisa que estava no estatuto e que era a minha tarefa. Mas o cara, além de ser homem, era mais antigo do que eu no movimento. Eu era quase uma caloura. Tinha entrado em 1980 e em 1981 eu já era vice. Eu não queria isso, mas acabou acontecendo, porque eu era de um curso importante, que tinha impacto na sociedade inteira. Então, vocês podem perceber como havia ainda uma cultura, dentro do próprio movimento, que reproduzia essa visão bastante preconceituosa. Hoje a gente vê quatro mulheres ocupando cargos de presidência na UNE, uma passando o mandato para a outra. Mas isso é muito recente. Na minha época, nunca tinha tido nenhuma mulher presidente do DCE, em Goiás. E a primeira presidente da própria UNE foi a Clara Araújo¹²⁸, que assumiu depois que eu já era presidente da UEE. As mulheres estavam entrando nesse universo de conquista de espaços. Agora, essa visão de que feminista é mulher mal-amada, feia e de que as de direita são mais bonitas, existia. Eu fui chamada de esquerdista frígida e feia, por um cara que parecia o Didi¹²⁹. O que não importa muito, na verdade, porque a noção do que é feio ou bonito é apenas uma questão de opinião pessoal. Esses discursos são construídos para nos distrair do que realmente importa. É o problema de todo estereótipo. Mas, pensando bem, agora, não tenho dúvida de que as mulheres de esquerda são muito mais bonitas, pela força que elas têm, pela paixão em lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Quando chegou aqui na Casa de Leis, como era a realidade das mulheres?

Quando eu cheguei na Assembleia, apenas cinco mulheres tinham passado por aqui. Então vejam como é recente isso. Em todo o período da ditadura não tivemos mulheres deputadas. Tinha tido três antes e, depois do fim da ditadura, durante a redemocratização, tivemos apenas duas, a Cleuzita de Assis e a Conceição Gayer, que participaram, inclusive, da nossa Constituinte Estadual. A Conceição, inclusive, foi vítima de discriminação porque ela veio do movimento feminista e era delegada de polícia. Ela vinha dessa corrente do movimento feminista, de que eu também fazia parte, e que era uma corrente que sempre brigou muito. Existiam duas correntes principais do movimento: uma que era comandada pelo pessoal do Cevam¹³⁰ e outra que era ligada ao CPM, o Centro Municipal da Mulher. Embora eu tivesse ajudado a fundar o Cevam, eu militava mais com o pessoal dessa segunda corrente.

Qual era a diferença de conteúdo entre ambas?

À corrente do Cevam, a gente atribuía um caráter mais sexista de combate ao machismo, que era independente da questão de classe. Com isso, o principal foco do Cevam acabou se voltando para o combate à violência sofrida pelas mulheres. Começou, antes,

**Acesse aqui as
notas da página**



com a questão do direito ao divórcio, porque o casamento ainda era considerado um acordo eterno. Eu, por exemplo, tive dificuldades para me divorciar do meu primeiro casamento. Só consegui o direito ao divórcio depois de ter feito uma separação judicial. Essa corrente também discutia a questão da dupla jornada e da divisão equitativa dos trabalhos domésticos entre mulheres e homens. O embate estava centrado, portanto, nesses ajustes pessoais, entre ambos os sexos. Já a segunda corrente tinha um caráter mais emancipacionista e costumava fazer uma conversa mais ampla com a sociedade. Considerava que a opressão sofrida pela mulher era um reflexo da opressão de classe. Uma coisa não poderia ser vista independente da outra. Daí toda a luta em defesa da mulher trabalhadora, em defesa da emancipação social e sexual da mulher, o esforço para que pudéssemos nos fazer presentes nos diferentes espaços da vida social, não apenas no ambiente doméstico. A discussão era sempre sobre gênero e classe social. A gente estudava muito a origem da opressão lá antes de existir o Estado, nas sociedades primitivas. E tentava compreender qual era a relação da divisão social do trabalho com a opressão da mulher, nas diferentes classes sociais. Participávamos dessas lutas cotidianas, como as que eram encabeçadas pelo pessoal do Cevam, mas tentávamos, ao mesmo tempo, fazer essa discussão mais profunda. Havia muito debate entre essas duas correntes: entre o CPM, cuja principal bandeira estava voltada para os direitos das mulheres no universo do trabalho, e o Cevam, com a questão do combate à violência doméstica contra as mulheres.

Havia outras vertentes do movimento feminista, em atuação, na época?

Sim. Tinha uma terceira vertente, que era protagonizada, aqui em Goiânia, pelas meninas do Transas do Corpo, que discutiam sexualidade e saúde. Em todas essas três correntes, se debatia muito a política em geral, sem que houvesse, entre a gente, grandes contradições. Estávamos sempre juntas, nas diferentes lutas pelos direitos das mulheres. E assim travamos grandes batalhas, sobretudo na Constituinte. No movimento feminista, eu tive uma grande escola de como trabalhar com as diferenças, o que era algo muito diferente do movimento estudantil, que era, em geral, muito unitário, naquela época. Isso porque havia apenas um único movimento estudantil, que estava centralizado numa única entidade que levantava essa bandeira. Para assumir a direção dessa entidade, você tinha que ganhar uma eleição. Havia correntes de oposição, mas, uma vez ganha a eleição, você conseguia exercer aquele mandato e conduzir a entidade. No movimento feminista não era assim. Cada grupo criava a sua entidade para defender aquela bandeira que considerava mais importante. É considerado, por isso, um movimento mais plural. Hoje somos vários coletivos. Agradeço muito o movimento feminista por ter me ensinado a trabalhar com a diversidade.

Como foi para você ser uma jovem vivendo todas essas experiências, muitas delas como pioneira, inclusive, em tantos movimentos?

Eu fui alçada ao pioneirismo, vamos dizer assim, justamente por desbravar caminhos como primeira mulher em vários espaços. Vim de um curso que era quase inteiramente composto só por homens. Fui a primeira monitora de cálculo do curso de Engenharia Civil da UFG. Então eu acabei ocupando posições pioneiras como mulher durante essa trajetória toda. É claro que essa bandeira estava na sociedade e eu a levantava com determinação e consciência da responsabilidade que isso impunha. Sempre a abracei com muito gosto, porque não faz sentido ter mulheres ocupando qualquer espaço se esse espaço não servir para abrir portas para que outras venham.

Você se sentia, então, com essa responsabilidade, de abrir espaço para outras mulheres na política?

Sim. Eu sempre entendi que o meu pioneirismo vinha como uma responsabilidade extra. Como todas as mulheres que alcançam um espaço novo, eu tive que provar, em dobro, a minha competência e a minha qualidade para ser assim reconhecida, até porque era muito jovem quando comecei a ocupar esses lugares. Quando entrei aqui na Alego, em 1991, eu tinha acabado de fazer 30 anos, e acabado de passar pela Câmara Municipal. Então, eu vinha com esse sentimento de responsabilidade, de ter que cumprir bem o meu mandato e honrar não só a mim, mas a todas as outras mulheres goianas. Ao mesmo tempo, o meu protagonismo me impunha ainda uma outra responsabilidade que era essa de criar condições para que outras mulheres pudessem vir também. Porque nós não vamos ter democracia se não tivermos metade dos espaços de poder ocupados por mulheres. Isso é pedir muito? Não! Nós somos metade da sociedade. Não estamos pedindo nada. Nós estamos reconhecendo que uma sociedade só evolui se aqueles que a compõem têm direito de voz, direito de decisão, de participar da construção dessas decisões sobre a sociedade. Ainda estamos longe de alcançar essa vitória, porque, em toda a história da Assembleia, por exemplo, o número de mulheres que por aqui passou permanece muito pequeno. É por isso que a nossa responsabilidade continua, a meu ver. Precisamos muito contar com apoio dos homens progressistas, que entendem como é bonito uma sociedade plural, como é bom nós termos os dois olhares, para que não tenhamos uma sociedade só de homens. Se a sociedade tem homens e mulheres, nós precisamos de ter os nossos companheiros e companheiras, juntos. A gente precisa de pessoas que acendam as luzes.

E quem você considera ter acendido, primeiramente, essa luz em você, digamos?

Eu tinha lido algumas coisas quando ainda era secundarista e não tinha militância nenhuma. Lembro de minha mãe pegando, certa vez, um livro feminista e dando para eu e minhas irmãs lermos.

A sua mãe era feminista?

Não, ela não tinha militância nenhuma. Minha mãe foi professora na época da juventude dela, e depois virou dona de casa para poder cuidar das suas três filhas. Ela assistia na TV os programas de mulheres e ali já se começava a falar algumas coisas. Eu tinha uma prima que já fazia faculdade, nessa época, e trazia livros de literatura para a nossa casa. Um dia ela trouxe um livro da Heloneida Studart que chamava “Mulher: objeto de cama e mesa”. Na obra, ela faz uma crítica a essa concepção reducionista e estereotipada do papel social da mulher. Porque as mulheres eram criadas apenas para servir ao prazer do homem, que era considerado o grande provedor da família e da sociedade. Ela era a pessoa encarregada de cuidar dos filhos. Minha mãe não se conformava com essa condição, que ela mesmo acabou assumindo. Por isso ela insistia tanto na ideia de que a gente deveria ter outro tipo de vida.

Você chegou aqui na Alego como comunista e feminista, numa Casa cheia de homens. Você sofreu algum tipo de assédio, barreira, machismo?

Machismo tinha demais. Mas esse estranhamento eu já tinha sentido antes, ao passar pela Câmara. Meu primeiro estranhamento, ao passar do movimento estudantil para a Câmara, foi, principalmente, o de ter que lidar com aqueles que não eram de esquerda. Porque, no movimento estudantil, só havia gente de esquerda. E, no Parlamento, não. Eram visões de mundo muito difíceis. Mas estávamos num processo democrático. Como, na Câmara, estávamos fazendo a Constituinte municipal, eu acho que o impacto foi menor. Quando cheguei aqui e dei de cara com aquela força das bancadas de outros partidos, que era maior que na Câmara, e de outros municípios que não a Capital, eu senti muito mais. Porque, do ponto de vista territorial, eu sempre representei a Capital. Em todos os meus mandatos, na Assembleia, inclusive, eu fui a mais votada de Goiânia. E, chegando aqui, eu tive esse choque de realidade. A Assembleia era um Poder que ainda não havia passado pelo processo de redemocratização, como a Câmara já tinha passado, por exemplo. Mesmo após já ter passado pelo processo da Constituinte, com os trabalhos



**Acesse aqui as
notas da página**

que foram conduzidos por Solon Amaral¹³¹, que nós também apoiamos muito. Tinha uma galera do campo democrático, mas não tinha tido nenhum mandato de conteúdo popular, de esquerda. Então eu fui a primeira a entrar aqui com essa proposta e me senti numa responsabilidade de abrir essa fronteira também. Por isso, eu fiz tudo o que podia para mediar conflitos com os movimentos sociais, sobretudo como presidente da Comissão de Reforma Agrária.

Isso foi quando?

Foi durante o meu primeiro mandato. O primeiro a presidir essa Comissão foi o Osmar Magalhães¹³², entre 1991 e 1992. Essa era uma comissão extraordinária, que nós criamos em Plenário, através de requerimento. Após a criação, ele assumiu como presidente e eu fui a vice. Depois, na gestão seguinte, invertemos os papéis: eu presidi e ele foi o meu vice. Com isso, nós percorremos todos os acampamentos que estavam em conflitos de terra, em Goiás. Acampamentos e assentamentos também¹³³. E fizemos um relatório completo disso. O Darci [Accorsi] criou, na época, uma CPI do Pistolão e eu fui a relatora¹³⁴. Mas essa aí não conseguiu andar. Eram tantas as ameaças de morte que a gente recebia, que não deu para fazer. Aí o Darci mesmo assumiu a responsabilidade de encerrar.

Você saberia citar um exemplo dessas ameaças? Um que mais tenha te marcado, talvez?

Sim. Teve uma mediação de conflito que fomos fazer em Mara Rosa e, só no final, nos demos conta de que poderíamos ter morrido por lá¹³⁵. Havia 40 jagunços dentro da fazenda prontos para matar. É Deus que protege. Sofremos muita ameaça, além das discriminações de gênero.

Você teria algum exemplo mais marcante dessa discriminação de gênero para citar?

Sim. Aqui não se tinha o hábito de fazer sessão de comemoração pelo mês da mulher. Foi só no meu segundo mandato, que criamos a Comenda Berenice¹³⁶. Durante o primeiro, a proposta era feita em sessão plenária, por requerimento, igual a qualquer outra solenidade de homenagem. Numa dessas sessões especiais sobre a mulher, teve uma situação que eu não aguentei. Fiquei no plenário, fazendo cara de paisagem e anotando tudo quanto é piada que escutei a sessão inteira dos nossos coleguinhas. Eram coisas do tipo: “mulher tem que esfriar a barriga no tanque e esquentar no fogão”. E vários outros comentários nessa linha, igual para-choque de caminhão. No final da sessão, eu disse: “gente, eu vou contar para vocês o que escutei aqui hoje”. Os caras já foram me olhando

**Acesse aqui as
notas da página**



com espanto e eu falei: “fica tranquilo que não vou contar o santo não”. E li uma por uma das frases. Você só via os cabras afundando nas cadeiras. Depois deu uma parada, mas, antes, acontecia muito. Hoje em dia, o cara acaba sendo exposto na internet... Houve outra situação em que tive que fazer uma exposição semelhante, dessa vez, em defesa de Dona Iris¹³⁷. E olha que eu era oposição aqui, mas, nesse dia, tive que defendê-la, porque os deputados a estavam atacando na sua condição de mulher. Era uma coisa horrível mesmo o grau de ataque. Aí eu subi na tribuna e falei: “olha sou oposição, mas se vocês quiserem discutir desempenho de uma pessoa, competência, conteúdo do que ela defende é uma coisa. Agora, fazer ataque porque ela é mulher, vocês me perdoem, mas isso aqui é muito atraso”. Então eu tive que fazer essa defesa de gênero na tribuna. No meu primeiro mandato, quando eu engravidei do meu segundo filho, Fernão, eu também me vi enfrentando uma discriminação muito concreta, pela falta de banheiro feminino no plenário. Em razão disso, eu tinha que fazer uma verdadeira maratona para poder usar um banheiro, enquanto estava na Casa.

Como é que vocês, mulheres, faziam?

A gente usava o banheiro público, que ficava do lado de fora da Alego. No meu segundo mandato, o Bittencourt¹³⁸ fez uma reforma no plenário, que deu uma melhoria nessa questão. Mas não era só isso. Por ter engravidado, durante o meu mandato como deputada, eu enfrentei ainda um outro problema, que foi a falta de licença maternidade para as parlamentares. Eu tive uma gravidez muito complicada, porque minha placenta calcificou. Era a época das manifestações do Fora Collor e, como eu não podia deixar de participar, eu ia. A cada evento, eu ficava dois dias internada, porque começava a sangrar e, com isso, vinha sempre a ameaça de parto prematuro. Em dezembro de 1992 o Fernão nasceu prematuro de oito meses.

Ele nasceu e você teve que continuar vindo, aqui, nas sessões?

Sim. Ele nasceu no dia da eleição do Agenor Rezende [à presidência da Alego], em 15 de dezembro de 1992, bem no início do recesso parlamentar¹³⁹. Quando chegou o dia primeiro de fevereiro de 1993, eu já estava aqui trabalhando. Tinha passado somente o período de resguardo e precisava amamentar. Durante a gestação, eu fiquei impossibilitada de usar o meu gabinete, que ficava no andar de cima e eu não podia subir escadas. Mas, uns três meses antes de eu dar à luz, o Agenor me arrumou uma salinha aqui embaixo, que fiquei usando depois no meu período de amamentação também. Por causa disso, o Fernão, no começo, foi criado nesses corredores. Tenho um monte de foto dele pegando os microfones do plenário e fazendo bagunça (risos)¹⁴⁰.



**Acesse aqui as
notas da página**

Houve avanços no que tange à liberdade feminina no novo Código Civil Brasileiro e na Constituição Federal?

A condição da mulher pelo Código Civil brasileiro só mudou na década de 1990, após a promulgação da Constituição de 1988. Isso porque, até então, o Código vigente exigia, por exemplo, que as mulheres casassem virgens e autorizava os maridos a devolvê-las ao pai, caso descobrissem que haviam perdido a virgindade antes do casamento. Essas questões acabaram ocasionando muitos dos chamados “crimes de honra”. O feminicídio era, nesse sentido, de certa forma institucionalizado. Não havia previsão legal de punição para o homem que matasse a mulher por ciúmes, por exemplo. O que a gente tinha como vigente sobre esse tema, antes de 1990, era o fato de que a mulher pertencia primeiramente ao pai e depois ao marido. O Código Civil mudou muito depois da Constituição ter mudado, porque seguia as Constituições anteriores, que, em geral, determinavam que a chefia da família pertencia ao homem. Tudo isso acabou mudando com a promulgação da Constituição de 1988. Nós lutamos muito por essas mudanças de 1986 a 1988, durante os trabalhos da Constituinte nacional, pois sabíamos que, a partir dali, ia ser definido um novo País. Fizemos muito movimento para remover o que a gente chamava de entulho de autoridade. A Constituição que saiu, foi fruto dessa onda. Se fôssemos fazer uma nova Constituição hoje, é capaz que acabaríamos voltando para a Idade Média. Por isso, temos que defender muito essa Constituição que nós temos, mesmo com todas as limitações dela. Acontece que, ainda assim, o entulho da violência contra as mulheres, a gente só conseguiria começar a remover na década seguinte. Não lembro direito, mas foi no final dos anos 1990. O problema é que você não muda a vida das mulheres sem mudar a sociedade. E a sociedade não muda sem mudar a realidade de vida das mulheres. São duas coisas que funcionam como se fossem faces de uma mesma moeda. Não adianta olhar só para um lado e se esquecer do outro ou achar que mudando uma por uma das mulheres, você vai mudar o mundo. A gente puxava muito essa leitura mais macro da sociedade¹⁴¹.

Em relação à presença feminina aqui na Casa, você acredita que houve avanços?

Sim. Quando eu cheguei aqui na Assembleia, a gente já tinha feito essa luta toda. Já tinha redemocratizado o País, já tinha uma Constituição nova... No período em que estive aqui, que foi entre a 12^a e a 14^a Legislaturas, eu senti os avanços. No meu primeiro mandato, nós éramos três deputadas: a Cleuzita, que já tinha sido deputada na Legislatura anterior; a Vanda Melo¹⁴² e eu. Eu sentia que, naquele momento, ainda estávamos buscando um espaço de participação, porque não tínhamos nem banheiro feminino no plenário, como já comentado. Embora Conceição Gayer e Cleuzita tivessem sido deputadas na

**Acesse aqui as
notas da página**



Legislatura anterior, quando entrei na Casa, a Alego ainda continuava sendo um espaço de tradição quase que exclusivamente masculina, visto que a participação feminina era muito tímida. Mas nós criamos aqui vários espaços que não existiam, como uma série de comissões especiais, nas quais nós mulheres podemos ser, finalmente, protagonistas. Eu fui logo de cara presidir a Comissão de Cultura, Educação e Esportes, onde fiquei por 10 anos. Teve também o caso da Comissão de Reforma Agrária, por exemplo, que não era regimental, na época, mas que possibilitou, já ali, a mediação de vários conflitos no campo¹⁴³. Mas, no que eu me lembro, o avanço maior se deu mesmo no âmbito da CPI sobre esterilização em massa de mulheres, que nós conduzimos aqui na Casa. Nunca havia tido, antes, uma CPI com um tema desses e esse foi também o primeiro inquérito, de toda a história da Alego, a ser concluído, de fato, inclusive, com a entrega de relatório. Para você ver o tamanho da nossa disciplina, determinação e compromisso para levar o assunto até o fim. Com isso, chegamos a conclusões muito importantes sobre a saúde pública da época. No meu segundo mandato, nós criamos uma comissão especial extraordinária de deputadas, que passou um ano debatendo o que levar à 4ª Conferência Mundial da ONU sobre mulher, em Beijing [Pequim, capital da China], em 1995. Eu participei também da delegação brasileira, representando a Alego em nível nacional. Os trabalhos, no governo federal, eram conduzidos pela dona Ruth [Cardoso], que era a 1ª dama, na época¹⁴⁴. E, com isso, nós levamos um caderno de Goiás, via delegação brasileira, para a conferência de Beijing. Eu representei Goiás nessa conferência. E, na volta, essa comissão de mulheres aqui da Casa resolveu assumir a responsabilidade de implementar o que foi discutido lá, no estado de Goiás. Fizemos também encontros de deputadas estaduais do Brasil inteiro, promovidos por nós daqui.

Qual foi a pauta discutida para a conferência?

Nós discutíamos estratégias para qualificar a representação feminina no Parlamento. Como nós poderíamos potencializar o envolvimento e a participação das mulheres do estado na política e a melhoria das condições de trabalho para elas em outros setores. Por exemplo: a luta das policiais militares (PMs) para ascender na carreira, fomos nós que conduzimos aqui pela Assembleia. Até então, as policiais poderiam chegar só num determinado patamar da carreira, não podiam chegar ao posto máximo. Também tinha outra limitação que era o fato de os policiais militares, tanto homens quanto mulheres, não poderem se manifestar politicamente, na época. Então, todas as reivindicações salariais eram feitas pelas mulheres dos PMS. Apoiamos muitas dessas reivindicações, em manifestações feitas na Praça Cívica¹⁴⁵. Como elas tinham essa limitação de interação, era a gente por aqui que conduzia.



**Acesse aqui as
notas da página**

Isso tudo eram pautas discutidas via essa comissão especial de mulheres?

Sim. Nós fizemos uma pauta toda, na época, e discutimos projetos muito relevantes, como o da educação sexual nas escolas, que não conseguimos aprovar, por esse fundamentalismo religioso, que ainda hoje acha que esse tipo de projeto vai estimular práticas sexuais por parte das crianças. Por isso, nós criamos um projeto piloto, mesmo sem lei, junto com o grupo Transas do Corpo e o implantamos experimentalmente em cinco escolas estaduais, onde os diretores concordaram que fosse inserido no projeto pedagógico. A avaliação do resultado disso foi tão sensacional! Se você visse o quanto diminuiu a violência, o vandalismo e a intolerância dentro dessas escolas...

Até mesmo o assédio, imagino...

Sim, tudo. Só pelo fato de falar sobre o assunto, até o rendimento escolar dos alunos melhorou. Eles no final fizeram um relatório completo, com vários indicadores. E a gente coletou tudo isso para poder justificar e implantar no sistema inteiro. Mas não conseguimos.

Você estava dizendo, antes, que todas essas discussões se deram durante o seu segundo mandato. E no terceiro, como ficou essa atuação?

Sim. No meu terceiro mandato, de 1999 a 2002, na virada do milênio, nós já estávamos acompanhando uma agenda intensa de políticas públicas para mulheres, a começar pelo trabalho especializado nas delegacias da mulher. Isso tudo havia começado a se propagar no país a partir da década de 1980, com as discussões em torno do programa de saúde integral da mulher, que congregava várias agendas. O movimento era fruto da luta que havíamos travado, na Constituinte de 1988, e depois, na própria CPI da Esterilização. Goiás, inclusive, foi um dos pioneiros na implantação desse programa, que veio para cá em meados dos anos de 1980 e foi implantado, se não me engano, durante o governo do Santillo, que era um médico de saúde da família muito sensível a essa causa. Embora tenha enfrentado em seu governo a tragédia do Césio, Santillo fez algumas coisas muito interessantes, como a criação da 1ª delegacia da mulher, que, se não me engano, foi a 2ª do Brasil, com Goiás ficando atrás somente de São Paulo. Ele criou também, na época, uma secretaria especial da mulher, que se chamava Secretaria da Condição Feminina e que foi a primeira do Brasil também. Então foi um governo muito progressista, nesse sentido. Era outra pegada. Na época, a democracia estava em alta.

Esse era então o cenário geral do início de seu primeiro mandato. E mais adiante, no seu último mandato, esses programas sofreram avanços? Quais eram as principais reivindicações da época?

No que diz respeito à questão da mulher, implicava, principalmente, nas mudanças que almejávamos fazer no Código Civil brasileiro. No início dos anos 2000, essa agenda estava muito mais potencializada. Nós estávamos discutindo já a lei Maria da Penha e a necessidade de organismos para executar políticas públicas para as mulheres. Foi, inclusive, em razão disso que, ao sair da Alego, em 2002, eu acabei me tornando secretária de Ciências e Tecnologia do Estado para, logo em seguida, em 2007, assumir então a Secretaria da Mulher do Estado de Goiás¹⁴⁶. Eu considero que foi justamente esse trabalho realizado como deputada aqui na Alego que me credenciou para assumir depois um cargo com tamanha importância. Em relação a hoje, eu já não sei dizer muito. A minha impressão é de que as sociedades goiana e brasileira estão em franco retrocesso.

Você acredita que a sociedade foi ficando mais conservadora em relação a essa condição da mulher do que na época que você começou a fazer política?

Essa questão sempre foi uma contradição muito acirrada, porque, do mesmo jeito que havia esses avanços e os anos 1980 representavam essa ebulição, a gente ouvia muitos relatos de machismo em vários segmentos da sociedade. Na engenharia, por exemplo, não podia ter mulheres nos escritórios. As engenheiras tinham que ficar escondidas, porque se vissem engenheiras fazendo cálculos, poderia pegar mal para o escritório. Era um absurdo!

E como você conseguiu superar isso? Sua família te apoiava?

Sim. Inclusive, lutar contra essas limitações também foi uma das razões que me fizeram optar por esse curso. Eu já entrei na universidade com a intenção de desbancar tudo isso, porque eu sabia que era um curso masculino. Na minha turma, nós éramos apenas seis mulheres. E, como eu havia sido uma das primeiras colocadas no vestibular, eu já cheguei, chegando. Como quem diz assim: “eu sei mais do que vocês. Mulher sabe matemática!” (risos). Mas eu só agia assim, claro, porque sempre tive o respaldo da minha mãe. Eu sou de uma família de três irmãs. Não tenho irmão. E a minha mãe, desde que éramos pequeninhas, sempre falava: “vocês vão estudar”. “Vocês não serão donas de casa”. Porque ela era professora e acabou virando dona de casa. Então, isso ficou muito forte na gente. Minha irmã foi fazer medicina, eu engenharia e a outra arquitetura. E, na engenharia, no primeiro ano, eu já virei monitora de cálculo. Era, assim, muito desafio para a gente provar



**Acesse aqui as
notas da página**

que dava conta, porque nesses espaços a gente tem que provar o dobro para ser respeitada. Para você ter uma ideia, os meninos do Instituto de Matemática e Física (IMF) ficavam chamando as meninas de lá o tempo todo de feias. Não tinha para onde correr.

E é interessante perceber que a gente está falando dos anos 1980, um momento que foi considerado, em vários aspectos, como você mesmo apontou, teoricamente liberal. A que você acha que se deve todas essas contradições?

Resolver o problema do machismo da nossa sociedade é algo que vai num ritmo mais lento, porque envolve o campo da ideologia dos costumes. Eu mesma, por exemplo, há coisas que só consigo perceber agora. Com o feminismo de hoje é que eu percebo o quanto de machismo eu vivi naquela época, do tanto que chegava a ser algo quase que invisível, de tão naturalizado. E isso eu comecei a enfrentar já de cara na universidade, com o preconceito do curso. Mas logo eu fui para o movimento estudantil. Me tornei vice-presidente do DCE, em 1981 e, depois, fui presidente diretamente. Eu fui vice durante um ano, de 1981 a 1982, época em que fizemos uma greve de 15 mil estudantes. Vocês não imaginam o que representava isso. Era quase 100% da UFG, daquela época. Nós invadimos o desfile militar, em sete de setembro. Entramos todos com tarja preta. E claro: fomos reprimidos. Tem umas fotos na UFG do pessoal sendo preso. Ali foi uma repressão danada. Prenderam um monte de jovens. Eu estava grávida. Entrei dentro do desfile e um policial começou a me perseguir. Eu acabei caindo de barriga no chão. O pessoal que estava escondido num prédio, viu, correu e me puxou para dentro também. Por causa dessa greve, a UFG foi umas das primeiras universidades do Brasil a ter eleição direta para reitor. Mas aí houve esse lance de eu ter ficado grávida e me casado. Cursar engenharia grávida e militar no movimento estudantil foi uma verdadeira confusão. Era luta todo santo dia. Decidi então não assistir mais aula por um período, por uma pauta de reivindicações políticas. Em 1982, meu primeiro filho [Frederico] nasceu. Em 1983, eu me tornei presidente do DCE, e, nessa gestão minha, foi quando a gente fez o pula catraca, pela primeira vez, em Goiás. Nós íamos parar na delegacia todo dia. Todo santo dia eram apreendidos 1 ou 2 ônibus, porque estávamos pulando catraca. O motorista já conduzia o ônibus diretamente para a delegacia. Até que chegou um tempo em que eles não davam conta de nos fichar mais, porque, pelos dados do governo, nós éramos cerca de mil estudantes pulando catraca, diariamente.



Foi um movimento para diminuir o preço da passagem de ônibus, na época?

Sim, foi para protestar contra o aumento da passagem, que havia passado a custar 100 dinheiros daquela época, que não me lembro mais qual era¹⁴⁷. Eu lembro do valor por causa da musiquinha, que a gente cantava, ao pular: “pula catraca que eu quero ver, ficar pagando 100 é que não pode ser”. Foram três meses pulando catraca, por causa do aumento. A partir disso a gente deflagrou uma bandeira de luta que era pelo meio passe. Passamos, então, ao seguinte entendimento: “tudo bem vocês aumentarem as tarifas, mas os estudantes, então, devem ter direito a pagar apenas meia”. Isso fortaleceria a atividade do movimento estudantil, mediante a confecção das carteirinhas de estudante, que era uma forma das entidades disporem de alguma fonte de recurso, até então, inexistente. Quando o movimento foi deflagrado, era mês de agosto e, no dia, houve uma grande queima de ônibus no campus, depois que a polícia veio e reprimiu o pula catraca. Por conta dos cinco ônibus que foram queimados na ocasião, a diretoria do DCE rachou, porque tinham cinco diretores que acharam que deveríamos repudiar o quebra-quebra, e outros 10, inclusive eu, que defendemos o apoio incondicional aos estudantes. Aí, os que eram contra, por serem minoria, acabaram saindo e nós nos recompusemos. Fizemos um conselho de entidades e vieram outros estudantes. E continuamos com a história desse pula catraca, que durou, ao todo, três meses, ao longo dos quais, todo dia, eu ia à delegacia, ou porque havia sido detida ou para soltar os que lá estavam. Às vezes, eu levava o meu menino, que só tinha um ano, na época, porque não tinha com quem deixá-lo. O secretário de Segurança Pública olhava para mim e falava: “engraçado, para pular catraca vai um bocado de marmanjos. Para vir soltá-los, vem uma menina com cara de santa e uma criança de colo”. Mal sabia ele quem eu era verdadeiramente (risos). E assim, a gente pulou muita catraca. Eu, inclusive, tinha que pular mesmo que tivesse sozinha, porque era a principal liderança. Tinha que dar o exemplo.

A gente percebe que essa questão da tarifa dos transportes e a melhoria do serviço, em geral, é uma constante na história do movimento estudantil, se fazendo presente até os dias atuais. Havia outras reivindicações do movimento, naquela época?

Sim. Em 1983, nós conquistamos o meio passe [em Goiânia], sobretudo porque passamos a receber notícias de vários bairros onde a população havia começado a pular catraca também, mesmo não sendo estudantes. Então, a nossa luta começou a impactar a cidade, como um todo, e as empresas tiveram que ceder à pressão social. Essa luta depois encadeou uma outra, pela meia entrada no cinema, no teatro, em shows, que foi a pauta do ano seguinte. Em 1984, começamos a pular catraca nos cinema também e acabamos alcançando mais essa conquista, naquele mesmo ano. Então, era tudo muito divertido. Era uma época em que o movimento estudantil estava se reconstruindo. As entidades estavam voltando a se firmar e, por isso, havia muita unidade em nossas pautas e ações.

A própria UEE, que acabei presidindo também, como primeira mulher a ocupar o cargo na entidade, retomava seus trabalhos após passar 16 anos fechada por força da ditadura. O nosso encantamento com aquilo tudo era sensacional. Parecia que a gente estava saindo duma gaveta e respirando ar puro, sabe? A gente participava de muitos congressos, que eram verdadeiras escolas de formação política. Todas as teses do movimento revolucionário mundial estavam expressas nas suas tendências e eram debatidas ao vivo e a cores ali, com a nossa presença. Era um ambiente muito politizado.

E como foi encabeçar, depois, todas essas conquistas e discussões sobre a meia entrada, aqui na Casa?

Foi difícil. A galeria ficava toda lotada, o tempo inteiro. Os estudantes faziam romarias nos gabinetes, porque o lobby das empresas era grande. Na questão cultural, eu enfrentei também um debate muito intenso, porque tinha um setor de produtores que achava que eles iam perder dinheiro com a lei da meia entrada. Mas a nossa defesa partia de uma ideia oposta, porque ao democratizar o acesso, na verdade, você acaba aumentando o volume da demanda. Também enfrentei um debate muito acirrado na mídia sobre esses assuntos.

Houve outros projetos e discussões que você encontrou essa mesma dificuldade?

Sim. Outra lei que sofri muito para aprovar aqui foi a da reforma psiquiátrica. Não consegui aprovar, na verdade. Nos anos 1990, abriu-se uma discussão muito intensa, no Brasil, sobre o fim dos manicômios. Era a chamada luta antimanicomial. Em Goiás, nós criamos um fórum sobre o assunto, que foi protagonizado pelo Conselho Regional de Psicologia e envolveu profissionais de várias áreas. O movimento estudantil também estava junto. O Paulo Delgado, que era um psiquiatra do PT, deputado federal, formatou um projeto muito bacana de reforma psiquiátrica para o Brasil. E eu trouxe esse projeto para ser debatido aqui, a fim de que, a partir disso, nós pudéssemos formular uma proposta com o perfil goiano. Esse tema era muito importante para as mulheres, inclusive. Nesse período, eu visitei muito o Adauto Botelho, que era um manicômio de Goiás. Ficava ali onde hoje é o Crer. Era um lugar terrível, porque, naquele período, a internação era compulsória e muitas mulheres acabavam sendo internadas. Eu vi o caso de uma mulher, por exemplo, que havia sido internada há 30 anos pelo marido. Ele queria se separar dela, mas como não havia a possibilidade de divórcio, ele acabou a internando. Não havia nenhum mecanismo de controle social para isso. A lei viria, portanto, justamente



para prever que houvesse o justo acompanhamento dos casos de internação. Esses deveriam ser feitos na presença de uma comissão especializada, que contaria com a participação do Ministério Público, para a garantia dos direitos humanos. Era uma lei que previa, portanto, a humanização da área, com a criação, inclusive, de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), uma vez que antes não havia recurso para esse tipo de tratamento ambulatorial no Sistema Público de Saúde (SUS). Eu mesma fiz muita denúncia de como a internação psiquiátrica era usada para certificar pacientes que não se enquadravam nesse tipo de diagnóstico, apenas para atender os interesses das clínicas privadas. Estas, inclusive, fizeram muito lobby aqui na Alego, na época em que apresentei esse projeto, durante o meu primeiro mandato. E, por isso, ele acabou não sendo aprovado. Essa mesma situação se repetiu nos meus dois mandatos subsequentes, quando pude reapresentar a matéria. Nacionalmente, se aprovou uma reforma psiquiátrica. Mas, aqui em Goiás, nunca conseguimos aprovar, porque lobby do sistema é muito pesado¹⁴⁸.

Dentre outros projetos apresentados por você, que também foram rejeitados, há diversas pautas em favor das minorias, como uma que estipulava penalidades a estabelecimentos por discriminação racial, religiosa e sexual. Há também, inclusive, uma concessão de título de utilidade pública que foi negada à Associação Ipê Rosa, entidade que defende os direitos da comunidade LGBT, em Goiás. Esta desaprovação, inclusive, é algo bastante incomum quando se trata desse tipo de propositura. Houve justificativa, na época, para essas rejeições? Qual era o seu vínculo com essas lutas?

A questão LGBT sempre foi alvo de muito preconceito. Eu fui pioneira na discussão dessa pauta aqui, numa época em que nenhum parlamentar falava disso em Goiás. Não tinha nem movimento LGBT, na verdade. O nome que se dava era o de movimento gay, mesmo. Eles eram muito segregados e, por isso, só se reuniam na clandestinidade. Gays e héteros não frequentavam os mesmos espaços. Pessoas gays eram extremamente estereotipadas e jogadas no gueto. Só podiam existir naqueles lugares. Tinham duas ou três boates gays, em Goiânia, e alguns bares. Era quase um apartheid¹⁴⁹. Eu tenho uma irmã que é lésbica e três anos mais nova do que eu. Eu sempre acompanhei a luta dela e via o quanto ela sofria, naquela época, muito mais do que hoje, com essa impossibilidade de expressar o que ela realmente era. Embora ela fosse respeitada dentro de casa, porque minha mãe acolhia todos os gays da família, havia todo esse preconceito da sociedade, que ela tinha que enfrentar. Então, eu resolvi usar o meu mandato para levantar mais essa bandeira, ainda que essa não fosse pauta de nenhum partido. Depois que eu comecei essa militância, em Goiás, o PCdoB acabou assumindo essa bandeira no Brasil inteiro.



**Acesse aqui as
notas da página**

Havia um certo conservadorismo na esquerda também, naquela época?

De certa forma, podemos dizer que sim. Embora, em todas as épocas, a esquerda sempre tenha sido mais progressista em relação aos costumes, ela já foi menos progressista do que é hoje, porque agora temos mais consciência acumulada na sociedade. Mas se formos comparar a esquerda com direita, ou mesmo com o centro, a gente percebe que ela sempre foi protagonista de todos os avanços no campo progressista, mesmo não tendo esse grau de consciência mais avançado que tem hoje. E, falando especificamente sobre a questão em pauta, a verdade é que, no início dos meus mandatos, não tinha sequer uma agenda LGBT, em termos concretos. Ninguém sabia o que era isso. Quando estourou o problema da Aids, em 1983, eu comecei a me relacionar com pessoas do Ipê Rosa, que começaram a puxar essa questão como bandeira. O movimento gay, no mundo inteiro, caminhava praticamente junto com os movimentos de direitos humanos, de forma geral. Caminhava, portanto, ao lado dos movimentos de mulheres e negros, por exemplo, que juntos formavam uma grande agenda. E eu resolvi que o meu mandato deveria ser colocado a serviço disso também. Trazer essa discussão da Aids, que era cheia de preconceito. Havia coisas terríveis, como a gente ter que escutar o [Jair] Bolsonaro defender, no Congresso, a extinção dos programas de luta contra a Aids, porque a Aids era questão de promiscuidade sexual¹⁵⁰. Então, veja que ele já vem dizendo besteiras há muito tempo. E foi aí que eu entrei nesses debates para valer, defendendo esses projetos com afinco aqui na Alego. Mas o cenário era, em geral, muito ruim, aqui também, com essas pautas sendo barradas já na própria CCJ. O projeto de educação sexual nas escolas, inclusive, já vinha nessa linha. Eu fiz uma sessão especial sobre a Aids, no Plenário. A desinformação era uma coisa absurda! E minha irmã, que é uma grande ativista, me ajudou muito a levantar essa discussão toda. Hoje ela é o primeiro caso jurisprudencial sobre multiparentalidade no estado. Ela tem uma filha com a companheira, que é a mãe biológica da criança. Ela é reconhecida como mãe também. E tem ainda o pai biológico. Então, a criança tem duas mães e um pai, todos registrados por lei. Eu participei também, na época em que estava aqui, da primeira Parada Gay de Goiânia. Acho que éramos umas seis pessoas, apenas. Nos reunimos ali na Rua 8, no Centro. Para você ver, a vergonha era tanta que ninguém ia, por medo do preconceito mesmo¹⁵¹.



Enquanto deputada aqui na Alego, você assumiu, por diversas ocasiões, a presidência da Comissão de Educação. No seu segundo mandato, o Parlamento goiano aprova a Lei que estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás (LDB Goiana). Como foram essas discussões? Quais os principais temas em evidência para a educação pública estadual, naquele momento?

Eu fui presidente da Comissão de Educação por 10 anos, do primeiro até meados do meu terceiro mandato. Depois assumi a Comissão de Turismo. Em 1996, foi aprovada a LDB nacional, depois de muito debate, no Brasil inteiro. Com essa lei, o movimento social ganhou muitas coisas, mas perdeu várias outras. Teve o anteprojeto do Darcy Ribeiro¹⁵², que trazia alguns avanços, mas não todos que almejávamos. Então, quando foi aprovada a LDB nacional, decidimos, junto ao movimento educacional brasileiro, que seria muito importante apresentar propostas de LDBs estaduais. Não só para consolidar o que já tinha de bom, mas para tentar avançar com o que não tinha sido aprovado no Congresso Nacional, e que ainda havia alguma brecha. Na condição de presidente do colegiado, eu reuni a Comissão de Educação para deliberar sobre essa questão e nós decidimos elaborar um projeto de lei complementar estadual. Goiás, se não me engano, foi o primeiro a aprovar uma LDB estadual, em dezembro de 1998¹⁵³.

E como se deu esse processo?

Criamos um Fórum Goiano pela Educação, que nos ajudou a elaborar todo processo da LDB estadual. Ele foi dividido em nove grupos temáticos, todos compostos pelos educadores de maior renome do estado de Goiás. Começamos com o 1º anteprojeto básico, baseado na LDB nacional, mas já com algumas mudanças. A partir disso, agendamos audiências públicas no estado inteiro, que foi dividido por regionais, conforme organização já vigente na própria Secretaria de Educação. Fizemos encontros massivos, por dois anos. Fizemos seminários e audiências aqui na Alego também. Ao todo, contabilizamos 10 mil pessoas envolvidas no processo de debate desta lei, que resultou, antes, num projeto elaborado pela Comissão de Educação, que contou com relatório favorável dado pela Mara Naves¹⁵⁴ e foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Mas o conselho do governo era contra. Tinha coisas que eles não concordavam, como a eleição direta para os diretores das escolas. Só que acabamos dando sorte, porque ele perdeu a eleição, em outubro de 1998, e o governo acabou ficando meio sem comando, nesse período. Aquela coisa que ninguém mais obedecia¹⁵⁵. Então nós tivemos de outubro a dezembro para aprovar a lei. No dia da votação, a galeria ficou cheia de gente. Os deputados acabaram se perguntando: “para que vamos lutar contra isso, se não tem mais governo para pressionar?” Então, foi justo nesse intervalo de fim de um governo, que nós aprovamos a LDB. Eu acho que foi a primeira no Brasil a conseguir essa façanha. Ela já trazia a



**Acesse aqui as
notas da página**

proposta de criação da UEG, que foi criada logo no ano seguinte, em fevereiro de 1999, pelo Governo do Marconi. Ele já chegou mandando o projeto de lei específico e cumprindo, assim, logo de cara, a LDB, o que incluiu a obrigatoriedade da eleição direta para diretor de escola. A própria composição do Conselho Estadual de Educação mudou completamente, porque, antes, era muito ligado à indicação governamental e, depois, passou a ser mais marcado pela presença da sociedade civil. Os poderes do conselho também foram aumentados, deixando de ter uma atuação meramente normativa e ganhando um papel mais ativo na condução das políticas públicas. Fizemos, portanto, em Goiás, uma lei que democratizava a própria LDB nacional, que já tratava de questões importantes, com relação, sobretudo, à educação especial e profissionalizante e aos currículos. Sobre esse último, nós reforçamos, aqui, a obrigatoriedade do ensino de filosofia e da educação artística, inclusive dentro das universidades. De forma geral, a nova lei trouxe uma visão de educação mais humanista, universalista e democrática, com grande participação social e autonomia para que escolas formatassem os seus currículos, valorizando, sobretudo, o aprendizado ligado às comunidades. Tudo isso foi colocado em destaque na nossa LDB estadual, reforçando e ampliando, portanto, o que havia de mais democrático na LDB nacional.

Havia alguma divergência entre ambos os modelos?

Sim. Uma das principais divergências entre ambos, diz respeito à visão mercantilista de ensino, que estava posta, sobretudo, como um princípio da educação profissional. Na LDB nacional, esta era apresentada, via de regra, como uma ferramenta de inserção dos estudantes no mercado de trabalho, sem visão estratégica alguma, o que, em nosso entender, acabaria os tornando mão de obra barata para o mercado. Na LDB estadual, nós conseguimos proteger um pouco mais os nossos jovens com relação a essa questão.

Em seu primeiro mandato, o País estava vivendo a época do governo Collor, o primeiro presidente a ser diretamente eleito após o fim da ditadura. Como foi esse período para você?

Pois então, na hora que acha que o trem está melhorando, piora! Em 1992, no Fora Collor¹⁵⁶, eu estava grávida do Fernão, que nasceu em dezembro. Eu havia chegado aqui um ano antes. Fui eleita em 1990 e em 1991 cheguei aqui. O Collor foi deposto em 1992. Quando cheguei aqui, já tinha rolado toda aquela campanha presidencial do Lula e do Collor, que acabou sendo uma vergonha, porque a [TV] Globo editou todo o debate. Uma coisa absurda, porque, na verdade, a campanha de 1989 foi a coisa mais linda! Parecia um coroamento para a luta democrática toda. O pano vermelho, por exemplo, acabou em Goiânia. Você não achava tecido dessa cor para comprar, porque cada um fazia a sua própria



bandeira. A gente achava que estava coroadando mesmo todo esse processo democrático. Mas aí veio a eleição do Collor, o caçador de Marajás, que se dizia combatedor de privilégios, mas que acabou deposto por corrupção.

Como funcionou o trabalho da CPI da Esterilização das Mulheres que você também citou?

Ela foi realizada durante o meu primeiro mandato, antes da Conferência de Beijing, se não me engano. Foi na época em que houve uma denúncia de que, aqui no Brasil, estava acontecendo um processo esterilização em massa de nossas mulheres. Aí, o movimento feminista decidiu, como estratégia de luta, puxar CPIs nos estados para investigar o assunto. Nós conseguimos fazer duas, apenas: uma aqui e outra no Rio de Janeiro. Os estados que estavam sendo apontados como tendo o maior número de casos, se eu não me engano, era o Ceará em primeiro lugar, e Goiás em segundo. E nós fomos investigar o porquê de tantas laqueaduras no estado de Goiás. Sem entrar em pré-julgamentos, nós fomos investigar, objetivamente, as razões de índices tão alarmantes, uma vez que estavam bem acima das indicações da OMS, na época. A CPI funcionou, se não me engano, durante dois anos. Eu era a presidente e o Marconi [Perillo]¹⁵⁷, o relator. Havia no Brasil, desde os anos 1970, uma política que não era de planejamento familiar, mas de controle da natalidade imposta pelo mecanismo da USAID¹⁵⁸, dos EUA. Uma política norte-americana, portanto. Nós reunimos muitos documentos mostrando como isso foi pensado para o Brasil. A pobreza precisava ser contida e a forma adotada pelo governo para resolver essa questão era controlar o número de filhos da população pobre. Em Goiás, também reinava essa visão, de que a causa da pobreza está na quantidade de filhos que a família pobre tem, coisa que é absolutamente mentirosa. A causa da pobreza está na má distribuição da riqueza. Na CPI, nós desmontamos bastante essa ideologia. Fizemos muito discurso teórico. Foram muitas audiências para debater esse pano de fundo impermeável. Nós defendemos, na CPI, uma política de planejamento familiar, onde a decisão pudesse ser da mulher e de sua família e que, para isso, ela recebesse todos os recursos e orientações necessárias.

Após tantos anos de luta, na sua opinião, a que se deve, ainda hoje, a sub-representação feminina nos espaços de poder?

Primeiramente, vamos caracterizar essa sub-representação, pois, quando a gente fala que as mulheres são só 10% dos cargos eletivos no Parlamento, a gente não fala que 90% é ocupado por homens, mas é isso que acontece. Essa desproporção desarmoniza a sociedade e agrava os conflitos. Essa desigualdade é prejudicial não só às mulheres, mas à sociedade, em geral. É importante que se diga: nós vivemos numa sociedade machista,



**Acesse aqui as
notas da página**

que teve a sua origem fundada em relações muito desiguais e violentas de poder. O processo de miscigenação da sociedade brasileira se deu com base na violência de gênero e contra os negros. E essa herança se transformou no silêncio das famílias e da sociedade como um todo, nas coisas que não podem ser ditas. Daí o mito de que nós vivemos num país onde há igualdade de gênero e democracia racial. A opressão sempre ficou historicamente acobertada, disfarçada, não dita. Há uma razão histórica, cultural e ideológica para tudo isso, uma razão que está na própria obra política. Tudo isso tem um peso muito grande para as mulheres, que acabam encontrando muito mais dificuldades para exercer suas atividades políticas parlamentares ou mesmo de liderança.

De que forma essas questões afetaram a sua trajetória?

Quando comecei a assumir a liderança no movimento estudantil, por exemplo, eu não conseguia falar em sala de aula. Eu entrava para dar um recado e ficava muda. Agora olha o tanto que eu falo hoje (risos). Isso é treino. É porque para as mulheres o exercício da palavra é mais difícil. Nós não somos treinadas para isso. Para exercer liderança, pior ainda. Desde criança, nós não somos treinadas para ter iniciativa. Pelo contrário, a menina mais quieta, mais obediente é a mais bonitinha. É um grau de estereótipo absurdo mesmo. Antes, você tinha que gritar para as pessoas te ouvirem ou pôr o dedo na cara do outro para ser respeitada. Isso é muito difícil para as mulheres, porque exige da gente um gestual masculino, um treino que não é propriamente o nosso. Mas a gente acaba topando e recorrendo a um estilo de se fazer política absolutamente masculino. Todas essas sutilezas trazem complicações tanto subjetivas, quanto objetivas para as mulheres.

E tem a questão econômica também, não?

Sim. Além de tudo, tem ainda esse terceiro componente, digamos, que é o econômico. A política ainda é um reflexo do poder econômico da sociedade. Esse poder é dos homens, o que é inegável. São eles os grandes proprietários das empresas e do capital financeiro, agrário e industrial brasileiros. As mulheres às vezes até participam, mas apenas como assessoras, no máximo. Como consequência disso, vemos que, tanto a composição dos partidos políticos quanto dos Parlamentos, como de muitos outros espaços de decisão, acabam sendo determinadas por eles, os homens. Isso tudo acaba afetando muito a qualidade da nossa democracia, pois quanto mais democrática é uma sociedade, mais oportunidade há para que as mulheres participem dos espaços de decisão. Quanto menos mulheres nesses espaços, menos democrática é a sociedade.



É o caso da Alego?

Sim. Um exemplo é a Alego, onde a gente vê que, nos 21 anos de ditadura, não teve nenhuma mulher deputada. Quando a democracia começou a voltar, foi aumentando o número de mulheres, porque as mulheres nos espaços de decisão são um dos indicadores de que a sociedade está se tornando mais democrática. Esse número foi aumentando, mas agora já está se restringindo de novo. É um reflexo dessa sociedade atual, que está se fechando para os temas essenciais. Estão criando caixinhas nas quais as mulheres têm que se enquadrar. A sociedade que vai caminhando para isso, é uma sociedade que está caminhando para a sua desumanização. Nós somos no mundo hoje o país com a pior distribuição de riqueza e, conseqüentemente, com a maior desigualdade social do planeta¹⁵⁹. Ao invés de estarmos incluindo mais gente no processo, aprofundando nossa democracia, que nunca foi lá muito boa, a gente está procurando caminhos de exclusão, intolerância. Devíamos estar olhando para os nossos problemas e pensando como criar programas e projetos de inclusão, como fazer para diminuir a diferença que gera, de um lado, essa extrema concentração da riqueza e, do outro, a absoluta miséria da população. Na Conferência de Beijing, eu aprendi uma coisa. Lá estavam reunidos 186 países e eu fiquei 15 dias representando Goiás, naquele evento. Eu tive orgulho de representar Goiás nessa conferência. A principal lição que aprendi ali foi saber que 70% da população miserável do planeta é composta por mulheres. Então a miséria tem uma cara, e ela é feminina. No caso do Brasil, ela é também negra. Precisamos olhar para isso, ao invés de ficar fazendo discurso ideológico contra políticas de gênero, racial etc. Nós precisamos de políticas de igualdade. Isso eu aprendi em 1995, quando ainda estava aqui na Alego.

As eleições de 2018 produziram um Congresso Nacional e Legislativos estaduais mais conservadores. Como você explicaria esse cenário?

Esse conservadorismo sempre existiu na sociedade. Prova disso é o fato, já comentado, de nós nunca termos conseguido aprovar um projeto de lei para a promoção da educação sexual nas escolas, algo que eu propus aqui algumas vezes. Mas a ideia que permanece vigente é a de que se se falar disso nas escolas, vai aumentar a prática sexual, o que nós já provamos ser absolutamente inverídico. No piloto que nós fizemos, a gente acabou mostrando, inclusive, o quanto a educação sexual nas escolas ajuda a criar justamente um ambiente de harmonia e de compreensão sobre o próprio corpo. Quando você proíbe o debate de gênero nas escolas, você está proibindo de se falar sobre a violência contra a mulher, sobre as diferentes formas de sexualidade.

Com isso, a gente acaba entendendo um pouco porque o nosso Parlamento teve dificuldade em reconhecer, na sua época, associações como o Ipê Rosa, não é mesmo?

Exatamente. Eu me lembro, inclusive, de ter proposto aqui o reconhecimento da Associação Ipê Rosa, que trata da agenda LGBT no estado de Goiás, como uma entidade de utilidade pública, justamente por ser esta uma das primeiras organizações a falar sobre o assunto. O projeto foi rejeitado, algo que raramente acontece, porque geralmente não há motivos que justifique uma rejeição a projetos dessa natureza. Mas rejeitaram, e, a única razão aparente era o fato de ser uma associação de luta por direitos LGBT, que é uma pauta de direitos humanos.

Parece que esse conservadorismo está sempre presente na sociedade, independente da época...

Sim. Esse conservadorismo, mesmo no auge da democracia, sempre existiu. E, se existia na Assembleia, é porque era fruto do conservadorismo da sociedade. Mas o que nos assusta hoje é que isso esteja empoderado numa política de governo que se diz abertamente contra essas pautas de avanços da sociedade. Esse conservadorismo brasileiro que hoje paira sobre todos os aspectos da vida nacional, seja na vida das mulheres ou nas relações familiares, esse obscurantismo que hoje está permeando o Brasil e também o poder político, ele tem uma base na nossa história, como eu disse antes, que é fundada na violência. Mas tem também um outro fundamento, para ter emergido assim, de forma aparentemente tão repentina.

Qual seria?

A democracia não é um processo linear e ascendente, ela faz reveses. A nossa história mostra isso, nós tivemos muitos períodos de ditadura e poucos de democracia. Por isso, a democracia brasileira é considerada ainda bastante jovem e instável. Houve muitos golpes no Brasil. E esse golpe de 2016 foi uma temeridade, porque quando se quebra o jogo democrático, por qualquer que seja o motivo, abre-se espaço para o obscurantismo. A volta do obscurantismo vem associada ao interesse do grande capital financeiro, que, neste momento, está trabalhando pesado para destituir regimes democráticos no mundo inteiro, por meio, inclusive, do financiamento aberto à propagação indiscriminada das chamadas fake news, como as que vemos circular aos montes, hoje, no Brasil¹⁶⁰. Foi Stiven Benon¹⁶¹ que financiou essa desinformação, que resultou também na vitória de Bolsonaro, após a vitória de Trump, nos EUA. Esses magnatas da extrema direita dos países

**Acesse aqui as
notas da página**



desenvolvidos estão promovendo mudanças de regime pelos países mundo afora. Eles precisam implementar um projeto econômico mais concentrador da riqueza no mundo e para que esse projeto seja implementado, vai haver o sacrifício de populações inteiras, porque esse tipo de sacrifício não se faz convivendo com democracias. O atual sistema mundial de opressão dos povos precisa, então, implementar, agora, aqui e acolá, o que a gente chama de regime fascista. Isso tudo vem acontecendo desde a destituição, sem crime de responsabilidade, da presidenta Dilma, que sofreu, aliás, um golpe pautado pela misoginia¹⁶². A democracia, por pior que seja a pessoa que esteja governando, é o melhor caminho que podemos ter. Se você é contra aquele projeto, dispute a eleição seguinte e ganhe, sem precisar que ocorra essa quebra. Essa é uma lição que precisa ser aprendida.

O momento político que estamos vivendo hoje é resultado desse desconhecimento do nosso processo histórico, podemos dizer?

Sim. Nosso país tem como sua base fundante o sistema escravista. As mulheres são estupradas desde sempre, a fundação da tradicional família brasileira foi feita com base no estupro de mulheres, negras e indígenas. Então, essa violência subterrânea, silenciosa, sempre existiu. E está aliada a uma classe dominante absolutamente entreguista, cruel, colonialista, boba, que, ao invés de querer que todos ganhem, tem uma visão preconceituosa da sociedade. Somos frutos hoje, portanto, desse Brasil sem ruptura. Nós não conseguimos fazer essa ruptura nem para nos libertar da escravidão, se formos pensar bem. Foi tudo negociado, incluindo o fato da princesa Isabel ter assinado a Lei Áurea¹⁶³. Nosso processo de libertação de Portugal foi totalmente negociado. Nessa negociação, a gente foi enfiando para debaixo do tapete tudo isso, que está explodindo agora.

Os problemas do Brasil de hoje são resultados desse acúmulo de 500 anos de história mal resolvida, você quer dizer?

Sim. Eu acho que estamos vivenciando um acúmulo de mais de 500 anos de opressão silenciosa e naturalizada no Brasil, que supostamente seria um país sem preconceito de gênero ou étnico racial. Mas a tal famosa democracia racial nunca existiu. O silêncio das famílias brasileiras é uma coisa absurda e muito real. No período de redemocratização, ficou meio vergonhoso defender certas teses, como a tortura, por exemplo. Quando Teotônio Vilela saiu visitando as cadeias brasileiras e contando o que ele estava vendo ali, ninguém teve coragem de defender os coronéis¹⁶⁴. Mas, no íntimo, essas pessoas defendiam e se sentiam oprimidas por não poder fazer isso mais tão abertamente como antes. Quem é a favor da tortura, sempre foi a favor. Não é algo de agora. Então, tudo isso existia



**Acesse aqui as
notas da página**

e estava contido pela força do movimento democrático brasileiro, das conquistas humanistas. O processo civilizatório do Brasil estava em curso a passos largos de inclusão das mulheres no sistema produtivo de autonomia. Minha mãe, por exemplo, não pode ter essa autonomia financeira, mas, na geração seguinte à dela, nós já tínhamos conquistado isso. Éramos donas do nosso próprio nariz. Podíamos decidir com quem ficar, aonde ir. Não nos sentíamos mais obrigadas a seguir padrões de beleza para agradar homem nenhum. Isso foi se acumulando pelas gerações seguintes, no Brasil. Agora, o que aconteceu foi que essa força obscurantíssima, entevada e horrorosa, que sempre existiu no Brasil, ganhou poder político e chegou, inclusive, à presidência da República. Uma coisa inacreditável.

E por que tudo isso só veio à tona de forma tão explícita agora? Esse obscurantismo de que você fala?

Por que isso aconteceu? É uma junção de fatores. O principal deles é que vivemos num sistema capitalista, que hoje precisa de um novo formato econômico: o chamado ultraliberalismo. É em razão dele que a mídia propaga hoje a necessidade da Reforma da Previdência¹⁶⁵, da privatização de todas nossas riquezas todas, da entrega do nosso capital ao capital estrangeiro. Esse modelo ultraliberal é incompatível com a democracia. Para que ele funcione bem você tem que restringir a circulação de ideias, o movimento e ação das pessoas. Ele precisa, portanto, do fascismo. E isso acontece com o capitalismo no mundo inteiro. O fascismo não surgiu por acaso na 2ª guerra mundial. Também naquela época, o capitalismo precisava desse tipo de regime político¹⁶⁶. Isso é tudo planejado. Não é nada espontâneo. Tem fonte ideológica sólida, estratégica, incluindo a de financiamento. O MBL e o Olavo de Carvalho, por exemplo, não surgiram do nada¹⁶⁷. Essa bizarrice toda que a gente vê na internet não é nada gratuita. Está tudo mapeado. Tem financiamento, que faz ganhar eleição. Aquela empresa do Steven Benon, que estávamos falando, está mudando regimes no mundo todo. Esse sistema está agindo também no Brasil: um sistema rentista, cruel, que hoje tem o formato neo fascista.

Por que forças progressistas não foram capazes de conter esses avanços ultra conservadores, nessas três décadas de nova democracia?

Não conseguiu, porque é tudo muito recente. A democracia brasileira é muito frágil e essas conquistas todas de acúmulo de consciência são muito recentes. A gente não teve tempo suficiente para assentar e criar raízes profundas, que fossem capazes de fazer frente a tantos velhos conceitos entranhados na sociedade, nas instituições. Mas as pessoas que operam com esses argumentos não são más, necessariamente. Elas só estão agindo conforme a visão de mundo em que foram criadas. Mudar essa visão é muito difícil. Nosso

Acesse aqui as
notas da página



povo sofre de um analfabetismo crônico, funcional, de leitura, político. A gente vive na era da pós-verdade, que vem como num pacote, quebrando, inclusive, com ideia de ciência e atacando nossos mais ilustres intelectuais, como Paulo Freire, por exemplo¹⁶⁸.

Você acredita que houve algum erro da esquerda nesse processo todo?

Sim, teve erro, mas, mais do que isso, houve, fundamentalmente, insuficiência de tempo histórico para que o nosso povo, que ainda é analfabeto político e científico, se organizasse melhor. Para que a consciência se elevasse e não ficássemos em dúvida se a Terra é plana ou redonda ou se o homem foi ou não à Lua, como temos ouvido em algumas discussões hoje em dia¹⁶⁹. Coisas assim são frutos, inclusive, da falta de aprofundamento da educação básica escolar e das pessoas terem uma visão mínima do processo científico, do que é a Ciência, esse método que foi desenvolvido no final da Idade Média. Estamos regredindo no tempo e tendo que lidar com coisas que foram resolvidas no Iluminismo. A mudança de costumes e padrões na sociedade, quando não é feita por meio de guerras ou de revoluções, se dá mesmo a passos lentos, porque você está promovendo uma mudança social sem grandes rupturas. É tudo muito devagar. E só 13 anos de experiência com um regime de esquerda é um tempo histórico muito reduzido para fazer todas as mudanças sociais e culturais que o país precisa [referência aos governos do PT]. É preciso lembrar também que nós temos só 30 e poucos anos do fim da ditadura militar para cá. É um período histórico igualmente muito pequeno para que a gente possa tentar consolidar uma nova consciência. Mas eles podem pisar os jardins, destruir as flores, só não serão capazes de deter a primavera. Eu acredito muito que a primavera virá e muitas gerações, talvez as seguintes à nossa, ainda serão capazes de usufruir da beleza, da diversidade e da harmonia das cores que estão por vir.

E quais seriam os desafios de agora em diante?

Então, eu acho que o nosso desafio é imenso, porque ninguém esperava que chegaríamos onde estamos hoje, num retrocesso desse tamanho. Isso, como já dito, é fruto do sistema. É uma onda que vem do mundo inteiro, não só do Brasil. A eleição do Trump já havia sido um forte sinal de que poderíamos chegar onde chegamos. Mas isso passa. Vocês que têm muito mais tempo do que eu, e isso é a lei natural da vida, vocês têm uma missão de segurar a peteca, para que a gente não sinta que tudo o que fizemos antes foi em vão. A gente sabe que as sementes estão espalhadas por aí. Às vezes a gente precisa ficar recolhida um tempo, mesmo. É um período de muita treva. Mas vamos precisar muito desse sentimento libertário que está vindo como as gerações atuais e futuras. Eu tenho



**Acesse aqui as
notas da página**

muita confiança de que isso tudo vai passar, mas não sem que antes se entregue um bocado do nosso país. As gerações seguintes vão pegar um país pior do que o de hoje, por causa dessa entrega toda. As dificuldades do Brasil vão aumentar, mas a gente vai ter que segurar esse período para retomar, depois, num patamar mais elevado, com mais consciência do que ficou faltando em nossas ações anteriores.

A gente nota que há uma participação de destaque das mulheres dentro do PCdoB hoje. A que se deve isso, na sua opinião?

Nas origens do marxismo já se discutia a questão da mulher. Marx foi um dos que formularam muitas ideias sobre o papel da mulher na política e na sociedade¹⁷⁰. No fundamento original do programa do partido, se entende que não há sociedade livre sem a equidade entre os gêneros. E há um esforço contínuo para que isso ocorra. Desde o século 19, estamos na busca desse caminho. Os comunistas são protagonistas das grandes conquistas no mundo inteiro, inclusive, a ideia do oito de março foi proposta por um movimento socialista¹⁷¹. E o PCdoB, como herdeiro disso, vem procurando, na sua trajetória, criar novos mecanismos para aperfeiçoar essa participação. Embora a lei ainda seja muito insuficiente, a gente põe para valer com esse negócio das cotas dos 30%. Isso não quer dizer que não haja machismo, porque esse tipo de conduta está em todos os partidos, mas o PCdoB faz um esforço grande para enfrentá-lo.

Em sua opinião, o que pode ser feito para aumentar essa participação, de forma a favorecer com que mais mulheres sejam de fato eleitas para representar a população?

Há alguns anos, eu diria que o problema residia no poder econômico. De fato, é o poder econômico que define grande parte da composição dos parlamentos brasileiros. Mas, hoje eu já acho que a questão vai muito além disso, porque estamos, nesse momento, perdendo a luta ideológica, política e cultural dentro da sociedade. É muito difícil garantir que, nesses momentos de obscurantismo, as mulheres ocupem espaços. Aqui é um exemplo disso. Basta vermos que, no período da ditadura, não havia mulher alguma. Então, quanto mais autoritário é o regime, menos mulheres. Quanto mais o poder econômico se concentra, também menor é a participação da mulher. Mulher no Parlamento é sinônimo de democracia. Aliás, você mede o nível de avanço de uma sociedade pelo nível de inserção política das mulheres. Então, quanto mais democrática, plural, distributiva e equitativa é uma sociedade, mais possibilidade de ver as mulheres ocupando espaço de decisão e poder. Quanto mais excludente, conservadora, autoritária é uma realidade, menos mulher você tem. Isso acontece em todas as sociedades, não só na brasileira. Por

**Acesse aqui as
notas da página**



isso, eu acho que a tendência é de se diminuir ainda mais essa participação. Veja que chegamos a ser sete aqui e depois foi só caindo¹⁷². Quando eu sai daqui, vivíamos um período em que éramos eleitas sem precisar de muito dinheiro. Minha última campanha, de 1998, por exemplo, custou R\$ 42 mil. A gente não pagava cabo eleitoral, que era tudo voluntário. Era a militância que fazia isso. Dinheiro era pra fazer folheto. Nos anos 2000, o poder econômico já foi se sofisticando. Você via deputado chegando na Alego e não entendia de onde tinham saído aqueles votos. E não só aqui, no Congresso Nacional também. E a gente ficava se perguntando: “de onde saiu essa figura?” Eram pessoas que a gente nunca tinha ouvido falar, que não tinham tradição nenhuma e chegavam com um caminhão de voto. Então a máquina eleitoral foi ficando mais sofisticada e isso foi restringindo o espaço do voto politizado, de organização social. Ainda estamos nessa praia, no Brasil inteiro. E tem umas coisas bem esquisitas vindo desses meios, como esse lance das antifeministas, da escola da Damares, que está presente lá no Congresso Nacional também¹⁷³.

E qual seria a saída?

É retomada da conscientização política. Precisamos conversar muito com o povo, porque a confusão é grande. Veja esse lance da Terra plana e outros questionamentos do gênero... O analfabetismo científico é grande e o político, maior ainda. Mas ele tem um limite, que vai aparecer quando o povo começar a sentir que foi enganado. Ainda que falte consciência política, o limite do desmantelo vai esbarrar justamente aí, quando o povo sentir que as reformas todas estão contra ele. Porque vai chegar um momento em que isso ficará sensível no meio da população. Por isso, é importante retomar os caminhos do diálogo com o povo, a fim de tentarmos reverter o conservadorismo e voltar ao caminho democrático, porque, de 2016 para cá, a nossa democracia vem sendo estuprada. Não estamos vivendo a ditadura, mas também não é mais democracia. Estamos vivendo o período da transição, que pode nos levar a afundar num campo ou no outro. É muito importante resistir nesse período, inclusive as mulheres, que serão as primeiras afetadas. Isso ficou bastante claro para mim desde que participei da conferência de Beijing e voltei de lá estarecida, com aquele dado de que 70% da população miserável do planeta são mulheres. E essa miséria vai aumentar. As mulheres serão penalizadas, desempoderadas, jogadas para uma posição que praticamente as obrigará a voltar para o tanque¹⁷⁴. Perderemos várias conquistas civilizatórias, como a nossa liberdade financeira ou a liberdade de tomar decisões como qualquer cidadão, de não sermos consideradas propriedades de ninguém. Voltaremos, praticamente, para um período de escravidão das mulheres. É precisamente isso tudo que está incluso na perspectiva ideológica que tem como modelo o conceito da “bela, recatada e do lar”¹⁷⁵.

Você nota alguma diferença entre o jeito feminino e o masculino de se fazer política?

Sim. Há uma diferença que é fruto da própria construção social de cada gênero. As mulheres, histórica e culturalmente, exerceram e ainda exercem papéis na socieda-



**Acesse aqui as
notas da página**

de que não são ditados pela nossa natureza biológica, como se poderia equivocadamente pensar. Com isso, estou querendo dizer, em primeiro lugar, que somos tão aptas a cuidar dos trabalhos domésticos e familiares quanto a pilotar foguetes, por exemplo. Biologicamente, nós mulheres temos, portanto, aptidões semelhantes às dos homens. Mas, culturalmente, há uma diferença de papéis sociais imposta pela sociedade, que determina que nós devemos atuar em espaços diferentes dos dos homens. Os homens são levados a exercer determinadas funções e as mulheres, outras. Nesse sentido, nós podemos dizer que fomos levadas a desenvolver, mais do que os homens, a meu ver, a partir da nossa experiência, habilidades para lidar com conflitos, para construir espaços de consenso, de coesão, de harmonização da sociedade. Mas, aos homens, também foram dadas condições para desenvolver esse tipo de habilidade e eu torço para que chegue finalmente o dia em que eles passarão a exercê-las, desenvolvendo, por exemplo, o senso de paternidade e assumindo mais as suas responsabilidades no cuidado com os filhos, com os idosos, porque hoje quem cuida mais ainda são as mulheres. Também espero vê-los exercendo mais o papel de educadores, não só na educação superior, mas na educação infantil e na básica. Na medida que formos distribuindo melhor esses papéis entre os gêneros é que a sociedade muda, a meu ver. Acho que temos caminhado para essas mudanças. As mulheres têm hoje mais treinamento para lidar com a economia, para cuidar dos outros e para o exercício da conciliação dos conflitos. As soluções que a gente, via de regra, apresenta para os problemas sociais existentes não são tão imediatistas nem tão abruptas quanto a dos homens, com suas políticas de corte, de ruptura, de coerção, de exercício da força. Buscamos, ao contrário, soluções mais conciliadas, em que todos ganhem. Acho que o nosso treinamento cultural nesse território favorece, e muito, a nossa atuação política. Se houvesse um equilíbrio das forças, com certeza traríamos muitas soluções passíveis de resolver, efetivamente, os problemas da sociedade. Não acho que as mulheres sejam necessariamente mais honestas que os homens, mas acho que, com a maior participação delas na política, conseguiríamos construir uma agenda menos focada nas vaidades ou no salvacionismo da pátria.

Dentro da sua atuação como parlamentar, quais os projetos, ações e causas que você destacaria? Acredita que deixou um legado que reverbera até os dias atuais?

Legado, eu acho que só a história será capaz de mostrar. Agora, o que tenho realmente muito orgulho, é de ter honrado as mulheres que me trouxeram para esta Casa. Sempre foi uma grande preocupação minha honrar as mulheres goianas. Hoje, depois de passado todo esse tempo, eu olho para essas ações todas, desde a participação na Conferência de Beijing à CPI da Esterilização das Mulheres, e uma série de outros projetos, e

**Acesse aqui as
notas da página**



percebo que a minha maior contribuição foi fundamentalmente a de ampliar e aprofundar o debate de ideias. Eu me sinto orgulhosa de ter feito todas essas coisas e de ter, com isso, ajudado o movimento de mulheres a se organizar também. Em relação à juventude, eu me orgulho de ter sido autora de algumas leis referentes à conquista do meio passe nos ônibus, meia entrada em cinemas, teatros, shows e de ter colaborado, assim, para a organização da juventude goiana. Uma atividade muito importante que eu promovi aqui, inclusive, nesse sentido, foi o chamado Fórum Goiano sobre Cultura, que resultou na elaboração da Lei Goyazes, que permanece vigente até hoje¹⁷⁶. Eu tive a honra de ter uma participação muito intensa no movimento cultural goiano. Também presidi a Comissão de Reforma Agrária da Assembleia. Não sei se deixei necessariamente um legado nessa área, mas eu me envolvi muito com as reivindicações dos camponeses do estado de Goiás e me fiz ativamente presente em muito acampamentos¹⁷⁷. A cada novo acampamento que visitava, era uma lição de vida sem tamanho que eu aprendia. Uma grande lição de solidariedade. E foi esse trabalho na reforma agrária que me possibilitou depois trabalhar com os quilombos¹⁷⁸. Então eu tenho muito orgulho de tudo o que fiz. Não sei o que disso ficou como legado, mas eu tenho uma noção exata do quanto a Alego e os anos que eu passei aqui contribuíram para minha vida, para minha formação pessoal e para me fazer uma pessoa que tenta ser melhor a cada dia.

E, para finalizar, mais alguma mulher que você gostaria de destacar como referência para a sua trajetória ou uma reflexão de encerramento sobre a luta das mulheres?

Cora Coralina, foi uma linda, que enfrentou muitos preconceitos¹⁷⁹. Consuelo Nasser, como já mencionei, porque era uma grande rebelde. Apesar de não ser de uma corrente que eu participava, ela me ensinou muito a ser rebelde. Ela escrevia muito bem e não tinha papas na língua. Ela foi muito importante na luta democrática. Primeiro, no jornal 5 de Março, que depois virou Diário da Manhã. Ela sempre foi muito respeitada por sua atuação. Era sobrinha do Alfredo Nasser¹⁸⁰ e passava na frente do Palácio [das Esmeraldas - sede do governo estadual] exigindo as coisas. Esse atrevimento de não ter medo de falar, ela inaugurou bem. Aí vem todas aquelas feministas. A professora Lúcia Rincón, que é uma das primeiras mentoras deste pensamento feminista com o qual eu comungo. A professora Eline Jonas também¹⁸¹. Eu sou fã número um dessa geração de feministas de hoje, porque, como já disse, na minha geração, não tinha uma coisa que vocês têm, que é a sororidade. Que coisa linda! Já está posta como valor. Não tinha antes, essa coisa de uma mulher apoiando a outra. “Mexeu com uma mexeu com todas”¹⁸². Eu me comovo com isso. Porque antes a gente queria a aprovação dos homens nas nossas bandeiras, a gente só tinha o direito de falar de algumas coisas, se a gente conquistasse pelo menos os de esquerda, para não ficarmos muito isoladas. Hoje as meninas estão pouco se lixando para isso. Elas são mais desencanadas. “Que os legais venham, se não vierem é porque não são legais”. Admiro essas novas formas de pensar.



**Acesse aqui as
notas da página**



ONAIDE SANTILLO

MANDATOS: 13ª Legislatura (1995 a 1999),
14ª Legislatura (1999 a 2003)
e 15ª Legislatura (2003 a 2007)

“
A mulher tem mostrado
capacidade, força e liderança
como **protagonista na
construção desta nova
sociedade** que rejeita toda
forma de discriminação
e preconceito.

MATÉRIA PUBLICADA EM 19/06/19

Por Samiha Sarhan

“A mulher tem mostrado capacidade, força e liderança como protagonista na construção desta nova sociedade que rejeita toda forma de discriminação e preconceito”. É com esses olhos que a ex-deputada Onaide Santillo enxerga a atual situação feminina na política brasileira. Apesar de reconhecer as inúmeras dificuldades por elas ainda enfrentadas para o rompimento do que considera ser o resultado da “cultura tradicional patriarcal”, Onaide mantém viva a esperança na luta feminina e em suas conquistas.

Anapolina bastante ativa política e socialmente, Onaide legou, em suas três passagens pelo Parlamento goiano, notáveis contribuições, sobretudo no que tange à defesa das causas ambientais. Foi, assim, deputada estadual pelo PMDB (atual MDB), durante a 13ª (1995 a 1999), a 14ª (1999 a 2003) e 15ª (2003 a 2007) Legislaturas da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Tendo assumido a presidência da Comissão do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Casa, em ambas as ocasiões, ela cumpriu importante papel na criação das microbacias hidrográficas no estado, uma estratégia de gestão fundamental para a preservação do equilíbrio ecológico.

Também, nesse sentido, lutou pela preservação e estímulo ao turismo nos parques da Chapada dos Veadeiros (nacional) e de Terra Ronca (estadual) e da Serra das Areias, ambos estaduais. Ademais, realizou muitas outras atividades relevantes para a preservação de nascentes de diversos rios em Goiás.

Já para a sua cidade natal, defendeu, na época, projetos que visavam à criação de incentivos para empresas estabelecidas no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia). Antes, no entanto, já havia assumido, ali, o cargo de secretária de Serviços Sociais da Prefeitura Municipal. Além disso, foi ainda primeira-dama de Anápolis de 1985 a 1988 e de 1997 a 2000. Seu marido, Adhemar Santillo, foi também deputado estadual e chegou a representar Goiás enquanto deputado na Câmara Federal.

O extenso currículo da vida política de Onaide reflete a trajetória de uma mulher que buscou pautar-se, de acordo com ela, pela luta social. “Passei a vida trabalhando, me importando com as pessoas mais vulneráveis. Essa escolha me foi sempre natural e motivada pela fé cristã de amor ao próximo e serviço aos mais humildes”, sustentou.

A ex-deputada é formada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (hoje UniEvangélica, de Anápolis), onde afirma ter dado aulas “em uma sala de crianças acolhidas por Sócrates Diniz” - senador e empresário goiano morto em acidente aéreo na década de 1960. É nítido que sua formação pessoal refletiu nas escolhas que fez durante sua trajetória política, visto ter se mostrado, ao longo dela, sempre empenhada no propósito de ajudar o próximo, como já mencionado.

O início da citada trajetória começa com a sua inserção no Grêmio Estudantil Castro Alves do Colégio Estadual José Ludovico de Almeida, em Anápolis. Onaide relatou que, naquela época, ela, juntamente com alguns estudantes ligados à referida associação, “resolveram dar aulas de alfabetização de adultos num bairro distante, onde não havia nem mesmo luz elétrica”. Para dar cabo ao feito, levavam lampiões e os usavam em uma sala improvisada com bancos e mesas.

Foi todo esse envolvimento com as causas sociais que viria a respaldar, futuramente, o seu engajamento também na luta pela garantia dos direitos femininos. Isso a motivou a criar, por exemplo, o Centro Integrado da Mulher (CIM) em Anápolis, durante o período em que foi primeira-dama do município, nos mandatos de Adhemar Santillo. “O que me aproximou das causas femininas foi o contato pessoal com as reivindicações que recebia de mulheres. Na época, não havia divulgação de métodos de planejamento familiar e, por isso, o procedimento de laqueadura de trompas era o mais solicitado. Para você ter noção, uma empresa de Anápolis somente empregava mulheres que tinham feito laqueadura de trompas, comprovada pelo médico da empresa. Além disso, mulheres me procuravam para falar que tinham sido assediadas pelo patrão e outras situações que me levaram a tomar esta causa como pessoal”, contou.

Dessa maneira, Onaide faz votos para que a empatia entre as mulheres se torne um hábito comum. Ela defende que a sororidade entre as representantes do gênero feminino deve ser, portanto, estimulada e que, por meio disso, valores positivos e de empoderamento sejam compartilhados. “Temos que ativar nas mulheres a possibilidade de elas acreditarem no valor que elas têm”, ressaltou.

Uma outra ação muito significativa pela qual Onaide lutou, enquanto esteve à frente da Comissão de Meio Ambiente, foi pela alteração do Código Tributário do Estado. A modificação referia-se, então, à retirada de dupla incidência, à época, de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre os produtos recicláveis, que eram tanto taxados no momento da produção quanto no momento de seu recolhimento. “Foi uma vitória. Isso melhorou muito o uso do material reciclável”, disse.

Conheça, na entrevista abaixo, mais detalhes da história de Onaide Santillo:

A senhora foi primeira-dama de Anápolis (1985-1988) na mesma época em que o seu cunhado, Henrique Santillo, era governador de Goiás (1987-1991). Como era essa relação? E a coordenação da assistência social em parceria com a cunhada, Sônia Santillo, como foi?

Sempre recusei a denominação de primeira-dama, preferia me identificar como secretária de Serviços Sociais durante os mandatos de prefeito do meu esposo, Adhemar Santillo, entre os anos de 1986-1989 e 1997-2000. Então, a minha intenção, ao abdicar do

uso desse título, era diminuir uma possível distância que isso criava em relação à população. Em 1988 houve a coincidência dos mandatos de prefeito do Adhemar e de governador do Henrique ocorrerem no mesmo período. Nessa época, eu tive a oportunidade de construir duas creches para filhos de mulheres trabalhadoras em parceria com Sônia Santillo, que era a primeira-dama do Estado de Goiás.

Em que momento a senhora percebeu que poderia alçar voos sozinha?

Isso ocorreu naturalmente. Adhemar sempre me apoiou quando eu fiz um trabalho muito importante em Anápolis. Na época, não existia o Cais que conhecemos hoje, por isso, quando criei o Centro Integrado da Mulher (CIM), foi uma inovação. Isso fez com que muitas mulheres nos incentivassem e dissessem que eu precisava representá-las. Então, em 1994 foi a minha primeira candidatura para deputada estadual. Todas as minhas eleições tiveram bases muito fortes em Anápolis. As duas primeiras eu posso dizer que fui eleita praticamente lá.

A senhora trouxe essas questões relativas à saúde da mulher, temas femininos. Acredita que são necessárias mulheres para pensar políticas públicas para mulheres?

Sim, acho que os homens deveriam também pensar nisso, pois eles são filhos de mulheres, esposos de mulheres e pais de mulheres. Mas, quando você sente a necessidade de fazer uma consulta, de fazer uma mamografia, daí você pensa ‘eu posso fazer, mas e quem está no fim da fila?’. Então, acho que a mulher sente mais isso. Isso é natural até em outras áreas. Uma pessoa que passou por um câncer, por exemplo, se sente mais à vontade para se voluntariar, para participar de uma campanha. Dessa forma, a meu ver, as mulheres se inclinam mais a estar à frente dessas questões voltadas para a área social. Os homens também deveriam estar lutando. Mas sinto que, por não ser essa uma realidade da qual eles compartilham, há uma certa indiferença. Ser mulher nos faz sentir na pele essa vivência e saber que não podemos fugir dessa luta na busca por ajudar umas às outras. Devemos ter solidariedade e nos preocupar com outras mulheres. Nessa época, fiz também o primeiro Programa Idosos de Goiás, que resultou no pioneiro Centro de Convivência de Idosos de Goiás. Também temos que lembrar da pessoa idosa, pois todos nós também envelhecemos, não é? O idoso precisa ser tratado com muito respeito.

Quanto à rotina de mulheres que conciliam a vida pública com a vida familiar. A senhora enfrentou grandes desafios nesse sentido?

Qualquer atividade que tenhamos fora do ambiente doméstico cria uma carreira que precisamos ter força e serenidade para cuidar. Mas me refiro, particularmente, nesse caso, às mulheres que eu convidava para participar das campanhas em várias cidades às quais eu ia, principalmente durante a candidatura do Adhemar ao cargo de deputado federal. Eu dizia para as líderes de igreja que elas poderiam ser candidatas a vereadoras. Eu incentivava as mulheres. A realidade é que o marido chega em casa e fala que o pessoal

do trabalho, da igreja, disse que ele tem possibilidade de ser candidato a vereador, e a mulher o apoia. No entanto, se a mulher chegar em casa e disser a mesma coisa, o marido a questionará sobre quem levará as crianças para a escola, se ela tem dinheiro para ser candidata, etc. Essa é a realidade das mulheres. Nós temos barreiras em casa por vários motivos. Eu não tive, mas a maioria tem sim. Há outra situação, que é bem mais séria, que é quando uma mulher chega a assumir um cargo de importância e bem remunerado, por exemplo. Você acredita que essa mulher deixaria isso tudo para ser candidata? Eu penso que não, pois ela já lutou e, com muito suor, conquistou aquela posição. Ela não vai parar tudo para construir, do zero, outra carreira, entende? Acho que a mulher ainda vai crescer muito mais em outras áreas, como nos concursos, por exemplo. Penso que ainda enfrentaremos algumas dificuldades no âmbito da política, embora existam mulheres líderes com grande potencial para ocupar esse lugar, a meu ver.

Mas por que a senhora acredita que continuamos tendo essa dificuldade?

Creio que seja porque os homens não aceitam a possibilidade das mulheres avançarem. Além disso, outra coisa que já está mudando é o fato das mulheres compreenderem a importância de se votar em mulheres, pois há algum tempo mulher não votava em mulher. Isso já está diminuindo um pouco, pois há uma rede de ajuda, de sororidade. O apoio da família também é imprescindível. Infelizmente, a política não tem sido vista como um caminho melhor para servir à população.

A competência legislativa dos deputados é limitada e dificulta a criação de políticas públicas, especialmente por causa de restrições orçamentárias. Nesse sentido, você enfrentou muitas dificuldades para ter seus projetos aprovados?

Mesmo que haja restrição orçamentária para criação de políticas públicas, o trabalho parlamentar pode ter uma abrangência maior, criando expectativas, levantando questões, elencando necessidades sobre o assunto. Estas questões levantadas com propostas de soluções vão ter eco nas decisões governamentais. Como exemplo, podemos citar a ideia de criação de microbacias para preservação dos cursos d'água. A proposta foi apresentada e debatida, e no momento parecia ter sido esquecida. No entanto, mesmo depois de algum tempo, foi criado o Programa Produtor de Água, que tem a origem na preservação de microbacias.

Ainda em relação a essa questão hídrica, o Brasil e Goiás têm sofrido graves crises de abastecimento ao longo desses últimos anos, devido ao ressecamento de lençóis freáticos e alterações no regime de chuvas, dentre outros. Estudos mostram que o nosso modelo de desenvolvimento econômico tem contribuído para agravar esse quadro. Como a senhora percebe a atuação do governo estadual no sentido de preservação ambiental e regulamentação agropecuária?

Temos legislação suficiente para garantir o equilíbrio ecológico em Goiás, a produção agrícola e a criação de gado em total harmonia com a preservação ambiental. A legis-

lação do estado de Goiás é, até certo ponto, rigorosa e completa para termos um estado economicamente desenvolvido através da produção rural e garantir sustentabilidade para os municípios.

É necessária uma atuação firme do Governo em duas direções: fiscalização efetiva nas áreas de plantio e de pasto com geoprocessamento, para evitar o avanço do desmatamento nas áreas de preservação ambiental. Além de corredores ecológicos, reflorestamento, assim como garantia de áreas remanescentes. Outra direção é no fortalecimento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater), com a intenção de acompanhar, principalmente, os médios e pequenos agricultores, no sentido de manutenção de áreas de preservação e engajamento no Programa Produtor de Água.

Para evitar a contaminação de cursos de água pelos agrotóxicos, é fundamental que haja uma fiscalização direta ao produtor, bem como um acompanhamento da quantidade necessária de implementos agrícolas para evitar o desperdício e a contaminação dos alimentos e cursos de água. Importante também é fiscalizar as fronteiras brasileiras, onde os agrotóxicos são contrabandeados com muita frequência.

A senhora presidiu a Comissão de Meio Ambiente da Casa em seu segundo mandato na Alego e propôs a criação de microbacias hidrográficas para preservação do equilíbrio ecológico. Em momento anterior (1999), também chegou a propor matéria para que as construções de barragens para a formação de usinas hidrelétricas obedecessem às normas técnicas de respeito à piracema que, no entanto, não chegou a ser aprovada. Como foram conduzidas essas discussões?

Chegou à comissão uma denúncia de que as barragens hidroelétricas não permitiam que os peixes subissem o rio para a desova no tempo da piracema (referência ao avanço dos peixes no sentido contrário às correntezas para procriação), o que estava diminuindo os cardumes. Foi uma discussão formada por biólogos, engenheiros e ambientalistas com sugestões que foram encaminhadas às respectivas áreas do governo.

A senhora participou do debate de dois planos plurianuais, em 1999 e 2003. O que conseguiu inserir sobre meio ambiente nos planos? O que efetivamente foi realizado?

No início do meu mandato parlamentar, os temas meio ambiente, sustentabilidade, Agenda 21, preservação ambiental eram novidade em Goiás. O primeiro desafio foi formar a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos com deputados que se interessassem pelo tema, e como boa surpresa conseguimos um grupo que deu importância e contribuiu com o trabalho da comissão. Fui presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos durante todo o tempo do meu mandato, contando sempre com colegas deputados interessados e ativos em todas as ações e discussões.

A preservação do meio ambiente foi uma bandeira importante do trabalho realizado aqui na Casa?

Sim. Todos os presidentes que passaram pela Casa, na época, deram muito apoio à Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Nós tivemos a oportunidade de mudar o Código Tributário de Goiás. Isso porque, naquela época, os recicláveis pagavam ICMS duplamente, na produção e no recolhimento do material. Nós conseguimos retirar esse imposto, o que melhorou muito a busca pelo reciclável. Isso foi importante para o meio ambiente. Tivemos a oportunidade também de visitar alguns parques e incentivar, a pedido dos prefeitos, o turismo desses lugares. O Parque da Chapada dos Veadeiros foi um local onde estivemos e constatamos a necessidade da criação de alternativas que fomentassem o turismo, como a estrada asfaltada de Alto Paraíso a São Jorge, por exemplo. Da mesma forma, visitamos o Parque de Terra Ronca, em São Domingos, que é um local espetacular. Também estivemos no Parque da Serra das Areias, que fica em Aparecida de Goiânia, que é um lugar que precisa ser muito bem cuidado, pois ele garante o lençol freático daquela região. Portanto, a comissão fez um trabalho forte em relação a esses parques e outros. Também participamos de um programa de recuperação de nascentes em Anápolis, juntamente com o Ministério Público (MP), a Delegacia de Meio Ambiente e a Emater, em que recuperamos a nascente do rio Piancó. Isso aconteceu na época em que foi lançada a Agenda 21 – para que no ano 21 estivesse totalmente mudada a ideia sobre o meio ambiente no Brasil. Além disso, criamos o Prêmio Altamiro de Moura Pacheco (condecoração que até os dias atuais está em vigor na Alego. Os prêmios são entregues em reconhecimento às iniciativas de excelência quanto a preservação, defesa e conservação do meio ambiente), que faz com que as pessoas que trabalham pelo meio ambiente possam ser lembradas e valorizadas por meio de prêmios. Também avaliamos os 10 anos da Lei Florestal que foi criada em 1995 (o referido ordenamento jurídico sofreu novas alterações mediante a promulgação da Lei 12.651, de 25 de Maio de 2012). Em 2005 fizemos várias sessões buscando informações de pessoas da área ambiental para saber como melhorar a lei em Goiás. Foi um trabalho efetivo.

A senhora já tinha interesse pela área do meio ambiente antes de começar como deputada?

Sim, pois sempre gostei de plantas, jardim, etc. Nunca pensei que pudesse trabalhar efetivamente nessa área. Quando o deputado Luiz Bittencourt, que era o presidente da Assembleia, me chamou para ser presidente da comissão, eu achei que não ia dar conta, pois os ambientalistas trabalham demais. No entanto, penso que devemos fazer o que podemos. Foi muito bom. Tivemos a oportunidade de salvar algumas áreas florestais importantes. Realmente foi muito bom trabalhar com os ambientalistas, que são pessoas que pensam no bem coletivo, pensam no futuro. Foi extraordinário.

Como a senhora vê nossa realidade ambiental hoje? Temos episódios trágicos recentes como em Minas Gerais, no caso do desastre ocorrido no município de Brumadinho. Como podemos conciliar, no caso de Goiás, o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental?

É possível sim conciliar essas áreas, embora sejam, comumente, vistas como setores conflitantes. O caso do Rio Araguaia é um exemplo por ser um grande atrativo turístico do estado, além de ter outros aspectos importantes. Já enfrentou momentos de muito perigo. A produção de grãos avançou tanto nas margens do rio que foram perdidas matas siliares, nascentes, e surgiram voçorocas, que são enormes erosões que transformam as nascentes em terra. Elas já estão sendo contidas. Estamos vendo que os produtores de grãos estão sendo obrigados a cuidar, porque senão serão multados, devendo manter e recompor a mata ciliar. Apenas por meio do cuidado com o meio ambiente nós teremos desenvolvimento e turismo. Nesse processo, fiscalização e conscientização são fundamentais.

Recentemente tivemos uma discussão sobre a liberação de novos produtos químicos – agrotóxicos ativos – para serem utilizados nas lavouras, o que vai na contramão da recente tendência de produção orgânica e incentivo a pequenos produtores. Qual é a opinião da senhora a respeito dessa questão?

O mau uso desses produtos é proibido por lei. Em alguns casos eles são contrabandeados e usados de forma exagerada pelos produtores. Diante disso, é preciso que haja uma fiscalização rigorosa nas nossas lavouras, uma vez que é problemático o uso irresponsável desses produtos em lavouras de grãos.

Noutro aspecto, você defendeu a ampliação e o desenvolvimento do Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia). Como foi esse debate?

Criamos no Daia, por meio da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Goiás (Femago) e da Comissão de Meio Ambiente da Alego, um observatório de monitoramento da qualidade do ar, levando em conta a necessidade de manter o ar adequado à saúde, segundo os valores da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em 2001, foi aprovada a Lei nº 13.823/2001, que trata da divulgação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental. Qual sua contribuição nesta lei? Como foi a discussão?

A divulgação da lista negra dos poluidores, ou seja, divulgação das empresas que são punidas por produzirem poluição, é uma forma de execrar a conduta irregular. Contudo, o aprendizado do conceito de energia limpa e o conhecimento de técnicas que evitam vários tipos de poluição é o caminho para conscientização ambiental. A Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos chamou a atenção do Governo para a necessidade de manutenção de parques estaduais; apoio aos municípios para estruturar vias de acesso;

garantia de rodovias em bom estado, para o incentivo do turismo interno e externo em Goiás. Esse deve ser, também, o papel das comissões da Assembleia, além das obrigações constitucionais, claro.

Agora falando das questões de gênero, propriamente. Você chegou a defender, em 2002, a criação de uma Comissão Permanente de Defesa da Mulher na Alego, que também não logrou aprovação do Parlamento na época, mas que vem sendo retomada, de alguma forma, pelas mulheres deputadas da atual Legislatura. O que você julga que possa ter emperrado a aprovação dessa matéria? Você acredita que hoje o momento seja mais propício à sua aprovação?

Vejo uma importância enorme na memória destes fatos, como a lograda criação da Comissão Permanente de Defesa da Mulher na Assembleia em 2002, uma iniciativa que esbarrou no descaso com que, até então, eram tratados os movimentos feministas. As instituições públicas, como a Assembleia Legislativa, são ecos da própria sociedade e há 20 anos era muito comum desprezar ou mesmo não dar importância a situações em que a mulher fosse ouvida. Era muito diferente do momento que vivemos hoje, em que observamos uma campanha mundial a respeito da ajuda mútua entre mulheres. Eu sempre tive esse contato com mulheres. Durante 20 anos em Anápolis, eu fiz, anualmente, o Encontro da Mulher. Sempre tive esse foco de apoio à mulher, diferentemente de outras deputadas, o que dificultou a união em favor de um objetivo comum. Aquela realidade era muito distinta da que observamos hoje no mundo, de mulheres apoiando umas às outras. Hoje temos visibilidade devido à luta de tantas pelo mundo. Tenho orgulho de pertencer à bancada que criou a Comenda Berenice Artiaga, em homenagem à primeira deputada de Goiás. Para receber a honraria, indiquei mulheres que nos orgulham pelo trabalho, destemor e ousadia.

Temos cotas de 30% para as candidaturas femininas. Hoje isso vale para coligações. Mas a partir de 2020 a legenda tem que atender a esse número. Muito se discute sobre a efetividade dessas cotas, já que o número de mulheres eleitas não corresponde ao número de mulheres que se candidatam. Como a senhora avalia isso?

Essa questão das cotas foi importante, pois nós sabemos que o machismo impera na política por vários motivos. Achem que política não é coisa de mulher. O homem acha que a mulher não tem inteligência e sagacidade para a política. Eles não sabem de nada, não é? (risos). Então, culturalmente se acreditava que o homem é mais forte, e a política seria, então, para os fortes - pensamento validado pela sociedade, e que pode resultar no afastamento feminino do meio político. Mas há também as dificuldades naturalmente impostas às mulheres. Por exemplo, a mulher que alcança um patamar social em que tenha uma carreira, não vai abrir mão da sua profissão, por mais líder que ela seja, para entrar numa nova atividade que, para ela, é totalmente nova e ainda desconhecida. Há essas questões. Nasceu essa possibilidade de as mulheres terem, no mínimo, 30% das vagas, mas isso não significa que tenham que ser apenas 30%, uma vez que o partido pode decidir a real por-

centagem dessas vagas. Se o partido quiser colocar 100% das vagas para mulheres, ele pode. No entanto, é muito difícil encontrarmos mulheres que queiram ao menos completar essas vagas. Uma não pode porque o marido está precisando dela, outra não pode porque é professora e se sair, quando voltar não terá a vaga. A outra não pode porque tem dificuldade de falar em público, por exemplo. Às vezes, ela mesma não acredita no seu próprio potencial. Então, temos que ativar essa liderança das mulheres, ativar a possibilidade de elas acreditarem no valor que elas têm. Como militante de partido, eu sei como é difícil conseguir mulheres para preencherem as vagas. Há a necessidade de buscarmos essas mulheres que são líderes e que estão atentas às questões sociais que precisam ser mudadas. Eu não desisto e continuo insistindo para que mais mulheres sejam candidatas.

Existem barreiras impostas à atuação feminina dentro dos partidos?

Sim, elas existem na medida em que o partido não percebe a força que a mulher tem na política, e que precisa ser estimulada. Os homens não querem dar espaço para as mulheres. Atualmente, embora ela consiga, é mais difícil para a mulher se inserir na vida pública. Acho que devemos adotar esse pensamento: ‘Se tantas chegaram lá e eu também quero, então eu vou conseguir’. Não posso dizer muito da dificuldade dentro de partidos e dentro do convívio familiar, pois eu não enfrentei essas dificuldades. Talvez pela minha ousadia, não sei. Ninguém nunca puxou meu tapete em nenhuma situação. Temos no partido aquelas questões de ego, em que um quer ter mais espaço do que o outro. Mas a mulher é uma lutadora. Se é isso que ela quer, ela tem que lutar e conseguir. O partido não vai desprezar uma mulher que tem voz e que se desponha para ser candidata. Os partidos sérios vão dar apoio para ela ter votos, pois é necessário. Acredito que nenhum partido vai desprezar uma mulher que tenha votos.

Suponhamos que tenhamos uma mulher e um homem com possibilidades de serem eleitos, na mesma posição. Para quem a senhora acredita que os recursos serão direcionados dentro do partido?

Há um tempo atrás, se dizia que para você competir com um homem você teria que pensar como um. É uma coisa preocupante pensar assim. Afinal, a mulher pode ser ousada também, mostrar que é capaz. Quando ela se impõe e mostra sua capacidade, o homem a respeita. Eu acredito nisso.

Na sua última Legislatura, de 2003 a 2007, a senhora esteve aqui com outras oito colegas. Foi a maior representatividade feminina no Legislativo até então. Hoje, inclusive, na Legislatura atual temos duas parlamentares, o que é uma redução de 50% com relação à última Legislatura. Como era a convivência naquele momento? Havia parceria com outras mulheres?

Tínhamos muito trabalho nos nossos municípios. Porém, um trabalho voltado exclusivamente para mulheres não era ainda um objetivo da bancada feminina, como é hoje.

Nosso trabalho era muito voltado às nossas representações. Mas, aqui, tivemos um evento muito importante, que foi o primeiro sinal de valorização feminina, a Comenda Berenice Artiaga. Foi um avanço para que lembrássemos das mulheres que trabalharam pela causa feminina. É bom lembrar que Berenice esteve conosco em várias premiações quando ela ainda era viva. Ela se tornou deputada devido a uma fatalidade, era para o esposo dela ter sido o candidato ao cargo. Mas ele foi assassinado durante a campanha. Ela acompanhou uma comissão da Assembleia que foi até Getúlio Vargas para levar a ele o documento de que Goiás estaria oferecendo uma área para a mudança da capital do Brasil. Ela participou ativamente.

Estamos chegando a quase um século de participação efetiva das mulheres na política (1932/87 anos: conquista do direito de voto feminino) e ainda assim as mulheres enfrentam até os dias de hoje grandes dilemas para se manter na vida pública (exemplos recentes, com repercussão nacional e/ou internacional: caso Marielle, caso deputada federal Maria do Rosário. O que você considera ser o maior desafio hoje para as mulheres no que tange à vida política?

O cenário político para as mulheres é sempre um desafio, porque a cultura tradicional patriarcal cria - ou criava – mulheres para serem adendos dos seus esposos e filhos. Enquanto os brinquedos dos meninos são sempre de disputas, de concorrência para saber qual o mais forte, o mais rápido, o mais esperto, as meninas brincam – ou brincavam – de festa de aniversário e de boneca. Romper esse status ainda parece difícil para a maioria das mulheres, uma vez que o cenário político é, naturalmente, de disputas, de convencimento, de conflitos. No meu caso, tive uma educação familiar direcionada para desenvolvimento dos meus dons, somado ao fato de convívio com a vida política de respeito, idealismo e honestidade da família Santillo. Sempre tive o apoio do meu esposo, Adhemar Santillo, que me incentivou a fazer o meu primeiro discurso em cima de um caminhão, em um comício, em 1974. Em situações de indecisões e alguma dificuldade de como agir, ele sempre me estimula dizendo: ‘Siga sua intuição, faça do seu jeito!’. Embora a mulher não tenha tido na atividade política uma representação equilibrada, em números de cadeiras nos legislativos e muito menos ainda no Executivo, a força feminina tem presença significativa na carreira jurídica, concursos públicos e no meio acadêmico. O protagonismo da mulher tem sido demonstrado também no mundo empresarial com excelentes exemplos de empreendedorismo singular. A mulher tem mostrado capacidade, força e liderança como protagonista desta nova sociedade que rejeita toda forma de discriminação e preconceito.

Dentre as suas últimas incursões na política, nota-se o fato de ter sido candidata a vice-governadora na chapa liderada por Maguito Vilela, em 2006. Como foi a experiência?

Ser candidata a vice-governadora na chapa de Maguito Vilela, em 2006, foi uma grande honra pela confiança em mim depositada e pela pessoa correta do ex-governador, que tem um grande histórico de bom trabalho prestado ao estado de Goiás.

Você foi pioneira do MDB Mulheres, tendo possivelmente influenciado outras que a sucederam. Quais foram as mulheres que te influenciaram em sua trajetória política?

Muitas mulheres me inspiraram a cada dia. No início, tive o exemplo da minha mãe, Carmelita Dias Silva. Ela foi uma mulher de garra, que sempre teve disposição de acolher pessoas, de ver a necessidade do outro. Além dela, eu cito os nomes de Maria Luiza Fagundes, Terezinha Zerbini, Ruth Escobar, Maristela Mendes. Elas são mulheres que me deram exemplo de força para transformação em simples conversas nas reuniões políticas e sociais.

A senhora é mãe de três homens. Já se viu diante de situações que necessitou fazê-los refletir e repensar comportamentos que não reforçassem esse predomínio masculino em detrimento das mulheres?

Não. A gente ensina muito mais pelo exemplo. Sempre demos, meu esposo e eu, exemplo de respeito e liberdade, nos organizando de maneira que eu pudesse desenvolver meus dons na política, por exemplo. Então, nunca precisei dizer que eles precisavam respeitar as mulheres, eles sempre respeitaram, pois viam nossos exemplos. Isso foi importante.

Como foi o relacionamento com os colegas de Parlamento, durante os seus três mandatos nesta Casa de Leis?

A convivência com as brilhantes colegas de Parlamento foi sempre uma honra para mim, um aprendizado político e também para a vida. Tive ainda a oportunidade de participar da mesma Legislatura que a filha de Henrique Santillo, minha sobrinha Carla, embora por um pequeno espaço de tempo, visto que ela assumiu o cargo de Conselheira no Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Dentro do seu partido, como era/é a situação das mulheres? Houve apoio partidário durante as campanhas e os mandatos?

Sim. Os partidos políticos, de maneira geral, têm o pensamento masculino-machista de valorizar as lideranças de candidatos, sendo sempre mais difícil para as mulheres. Contudo, nenhum partido vai desprezar uma liderança feminina, nenhum partido vai deixar

de investir em uma candidatura que possa trazer mais votos para a legenda. O caminho é mais difícil para a mulher, sem dúvida.

O que precisa ainda ser feito para aumentar a representatividade feminina no Legislativo e na política de forma geral?

O estímulo à participação política deve começar muito cedo, tanto para meninos quanto para meninas, nas escolas, nos colégios, com a representação de classe, com o retorno aos grêmios estudantis, com a preparação e desenvolvimento de dons de liderança, que florescerão na atividade social e política.

A seu ver, que legado acredita que mulheres como você têm deixado para a história do Parlamento goiano?

Cada uma que aqui esteve fez um trabalho importante. Não tenho dúvida que cada uma delas deixou uma marca, não só de trabalho, mas uma marca de inspiração para que outras mulheres se candidatem e venham para o Legislativo. Foram mulheres batalhadoras. Toda mulher que conseguir avançar em conquistas pessoais, sociais, profissionais, posições de liderança ou notoriedade, deve ser exemplo positivo para as demais. Assim como oferecer a mão para ajudar outras mulheres a avançar e crescer também. Este deve ser o grande legado feminista, o maior legado que deixamos para as futuras gerações.



VANDA MELO

MANDATOS: 12ª Legislatura (1991-1995)
e 13ª Legislatura (1995-1999)

“

Vamos falar a verdade:
a atuação feminina na
política ainda é algo muito
recente. Já avançamos
muito, mas ainda há
muito para progredir,
nesse sentido.

MATÉRIA PUBLICADA EM 12/07/19

Por Jéssica Campos

A ex-deputada Vanda Melo é a entrevistada da 7ª edição do projeto “Mulheres no Legislativo”, série que revela o potente legado feminino na história do Parlamento goiano. Deputada durante a 12ª e a 13ª Legislaturas, Vanda fala sobre seus principais projetos defendidos para o Vale do São Patrício, bem como sobre sua atuação social, família, e muito mais.

“Por que a mulher tem que ganhar menos? Isso não se justifica. Até porque a mulher, normalmente, trabalha mais que o homem (...) Eu acho feminicídio um absurdo. Porque esse tipo de homem, que faz esse tipo de coisa, tem que ser civilizado, não é mesmo?”. Esses trechos foram extraídos de conversa realizada com a ex-deputada Vanda Melo em entrevista concedida à Agência Assembleia de Notícias, no dia 16 de maio de 2019.

Primeira mulher a representar, no Parlamento estadual, a região do Vale do São Patrício, que integra 23 municípios do Centro goiano, Vanda ganhou visibilidade no campo político graças à dedicação devotada, principalmente, à cidade que adotou como lar: Ceres. Paulista natural de Taubaté e radicada em Goiás há quase cinco décadas, ela cumpriu seus mandatos na Assembleia Legislativa durante a 12ª (1991 a 1995) e a 13ª Legislaturas (1995 a 1999), sendo o primeiro pelo PRN e o segundo pelo PPB (neste último, começou como suplente, passando a titular apenas em 1997).

Tendo sido, outrora, primeira-dama de Ceres, posição que assumiu por quatro vezes, Vanda não se limitou, no entanto, a esse coadjuvante papel. Isto porque, antes de entrar para o Parlamento estadual, ela chegou a exercer ainda, durante o segundo mandato de prefeito do seu marido (1989-1992), Valter Pereira Melo (que também foi deputado na Alego), o cargo de secretária municipal de Assistência Social. Ali desenvolveu projetos, dos quais se orgulha profundamente, para mães, idosos e crianças.

O município que a acolheu ganha aqui, nesta matéria, uma atenção mais do que especial. Isto porque sua identificação e devoção a Ceres, cidade que recebeu o nome em homenagem à deusa romana da agricultura, bem como a toda a região do Vale do São Patrício, é tão forte, que o leitor, por vezes, poderá encontrar dificuldades em distinguir se seria Vanda uma personagem da história de Ceres ou o contrário: se seria a própria Ceres uma personagem da história de Vanda.¹⁸³

Outro grande orgulho que Vanda carrega consigo se expressa no legado deixado pela tradição da família Melo na vida política local, o que, segundo ela, teria resultado na aceitação que ela, até hoje, dispõe junto aos cidadãos Ceresinos. Prova disso pode ser observada no fato, inclusive, de ser hoje, no período em que é feita essa entrevista, Rafael Melo, seu filho mais velho, prefeito do lugar, perpetuando um legado que já se

**Acesse aqui as
notas da página**



estende, portanto, por mais de quatro décadas e alcança agora a terceira geração do referido núcleo familiar.

A narrativa de Vanda, por diversas vezes, nos faz pensar que talvez a própria história de Ceres se confunda mesmo com a história da família Melo. O pioneirismo dessa longa e duradoura jornada é creditado a seu sogro, Geraldo Pereira de Melo, que esteve ao lado de Bernardo Sayão, durante a fundação da Colônia Agrícola que daria origem ao município em 1953. Anos mais tarde, ele viria a ser eleito, então, prefeito, comandando a quinta gestão do Executivo local, entre os anos de 1970-1972.

Antes de seu primogênito assumir a gestão do município, Vanda, que sempre esteve envolvida em projetos de cunho social e educacional (ela é também professora), chegou igualmente a disputar, em nome destas bandeiras, a prefeitura de Ceres. Porém, a vitória ficou com outra mulher, Maria Inês, do PT, que foi eleita com 6.233 votos, enquanto Vanda obteve 5.580. Isso se deu no ano de 2012, numa candidatura encarada, segundo ela, “na última hora” e “por clamor popular”. De modo que a derrota nas urnas se deu por uma diferença de “pouquíssimos votos”, como faz questão de lembrar a entrevistada.

Outro ponto marcante em sua trajetória foi a vitória, após uma longa batalha, contra um câncer sublingual, que lhe custou o maxilar e parte anterior da língua da ex-deputada. Os membros seriam, no entanto, posteriormente reconstituídos por uma série de cirurgias plásticas. Sobrevivente deste doloroso tratamento, Vanda se vê, hoje, totalmente livre da doença.

Confira esse e muitos outros assuntos que foram pauta da entrevista que a partir de então se segue.

Como foi essa vinda e a chegada a Goiás? Quais foram as primeiras impressões que a senhora teve do estado?

Eu já conhecia Goiás. Desde criança, eu passava férias na casa dos meus avós e tias - todos parentes por parte do meu pai. Assim eu conheci Goiânia e Ceres, e também o Valter. A gente ficou um tempo namorando à distância, porque ele era de lá [de Ceres]. Depois, quando nos casamos, foi que eu vim embora de vez para Goiás.

A família dele também era toda de lá?

Sim, a família dele chegou junto com Bernardo Sayão [engenheiro agrônomo ligado ao Ministério da Agricultura do Governo de Getúlio Vargas; ajudou a fundar a Cang - Colônia Agrícola Nacional de Goiás, durante a Marcha para o Oeste], que veio para Goiás montar a colônia agrícola que deu origem à cidade de Ceres. A Cang, como era chamada, foi a primeira reforma agrária do país, feita por Getúlio Vargas.

Então a história social e política de Ceres nasceu, praticamente, junto à vida política da sua família, podemos assim dizer?

Sim, da família Melo [do marido].

A seu ver, a tradição política da família Melo deixou algum legado em Ceres? Qual seria a grande marca que a sustenta no poder por tanto tempo?

A família do Valter promoveu um desenvolvimento muito grande em Ceres. O pai dele foi um pioneiro na região, junto com os outros pioneiros do estado. Também foi um prefeito muito bom, no início da organização administrativa da cidade. O próprio Valter sempre teve um olhar administrativo forte. Sempre foi muito perspicaz. Por isso eu digo que ele contribuiu muito para o desenvolvimento de Ceres. O marco dele foi justamente esse: o desenvolvimento, posto que levou muita coisa para Ceres. Ele asfaltou a cidade praticamente inteira e construiu casas populares para muita gente. A gente sente que realmente o povo de lá sempre confiou na família Melo. De maneira que o Valter foi prefeito por quatro mandatos e hoje o nosso filho Rafael é o atual prefeito. Foram bem poucos os episódios em que a família Melo esteve afastada da política. Desde que o município se estabeleceu como tal, sempre houve um Melo presente.

Podemos afirmar então que parte considerável da infraestrutura hoje existente na cidade é um legado político da sua família?

Exatamente. Por exemplo: o sistema de tratamento de água e esgoto foi resultado do meu mandato como deputada. Às vezes, você não vê a obra em si, porque ela fica embaixo da terra, mas seus impactos provocam uma melhoria muito grande na qualidade de vida da cidade. Mas muitos prefeitos não gostam de mexer com isso, justamente por considerarem que a obra não dá visibilidade. Porém, o acesso à água tratada é algo que, quando acontece, faz uma diferença enorme na vida das pessoas. Antes dele, todo mundo tinha cisterna. Agora não, todo mundo tem água tratada. Há ainda muitas outras questões envolvidas. O Centro Cultural, por exemplo, é uma dessas questões. Inclusive, sobre o Centro Cultural, desde o primeiro mandato do Valter (1977 a 1982), eu vinha manifestando meu desejo de construí-lo, mas, no início, havia uma série de outras necessidades mais urgentes. Não que a cultura não deva ser vista como uma prioridade, mas algumas coisas não podiam ser adiadas. Saneamento e asfalto eram, naquela época, as principais e mais urgentes demandas, visto que nada disso existia ali até então. Por tudo isso, eu reitero a importância da gestão liderada por Valter para o desenvolvimento da cidade.

O ano de 2012, quando a senhora se candidatou à prefeitura do município, foi um desses períodos de ausência da família Melo na gestão do Executivo local?

Sim, foi. Mas, mesmo tendo perdido a eleição naquele momento, fiquei muito grata ao povo de Ceres, porque nem estava nos meus planos ser candidata. Eu cheguei para registrar a candidatura no último dia, na última hora. E mesmo assim fiz uma campanha que foi linda, muito bonita, mesmo. O povo teve uma participação incrível, que foi evoluindo ao longo da campanha. As pesquisas foram só positivas. Se eu tivesse tido 300 votos a mais, teria ganhado a eleição [a diferença real computada pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE foi de mais de 600 votos].

A senhora foi secretária de Assistência Social de Ceres. Quando esteve à frente da pasta, que projetos desenvolvidos julga terem sido mais importantes para lhe dar essa visibilidade?

Eu sempre tive muita facilidade em lidar com pessoas, muita mesmo. Não é convencimento, não. É porque eu costumo tratar todo mundo de forma igual. Havia projetos para idosos, onde eu participava com eles, por exemplo. Já com as crianças, eu envolvia a família. Não com intuito político, apenas, mas, sobretudo para que o projeto desse certo. Dediquei-me muito às mães e às mulheres grávidas. Nessa parte social, eu desenvolvi muita coisa. Fazia campanhas de arrecadação, por exemplo, que envolviam todo mundo da cidade. E a coisa funcionou, deu certo. O povo ajudava porque via que realmente estava se fazendo um trabalho sério, contribuindo para algo concreto. Não é só ficar dando um dinheirinho aqui e outro acolá para a população. Não adianta você ficar dando as coisas para as pessoas. Você dá e logo elas se esquecem da ajuda que receberam. Agora, se você envolver a pessoa num projeto, ela vai estar sempre lembrando da gente de uma maneira positiva. Outra questão é que, quando você assume uma secretaria, você quer que dê certo, claro. Não é questão de divulgar nome, vaidade, nada disso. Tudo que eu pego para fazer, eu procuro fazer bem feito, seja o que for, e não apenas na política. Quando atuei como professora, eu também era muito rigorosa comigo mesma. Tinha que ser tudo muito bom e deu tudo muito certo. Inclusive este foi um momento igualmente importante, porque, na época em que eu lecionei na Faculdade de Ceres, tive contato com pessoas de todo o entorno do município. Isto porque, num raio, assim, de 50 km, existe um monte de cidades menores [a região é conhecida como Vale do São Patrício] e as pessoas de todos esses municípios iam para Ceres, que é uma cidade centralizadora, para estudar. E assim eu ia conhecendo muita gente, pessoas de todas as idades. Como professora universitária, tinha contato com gente adulta e jovem. Por isso, quando eu fui candidata a deputada foi fácil fazer a campanha, pois eu já tinha um certo reconhecimento em todos esses municípios, sabe?

Em que momento exatamente o município conseguiu reverter essa vocação inicialmente agrícola para se tornar então um município polo nas áreas da Educação, da Cultura e da Medicina?

O movimento cultural é muito recente, o seu surgimento se deu no último mandato do Valter (2000 a 2004), com a construção do Centro Cultural. Na época, eu tinha acabado meu mandato como deputada e estava em Ceres. O Centro Cultural é grande e expressivo; está entre os melhores de Goiás. Ele é lindo. O arquiteto era boliviano e usou referências bastante modernas.

A seu ver, teria sido essa obra um marco capaz de transformar o perfil da cidade de Ceres?

Não. A obra pode ter sido o que fez com que se desse, digamos assim, aquele arremate que estava faltando, porque ela veio depois. Eu sempre valorizei muito esse lado da cultura. Sempre gostei muito de teatro, de cinema, desde que eu era menina e ainda morava em São Paulo.

O processo de urbanização foi muito significativo na cidade, então.

Exatamente. Essa urbanização levou para Ceres um grande desenvolvimento na área da Saúde. Tanto que atualmente, existem muitos hospitais nos quais atuam mais de trezentos médicos.

Existe atendimento de todos os níveis na área da saúde?

Sim. Há área especializada, com laboratórios igualmente especializados e modernos. Ninguém precisa, via de regra, sair de Ceres para buscar atendimento de saúde, a não ser que seja um problema realmente muito maior e que exija um tratamento muito sofisticado. Inclusive, a prefeitura faz o ressarcimento de muitos atendimentos e serviços prestados por laboratórios particulares, por exemplo.

E ainda há os atendimentos pelo SUS, não?

Sim. Uma parte dos atendimentos se dá pelo SUS, mas digo que há também esses outros particulares que a prefeitura banca, sabe? Essas são políticas públicas que contribuíram para ir mudando, pouco a pouco, a feição de Ceres. E isso começou a se dar depois que a faculdade se instalou lá. Ceres não é um município muito grande. Então, a urbanização foi muito importante para a população, a princípio. Isso foi sendo complementado quando as faculdades começaram a chegar, exatamente pela posição centralizada que Ceres ocupa na região, por aglutinar, num raio muito pequeno, várias cidades na região do Vale do São Patrício. O povo, que antes ia para Anápolis, Goiânia ou mesmo Brasília fazer faculdade, acabou tendo mais oportunidades de ficar por lá mesmo. [Ceres conta

atualmente com dois campus universitários públicos, sendo um da Universidade Estadual - UEG - e outro do Instituto Federal - IFG -, além de várias outras faculdades privadas].

Você falou que foi a primeira deputada a representar o Vale do São Patrício, certo? Como foi essa sua experiência, enquanto mulher, na época? Como as mulheres eram recebidas na política do Estado?

Eu sempre fui muito bem recebida, muito respeitada. Eu conseguia muita coisa do Governo para os municípios. Lá, fazia reuniões com eles para saber do que eles precisavam. Eu dava muita assistência, me reunia frequentemente com prefeitos. Eu ficava no gabinete praticamente o tempo todo recebendo representantes com as demandas de Ceres e região. Sempre tinha gente que vinha do interior e nós recebíamos essas pessoas da melhor maneira possível.

E qual era o maior desafio para você, que veio do interior, visto que tinha que ficar o tempo inteiro fazendo essa ponte?

Eu não vi tanta dificuldade porque eu fazia as reuniões com os prefeitos também aos finais de semana. Eu já estava acostumada com eles e eles comigo, porque nas campanhas do Valter eu também ia junto. Então, de uma certa forma, o pessoal já me conhecia, pois enquanto fui primeira-dama frequentei muito eventos nos municípios.

Percebe-se que a demanda de trabalho era muito grande. Tendo em vista essa sua rotina atarefada, como era a dinâmica na sua casa?

Na época em que o Valter era prefeito, eu tinha que ficar mais em Ceres. Meus filhos já estavam estudando em Goiânia. Aí eu vinha para a Capital, passava uns três dias aqui e voltava. Sempre assim.

Foi tranquilo conciliar a vida privada com a política?

A única coisa que eu estranhei um pouco, a princípio, foi o fato de ter que levar, como deputada, uma vida mais agitada, porque durante a semana eu tinha que ficar aqui em Goiânia e aos finais de semana voltava para Ceres. E sempre fazia questão de que os meus filhos estivessem comigo. Depois, quando eu voltei para assumir a Secretaria, os meninos já estavam maiores. Então, o que eu acabei perdendo um pouco, nessa época, foi a adolescência do Marco Aurélio [o filho caçula], pois o Rafa já era mais adulto e estava fazendo faculdade. Houve ausências, é claro que houve.

Durante essas ausências, você teve apoio de alguém?

Sim, eu tinha uma pessoa que morava comigo, muito boa, excelente. Meus filhos não ficavam sozinhos de jeito nenhum.

E aqui na Assembleia, você pôde contar com o apoio de alguém? Quem eram seus parceiros aqui nos seus mandatos?

Sim, eu tive uma vantagem nesse ponto porque, quando entrei, muitos dos deputados ali presentes, na época, já tinham sido colegas do Valter. Então eles me receberam como uma velha conhecida.

E os prefeitos ao redor de Ceres também eram seus parceiros?

Eram. Tanto os prefeitos, quanto os vereadores. Quando a gente mudou para o PP, eu fui para o Vale do São Patrício montar o comitê do partido.

Você hoje está no PSDB. Essas mudanças de partido foram motivadas por quais razões?

Por razões políticas. No PRN, quando fui eleita, houve toda aquela coisa com o Collor [ex-presidente do Brasil que sofreu processo de impeachment em 1992]. Eu já não estava muito satisfeita com esse PRN, não. Não estava achando muito bom. Aí aconteceu tudo aquilo, que achei uma vergonha, e decidi sair. Foi quando eu me filiei ao PP.

Como foi o rebuliço político da época do impeachment do Collor, principalmente para você, que era do mesmo partido?

Foi uma coisa que foi acontecendo e ruindo com o PRN, que acabou não só por conta do impeachment. O próprio Collor, enquanto principal liderança do partido, não zelou pelo PRN, foi deixando-o de lado. Ele mesmo foi dando motivos para o pessoal começar a sair.

Quando a senhora veio para a Alego, consta que entre os seus projetos, o primeiro a ser apresentado foi o que criou a Universidade do Vale do São Patrício. Essa era a principal demanda da região naquela época?

Sim, porque existia apenas essa faculdade em que eu lecionei, que era só de Filosofia. E aí o Valter tentou levar uma universidade mesmo, para colocar uma faculdade em cada município, com sede em Ceres. A primeira vez que o projeto foi apresentado, foi durante o [primeiro] mandato do Valter [em 1987]. Porém, ele não foi aprovado. Depois, eu entrei, em 1991, e o reapresentei. Mas o projeto não foi aprovado, mais uma vez. Aí eu o apresentei novamente, mais adiante, e, desta vez, ele foi aprovado. [Em 1993, o projeto de Vanda é sancionado, transformando-se na Lei nº 11.999 – que cria a Universidade do Vale do São Patrício].

Aproveitando essa questão das universidades, você falou que lecionava na Faculdade de Filosofia. No contexto atual, como você enxerga todas essas questões de cortes da educação, no ensino superior, fechamento de cursos de Filosofia?

Eu acredito que há a necessidade de racionalizar um pouco na educação. Eu não sou a favor de fechar curso, de jeito nenhum. No entanto, eu acho que é necessário haver um direcionamento, alguma coisa assim. Eu só não sei o quão necessário seria esse corte de 30%, que eles estão chamando de contingência.

Segundo depoimento dado pelo próprio reitor, há cursos na UFG [Universidade Federal de Goiás] sob ameaça de serem fechados, caso realmente sejam aplicados os cortes.

Eu estava olhando: a parte que é o gasto obrigatório de manutenção, essa parece que não vai ser cortada ou, se for, será coisa pequena. É uma questão muito complicada. Eu sou totalmente contra fechamento de faculdades ou qualquer coisa nesse sentido, mas sou a favor da racionalização de gastos.

No seu entendimento já existe investimento suficiente em educação e pesquisa que justifique esse tal contingenciamento?

Não, não. Eu só acho que é necessário valorizar as crianças também; a educação básica.

Um melhor manejo desses recursos, você quer dizer...

Sim. Exatamente isso.

Você apresentou muitos projetos apoiando entidades que mantinham trabalhos sociais, muitos dos quais já havia apoiado enquanto secretária municipal. Essa bandeira social, podemos dizer que foi a principal de toda a sua trajetória política?

Para falar a verdade, eu nunca fui de levantar bandeira. Eu sempre fui municipalista. Então, de acordo com o que eu presenciava, com o que eu via nos municípios e nas reuniões que eu visitava, eu ia trabalhando para tentar sanar as dificuldades encontradas. É preciso entender essas necessidades. Estando aqui [no Parlamento estadual], pode-se fazer muito pela população, principalmente na área social. E essas demandas não acabarão nunca, sobretudo porque nós ainda não temos um município com arrecadação suficiente para tudo que se precisa fazer ali.

Quanto à questão envolvendo o acidente com o Césio-137, a senhora propôs uma lei que criava o Parque Ecológico Amália Hermano Teixeira, ou Parque dos Ipês, a ser localizado exatamente onde foi encontrada a cápsula com o material radioativo, no setor Aeroporto. Esse projeto chegou a ser aprovado?

Sim, mas não foi executado.

E o que a motivou a propor a construção desse parque?

A motivação envolveu várias questões, na época, sobretudo porque o preconceito e o medo provocados pelo acidente do Césio 137 eram muito grandes. Mas a ideia central partia da noção de que se mostrássemos que, naquele local, seria possível criar um parque, uma área de proteção ambiental, o preconceito poderia diminuir bastante. Goiás sofreu muito e as consequências para o Estado ainda existem até hoje. O Valter era deputado e fez parte da Comissão do Césio [o acidente ocorreu em setembro de 1987]. Então, imagine a construção de um parque ali, uma área verde, penso que isso melhoraria muita coisa, nesse sentido, sabe? A intenção foi essa.

Existem temas nos quais o Legislativo não pode interferir, porque tratam-se de matérias de competência exclusiva do Executivo. Mas, por meio de projetos apresentados aqui na Casa, é possível, ao menos, provocar o Governo. Há coisas que não foram aprovadas na época em que a senhora foi deputada, mas depois entraram na pauta de discussão das políticas públicas?

Sim. A questão do ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços] na cesta básica, por exemplo. [Vanda propôs, através de requerimento, ao Governo do Estado, a redução do ICMS dos produtos da cesta básica de 17% para 7%, em 1991].

Esse foi um projeto importante apresentado pela senhora...

É, então, a princípio não foi aprovado, mas depois aconteceu. [De lá para cá, o Código Tributário Estadual (CTE)¹⁸⁴ já passou por várias modificações dessa natureza. Atualmente, o imposto varia de acordo com o gênero do produto, mas, sobre os principais itens da cesta, como o arroz e o feijão, por exemplo, a alíquota incidente é de 12%]. Outra coisa foi o projeto que dispõe sobre a gratuidade de ingresso aos estádios de futebol, ginásios e outras praças esportivas a idosos maiores de 65 anos de idade. E também o que estabelecia prioridade absoluta na aquisição de moradias populares para pessoas comprovadamente pobres, principalmente para as mulheres chefes de família. Essa proposição foi particularmente importante porque na minha época, muitos companheiros vendiam as casas que eram doadas, às vezes mesmo sem a autorização das próprias mulheres. E também porque sabíamos que a realidade vigente era a de que havia muitas mulheres que sustentavam suas famílias sozinhas. [Tal prerrogativa viria a se tornar, anos mais tarde, a base para programas de habitação popular implantados, inclusive, a nível nacional, a exemplo do Minha Casa Minha Vida, executado pelo governo federal].



A senhora também apresentou um projeto de lei que assegurava isonomia de vencimentos para os cargos entre os Poderes. Naquela época, o que exatamente a senhora pensou? Em nivelar apenas as categorias ou haveria algum foco direcionado para mulher também, de forma especial?

Era para os servidores mesmo. Para tentar reduzir a enorme discrepância salarial que existia na época.

Se você fosse apresentar esse projeto hoje, tentaria também fazer esse nivelamento em termos dos salários devidos a homens e mulheres?

Sim. Ah! Hoje, eu acho que isso seria elementar.

A gente observa muitas mulheres ascendendo a cargos importantes, mas a questão financeira continua prejudicada.

Sim. Só que isso daí é uma luta que não depende apenas da gente, ainda que o projeto seja apresentado. Eu sou totalmente favorável a que haja esse tipo de nivelamento. Por cima, não por baixo, claro. Por que motivo a mulher tem que ganhar menos? Isso não se justifica. Até porque a mulher, normalmente, trabalha mais que o homem (risos).

Com tantos projetos, a gente percebe que você teve um mandato muito ativo. No que a senhora se inspirava?

A primeira coisa para mim era a questão dos municípios que eu representava. Essa parte era fundamental. Porém, havia essas outras partes, como esses outros projetos mais gerais, que visavam beneficiar o estado como um todo. Coisas que você primeiro observava, depois conversava com um e outro, e as pessoas te ajudavam a pensar. Nada do que eu fiz foi sozinha. Eu tinha uma equipe muito boa em meu gabinete. Minha equipe era excelente. Então eu trocava muita ideia com eles. Na parte da manhã, normalmente, a gente sempre discutia essas questões.

Que importância você atribui ao fato de se ter mais mulheres representando o estado no nosso Parlamento?

Vamos falar a verdade: a atuação feminina na política ainda é algo muito recente. Já avançamos muito, mas ainda há muito para progredir, nesse sentido. Eu acho que o que atrapalha mais esse processo é o fato de que muitas mulheres ainda têm medo de se arriscar no meio político. Porque política é um risco, tem que se arriscar, botar ali o seu pensamento, ir lá e falar o que você pensa, o que você quer, o que você pretende.

Às vezes, até se ausentar da família...

Sim, não há como evitar essa ausência. Você pode até querer ser a mãe exemplar,

mas a perfeição de ficar ali cuidando do filho até ele virar homem não dá. Até quem não é político tem que trabalhar fora, tem que se ausentar também. Só que realmente aquela que trabalha no meio político se ausenta mais, porque você tem que estar em contato com as pessoas que você representa, com os locais.

A população acaba sendo uma família expandida, não?

Exatamente, é uma família grande que você adquire. Até hoje mantenho contato com pessoas daquela época e fico muito feliz. Foi um relacionamento de trabalho, de afinidades, de “poder resolver”. É tão bom quando você resolve o problema de alguém, vê que deu tudo certo, que o seu trabalho está fluindo, está acontecendo.

Se voltasse para Assembleia hoje, que projeto teria vontade de apresentar?

Eu focaria minhas propostas, sobretudo, na área da educação. Eu acho que está faltando isso. Há tanta criança carente precisando de acesso à educação, não dá para ficar só pensando em escola particular. Na época que eu o fiz ginásio e segundo grau, isso faz um tempo (risos), eu estudei lá em São Paulo, numa escola pública. Tinha que prestar exame de admissão, senão você não entrava. Quem ia para escola particular era quem não tinha nota, quem não queria estudar. A particular não tinha vez. Está faltando esse jeito de olhar e valorizar a educação, sobretudo a pública, que é a base de praticamente tudo.

Há intenções futuras de voltar a se candidatar como deputada?

Não estou pensando nisso, não (risos).

E você teria alguma mensagem a deixar para essa juventude e para as mulheres, principalmente as que sonham em assumir um cargo de liderança?

Eu acho que, primeiramente, a mulher tem que se capacitar, ela tem que ter uma profissão. Pode ser a mais simples possível, mas ela tem que ter. Façam cursos profissionalizantes, procurem independência, principalmente as pessoas e famílias que têm uma carência financeira, procurem se capacitar, fazer um curso para poder crescer profissionalmente. Entendo que muitas vezes não é tão simples fazer um curso de faculdade, porque existem outras obrigações como família e filhos. Mas eu acho que é necessário buscar se capacitar para poder se tornar mais independente, sabe?

Você acha que o grande desafio da mulher hoje é essa questão da capacitação?

Não só esse. São tantos! Eu acho que as mulheres têm ainda os mesmos desafios que tinham antes, só que dispõem agora de mais oportunidades de vencer esses desa-

fios. Então precisam procurar sua independência, principalmente as que têm condições de estudar. Estudem, formem-se, tenham sua profissão, deixem para depois essa ideia de formar família, essas coisas.

A gente ainda pode sonhar com uma igualdade entre homens e mulheres?

Eu acredito que sim, porque a realidade está mudando aos pouquinhos.

Mas a violência, em contrapartida, tem crescido assustadoramente.

Isso tem que ser tratado com muita rigidez. Acho um verdadeiro absurdo essa violência contra a mulher.

A senhora vê alguma relação entre o crescimento dessa violência e essa maior independência da mulher?

Eu acho feminicídio um absurdo. Mas a violência está meio que generalizada em nossa sociedade. Parece que a vida humana não está valendo nem 10 centavos. Se mata para roubar um celular, ou por qualquer outra pequena coisa. Não é só mulher que sofre nesse ponto, não. Só que a mulher é mais vulnerável, porque mesmo que ela tenha alguma condição social, ela ainda está sujeita a chegar dentro da sua casa e apanhar do companheiro, o que é muito triste porque nós, em geral, não temos a mesma condição ou força física do homem para poder nos defender. Então, eu acho que algo precisa ser feito, urgentemente, porque a situação está realmente vergonhosa.

A seu ver, esse debate com relação à mulher interessa só às mulheres, sendo elas as que mais sofrem com essa questão da violência, ou também deveria interessar aos homens?

Não, eu acho que esse debate interessa a elas e a eles. Você tem que envolver homem, mulher, governo, poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Eu acho que isso não é uma discussão só das mulheres, não. É uma discussão que envolve todo mundo. Se ficar concentrada só nas mulheres, não resolve.

E essa discussão passa pela educação também, não?

Sim, principalmente. Porque esse tipo de homem, que faz esse tipo de coisa, tem que ser civilizado, não é mesmo? (risos) Por isso que eu falo, essa educação atual ainda não está sendo capaz de propiciar mudanças neste sentido. Porque a sensação que eu tenho é de “tudo pode”. Você sai do “nada pode” para o “tudo pode”, sabe? Eu acho que não é por aí que vai resolver. Antigamente nada podia, todo mundo vivia, assim, reprimido, digamos. Agora, tudo é possível. Eu acho que está faltando o meio termo, porque devemos nos pautar sempre pelo caminho da ponderação e buscar observar quem está agindo

dessa forma ao nosso redor, no caso dos homens, ou mesmo precisando de ajuda, no caso das mulheres. Vamos buscar essa ajuda, principalmente para as mulheres que estão sofrendo dessa forma. Eu acho que é por aí, que esse é um caminho. Tudo é caminho. E ainda temos muito a percorrer.

Você acha que nós, mulheres, de forma geral, ainda somos tidas como as principais responsáveis pela educação dos filhos? Acha, levando em consideração o cenário atual, que a nossa educação também possa estar sendo, de alguma maneira, muito machista ainda?

Sim, mas eu acho que essa realidade está mudando, sabe? Eu já vejo famílias em que os filhos, os homens, já dividem as tarefas. Acho que as mulheres estão finalmente percebendo que essa construção começa em casa porque, senão, eles vão se casar, vão formar família e vão continuar do mesmo jeito. Tudo é um processo. Mexer com ser humano, não é algo que se resolve de hoje para amanhã. É um processo longo. Minha geração talvez nem tenha se dado conta disso. Muito embora eu tenha tentado criar meus filhos de uma forma diferente da que meu pai foi criado, por exemplo.

E a senhora acredita, então, que hoje os homens estariam mais abertos a participar desse debate?

Eu acho que sim. De certa forma, a mentalidade dos homens tem mudado um pouco também.



NELCI SPADONI

MANDATO: 13ª Legislatura (1995/1999)

“

Eu penso que as mulheres deveriam vir mais para esse contexto político e social, porque a **mulher tem uma sensibilidade** para lidar com essas situações (...) A mulher tem toda capacidade que o homem tem, de poder ajudar as pessoas. E isso é o que realmente importa.

MATÉRIA PUBLICADA EM 25/07/19

Por Ana Cristina Fagundes Krebs

Luciana Lima

Sua trajetória de vida nos revela, pouco a pouco, o perfil de uma mulher forte e à frente do seu tempo. Uma revelação que, no entanto, transcende as meras palavras ditas e se desnuda na sutileza dos gestos e nas entrelinhas da memória que, por traumas, encontra-se, agora, em partes, apagada. Traumas estes que demonstram ser a política um campo espinhoso de disputas cujo gosto é, por vezes, verdadeiramente amargo. Mas ela, que, desde jovem, pautou-se apenas pelas causas sociais mais nobres, deu seu jeitinho de sublimar tamanhas desilusões.

Essa pessoa, que inspira tal poética introdução, é a ex-deputada Nelci Spadoni, mãe da professora, e também ex-deputada, Lila Spadoni. Apesar da memória oscilante pelo avançar da idade (completou 83 anos em 2019), Dona Nelci, como costuma ser chamada no meio político e social rioverdense, carrega histórias que nos surpreendem do início ao fim. No seu mundo não há espaço para dificuldades, lamúrias e lamentações, mas tão somente para as superações. Mostrou-se, em seu relato, dona de uma personalidade singular constituída por alma doce, fala mansa, postura conciliadora e índole firme. Nesse encontro, ela abriu, para nós, não apenas as portas de sua casa, mas também sua memória e seu coração. Em sua fala, é possível enxergar uma vida inteira dedicada aos menos favorecidos e entremeada por uma riqueza de vivências.

Tudo começa em 1963, quando essa paulista de São Roque chega em Goiás trazendo muitos sonhos na bagagem e acompanhando seu marido, o médico Benjamim Benone Martins Spadoni (falecido em agosto de 2018), que havia aceitado, então, um convite para trabalhar no Hospital Presbiteriano de Rio Verde. Ambos adeptos dos valores cristãos presbiterianos (enquanto deputada, a entrevistada integrou a bancada dos evangélicos e promoveu cultos no Legislativo), Dona Nelci faz questão de afirmar o quanto sempre encontrou em seu marido o apoio que precisava para seguir em seus propósitos comunitários.

Desde que chegou à cidade de Rio Verde, Dona Nelci se mostrou solidária com todas as pessoas, sem buscar nenhum ganho político através das suas ações, “na verdade isso nem passava pela minha cabeça”, garante ela. De temperamento inquieto, começou trabalhando ao lado do marido, trabalho esse que levaria à criação do serviço social do Hospital Presbiteriano para atender as mais diversas demandas.

Sensibilizada com a situação dos mais carentes, Dona Nelci sempre mostrou-se incansável frente à realidade vigente e percorria frequentemente as vilas da cidade, de casa em casa, buscando oferecer assistência para todo tipo de problema, oferecendo as mais variadas soluções. Com sua vontade de ajudar aos menos favorecidos, em suas longas caminhadas, ela encontrava sentido para a solidariedade, que exercia sem nenhum sacrifício. Para ilustrar tal vocação, ela nos conta, então, que “saía de manhã, sem ter hora para voltar” e que recebeu, enfim, por causa dessas peregrinações, a alcunha de “velhinha do kichute”. “Porque eu punha um tênis no pé e ia para as vilas. Naquele tempo, eu tinha

boas ajudantes em casa, que me auxiliava com os cuidados aos meus seis filhos, quatro biológicos e outros dois adotivos, sendo um deles, inclusive, especial. Então eu saía, ia para as vilas, andava de casa em casa o tempo inteiro, o que, para mim, era uma alegria. Era assim.”, comentou, com contida altivez.

Ao longo dos anos, o trabalho social foi tomando corpo e extrapolou as estruturas do hospital, ganhando uma dimensão que acabou por arrastar Dona Nelci para o mundo da política. Foi então que, em 1989, recebeu o convite para estar à frente da Secretaria da Promoção Social da Prefeitura de Rio Verde, no mandato do prefeito Paulo Roberto Cunha. Durante esse período, desenvolveu projetos como, por exemplo, o “Pequeno Trabalhador”, onde os jovens poderiam se profissionalizar através dos cursos básicos de padaria, confecção e fabricação de vassouras - programa similar ao Menor Aprendiz, que viria a ser instituído, anos mais tarde, pela promulgação da Lei Federal nº 10.097/00. Inaugurou também a creche e o serviço social do Hospital Evangélico de Rio Verde, e implantou a Escola de Ensino Especial Bom Pastor, com foco no atendimento a alunos deficientes.

Com isso, em 1992, Dona Nelci foi levada a disputar a prefeitura de Rio Verde pelo extinto PDS, hoje PPR, com o deputado federal Osório Santa Cruz, mas, apesar do seu extenso trabalho social, ela não foi feliz na sua primeira empreitada eleitoral. Nelci, no entanto, acabou por consolidar uma extensa lista de serviços sociais prestados junto à comunidade carente local, o que a levaria, já na eleição seguinte, em 1994, a ser eleita deputada estadual para a 13ª Legislatura (1995-1999), se destacando como a deputada mais bem votada de todo o estado de Goiás (obtendo quase 20 mil votos, na ocasião). Ela permaneceu, no entanto, como parlamentar até 1996, quando se afastou para concorrer à prefeitura de Rio Verde. Nelci foi então eleita, e tal vitória a levou a renunciar ao cargo de deputada estadual, sendo a primeira mulher (única até então) a assumir a prefeitura de Rio Verde, na gestão de 1997 a 2000. Assumiu, então, em seu lugar na Alego, seu suplente de coligação, Telmo Loyola (PFL). Na Legislatura seguinte (14ª), de 1999 a 2003, ela lançaria sua própria filha (Lila) ao cargo de deputada estadual.

Depois, já na condição de prefeita, cargo agora conquistado por aposta em seu próprio capital político, Dona Nelci, numa nítida demonstração de coragem e liderança, organiza as mais diversas pendências deixadas pela administração anterior, dando início a uma série de trabalhos que alavancam a industrialização e modernização do município. Sob o lema “Avança Rio Verde”, ela e sua equipe atraem importantes investimentos para a região, dos quais são dignas de nota a instalação de uma fábrica da Perdigão (BRF) e, depois, da Gessy Lever (Unilever), feito cuja inauguração contou, inclusive, com a presença do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Com a instalação dessas grandes fábricas, a economia do município cresceu, gerando novos postos de emprego para muita gente do local. Foi também na gestão de Spado-

ni, que Rio Verde passou a contar com um aterro sanitário (que substituiu o antigo lixão da cidade) e com voos comerciais diários partindo de seu aeroporto. Data ainda dessa época a aprovação inédita da proposta de revisão da Lei Orgânica Municipal e da elaboração do Plano Diretor, que garantiu o reordenamento da expansão urbana pela qual a cidade haveria de passar em decorrência do seu fortalecimento e crescimento econômico.

O novo ordenamento territorial do município assegurou, igualmente, que os loteamentos habitacionais fossem, a partir de então, providos de toda a infraestrutura básica, como rede elétrica e iluminação pública, água, esgoto e captação pluvial, além de pavimentação asfáltica com meio-fio. Talvez tenha sido pelo seu protagonismo à frente da gestão de um dos municípios cuja economia é tida, até hoje, como uma das mais proeminentes do estado (segundo dados divulgados em 2015 pelo Instituto Mauro Borges, Rio Verde se destaca como tendo o quarto maior PIB do estado, ficando atrás apenas da capital, Goiânia, e de sua região metropolitana) e também por seu notório desempenho, que contava com a aprovação (quase que unânime) do eleitorado local, que Dona Nelci tenha afetado as vaidades e despertado a inveja de alguns políticos que lhe foram contemporâneos, inclusive de alguns que ela havia inicialmente apoiado e ajudado a alavancar. O fato de ser mulher e de não pertencer aos clãs oligárquicos da época também são hipóteses que podem nos ajudar a engrossar, em alguma medida, o caldo dessas suposições.

Diante de forte oposição, os célebres feitos de Dona Nelci foram sendo, pouco a pouco, convertidos em assuntos de segunda ordem, tornando-se, assim, politicamente irrelevantes. E foi, desta forma, que a imagem de uma mulher honesta foi cedendo lugar aos ataques que vinham como uma avalanche de acusações de corrupção e desvios de dinheiro público. Muito embora nada, até agora, tenha sido comprovado, o prejuízo se mostrou irreversível, visto que a situação acabou por lhe custar a perda de seus direitos políticos, calando, então, a sua voz e a daqueles que um dia representou. “A política é uma coisa, assim, cheia de meandros que a gente desconhece”, diria ela, humildemente, em certa altura da entrevista.

Um exemplo disso pode ainda ser demonstrado com a menção de fato ocorrido em meados de 2001, quando, sem qualquer explicação conhecida, a Unilever do Brasil foi transferida para Goiânia. A negociação envolveu o sucessor de Dona Nelci na prefeitura, Paulo Roberto Cunha, e o governador Marconi Perillo, que havia deixado, inclusive, de comparecer, três anos antes, à inauguração da indústria em Rio Verde, numa época em que recebia ainda grande apoio político de Dona Nelci. No final de 2018, a empresa anunciou que retornaria às suas instalações no interior de Minas Gerais, devido ao fato de o Estado de lá ter apresentado melhores benefícios fiscais à multinacional britânica-neerlandesa.

Quando questionada por nossa equipe acerca da suposta perseguição política que sofreu, e dos detalhes que compõem toda essa trama, a entrevistada, por diversas vezes,

se esquivou e se negou a comentar o assunto. Tudo indica que os ataques sofridos por Nelci, acabaram, assim, por provocar a judicialização política de sua gestão, num processo de alijamento que acabou respingando também em sua filha. Tais disputas encerraram, de uma vez por todas, a vida de Dona Nelci na política goiana.

Se o meio político pareceu injusto ao julgar o legado construído por Dona Nelci, outros, no entanto, conseguiram demonstrar muito bem tudo que ela representou para tantos que cruzaram sua vida e sua história. Num relato genuíno, ela nos lembra ser a sua casa um espaço aberto, onde “muita gente entrava”. “O fato de eu ter sido a mulher que sempre trabalhou na área social me proporcionou muito esse carinho e amizade do povo. A minha casa estava sempre aberta a todos. Muita gente aqui entrava. A população tinha muito amor pela minha pessoa”, comentou, agradecida.

De feição e voz delicadas, essa paulista, que tantos serviços prestou ao povo goiano, fala-nos agora abertamente sobre o lado bom de sua vida política. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, ela parece nitidamente insistir, no entanto, em só guardar lembranças positivas daqueles momentos de outrora. “Foi um tempo da minha vida em que fui feliz”, avalia. E, dali, da mesma varanda que já acolheu tanta gente necessitada, ela continua a nos dar o seu testemunho de resiliência.

“Eu não me lembro de nada que tenha ficado marcado como uma mágoa. (...) Eu encarei a política como uma oportunidade na minha vida de fazer algo mais, que até então eu não tinha conseguido fazer. A política proporciona isso, com ela você tem condições de fazer muito mais. Por exemplo, na área da assistência social eu tive a oportunidade de fazer coisas que eu não teria feito se não fosse a política. (...) Achei bom ter tido a oportunidade, porque você tem mais poder, mais ferramentas que te ajudam a realizar aquilo que você se propôs a fazer”, confessa, tranquila, instantes antes de seguir para uma cirurgia que tinha programada para aquele mesmo dia. Horas depois, ela seria, então, submetida a uma nefrolitotripsia a laser para o tratamento de um cálculo renal.

Essas histórias e muitas outras podem ser conferidas, com maior riqueza de detalhes, na entrevista abaixo.

A senhora é paulista, nascida em São Roque. Quando é que a sua história se liga ao estado de Goiás?

São Roque é um lugarejo do estado de São Paulo, que fica quase na divisa com Minas Gerais. De lá, os meus pais foram morar em São João da Boa Vista e depois nós nos mudamos para Londrina, no Paraná. Londrina estava no auge do êxodo. Todo mundo estava indo para lá naquela época, porque o lugar parecia um Eldorado. Meu pai mudou-se para lá com toda a família. Nós éramos todos pequenos, naquela época. Lá eu comecei o curso de Contabilidade, que só terminei depois, em Curitiba. Foi um tempo bom, porque

a gente tinha como estudar. Meu pai trabalhava no Colégio Londrinense, que era um colégio particular. Pelo fato dele trabalhar lá, a gente podia estudar num colégio bom. Foi uma época muito boa das nossas vidas. Depois de Londrina, eu fui para Curitiba, porque eu trabalhava como chefe no escritório de um laboratório que transferiu todos os seus funcionários para Curitiba. Lembro de ter ido, assim, meio chorosa. Mas foi muito bom, foi providencial, uma providência divina mesmo, porque foi lá que conheci Benjamim Spadoni.

Que viria a se tornar seu marido...

Sim, meu marido, que, aliás, foi uma pessoa muito especial, tanto na minha vida quanto na vida da minha família. Além disso, por onde passava, ele deixava um rastro de bondade e de competência como médico. Foi uma pessoa realmente maravilhosa.

E lá vocês se casaram? Como é que vocês vieram parar em Goiás?

Nós nos casamos em Santo André, São Paulo, em 1963, onde meu pai morava nessa época, porque o Benjamin já tinha se comprometido em assumir a direção do Hospital Evangélico em Rio Verde e precisava, então, vir para Goiás. Foi aí que viemos parar aqui, em Rio Verde, cidade na qual ele costumava passar as férias quando era estudante. Como ele passava as férias no hospital, acabou criando uma ligação com a instituição, da qual ele viria a se tornar diretor por muitos anos.

Era um hospital público ou filantrópico?

Era um hospital filantrópico da Igreja Presbiteriana do Brasil. Esse hospital supria a região toda de assistência e tornou-se referência em saúde na região. O hospital recebia muitos estudantes de medicina, que realizavam cirurgias e tinham oportunidade de cuidar dos pacientes.

Era praticamente uma residência médica que existia no hospital?

Sim, praticamente.

E vocês eram ligados à Igreja Presbiteriana?

Sim, nós somos presbiterianos desde o nascimento, somos membros da igreja. Nossas vidas foram muito parecidas, sabe? Então nós viemos para Rio Verde pois meu marido amava o trabalho aqui, por ser um trabalho evangélico.

E o hospital atendia a população carente do município?

Sim, o hospital foi, por muitos e muitos anos, o lugar ao qual toda a região recorria.

Não havia um hospital municipal, nada nesse sentido?

Não. O Hospital Evangélico foi uma luz, sabe! Foi fundado por missionários americanos, porque a região não tinha assistência médica nenhuma.

E como era o município de Rio Verde naquela época, em 1963?

Era uma cidade bem pequenininha. Parece mentira, não? Mas, em 63, conhecíamos todas as famílias. Naquela época, o hospital era, inclusive, um ponto de encontro, porque a cidade não tinha energia elétrica, e lá era o único lugar que tinha luz, que era fornecida por um gerador. Então, quando chegava a noite, o povo da cidade ia quase todo para o hospital, sobretudo por conta do horário de visitas, que era às 19 horas.

A senhora começou o seu trabalho social nesse hospital e só depois assumiu a secretaria da prefeitura?

Sim. Mas, primeiro, foram muitos anos no Hospital Evangélico. Depois de um tempo ali, eu fundei o departamento de Serviço Social da instituição. Cada médico do hospital tinha o compromisso de atender uma média de três pacientes por dia. Então, quando um atendimento extra era necessário eu recorria ao Benjamim, que atendia ou pedia para que alguém fizesse o atendimento, principalmente os casos cirúrgicos de pessoas que vinham, sobretudo, de áreas mais remotas e acabavam ficando um longo período internadas no hospital. Dentre esses casos, havia crianças que vinham da zona rural, por exemplo, e que, antes, ficavam tanto tempo internadas que chegávamos até a pensar que os pais as tinham abandonado. Eu mesma quase que adotei várias delas, porque elas se sentiam muito carentes, afetivamente falando. Isso tudo produzia, em mim, um desejo cada vez maior de trabalhar ainda mais por essa população desprovida.

Entre 1989 e 1992 a senhora comandou a Secretaria de Promoção Social da Prefeitura de Rio Verde, durante o mandato do ex-prefeito Paulo Roberto Cunha. Foi essa sua iniciação no mundo político ou já havia tido alguma experiência anterior?

Na verdade, eu não fiz aquilo pensando na política, em si, porque o meu dom, o meu desejo era trabalhar pelo social mesmo. É como o pessoal daqui fala: “a dona Nelci gostava de pobre”. Realmente eu gostava de atender o pessoal necessitado que chegava ao hospital. E, pelo fato de eu ser esposa do diretor, eu tinha, digamos, muita facilidade com essa situação. Por isso foi que eu criei o serviço social, colocando funcionários para atender a camada mais carente da população de Rio Verde. Eu atendia esse pessoal no Serviço Social e os encaminhavam para os médicos. Cada um dos médicos assumia, então, o compromisso de atender três pessoas por dia. Então acabei aproveitando essa ocasião para ir conhecendo melhor cada um dos pacientes que chegava ali com suas demandas, as mais variadas possíveis. Da consulta, às vezes, eles eram encaminhados direto para a

sala de cirurgia. Isto quando não tinham que fazer exames. E todos esses encaminhamentos a gente fazia através do serviço social. Foi realmente uma bênção essa ideia de criar esse serviço para atender à camada pobre da população, que era grande.

Então a senhora conseguiu levar essa experiência com projetos de assistência social para Secretaria de Promoção Social?

Sim, consegui. A diferença é que na Secretaria eu já tinha, digamos, mais poder. Porque eu estava ligada à prefeitura, que me dava o feedback que eu precisava para continuar com os atendimentos. Então, nesse tempo, eu tinha uma assistente social e uma psicóloga trabalhando comigo. Foi aí que nós criamos o Pequeno Trabalhador, um projeto profissionalizante que agregava os meninos, a maioria deles, instruindo-os de maneira que pudessem, então, desempenhar alguma função. Penso que hoje, talvez, esse projeto seria criticado...

Mas esse projeto não seria similar ao Programa Menor Aprendiz?

Sim, só que a diferença é que os participantes do projeto não tinham registro formal naquela época, embora fossem remunerados pelo trabalho que desempenhavam, sabe? Por exemplo, nós tínhamos uma padaria na qual eles trabalhavam e, dessa forma, adquiriam a formação profissional de padeiro, entende? Tínhamos também uma fábrica de vassouras, seguindo essa mesma lógica prática e profissionalizante aplicada na padaria, em que eles trabalhavam. Hoje penso que tudo isso seria muito criticado, por fazer a criança trabalhar. Mas, na ocasião, achávamos que era muito apropriado, uma vez que havia famílias muito pobres, que não tinham onde deixar essas crianças. Então elas eram acolhidas pelo serviço social e encaminhadas ou para a padaria ou para a fábrica de vassouras, todas sendo regularmente assistidas pela assistente social, pela psicóloga e por mim.

Foi desses trabalhos sociais que surgiu o desejo de disputar a eleição para deputada estadual?

Sim, eu fui parar na política por causa do serviço social. Até então, eu nunca tinha tido qualquer desejo de seguir pela vida política. Eu acabei sendo meio levada a entrar para a política e, por fim, achei bom ter tido a oportunidade, porque você tem mais poder e mais ferramentas que te ajudam a realizar aquilo que você se propôs a fazer. Política realmente facilita muito as coisas.

Um feito notável foi a senhora ter conseguido se eleger logo em sua primeira disputa como deputada estadual.

Como deputada, sim. Concorde. Eu digo isso não por me gabar, mas eu tinha muitos votos. Rio Verde, na época, era uma cidade onde o povo se conhecia muito. Pelo fato de eu trabalhar com a camada mais carente da sociedade, eu tinha muito apoio. Então, eu

fui eleita com uma certa facilidade quando me candidatei para deputada estadual - sendo eleita a mais votada no estado - e, pela segunda vez, para prefeita também. Isso não foi tão difícil para mim.

Antes de concluir o seu mandato de deputada, a senhora disputou a Prefeitura do município de Rio Verde, se tornando então a primeira, e sendo até hoje, a única mulher a ter ocupado esse cargo na cidade em questão. Naquela ocasião a senhora tinha ideia do pioneirismo que estava exercendo ao ocupar um cargo que é, historicamente, destinado aos homens?

Não, eu não tinha essa consciência. A única força que me movia era o desejo de ter nas mãos alguma coisa que eu pudesse usar para fazer face às necessidades da época. Eu me agarrava a isso. Eu pensava: nossa, se eu for prefeita, eu vou ter condições muito melhores de fazer aquilo que eu tanto almejo. Essa ideia era a mola propulsora da minha motivação, o que me levava a enfrentar esse desafio, sabe? Mas eu quero deixar clara aqui uma coisa: se não fosse a presença e a ajuda do meu marido, eu não teria feito nada disso. Porque essa era uma coisa que demandava de mim total disponibilidade. Minha casa acabava sendo deixada um pouco de lado para que eu pudesse fazer face às necessidades, primeiro, do serviço social e, depois, da própria prefeitura, o que demandava muito esforço. Um exemplo disso eram as viagens constantes que eu precisava fazer a Brasília para resolver questões administrativas. Foi um tempo difícil, no sentido de conciliar bem todas essas coisas.

Em 1994 a senhora se elegeu deputada estadual. Como foi ter vivido essa experiência, quais são as suas memórias mais marcantes?

O fato de ser mulher e ter sido eleita tão bem quanto eu fui - quase 20 mil votos - era algo que me dava uma força enorme para seguir fazendo o que eu acreditava. Então, neste aspecto, foi uma experiência muito gratificante. Além disso, também foi muito boa a convivência com as outras deputadas na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que não eram muitas, na época, mas eram pessoas muito especiais, no que tange ao trabalho que elas realizavam em cada município. Foi um tempo muito agradável e de realização, porque ali a gente podia fazer o que até então não tinha podido, por falta de condições. Eu tinha um poder nas mãos que até então desconhecia. Isso dava força ao trabalho.

Antes de concluir o mandato como deputada, a senhora tomou posse como prefeita de Rio Verde, um dos municípios mais desenvolvidos e populosos, sendo considerado um dos grandes polos do agronegócio do estado de Goiás. Quais foram os maiores desafios que a senhora enfrentou para administrar a cidade?

Primeiramente, o fato de ser mulher, de ser uma pessoa que aparentemente não inspira muita força ou coragem, sobretudo no meu caso, que tenho um modo de ser, vamos dizer, mais manso, à primeira vista. Eu sentia que não inspirava muita confiança em algu-

mas pessoas, que duvidavam da minha capacidade de ação. Por exemplo, só para citar uma situação: eu queria muito construir casas para a população carente e então recebi no meu gabinete um cidadão que veio oferecer sua empresa para realizar essa obra. Eu ofereceria o terreno e a empresa executaria a obra. Quando nós terminamos a negociação, ele falou assim: “agora, prefeita, nós vamos conversar sobre a sua parte”. Fiquei confusa acerca do que seria essa “minha parte”. Mais adiante foi que entendi que, na verdade, o que ele estava me oferecendo era dinheiro [propina, suborno]. É aí que a gente começa a ter uma noção mais clara da corrupção que ronda a classe política. Porque, no início, eu não estava vendo o problema. Para mim, a princípio, aquela era apenas uma pessoa batendo à porta da prefeitura para oferecer um serviço. No entanto, quando percebi que a situação estava caminhando para uma ação ilícita, eu disse: “vamos deixar isso para lá, ok? Essa conversa não tem mais a menor condição de seguir adiante, porque eu não vou aceitar esse tipo de atitude aqui”. Essa foi uma experiência que me marcou muito e, de certa forma, criou uma indisposição contra mim junto àquelas pessoas que possivelmente tinham intenções de mesma natureza.

E houve outros episódios como esse? Era algo rotineiro?

Sim, era rotineiro. Essa era uma maneira deles oferecerem ao político uma compensação monetária pelo esforço que ele teria, supostamente, que fazer. Mas, como isso não demandava gasto nenhum, eu achei tudo muito estranho. Era uma coisa que já acontecia, mas, ao acontecer comigo, me feriu. Eu sabia que aquilo era errado e, por isso, deixei de fazer a negociação com ele. Depois conseguimos outra forma de fazer as casas.

A senhora relatou que, logo que tomou posse, houve uma certa desconfiança pelo fato da senhora ser mulher e estar ocupando a prefeitura. Essa desconfiança se dissipou ao longo do mandato? As pessoas começaram a reconhecer mais o seu trabalho?

É, na verdade, a minha dificuldade sempre se deu pela minha aparência de fragilidade e pelo meu modo de falar. As pessoas pensam: “ah! Ela não é uma pessoa que se destaca pela fala”. Então eu sempre lidei com isso com muita dificuldade. Eu tinha que me impor, às vezes. Pelo fato de as pessoas, a princípio, não confiarem em mim e me julgarem justamente pela aparência (risos).

A senhora acredita que isso se justifica pelo fato das pessoas terem como referencial um jeito de se portar masculino?

É uma suposição.

E a senhora se comportou da sua forma?

Não tinha como mudar. É difícil você mudar o que você sempre foi, o que está dentro de você.

O final do seu mandato como prefeita coincide com a posse da sua filha, Lila Spadoni, como deputada estadual. Tivemos a oportunidade de entrevistá-la e ela nos relatou que a senhora foi a principal apoiadora dessa experiência na vida dela. Podemos então avaliar que a candidatura da sua filha fortaleceria a sua posição? A senhora pretendia manter um legado na Assembleia Legislativa de Goiás?

Na verdade, existia uma pessoa que era o “político da família” e arquitetava essas situações, o meu genro, marido da Lila. Apaixonado por política, sem nunca, no entanto, ter chegado a ocupar qualquer cargo dessa natureza, ele acabou sendo sempre o grande articulador, aquele que tem a capacidade de ver a situação, analisar o momento, e orientar mudanças. Ele foi, nesse aspecto, a pessoa que sempre mostrou o caminho que a gente devia percorrer. Ele é uma pessoa que tem a política no sangue, porque gosta dela. Ele nunca quis se candidatar a cargo nenhum, mas ele é o verdadeiro político da família.

Ele foi o estrategista...

Sim, foi.

É interessante notar que a senhora, ao entrar para a política, assim como a sua filha, não herdou o capital político de homem nenhum. Vocês se fizeram por conta própria. A senhora sente que, de alguma forma, esse fato foi algo que tornou as coisas mais difíceis, nesse campo, para vocês?

Talvez. Porque pode ser que a gente tenha tido que cavar mais para chegar onde chegamos. Até porque a gente não tinha muito em quem se espelhar para fazer o que tínhamos que fazer dentro da política. Por isso, não era fácil. A política é uma coisa cheia de meandros que você desconhece. Então ficamos, às vezes, tateando, tentando fazer as coisas, mas, no fim das contas, trazemos para a política o que está, de fato, dentro de nós, não é? Eu nunca levei a política como uma profissão. Eu encarei a política como uma oportunidade na minha vida de fazer algo mais, que até então eu não tinha conseguido fazer. A política proporciona isso. Com ela, você tem condições de fazer muito mais. Por exemplo, na área da assistência social eu tive a oportunidade de fazer coisas que eu não teria feito se não fosse a política.

E a senhora encontrou alguma resistência, alguma adversidade, nesse tempo em que atuou como prefeita?

Não, você sabe.... [ela se esquivava do assunto e segue falando sobre outras coisas] Eu escolhi para meu secretariado pessoas que não eram da política. Os meus secretários, todos, eram pessoas da comunidade, da sociedade, não inseridas no contexto político. Pessoas que eu sabia que iam poder fazer algo de concreto, que tinham inteligência para isso. Quando eu fui secretária, eu tinha uma equipe formada por uma psicóloga e uma assistente social, que davam suporte nesse projeto do Pequeno Trabalhador. Então eu,

enquanto prefeita, tive esse pessoal trabalhando comigo. Eram pessoas técnicas. Eu escolhi minha equipe pela capacidade profissional de cada um.

Quando ingressou na política, a senhora já tinha uma família consolidada. Como a sua família recebeu essas suas novas demandas? Houve apoio?

Sim, eu sempre tive muito apoio. Inclusive, Rio Verde foi uma cidade que nos recebeu muito bem. Todo mundo nos ajudava. Por exemplo, quanto à escola eu não tive nenhum problema, porque os meus filhos eram sempre muito bem acolhidos. O fato de eu ter sido a mulher que sempre trabalhou na área social me proporcionou muito esse carinho e amizade do povo. A minha casa estava sempre aberta a todos. Muita gente aqui entrava. A população tinha muito amor pela minha pessoa. Mas tudo teve um começo, porque o meu trabalho, a minha vida, antes de eu entrar na política, sempre foi de dedicação à camada pobre. Era como que por vocação, porque eu sempre gostei do trabalho. Isso me rendeu muito carinho e amor. Até hoje eu me sinto assim: muito amada.

Tanto na Assembleia quanto na prefeitura a senhora ocupou um reduto que é historicamente masculino. A senhora se recorda de ter sofrido algum tipo de preconceito, alguma dificuldade a mais pelo fato de ser mulher? A senhora já relatou a questão de as pessoas te acharem frágil, mas houve algum outro episódio mais marcante?

Não. Eu não me lembro de nada que tenha ficado marcado como uma mágoa. Nunca me aconteceu nada nesse sentido. Eu me lembro de fatos que tinham uma outra motivação. Não era uma situação contra a Dona Nelci, mas sim pelo fato de eu estar tendo na política essa recepção tão grande como eu tive. Sinto que isso causou uma certa inveja. A gente sentia. Essa ocasião foi, eu não estou me lembrando do motivo, mas nós tivemos que sair daqui corridas, no meio da noite (a entrevistada se perde mais uma vez em suas memórias).

Mas rolou um conflito, o que aconteceu exatamente?

Era... Ai, gente, não me lembro bem...Desculpem.

A senhora teve que lidar com oposição aqui? Como foi sua gestão aqui nesse sentido?

Eu sempre tive mais gente do meu lado do que contra mim. Não estou agora me lembrando desse fato que eu queria contar, porque tivemos que sair e ficar escondidas até sanar a situação [continuou ela relutante com a memória]. Mas, era uma coisa muito pontual. No dia a dia, eu não tinha essa dificuldade de lidar com as pessoas.

Após o fim do seu mandato como prefeita, a senhora chegou ainda a avaliar a possibilidade de permanecer na política?

Não. Eu terminei o meu mandato e achei que já tinha dado a contribuição que foi requerida de mim. Como a minha família não é de políticos, eu achei que não valia a pena continuar lutando por cargo. Então eu saí da política. Mas não saí com mágoa. Eu tenho saudade do tempo de Assembleia, porque nós, as deputadas, éramos muito amigas umas das outras. Eu lembro desse tempo com saudade.

Voltando um pouco para o Parlamento. Além da senhora, havia ainda outras cinco mulheres: Dária Rodrigues (PMDB), Denise Carvalho (PCdoB), Mara Naves (PMDB), Onaide Santillo (PMDB) e Vanda Melo (PPB). Havia uma rede de suporte entre vocês? Como era o convívio?

Sim, nós éramos muito unidas. A Denise, muito inteligente, sempre era a cabeça das propostas. Eu me lembro também muito da Dária e da Mara. Foi um tempo muito gostoso, do qual me lembro com saudade e não com mágoa.

Olhando para trás, para toda sua trajetória, a senhora faria, com a maturidade que tem hoje, tudo de novo ou mudaria alguma coisa?

Eu acho que foi uma oportunidade tão grande atuar na área social. Foi algo que eu sempre quis, sempre foi o meu desejo. Eu agradeço muito o fato de ter tido nas mãos uma oportunidade maior, como a política, de poder realizar as coisas. A política tem esse viés, não é? Você pode, com ela, realizar aquilo que você quer e ser bem recebido nos lugares que você for. Geralmente as pessoas gostam de quem tem um cargo político. Eu sempre achei que foi uma bênção à parte ter tido essa oportunidade na política.

A senhora é feliz com tudo que viveu? Não mudaria nada?

Não mudaria, porque nessa cidade eu sou, até hoje, muito bem recebida...

A senhora é lembrada.

Às vezes as pessoas não me reconhecem. É interessante. Mas eu me sinto, até hoje, muito amada.

De onde vem, na senhora, essa vontade de ajudar as pessoas?

Não sei. Eu sempre tive esse desejo de fazer mais pelo pobre. Visitar as vilas, por exemplo, o que para muita gente era um sacrifício, para mim era uma alegria. Eu saía de manhã, sem hora para voltar. Eles até me apelidaram de velhinha do kichute, porque eu punha um tênis no pé e ia para as vilas. Naquele tempo, eu tinha boas ajudantes em casa, que me auxiliavam com os cuidados aos meus seis filhos, quatro biológicos e outros dois

adotivos, sendo um deles, inclusive, especial. Então eu saía, ia para as vilas, andava de casa em casa o tempo inteiro, o que, para mim, era uma alegria. Era assim.

A senhora teve quantos filhos?

Eu tive quatro meus e peguei outros dois para criar. Um deles é o Valdeci, que é especial. Ele tinha 16 anos quando veio para a nossa casa. Conheci a minha filha adotiva, Iara, em uma dessas visitas a um bairro pobre, e a adotei. Iara era sardentinha e feinha. Hoje ela está bonita, saudável e o marido é vereador. Ela traz muito a netinha dela para eu ver. É uma filha do coração, que a gente pegou porque realmente ela não podia continuar na vidinha que tinha.

E como foi conciliar essa carreira política com a vida familiar?

Nós vivíamos todos juntos no quarteirão do hospital, quase como uma família. Outros médicos foram chegando e morando lá. Era um lugar tão protegido. As crianças brincavam no quarteirão do hospital e era uma vida quase que comunitária ali dentro, uns cuidando dos outros. E eu tinha essa bênção de fazer o meu trabalho, que eu gostava, e ao mesmo tempo ter as ajudantes que eu precisava para conseguir continuar atuando naquele ambiente. Meus quatro filhos [biológicos] foram criados nesse quarteirão também.

A Lila nos contou que a senhora a educou sempre em meio a esses trabalhos sociais e que isso foi muito importante para a formação humana dela e dos irmãos.

É, eles participavam porque eu levava gente para casa também. Por exemplo, uma vez eu fechei um prostíbulo que funcionava aqui. Eu nem tinha poder para isso naquele momento, eu era simplesmente a Dona Nelci. Um dia, no serviço social, eu estava atendendo, essas meninas chegaram chorando e foi quando eu soube que nesse prostíbulo, frequentado por velhos fazendeiros, trabalhavam apenas meninas... E eu fui, então, ao delegado e ao juiz. Peguei as meninas todas e as levei comigo. Internei algumas no hospital, outras eu devolvi para família e fechei o prostíbulo. Isso também foi um negócio que me deixou meio marcada, porque os grandões da cidade, que frequentavam esse prostíbulo, não acharam muito boa a minha atitude. Uma dessas meninas era tão triste... Uma criança triste, que tinha uma história muito triste e eu a levei para a minha casa. Mas, antes de eu a levar, houve um episódio em que ela, enquanto estava internada no hospital, quebrou um vidro da janela da instituição, com as próprias mãos, e se cortou. Eu me apaixonei por ela e a levei para minha casa. Moral da história: ela casou-se e a última notícia que tive dela foi de que ela estava morando em Cuiabá. Ela veio aqui, durante muitos anos, me visitar com a família, sabe?

Como é para senhora saber que fez diferença na vida de tantas pessoas?

Eu fico tão grata, porque eu penso assim: “Deus me deu essa oportunidade de trabalhar e de gostar desse trabalho”. Daí tudo isso me levou à política, porque sentia vontade de ajudar as pessoas que precisavam de cuidado.

E o marido da senhora sempre apoiou, certo?

Sim, sempre. Ele achava lindo (risos) o fato de eu ter ficado fora de casa para ser deputada. E eu, por outro lado, ficava me sentindo culpada por deixá-lo sozinho, sabe? Mas ele trabalhava tanto - era cirurgião. Também foi diretor do hospital durante muitos anos. Eu trabalhava no serviço social e ele era o diretor do hospital. Em tudo o que eu precisava fazer, eu tinha o apoio e o amparo dele. Ele sempre foi uma pessoa maravilhosa.

Ao todo, já se vão mais de cinco décadas que a senhora segue morando nessa cidade. Mudou muita coisa ao longo desse tempo?

Sim, muita coisa mudou. Quando eu fui prefeita, para receber a Perdigão, construímos e arcamos com toda a infraestrutura, até dos itens mais básicos como brita, por exemplo. E isso tudo onerava bastante o orçamento municipal, compreende? Tínhamos que tirar de um lugar para pôr no outro. Muito foi gasto, nesse sentido, para se construir o conglomerado da Perdigão. E eu toquei a obra, porque esse acordo, feito pela administração anterior, não poderia ser quebrado. Esse fato foi tão marcante, que passou a existir uma Rio Verde antes e outra depois da Perdigão, uma vez que a fábrica acabou empregando muita gente da cidade e de fora dela também.

Depois a senhora conseguiu trazer também a BRF?

Sim. A BRF já foi propriamente um fruto da minha gestão. Eu sabia que também seria um período muito oneroso para a prefeitura, mas que, em compensação, daria também para a cidade e para as pessoas uma oportunidade melhor de perspectiva de vida, que, até então, a cidade não tinha. Foi muito bom.

Que outras pessoas importantes te deram apoio, tanto na política quanto na vida pessoal?

Muitas pessoas. Não sei se eu me lembraria de todas. Instituições como o Hospital Evangélico sempre me deram apoio. A seção do serviço social do Hospital Evangélico era aquele lugar onde as pessoas sabiam que teriam seus problemas resolvidos. Às vezes, não era nem questão de saúde, propriamente, era outro problema. Mas elas sabiam que lá seriam bem cuidadas, não é? Então foi assim... Eu tinha entusiasmo para fazer essas coisas, porque amava. Saía cedo de casa e chegava a atender de 30 a 40 pessoas por dia.

O que a senhora acredita que a ajudou a se destacar tanto num município que não era assim tão voltado para o social?

Eu acho que a questão maior era esse amor que eu tenho por gente. Eu gosto de gente. Tanto que a minha casa estava sempre aberta. Quem chegava, entrava e comia conosco. Minhas ajudantes, Dona Maria e Dona Luzia, eram pessoas muito especiais e queridas, que pareciam abraçar a causa tanto quanto eu. Ambas já morreram. Eu não estava sozinha. Eu também tinha um marido, que era maravilhoso. Ele cooperava com a minha causa, operando os pobres todos que eu encaminhava para ele por meio do serviço social. Por ser o diretor do hospital, ele tinha esse poder. O Benjamin fazia cirurgias, que ainda hoje não é qualquer hospital que faz. Ele tinha o dom. Era o cirurgião. E outra coisa que ajudou muito também foi o fato de muitos estudantes de medicina terem começado a passar férias no hospital para fazer estágio.

Rio Verde é hoje também um importante polo na área da saúde?

Sim. Inclusive, Rio Verde tem faculdade de medicina hoje, que é particular. Benjamin também foi um dos pioneiros nessa área, porque lutou muito por essa universidade. Ele fez parte do processo, foi diretor e reitor.

A seu ver, existe diferença entre as experiências de atuação nos poderes Executivo e Legislativo?

Sim, existem muitas diferenças. No Legislativo, por exemplo, se você quer fazer uma lei, você conta com o apoio de outras pessoas para tal propósito. Já no Executivo, você é a pessoa que vai tomar a decisão, sozinha. É, sem dúvida nenhuma, um trabalho mais solitário, mais responsável. Porque você, às vezes, tem que tomar uma decisão que afeta diretamente muita gente. Por isso, é uma grande responsabilidade que você assume.

Sobre a convivência no Parlamento, como era o relacionamento entre vocês - deputadas - e os outros colegas?

Eu tenho uma lembrança tão gostosa desse tempo na Assembleia. A única coisa que me deixava triste era de estar longe do Benjamin. Mas eu tinha muitas amizades. Algumas dessas amizades eu mantive por muitos anos, por exemplo, um dia eu resolvi fazer uma reunião nesse apartamentinho muito antigo e pequenininho que ainda tínhamos no Setor Aeroporto, e convidei muitas pessoas queridas, dentre elas o Nion Albernaz. Aí alguém falou assim: “mas a senhora tem coragem de trazer o Nion Albernaz aqui? E eu falei: uai, por que não (risos)?” [Nion, falecido em 2017, foi vereador, prefeito de Goiânia por três mandatos e também deputado federal constituinte por Goiás]. Ele foi um desses amigos queridos para mim, conversava muito comigo. Nion Albernaz naquela época era “o” prefeito, e eu pude ter amizade com ele.

Dona Nelci, uma das razões pela qual estamos fazendo esse projeto é porque temos visto que o número de mulheres no Legislativo tem caído, apontando um cenário pouco favorável às mulheres, de forma geral. Diante disso, gostaríamos de saber como a senhora percebe todo esse contexto. A senhora, como parlamentar que foi líder de um município, qual é o legado que a mulher tem deixado na vida social e política goiana?

Eu penso que as mulheres deveriam vir mais para esse contexto político e social, porque a mulher tem uma sensibilidade para lidar com essas situações, que, às vezes, o homem não tem, pelo simples fato de não ser do feitio dele se permitir. Mas a mulher é maternal, e sempre acaba vendo coisas que o homem não vê. Ela consegue enxergar nas pessoas as necessidades que um homem não percebe. A mulher realmente tem uma sensibilidade maior e acaba colocando essa atenção no atendimento, no trabalho que ela realiza. Eu acho que a mulher tem tanta capacidade quanto o homem. Lógico que não estou falando da capacidade física, mas da mental, intelectual, espiritual. A mulher tem toda capacidade que o homem tem, de poder ajudar as pessoas. E isso é o que realmente importa.



CLEUZITA DE ASSIS

MANDATOS: 11ª Legislatura (1987-1991)
e 12ª Legislatura (1991-1995)

“

Há mulheres que tentam participar da política, mas não são bem aceitas na sociedade. Temos que superar isso. Eu defendo que haja mais **mulheres ocupando esses lugares**. No mínimo meio a meio em relação os homens.

MATÉRIA PUBLICADA EM 8/11/19

Por Samiha Sarhan

A voz que aqui ressoa em defesa de uma maior representatividade feminina na política do nosso país é de Cleuzita de Assis, dona de uma energia admirável e muita lucidez. Ela recebeu com empolgação a equipe de reportagem do projeto *“Mulheres no Legislativo”* em sua casa, para conceder uma entrevista que durou mais de duas horas. Aos 76 anos de idade, Cleuzita nos contou detalhes de sua história na política goiana, tanto como deputada por dois mandatos – 11ª e 12ª Legislaturas –, quanto como esposa de José de Assis, também ex-deputado estadual e federal.

Durante o primeiro mandato, Cleuzita participou de um importante marco da historiografia goiana: a Assembleia Estadual Constituinte, em que atuou como segunda vice-presidente da Mesa Diretora. Na ocasião, foi também suplente da Comissão de Organização dos Estados e dos Poderes. Acompanhou, portanto, na íntegra, todos os passos que levaram à promulgação da Constituição do Estado de Goiás, que comemora, neste mês de outubro de 2019, 30 anos de vigência.

Apesar de uma história de vida marcada por muito trabalho e dedicação, Cleuzita esbanja vitalidade. Quem a vê ainda hoje tão disposta, não imagina o quão árduo pode ter sido o seu passado. Passado este que ela vai buscar, com carinho, no fundo da memória, evocando episódios de uma juventude toda vivida em Mineiros, município do sudoeste goiano, localizado a 420 km de Goiânia. Ela relembra, então, da época em que auxiliava os pais nos trabalhos da lavoura. “Na hora da colheita quem ajudava papai e mamãe éramos nós, os filhos. Íamos colher feijão, arroz, milho. Isso fez parte da nossa vida, da nossa adolescência”.

Mas nada disso seria um fardo para a trajetória de Cleuzita, que não hesita em destacar o aprendizado obtido de tais experiências. “Era muito difícil a vida naquele tempo, mas a gente era feliz ainda assim, com toda certeza”, conclui, com toda a simplicidade que lhe é característica.

Capital político

Foi também em Mineiros que Cleuzita conheceu José de Assis, aquele com quem viria a se casar e a construir, segundo ela, uma história que durou exatos “17 anos, 3 meses e seis dias”. Não fossem as agruras de uma triste fatalidade, é possível que estivessem juntos até hoje. Mas quis o destino levar consigo o marido, que viria a falecer em 1979, aos 44 anos, vítima de um acidente aéreo.

Não obstante a dor, provável e incômoda companhia desde então, ela relembra, com alegria, da primeira vez em que ouviu o nome José de Assis ser proferido por seus irmãos mais velhos. Ela era ainda uma adolescente desconhecida. Ele, um militante estudantil já muito influente na época.

Mas o contato direto com seu futuro esposo só viria mesmo a acontecer algum tempo depois, numa festa de quermesse, dessas que são bem típicas das cidades do interior de Goiás. “Foi na festa de São Sebastião, que ocorre nos dias 19 e 20 de janeiro. Nós somos de famílias católicas e a igreja fazia essa festa. Daí namoramos dois anos, depois terminamos e acabamos voltando. Por fim, com 19 anos eu me casei com ele”, contou.

É a partir daí que Cleuzita começa a ter contato bem próximo com a vida pública, ao acompanhar, de forma bastante direta, a trajetória política de seu marido. Eles tinham apenas três meses de casados, quando José de Assis venceu as eleições para vereador em Mineiros. “Eu participava de tudo. Com o tempo, você vai aprendendo e tomando gosto, porque ele era um apaixonado pela política. Se ele fosse vivo hoje, ele ainda estaria envolvido ativamente com a política, mesmo com os 83 anos que ele teria”, disse, com nítida admiração pelo homem que um dia teve ao lado, e de quem herdaria grande parte do capital político de que viria a se valer anos mais tarde.

Isto porque, em 1982, cerca de três anos após a morte de José de Assis, é ela própria, Cleuzita, que decide agora se envolver com a vida política. A ex-deputada constituinte afirma que a decisão viria após provocações feitas por representantes das bases que acompanhavam seu falecido marido, e que clamavam pela sua candidatura. “Em 1982, eu participei da eleição para deputada estadual. Fui muito bem votada, porém não alcancei o índice do coeficiente eleitoral do partido. Daí, em 1986 eu disputei as eleições novamente”, arrematou.

Durante a construção do seu próprio legado como representante do Sudoeste goiano nessa Casa de Leis, Cleuzita defendeu pautas muito importantes como, por exemplo, a criação de vários municípios, que viria a beneficiar não apenas a sua região, mas também aquela que hoje se reconhece como sendo o Entorno de Brasília. Também levantou bandeiras em prol de melhorias nos presídios femininos e da valorização do funcionalismo público, dentre inúmeras outras.

Mesmo representando uma região que é expoente do agronegócio em Goiás, ela se mostrou também uma defensora tenaz de pautas ambientais, tendo deixado importantes legados para o estado nesta área. Dentre estes está a criação da Polícia Florestal, entidade cujo trabalho tem se revelado hoje indispensável para a proteção da biodiversidade e a preservação das nascentes de parques nacionais. Inclui-se aí o próprio Parque Nacional das Emas, cuja entrada está localizada em Mineiros.

“Uma das razões de eu defender a questão ambiental é o fato de eu ser da região Sudoeste, que é rica em lavouras. Ali víamos que (as atividades produtivas em larga escala) estavam acabando com o cerrado, com as matas. Por isso entrei de corpo e alma nessa causa. Tanto é que chegaram a mandar recado para mim, com ameaças, dizendo que ‘bicho não votava’, porque eu defendia a valorização do cerrado. Me intimidaram, mas eu continuei”, relatou.

Outra propositura que diz ter defendido com afinco, foi a implementação da ferrovia Leste-Oeste. Sem encontrar qualquer aparente resquício de reciprocidade entre os colegas de Plenário na época, ela afirma ter sido a única a ocupar a tribuna para discutir os méritos de tal pleito. “Os outros 40 deputados subiam para defender a Norte-Sul. Mas, a Leste-Oeste era mais viável e muito mais barata”, comentou.

Confira na entrevista abaixo, com maior riqueza de detalhes, a inspiradora trajetória política dessa mulher admirável.

A senhora é goiana, nasceu em Mineiros, no Sudoeste do estado, numa região pólo do agronegócio e, por isso, expoente econômico de Goiás. Temos informações aqui de que a senhora trabalhou na lavoura quando jovem, ajudando a família nas atividades do campo. Como foi essa experiência?

Nesse período, meu pai trabalhava como agregado nas fazendas da região e nós fomos crescendo nesse meio da agricultura. O local em que vivíamos não era formado por grandes lavouras, nós chamávamos de roça porque eram pequenas propriedades. Na hora da colheita, quem ajudava papai e mamãe éramos nós, os filhos. Íamos colher feijão, arroz e milho. Isso fez parte da nossa vida, da nossa adolescência. Nós somos seis irmãos, quatro mulheres e dois homens. Os mais velhos não chegaram a exercer esse tipo trabalho pesado. Minha irmã mais velha, ao contrário do resto de nós, foi criada na cidade grande. Mas, eu e a mais nova participamos muito desse trabalho. Tudo isso é um aprendizado na vida da gente, e não há dinheiro que pague toda essa experiência que tivemos. Em Mineiros há um lugar que chama Pilões e lá há uma água medicinal. Nós moramos lá quatro anos e meu pai cuidou de uma pensão nesse período. O mês de julho era o período em que o pessoal ia para lá para fazer tratamento. Os empregados éramos nós. Então, isso é uma experiência muito bonita. Era muito difícil a vida naquele tempo, mas a gente era feliz ainda assim, com toda certeza.

Acredita que essa experiência influenciou sua carreira na vida pública?

Não, com toda certeza, não. Pois nessa época eu ainda não conhecia José de Assis. Eu apenas ouvia histórias sobre ele, que era um militante estudantil nessa época. Meus irmãos mais velhos já o conheciam. Nesse período ele era noivo de uma outra pessoa. Meus irmãos contavam a história de José de Assis com a noiva e eu passei a conhecê-lo depois que ele terminou esse noivado. Foi quando nós nos vimos pela primeira vez e começamos a conversar. Tudo aconteceu numa festa de quermesse em Mineiros, a festa de São Sebastião que ocorre nos dias 19 e 20 de janeiro. Nós somos de famílias católicas e a igreja fazia essa festa. Daí namoramos dois anos, depois terminamos e acabamos voltando. Por fim, com 19 anos eu me casei.

Teria então sido ele que trouxe a senhora para política?

Sim, foi a convivência com ele que me despertou para a vida pública, pois nesse período eu passei a participar dos trabalhos que ele liderava. Nos casamos em julho e em outubro ele saiu candidato a vereador na eleição municipal. Eu participava de tudo e assim foi nossa vida por 17 anos, 3 meses e seis dias de casamento. Eu fiquei mais em casa por conta dos filhos, mas no período de eleição eu sempre arrumava um jeito de sair para ajudá-lo. Antigamente, a campanha eleitoral era muito diferente de hoje. Por exemplo, nós, que morávamos no interior, saíamos de casa em casa pedindo votos. Quando passava o período da eleição, eu voltava para dentro de casa para cuidar da casa e dos filhos. José de Assis fazia as reuniões dentro de casa, então eu participei de tudo ativamente, nos mínimos detalhes. Com o tempo você vai aprendendo e tomando gosto, porque ele era apaixonado pela política. Se ele fosse vivo hoje, ele ainda estaria envolvido ativamente com a política, mesmo com os 83 anos que ele teria.

Tudo isso antecedeu a própria entrada da senhora na vida política. Segundo consta, essa deu-se somente no ano de 1986, sete anos após a trajetória política do seu marido ter sido interrompida, em decorrência de um acidente aéreo, de que foi vítima fatal, em 1979. É isso mesmo?

Na verdade, eu participei da eleição para deputada estadual em 1982, mesmo período em que Iris Rezende saiu como candidato a governador. Foi o auge da vida pública dele. Ele disputou com o ex-governador Otávio Lage. Então, eu saí candidata, mas não consegui ser eleita. Fui muito bem votada, porém não alcancei o índice do coeficiente eleitoral do partido. Daí, eu disputei as eleições novamente em 1986.

José de Assis te apoiaria nessa escolha pela vida pública?

Não sei dizer, acho que isso nunca passou pela cabeça dele. Ele nunca pensou que eu daria continuidade. Mesmo porque ele tinha um projeto de vida na política e de repente, tão novo, com 44 anos, ele faleceu. Ele queria ser deputado federal e depois governador, pretendendo até mesmo concorrer à presidência da República. Ele tinha um projeto e vivíamos muito em função disso. Ele fazia toda a movimentação política dentro de casa e eu sempre atendia muito bem os companheiros e as lideranças que o acompanhavam. Então, assim que ele faleceu, logo sua base partidária começou a me procurar e a me incentivar a me candidatar, porque eu tinha um bom relacionamento com as bases dele. Essas pessoas me conheciam muito e gostavam do meu atendimento. Isso é algo que acho que ajudou muito José de Assis na vida pública dele, pois havia dificuldade financeira para tocar uma campanha, então, era um trabalho de corpo a corpo dele, e que envolvia também toda a nossa família. Na ausência dele, as pessoas começaram a me procurar. Muito antes de eu sair candidata eu tive oportunidade, às vezes, de ir a Brasília,

pois acompanhei muito de perto as decisões do meu marido nos ministérios. Desse modo, chegou o momento que entrei para a política.

A senhora falou muito sobre essa questão da base. Quando seu marido faleceu, essa base ficou em busca de um representante a altura de José de Assis. Vocês representaram apenas o sudoeste ou isso se estendeu por outras regiões do estado?

A base mais forte era no Sudoeste, mas José foi um homem bem votado quase que no estado todo, e eu herdei isso. Esses dias eu estava olhando a minha lista de votos e vi que tive no estado inteiro também. Um aqui, dois ali, mas o grosso mesmo foi no Dudoeste. De qualquer maneira, vejo todos esses votos como um ato de gratidão.

Durante seu primeiro mandato como constituinte, a senhora defendeu, em proposições apresentadas, outras regiões como, por exemplo, o Entorno de Brasília. Observa-se que, em termos de região, era outra realidade, não é?

Sim, era outra realidade. Mas, ainda assim, eram municípios que José de Assis representava. Graças a Deus, assim como ele, eu também tive credibilidade popular. As pessoas vinham atrás de mim em busca de ajuda, o que nunca neguei a ninguém. Se eu tinha votos ou não, se eu era representante ou não, sempre que me pediam eu estava pronta para ajudar.

A senhora é mãe de quatro filhos e, segundo consta em notas biográficas publicadas a seu respeito, teria ficado longos 17 anos cuidando exclusivamente da casa, do marido e da família e só entrou mais tarde para a política. Quando abraçou a vida política, encontrou dificuldades para conciliar a vida pública com a particular?

Não foi fácil porque fui muito cobrada, uma vez que meus filhos estavam na adolescência. Margarete, que é a minha filha mais velha, tinha 16 anos, o outro tinha 15, o terceiro tinha 12 e o mais novo tinha quatro anos. Então, não foi fácil em momento algum.

A senhora pôde contar com o apoio de outros membros da família na sua vida política?

Eu tive apoio sim, embora, no começo tenham ficado receosos, pois família de político sofre muito, e a nossa já tinha vivenciado isso na trajetória política de José de Assis. Ainda assim, minha família me apoiou muito. Eles abraçaram a causa também. Meu filho Ulisses começou a trabalhar na Assembleia Legislativa, Margarete sempre esteve comigo e me ajudou muito. Meus irmãos ficaram um período com meu filho mais novo para me auxiliar na campanha. Portanto, eu tive esse apoio familiar muito importante para que eu pudesse realizar a minha campanha política. Isso foi fundamental. Sem eles eu não teria a mínima condição de participar.

A senhora acredita que essa dificuldade de conciliação é uma realidade que afeta as mulheres, de forma geral, mais do que os homens?

Sim, eu tenho certeza. Normalmente a mãe é muito apegada aos filhos, apegada à casa, à família e a política nos tira um pouco desse convívio. Na minha visão isso é uma coisa que dificulta que as mulheres participem da política.

A sua formação universitária também veio mais tarde, visto que a sua graduação em Direito, pela Faculdade Anhanguera, só aconteceria em 1996, após o seu mandato como deputada. Como foi para a senhora essa experiência de formação acadêmica tardia?

Quando me casei, eu havia cursado apenas até o segundo ano primário, tinha filhos pequenos e era dona de casa. Mas, fui estudando aos poucos. Foi muito difícil, pois meu marido não tinha condição financeira para nos ajudar. Além disso, havia outro problema, porque meu marido tinha um ciúme doentio de mim. Ele não queria que eu estudasse em colégio que não fosse de freira. Esses colégios não me aceitavam, pois eu já era casada. Eu ia deixando isso para lá, não ia brigar por isso. Mas, como ele trabalhava muito, quando ele se dava conta eu já estava matriculada em outras escolas, e assim fui estudando aos pouquinhos. Fiz supletivo para ganhar tempo porque minha formação escolar já estava tardia. Mas, com o falecimento dele é que consegui concluir meus estudos. Essa realidade me atrasou um pouco porque não é fácil conduzir uma faculdade, sendo mãe e dona de casa. Escolhi cursar Direito pois penso que acrescenta muito no exercício da vida política. Eu sempre fui simpática ao curso também, pois José de Assis era advogado e militante, então, isso acaba nos contaminando, né?

Sabemos que após os seus mandatos de deputada a senhora chegou a ocupar cargos importantes primeiramente junto à Secretaria de Educação (1999) e depois junto à de Cidadania e Trabalho (1999 a 2002), todos durante a primeira gestão de Marconi Perillo (PSDB) como governador do Estado. Há também informações anteriores sobre cargos ocupados junto à Secretaria de Educação e à Sudeco, o que teria ocorrido antes de sua entrada na vida política. Podemos dizer que a sua atividade pública se inicia, então, como funcionária destas instituições? Ou os seus primeiros contatos com a população se deram de forma mais proeminente com a sua candidatura ao Parlamento estadual? Que outras funções de destaque teriam embasado a sua trajetória política?

O primeiro cargo que tive foi no Projeto Rondon, assim que José de Assis faleceu, pois eu fiquei sem emprego e não tinha dinheiro. Nessa época, companheiros políticos de meu marido, que eram deputados estaduais, deram entrada na Assembleia Legislativa em um projeto de lei para que eu tivesse uma pensão especial. A partir daí, eu comecei a ter dinheiro para arcar com as minhas despesas, porque antes eu não sabia nem mexer com banco, fiquei 90 dias sendo sustentada pelos meus familiares. O ex-ministro Mário

Andreazza, que era amigo de José de Assis, arrumou para mim esse emprego. Depois fui para a Sudeco logo mais para uma secretaria geral e depois para o Ministério da Educação em Brasília, onde então pedi minha disposição para Goiás. Fiquei esse período todo trabalhando no Estado, onde eu fiquei na Secretaria da Educação e Cidadania e também na assessoria do então governador Marconi Perillo. No segundo governo dele, eu saí e logo pedi a minha aposentadoria.

A senhora se elegeu deputada estadual pelo PFL e, em nome desta legenda, exerceu ambos os mandatos na Alego. [Retrospectiva: o PFL é um partido que surge de uma dissidência com o PDS, que, por sua vez, surge da dissolução do Arena, sigla que dava sustentação política à Ditadura Militar. Em 2007, passa a se chamar Democratas, partido do atual governador do Estado de Goiás. Legenda de centro-direita, adepta do conservadorismo liberal]. Como se deu a sua escolha pela filiação ao PFL? A sua afinidade com o partido se mantém até os dias atuais?

Naquele momento, tínhamos amigos, companheiros partidários que foram para o PFL e eu acompanhei a maioria. Depois saí e fui para o PP. Meu primeiro mandato na Assembleia eu fiz pelo PFL e o segundo pelo PP. Essa mudança de partido se deu por conta de amizade com o ex-governador Irapuan Costa Júnior e com a senadora Lúcia Vânia. José de Assis, no período de deputado federal, foi secretário de Educação, quando Irapuan era governador. Entretanto, sinceramente, eu tenho a convicção que eu não deveria ter saído do PFL, porque naquele momento, Ronaldo Caiado era deputado e já era o presidente do partido. Ele não aceitou muito a minha saída e isso trouxe um prejuízo enorme para mim. Inclusive, eu perdi minha eleição em função disso. Mas, hoje posso afirmar que tudo na vida passa. Eu mantive amigos no partido. De qualquer forma, eu acho que os partidos hoje ficaram muito à mercê de credibilidade. Assim, a gente vai se afastando. Eu me afastei do PP e do PFL. Hoje eu estou filiada ao PSD em função do ex-colega Vilmar Rocha. Sempre o acompanhei. Na época da Constituinte, Vilmar Rocha era o presidente do PFL.

Quais foram as suas principais fontes de inspiração/referência para os trabalhos desenvolvidos na sua carreira pública e na vida política de forma geral?

Meu espelho foi José de Assis. Me espelhei nele, essa é a grande realidade. Minha referência foi o trabalho que ele fez.

Se fosse deputada hoje, qual projeto ou bandeira a senhora defenderia? Que pessoas seriam dignas da sua homenagem? Alguma mulher em especial?

Eu destacaria a ex-senadora Lúcia Vânia como uma mulher muito guerreira no estado de Goiás. Ela trabalhou muito e sempre apresentou projetos relevantes. O estado hoje está carente de políticos que tenham projetos de curto, médio e longo prazos. Eu não posso acreditar que um político não trace sua trajetória orientada por

projetos consistentes. Acho que o político imediatista não vai a lugar nenhum. Eu, por exemplo, não vejo, por mais que eu acompanhe, deputados brigarem por um projeto no governo. Os deputados hoje são aliados do Governo, e pronto. Fazem o que o Governo quiser. Já os de oposição só sabem criticar. Se eu estivesse na política hoje, eu estaria lutando por projetos. Por exemplo, construção e manutenção de estradas. Acredito que o governador Marconi Perillo fez, apesar de todos seus defeitos, um grande trabalho no estado de Goiás nessa área de infraestrutura. Eu também estaria defendendo a área do meio ambiente.

Qual foi a maior dificuldade que a senhora enfrentou durante seus mandatos? O fato de ser mulher contribuiu para isso? Como foi lidar com o fato de ser minoria em um Parlamento majoritariamente masculino [na 11ª Legislatura ela divide essa condição com Conceição Gayer e na 12ª com Denise Carvalho e Vanda Melo]? Como era a sua relação com essas deputadas?

No primeiro mandato eu tive mais poder de luta. Naquele período eu defendi muito o servidor público e, se eu retomasse minha carreira política hoje, eu defenderia isso novamente, porque eu acho que o servidor público é injustiçado. Também trabalhei muito por causas sociais. Além disso, defendi a manutenção da BR-364 daqui de Goiás para Mato Grosso. Foi o pior período, na história do Brasil, desse trecho. Naquele momento, Fernando Henrique era presidente. Fui a Brasília várias vezes lutar pela melhoria daquele trecho, que se tornou muito perigoso. Perdi as contas de quantas vezes fui ao Ministério dos Transportes. Juntei os deputados do Sudoeste e fui até Brasília, inclusive o Maguito Vilela foi conosco em busca do melhoramento das rodovias. A divisa de Goiás e Mato Grosso, e também a Ferrovia Leste-Oeste, foram minhas bandeiras. Nessa Legislatura havia deputados com conhecimento jurídico muito grande. Foi diferente. No segundo mandato, no entanto, ocorreu uma intensa renovação parlamentar, que não sei se foi para melhor. Quanto ao trabalho das deputadas, posso afirmar que a Conceição Gayer foi uma guerreira que defendeu muito a segurança pública, pois ela era delegada. A Denise é do PT e, por isso, levanta uma bandeira constante em defesa do trabalho e das massas. Trabalho que ela fez muito bem.

O fato de ser mulher dificultou o desempenho de seu trabalho na Casa?

Dentro da Assembleia, não. Mas fora, nas bases, sim. Dentro da Casa, graças a Deus, eu tive um respeito muito grande perante os parlamentares e me entrosei muito bem com eles. No entanto, no interior já foi mais difícil. Tivemos momentos desagradáveis em que se percebia o desprezo. Já tive a oportunidade de ouvir de alguém que lugar de mulher é na cozinha. Então, isso me entristecia, mas tudo passa.

A senhora foi a primeira mulher a chegar à Mesa Diretora da Alego. A posição segue sendo a de maior prestígio alcançada por uma mulher na Casa, visto que todos os presidentes foram, até o presente momento, homens. Depois disso, identificamos apenas o caso de Lamis Cosac, que chegou também a ser segunda vice-presidente, na 14ª Legislatura. Que fatores a senhora considera terem contribuído para que pudesse alcançar tal posição, na época? Que significado o cargo ocupado teve para o exercício de seu mandato e para o Parlamento, de forma geral? Como foi atuar como vice-presidente da Casa, sobretudo em momento tão importante como aquele, em que se elaborava aqui a nova Constituição Estadual?

A escolha de quem vai ocupar cada cadeira na Mesa Diretora da Casa, é algo que se dá por meio de negociações entre os partidos durante a composição do respectivo quadro. Naquele período, o PFL me indicou para representar o partido na segunda presidência, e a nossa chapa ganhou. Nesse momento, eu assumi a segunda vice-presidência. O partido que me indicou para ocupar o cargo. Fiquei muito honrada com essa participação, porque fui muito respeitada enquanto estive no exercício da segunda vice-presidência. Eu não tinha uma experiência tão grande de Parlamento, no entanto, recebi muito apoio dos meus colegas. O respeito e o carinho que eles tiveram comigo foram preponderantes para o fortalecimento da minha autoconfiança, digamos.

Como eram as relações dentro do seu partido? Havia disputas? De que tipo? Havia outras companheiras mulheres?

Havia, na época, poucas mulheres na política. O partido era novo, e estava em fase de formação. Quando se dilui um partido e, a partir disso, outro nasce, normalmente, surgem certas dificuldades para que a sigla consiga crescer. Então, nesse momento, nós fomos à luta para criar o partido e assim crescer dentro do estado. Eu tive uma participação boa como deputada do PFL, porque nós fizemos inúmeras reuniões não só em Goiânia como também no interior para filiações. Isso me deu uma condição maior de conhecimento, de engajamento na política. As pessoas passaram a me conhecer mais. Meu partido integrava a bancada de oposição. Tanto no primeiro quanto no segundo mandato.

A luta em defesa da mulher foi uma bandeira que esteve presente durante os seus mandatos. Prova disso pode ser encontrada em uma proposta de sua autoria que tratava da regulamentação dos presídios femininos. Em que consistia essa proposta? O que a motivou a apresentá-la?

Isso é interessante. Me procuraram para que eu pudesse ajudar as detentas. Havia uma dificuldade enorme com sanitários para as mulheres. Elas tinham, muitas vezes, que usar o sanitário masculino, o que era uma situação muito deficitária. Se até na Assembleia Legislativa não havia banheiro feminino, imagina no presídio. Assim, os familiares das detentas me procuraram e eu abracei a causa. Não existiam muitos presídios naquela época.

Como foi defender esse tema na Casa, naquele período? Houve resistência? O projeto foi aprovado?

Eu tenho certeza de que ele foi aprovado, mas não sei se foi executado, porque eu era de oposição. Infelizmente, há muitos requerimentos aprovados, mas que não são executados, pois somos de oposição. É uma pena, mas de qualquer forma, abriu uma porta para que outros parlamentares defendessem essa causa também. Houve muitos projetos na época da Constituinte que eu não consegui assinar.

Além desta bandeira, consta ainda a luta pela valorização do setor público, tanto no que se refere ao capital humano quanto à infraestrutura pública. Em relação ao funcionalismo, a defesa de eleições livres para as diretorias das escolas do estado, seria um exemplo. Por que se engajou nessa luta? Que efeitos ela teria para a qualidade da Educação no estado?

Eu me engajei nessa luta porque a pior coisa que existia naquele período de eleição nas escolas era a indicação de diretores. Não se escolhia o mais competente, mas sim o companheiro político. Então eu dei muita ênfase nisso, porque eu acho que com educação não se brinca, pois se trata do futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Por isso, eu acho que nós temos que ter uma preocupação de buscar o melhor. Naquele período, aconteciam brigas homéricas quanto a essa situação. Eu defenderia de novo.

A senhora disse anteriormente que o servidor público é injustiçado. Por quê?

No início do Governo, Marconi se cansou de defender o servidor público, uma vez que sempre buscava valorizar a categoria. Eu participei de inúmeros cursos, principalmente na Secretaria de Educação. Muitos deles de capacitação para professores e técnicos. No seu primeiro mandato, Marconi fez muito isso, não sei se continuou depois que saiu do Estado, mas ele teve essa visão. Depois, o servidor público ficou um período sem essa colaboração, sem acesso a cursos de capacitação. Os governos passaram a valorizar o contrato. Isso foi ruim para os servidores públicos, o que provocou uma desvalorização geral da categoria. Quando eu participei da Secretaria de Educação, nós tínhamos, e sei que ainda há, muitas pessoas preparadas. É necessário valorizar primeiro o profissional da casa, dar condições para ele se estabelecer e se preparar.

Em relação ao patrimônio, o destaque vai para a defesa da ferrovia Leste-Oeste. [Essa questão da integração transversal, por linha férrea, para escoamento da produção regional e nacional é um projeto que já vem sendo discutido, pelo menos, desde a Era Vargas e vários traçados já foram propostos, porém nunca integralmente concretizados. A implementação só começou a ser realizada, de fato, recentemente, por volta da última década]. Como era esse projeto que a senhora defendia? Qual era o traçado dele? Que benefícios ele pretendia trazer para Goiás?

Nós éramos 41 deputados e apenas eu subia à tribuna para defender a ferrovia Leste-Oeste, os outros 40 subiam para defender a Norte-Sul. A ferrovia Leste-Oeste era viável e mais barata, ia para Uberlândia e chegava a Santos. Outra coisa era o fato de eu ser representante do Sudoeste, uma região rica, que precisava de transporte. Lá é feito o transporte por caminhões. Então, eu defendia a Leste-Oeste exatamente para escoar a produção não só do Sudoeste de Goiás, como da região do Norte de Mato Grosso, que pega a BR-060. Seria uma ferrovia viável e mais barata que a Norte-Sul. Eu acompanhei o grande produtor Olacyr de Moraes, que foi o mentor da ferrovia Leste-Oeste, em vários estados brasileiros com a luta pela ferrovia, passando ali no Alto Araguaia e indo para o Pará e Mato Grosso afora. Eu defendia a ferrovia passando do Alto Araguaia, Jataí, Rio Verde e Itumbiara, que é uma região produtora, até Uberlândia, chegando em Santos. Essa foi a nossa briga. Mas, foi válido demais porque não só eu como outros deputados depois passaram a defender essa causa.

Por que só a senhora defendeu, no Plenário, a ferrovia Leste-Oeste?

Nós tínhamos uma bancada muito forte do governador Henrique Santillo e também de deputados da região do Tocantins. Isso foi antes da divisa de Tocantins. Eles começaram a defender a Norte-Sul e eu não tinha nada no Tocantins, a minha região era toda Sudoeste, então eu fui defender o meu estado.

Uma outra bandeira importante, inclusive destacando aqui já um pouco do seu trabalho enquanto deputada constituinte, foi a criação da Polícia Florestal, marco para a proteção da biodiversidade e preservação das nascentes dos Parques Nacionais. A questão ambiental foi uma preocupação realmente relevante nos seus mandatos?

Naquele período, quase ninguém falava da questão ambiental. Eram um ou dois deputados, o resto não queria nem saber, porque a conscientização era muito pouca. Naquela época, em qualquer lugar do estado, as pessoas jogavam lixo de dentro do carro, por exemplo. Então, não existia essa conscientização. Para uma luta assim, alguém teria que levantar essa bandeira. Se eu tivesse sido eleita em 1982, acho que meu trabalho teria sido muito maior. Uma das razões de eu defender a questão ambiental é o fato de eu ser da região Sudoeste, que é rica em lavouras. Ali víamos que estavam acabando com o Cerrado, com as matas. Por isso entrei de corpo e alma nessa causa. Tanto é que chegaram

a mandar recado para mim dizendo que ‘bicho não votava’, porque eu defendia a valorização do Cerrado. Me intimidaram, mas eu continuei. A Universidade Federal de Goiás (UFG) também foi muito importante na defesa dessa bandeira. Fazíamos muitos encontros em Mineiros, até mesmo para poder “amansar” esses produtores. Hoje, lá melhorou muito essa área. Apesar de ser o grande celeiro do estado de Goiás, já há uma conscientização dos produtores de produzir sem impacto.

Também enquanto deputada constituinte, outro assunto que chama atenção em seu trabalho refere-se à criação de novos municípios no estado. Valparaíso, no entorno de Brasília, seria um exemplo. Chapadão do Céu, no Sudoeste, outro. Tratam-se de regiões com características bastante distintas. Como surgiram cada uma dessas demandas? A senhora tinha base eleitoral nessas localidades? Como foi o processo de criação de cada um deles? A senhora acompanhou o movimento de perto? Qual foi o ganho para cada uma das regiões citadas e para o estado de Goiás, como um todo?

Isso é uma política para todos os políticos. Se você abraçar uma causa dessa, de emancipação de um distrito, quer dizer que a cidade já passará a ter vida própria, pois cria essa estrutura administrativa do município, que passa a crescer. Nesse caso, há também uma grande visibilidade para o político representante da região que luta pela emancipação. Isso se dá pois, imagine que você é alguém que mora há anos no distrito e, de repente, vê sua cidade crescer e conhece quem defende isso, quem foi o deputado que possibilitou essa mudança, por exemplo, certamente você o apoiará, o que promove um crescimento político muito grande para o representante. Por conta disso, todo mundo briga por essas causas também. Na época da Constituinte, esse tipo de disputa aconteceu demais. Mas isso é uma faca de dois gumes. Por exemplo, Perolândia estava como distrito de Jataí, daí eu entrei com o processo de emancipação e foi tudo muito bem. Mas, nesse período, Agenor Rodrigues, que hoje é prefeito de Mineiros, e era deputado junto comigo, viu que eu estava praticamente com o município emancipado, daí ele fez uma cachorrada tremenda comigo. Eu tive até que largar de defender, pois ele me jogou contra os moradores de Mineiros que habitavam a região e eram proprietários de fazendas que se localizavam parte em Perolândia e parte em Mineiros.

Na política econômica, a senhora legislou em favor do povo goiano ao apresentar projeto que impediu aumento referente à cobrança de ICMS sobre a conta de energia elétrica, cuja a taxa seria de 25% e, ao final da disputa, ficou estabelecida em 17%. Essa questão envolvendo o setor de energia elétrica tem sido alvo de inúmeras polêmicas atualmente, visto que, em alguns casos, a alíquota hoje cobrada para clientes residenciais chega à casa dos 29%, fora os outros impostos que incidem sobre a chamada “conta de luz”. Como a senhora avalia essa questão hoje? Mudou muito o foco das discussões desde a época do projeto citado?

Os deputados têm que ter projeto, como eu já disse. Não vejo nos jornais, deputados defendendo o estado de Goiás. Não falam nem em deputados nos jornais. O estado ficou

de lado. Tem que ter vontade e querer abraçar essa causa. Os donos de empresa só querem ganhar mais, vai entrar 29%, daqui a pouco será 30% e só vai aumentar se não tiver alguém para gritar contra. Sinto que falta muita vontade dos parlamentares.

Em relação aos mandatos que a senhora exerceu, qual legado acredita ter deixado?

Eu não diria que eu deixei um legado, eu acho que eu deixei exemplo. Fui uma parlamentar por pouco tempo, um mandato e meio, e considero que fiz muito por Goiás. Acho que hoje a classe política do País carece de dedicação, não só a de Goiás, mas do Brasil inteiro. Eu, por exemplo, com toda certeza, estudei para poder compreender os projetos pelos quais precisávamos brigar. Até mesmo para ajudar o próprio governo. Não é porque eu era a oposição que eu não ia ajudar. Tanto é que os governadores me recebiam muito bem. Eles sabiam que eu estava lá para trabalhar, e não só para criticar.

É também da sua época, como parlamentar, a discussão sobre a criação do estado do Tocantins, que acabou sendo aprovado pela constituinte nacional. Qual era a sua posição sobre esse assunto? Havia divergências?

Em relação a isso os tocantinenses têm que agradecer muito ao cidadão chamado Siqueira Campos. Dia e noite ele defendia essa criação. Então, quando vieram os movimentos que ele conseguiu arrebanhar, foi muito intenso porque foi um trabalho de base, um trabalho de anos para ele conseguir a emancipação. Em Goiás, a maior parte dos parlamentares foi a favor da emancipação. Eu fui a favor. Conseguimos ajudar ao unir forças com nossos colegas, pois era bom para o estado de Tocantins e para Goiás. Ambos ganharam.

A última informação que temos sobre a sua vida pública data de 2002, quando a senhora deixou, após quatro anos de trabalho, o cargo ocupado à frente da Superintendência Executiva da Secretaria de Cidadania e Trabalho, da primeira gestão de Marconi Perillo como governador do Estado. Como parlamentar, sua trajetória teria se encerrado quase uma década antes, em 1995. A senhora ainda pretende retornar algum dia para a política? Afinal, hoje, quem é e o que faz Cleuzita de Assis?

Não pretendo voltar. Política é uma coisa interessante, porque ou você sai na hora certa ou a sociedade coloca você para fora. Meu tempo já passou. Mas se eu fosse mais nova, eu almejaria sim voltar. Torço para que tenhamos grandes parlamentares. Acho muito bonito ver um parlamentar que abraça a causa com amor e determinação. Hoje, eu vivo para a minha família. Eu me aposentei. Estou sempre ajudando meus filhos no cuidado com meus netos e cuido também dos meus bisnetos. Estou satisfeita. Tudo na nossa vida tem seu tempo, gostaria de estar com mais energia, mas a realidade hoje é outra. Tenho 76 anos, vontade eu tenho muita, mas não tenho mais forças como antes. Mas a gente se adapta a tudo.

Como era a realidade das mulheres que ocupavam cadeiras no Parlamento goiano e que faziam política na sua época?

A participação da mulher é muito importante no Parlamento. Essa falta de participação feminina é consequência da realidade da política brasileira. Hoje, a política está muito desgastada e, como a mulher já tem mais dificuldade de participar da vida pública, contribui muito para o afastamento das mulheres da política. É o próprio meio político que cria a barreira. Temos que superar isso. Eu defendo que haja mais mulheres ocupando esses lugares. No mínimo meio a meio em relação os homens.

Há um projeto tramitando na Câmara Federal que defende a paridade de gênero propondo 30% das vagas para mulheres. Qual sua opinião sobre essa questão?

Eu sou contra. Eu acho que essa participação da mulher tem que partir dela, da vontade dela. Precisa haver uma campanha maior, um trabalho maior que motive a mulher. É necessário expandir essa conscientização porque ainda estamos num momento em que não há essa consciência da participação das mulheres. Muitas vezes o partido coloca qualquer pessoa, só para fazer número. Tem que deixar livre e trabalhar a importância do trabalho feminino. Tenho visto que há pessoas que não tem a mínima condição de serem eleitas, muitas vezes entram lá para pegar dinheiro. Esse é um fator ruim.

Em relação a esse assunto e em termos de políticas públicas, o que precisa ainda ser feito para aumentar a representatividade feminina no Legislativo e na política de forma geral?

Essa questão é um trabalho de base. A missão da mulher é pesada e muito forte, pois envolve casa, filhos, trabalho, etc. Tem que haver um trabalho de base nas associações de bairros para que essa mulher comece a trabalhar e tenha gosto pela política. Se deixar, nós vamos nos acomodar. Afinal, é um desafio como nenhum outro isso de ser mãe, ser esposa, ser dona de casa, ser tudo. E política, por si só, é muito difícil, você tem que gostar. Você passa a gostar quando participa da base. A criação de políticas públicas para aumentar a representatividade feminina é o grande lance para que ela possa se conscientizar, compreender o processo e entrar na base. Acho que tem que haver uma valorização maior da participação da mulher por parte dos governantes. Isso ajuda a mulher a crescer, a enxergar a própria capacidade e a perceber que ela está sendo valorizada para então se sentir motivada a participar da vida pública.

A senhora iniciou sua vida política no período da redemocratização nacional, iniciado após a queda do Regime Militar, que deteve o poder no país por duas décadas. Na época em que a senhora exerceu seus mandatos, já era possível encontrar um ambiente que se pudesse chamar de fato democrático?

Penso que hoje é mais democrático do que era antigamente. Atualmente, há mais

participação popular e mais discussão. Houve um avanço nesse aspecto. Era um ambiente difícil antes. Era mais fechado, principalmente quando tinha mulher no meio. Nós estávamos sempre de fora. Éramos deixadas de lado.

Ao seu ver, qual o legado que mulheres como a senhora têm deixado na história do Parlamento goiano? Qual incentivo a senhora poderia dar às mulheres para que elas possam participar cada vez mais da vida pública e política do nosso estado?

Para atuar na vida pública, tanto no Executivo quanto no Legislativo, é necessário gostar de política. Na minha opinião, no Executivo há mais possibilidades para que as mulheres atuem, e, de fato, realizem do que no Legislativo. O coração da mulher é maior. No Legislativo é muito diferente, pois você tem que correr e às vezes não chega a lugar algum. Enquanto no Executivo você faz acontecer. Acho que isso, para as mulheres, é uma coisa muito importante porque se consegue de fato concretizar algo. O Parlamento é frustrante. Se você não gostar de política, se não for apaixonado, você não consegue se destacar. Eu gosto de atuar no Executivo e penso até que eu seria uma prefeita que trabalharia muito, e ainda daria muito trabalho para os outros (risos).



VANUZA VALADARES

MANDATO: 16ª Legislatura (2007-2011)

“

Precisamos mudar a forma machista de pensar.

Acredito que esse problema envolve questões de fundo educacional e cultural, e que precisa ser mudado.

MATÉRIA PUBLICADA EM 22/11/19

Por Jéssica Campos

A ex-deputada Vanuza Valadares é a entrevistada da 10ª edição do projeto “Mulheres no Legislativo”. Na conversa, ela relembra a sua participação como presidente da Comissão do Meio Ambiente e fala da expectativa de se eleger para um novo mandato.

Representando o Norte do estado, Vanuza obteve êxito logo na primeira eleição que disputou, tendo sido eleita para o Parlamento estadual em 2006. Natural de Porangatu, cumpriu seu mandato parlamentar entre os anos de 2007 e 2011, durante a 16ª Legislatura da Assembleia Legislativa (Alego).

Formada em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Vanuza é especialista em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. Essa foi, inclusive, uma bandeira que defendeu com afinco durante sua atuação parlamentar.

Na passagem pela Alego, ela atuou junto a outras seis mulheres: Adriete Elias, Betinha Tejota, Cilene Guimarães, Flávia Morais, Isaura Lemos, Mara Naves e Laudeni Lemes. Participou, portanto, de momento ímpar, no que tange à representatividade feminina na Alego, visto que esta bancada foi a segunda maior da história do Parlamento goiano, ficando atrás apenas da anterior, que contou com a atuação de nove deputadas.

Vanuza casou-se, aos 18 anos, com Eronildo Valadares, que foi candidato a prefeito em Porangatu, antes dela se lançar candidata ao Parlamento estadual. Em consequência dessa união, a ex-deputada da Alego é hoje mãe de três filhos: Amanda, Givago e Heitor.

Antes de entrar para a vida política, atuou como empresária, em Porangatu, função que exerce até os dias de hoje. Junto ao marido, Vanuza administra um patrimônio próprio, que inclui uma gráfica, uma loja de material de construção e fazendas, tudo no Norte goiano. Atualmente, Vanuza comanda também, na condição de presidente, as Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (Ceasa-GO).

Sempre afeita à política, a ex-deputada ainda mostra decidida vontade de voltar a disputar eleições. “Nós nunca podemos nos fechar para a possibilidade de exercer um novo mandato eletivo”, disse, durante entrevista às repórteres da Agência Assembleia de Notícias. E afirma que, se fosse eleita deputada hoje, trabalharia em prol da segurança das mulheres e contra o feminicídio, fatalidade que tanto aflige a sociedade goiana atual.

Para Vanuza, a violência contra a mulher se apresenta como sendo um triste e direto legado da cultura do machismo, ainda muito forte em Goiás. Segundo ela, essa cultura seria responsável por continuar a imputar à população feminina uma condição de subalternidade frente ao universo masculino. “Precisamos mudar a forma machista de pensar. Acredito que esse problema envolve questões de fundo educacional e cultural, e que precisa ser mudado”, alertou.

A ex-deputada observou que diferenças importantes, quanto ao processo de desobjetificação da mulher, já podem ser notadas, nas discussões em voga na sociedade atual. “Essa geração, de hoje, tem uma mentalidade diferente. Eu vejo que os meus filhos são mais companheiros e ajudam a realizar o trabalho doméstico, algo muito diferente da minha geração”, pontuou. Para Vanuza, essa nova realidade reflete mudanças que vêm sendo provocadas nas próprias concepções educacionais dos pais. “Minha sogra, por exemplo, criou os filhos dizendo que homem não podia limpar chão, que isso não era serviço para eles”, analisou.

Além de suas posições e projeções políticas, durante a entrevista, Vanuza contou também fatos diversos de sua vida, a começar pela infância no interior de Goiás. Falou sobre casamento, maternidade e carreira profissional. Compartilhou sonhos, que permanecem latentes, envolvendo a população da região norte do estado, com a qual espera ainda muito contribuir por meio do trabalho público.

Elegante e tranquila, Vanuza traz na voz a confiança de quem se sente qualificada para as funções exercidas ao longo de sua trajetória pública e preparada para enfrentar os desafios que nela se impõem. Foi precisamente esse sentimento que lhe permitiu, outrora, encontrar a disposição e coragem necessárias para mudar a sua rotina familiar, deixando os filhos pequenos em casa, e percorrer, inúmeras vezes, os mais de 400 quilômetros que separam Porangatu da Capital goiana, onde viria cumprir o seus quatro anos de mandato parlamentar.

Percepções políticas

Na época em que concorreu ao cargo de deputada, Vanuza disputou cadeira pelo PSC. Nessa legenda de centro direita viria a exercer, então, todo o seu mandato legislativo. Integra hoje os quadros do MDB, partido de espectro político tido como mais moderado, em relação ao que era anteriormente filiada. Ela usa o adjetivo “centrada” para definir a sua atual identidade partidária. “Não sou radical em nenhum dos dois lados. Fico no centro”, pontuou.

Questionada sobre sua experiência como mulher na política, Vanuza comenta sobre as dificuldades encontradas para se firmar nesse ambiente, algo a que ela associa ao próprio histórico de educação feminina no Brasil. “A mulher é criada para cuidar da casa e dos filhos, mesmo nos tempos atuais. Se ela quiser trabalhar fora, tudo bem, mais ainda vai ter todas as responsabilidades da casa para ela. Já o homem é criado para liderar, para fazer negócios, ir a reuniões, sem se preocupar em cuidar da casa, do jantar, do dever de casa dos filhos”, salientou.

Outro fator que, segundo a entrevistada, também contribui para o afastamento das mulheres das candidaturas é o econômico. “Campanha é algo muito caro. Por mais que

diminuem os gastos, continua sendo caro. Tem que contratar pessoal, advogado, contador, etc”, enumerou.

Para atenuar esse distanciamento e, assim, garantir uma participação cada vez mais efetiva do público feminino na política, mudanças têm sido sistematicamente promovidas na legislação eleitoral brasileira. Atualmente, há duas leis vigentes sobre o assunto. Uma delas é a que estabelece o preenchimento de cota referente à 30% das candidaturas dos partidos para mulheres (Lei nº 12.034/2009). A outra estipula percentual mínimo de aplicação dos recursos do fundo partidário ao financiamento das campanhas femininas (Lei nº 13.165/2015). Modificado, em 2018, por decisão direta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o percentual indicado nesta última passou de 5% para 30%, equiparando-se, portanto, à cota de gênero estipulada para as candidaturas partidárias.

Não obstante isso, um fosso de representação ainda impera entre os gêneros. Em Goiás, essa realidade pode ser verificada na própria configuração do atual Parlamento goiano, que conta, hoje, com a atuação de apenas duas deputadas eleitas, embora o próprio TSE tivesse contabilizado, no último pleito de 2018, 248 candidaturas femininas (contra 549 masculinas). Além disso, a presente Legislatura (19ª) também registrou, em relação à passada, uma redução, pela metade, no números de cadeiras ocupadas por parlamentares mulheres.

Isso tem causado, por vezes, certos questionamentos quanto à real eficiência das novas medidas adotadas, o que foi levantado, inclusive, pela própria Vanuza. “Tem que ver no que vai dar isso, não é? De qualquer forma, acredito que, se de fato houver uma redistribuição mais democrática dos recursos de campanha dos partidos, isso ajudará, sim, a aumentar o número de mulheres em cargos eletivos”, contrastou.

Legado

Cronologicamente, Vanuza começou a sua experiência pessoal na política goiana em apoio ao marido, quando esse disputou, em 2004, a prefeitura de Porangatu. Descontraída, a entrevistada contou que, a experiência inicial ao lado do esposo, fez com ela fosse, pouco a pouco, tomando gosto pelas atividades eleitorais, dado, sobretudo, à adrenalina sentida pela proximidade com o povo.

O gosto de Vanuza pela vida política foi tão expressivo que nem mesmo a derrota de Eronildo Valadares foi suficiente para aplacá-lo. Dois anos mais tarde, em 2006, ela deixaria os bastidores e lançaria sua própria candidatura ao pleito de deputada estadual, do qual sairia vitoriosa, com mais de 12 mil votos. “Na época da eleição para a Assembleia, o partido cogitou meu nome e eu aceitei o desafio. Através da campanha do meu marido eu consegui muita visibilidade, as pessoas notaram o meu trabalho, meu empenho”, relembrou. O esposo, no entanto, viria a se eleger prefeito de Porangatu somente em 2012.

Vanuza conta que a dinâmica da campanha foi bem exaustiva, principalmente, porque teve que dividir suas energias com os cuidados devotados aos filhos, todos menores de idade (15, 13 e 6 anos). “Foram três meses longe de casa. Contei com ajuda da minha mãe e de funcionários para cuidarem dos meninos, porque eles ainda dependiam muito da gente”, disse.

Após eleita, Vanuza se mudou com os filhos para Goiânia, modificando toda a estrutura familiar. “Quem sentiu mais foi o caçula, que era muito menino e não compreendia que eu tinha que morar aqui e o pai dele em Porangatu”, comentou.

Suas ações no Legislativo giraram em torno, principalmente, de questões ambientais, o que envolveu, inclusive, as articulações feitas para presidir a Comissão do Meio Ambiente. No cargo, Vanuza teve uma atuação pautada na mediação entre os interesses defendidos pelo colegiado e aqueles pleiteados pela bancada ruralista, que exerce ainda hoje forte influência na vida política e econômica do estado. “Naquela época, a gente recebia muito a Federação da Agricultura e tínhamos a preocupação de manter o equilíbrio entre a produção agrícola e o meio ambiente. Todos os projetos eram discutidos com eles e com os ambientalistas”, afirmou.

Vanuza contou que a relação com a Federação da Agricultura era, via de regra, amistosa. Segundo ela, o momento de maior tensão veio apenas com a discussão do novo Código Florestal, em Goiás, que teve suas origens em legislação similar de âmbito nacional. “Existiam pontos de muita polêmica, porque é uma lei muito rigorosa”, pontuou.

A discussão citada por Vanuza teve início em 2011 e culminou na aprovação, no ano seguinte, da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN). Popularmente reconhecida como o novo Código Florestal brasileiro, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, originada de projeto em tramitação no Congresso desde 1999, revogou o ordenamento anterior, de 1965, e, de forma geral, flexibilizou várias das antigas regras impostas para a preservação ambiental em propriedades rurais.

A concessão de anistia a desmatamentos já consolidados esteve entre as suas alterações mais polêmicas. O texto final sancionado pela então presidente Dilma Rousseff, em 2012, acabou desagradando tanto setores da ala ambientalista quanto dos ruralistas, embora as principais modificações tenham, em termos técnicos, favorecido sobretudo estes últimos.

Já dentre os principais projetos defendidos por Vanuza, nessa área ambiental, destaca-se o que dispõe sobre a utilização de borracha de pneu para confecção da massa asfáltica. “É importante porque ajuda na construção das cidades e evita o aumento da poluição causada com o descarte indevido desses materiais”, frisou.

Embora considere ter sido, de forma geral, respeitada pelos colegas de Parlamento, Vanuza também relatou os desafios enfrentados para garantir o direito a voz, diante do Plenário da Alego. “Precisava me esforçar muito mais para expor minhas ideias. Alguns projetos eram tidos como coisa de mulher e nós tínhamos que ser bastante enfáticas para conseguir provar que eram importantes e que precisavam ser debatidos”, destacou. Segundo a entrevistada, a sororidade encontrada junto às demais deputadas da Casa foi o que lhe garantiu, por diversas vezes, a força necessária para defender, com bravura, suas propostas e opiniões. “Nós nos apoiávamos muito”, arrematou.

Além das questões ambientais, outra grande preocupação de Vanuza era diminuir o fluxo de pessoas vindo do Norte à procura de atendimento médico em Goiânia. Por esse motivo, ela, junto com outros representantes da região, propôs a construção do Hospital Regional de Uruaçu, cujas obras estão em andamento desde 2013. “Depois que o partido declarou apoio ao governador Alcides [Rodrigues], conseguimos algumas emendas e levamos para lá esse hospital. Essa luta foi nossa”, disse.

Apaixonada pela política e devota ao trabalho público, Vanuza Valadares volta a falar, ao final da entrevista, sobre a sua vontade de exercer novo cargo eletivo. “Minha época aqui na Assembleia deixou muitas saudades, pretendo voltar e trabalhar para melhorar a vida das mulheres no estado”, finalizou.

Confira, na íntegra, outros trechos da entrevista concedida à equipe de reportagem da agência de notícias e à TV Alego para o projeto “Mulheres no Legislativo”.

Sua base política é Porangatu e a região Norte de Goiás. Como começou seu vínculo com o território?

Eu nasci e cresci em Porangatu. Minha vida foi toda construída aí. Casei aos 18 anos, tive a minha primeira filha com 19 e depois tive o Jivago e o Heitor. Tenho três filhos. Todos já estão adultos hoje. Eu continuo trabalhando nas nossas empresas e também atuando em projetos da região Norte, que é algo que tenho o maior prazer em fazer.

Antes de entrar para a política você trabalhava nos negócios da família. Como se deu a sua entrada na política? Como é que foi esse início?

Antes de entrar para a política eu trabalhava com os negócios da família, na parte administrativa e no financeiro. Meu marido é empresário há muitos anos. Nós temos uma loja de material de construção, uma gráfica e, além desse trabalho, ele administra também as fazendas que a gente tem. Ele tinha sido presidente da Associação Comercial de Porangatu e, depois dessa atuação, começou a despertar uma vontade de ser prefeito da cidade. Um dia, um grupo político, que fazia parte da oposição local, na época, o procurou e, com isso, ele acabou tomando a decisão de ser candidato. Disputou a sua primeira elei-

ção, mas não teve êxito. Eu estive à frente da coordenação, durante toda esta primeira campanha. Como ia muito para as ruas também, me envolvi bastante em todo esse processo eleitoral. Isso foi em 2004. Depois de dois anos, em 2006, começaram a cogitar o meu nome para a candidatura a deputada e eu aceitei o desafio, mesmo que, até aquele momento, eu tivesse participado apenas de uma campanha, sem nunca ter tido a experiência de um mandato político, nem de cargo algum. Mas tinha vontade de trabalhar para isso e começamos a buscar apoio político e popular. Antes, eu decidi me filiar ao PSC, que era um partido ligado ao PMDB [atual MDB¹⁸⁵], na época, ao qual tínhamos muita afinidade. Aí eu disputei a eleição e veio a vitória. Graças a Deus (risos).

Você se filiou ao PSC já exatamente com esse objetivo, de disputar uma eleição?

Sim, porque, até então, eu não tinha nenhuma filiação partidária. Meu marido é que já era filiado ao PMDB. Aliás...não... Me recordo agora que ele estava filiado, inicialmente, ao PPS e eu também. Quando ele disputou a prefeitura de Porangatu, pela primeira vez, ele estava filiado ao PPS. Mas nós sempre fomos muito ligados ao PMDB. Na época em que resolvi sair candidata, o Maguito¹⁸⁶ me convidou para o PMDB, mas eu resolvi disputar a eleição pelo PSC, que estava bem ligado ao PMDB. E acabei saindo bem-sucedida nessa escolha.

Como é foi a sua experiência como candidata? Você foi bem recebida pelo partido? Teve apoio financeiro?

Sim, eu fui bem recebida pelo partido. Mas apoio financeiro nós não tivemos. O partido não nos deu sustentação financeira e acredito que quase ninguém teve¹⁸⁷. O único apoio do partido que a gente teve, nesse sentido, foi com o material de campanha. Mas esse material acabou atrasando muito. Então, como nós temos uma gráfica, eu acabei me antecipando e fazendo todo o nosso material, usando, assim, todo o nosso próprio recurso financeiro para disputar a eleição. Então, uma das dificuldades que eu vejo nas campanhas femininas é essa questão financeira, que pesa bastante, porque as campanhas não são baratas. Existe todo um aparato que precisa ser construído para você disputar. E todas essas despesas acabam saindo mais caras do que você imagina. Você estipula um valor, no início, e, de repente, essa reserva acaba. Mas, como você já está no meio e tem que chegar até o fim, você acaba tendo que correr atrás para buscar mais recursos e finalizar a campanha. Então, é uma situação ainda muito difícil não só para mulher, mas para o contexto geral das pessoas que querem disputar uma eleição, porque da maneira como são feitas as campanhas no Brasil, elas acabam saindo muito caras.



**Acesse aqui as
notas da página**

Essa sua observação deixa ainda mais clara a importância das cotas de recursos para as candidaturas femininas, não?

Acredito que sim. Na minha percepção, o fundo partidário pode contribuir para que as mulheres tenham mais facilidade de saírem vitoriosas ao disputar uma eleição.

Em relação a representatividade feminina em sua região, tivemos a deputada Ana Braga, que esteve entre as pioneiras na Casa. Há muita dificuldade, hoje, em se encontrar mulheres dispostas a representar politicamente o Norte goiano?

Sim, em partes. Essa dificuldade se deve, na minha visão, muito especificamente à questão financeira. A doutora Ana Braga já vinha de uma trajetória política na cidade, na própria cidade que ela nasceu e o esposo dela tinha sido prefeito em Porangatu também¹⁸⁸. Então, ela já estava inserida no meio. Agora, há muitas mulheres que não estão no meio político ou que não tiveram a oportunidade de desenvolver qualquer outra atividade social, que a colocasse em contato direto com a população. Essas são as que justamente acabam sofrendo mais com a questão financeira, ao tentarem disputar uma eleição.

Dois pontos que você menciona serem determinantes para vencer uma eleição são o capital financeiro e o político, certo?

Sim.

No seu caso, você parece ter contato com capital financeiro próprio, mas e o político?

Nós não tínhamos tradição política. Quer dizer, não tínhamos herdado isso de nossos pais, como acontece, por exemplo, com aquelas pessoas que vivem a política dentro de casa, respirando, absorvendo, vendo como ela funciona o tempo todo. Esse não era o nosso caso. O Eronildo começou sua vida política sendo presidente de uma entidade de classe e depois de um partido, onde ajudou outras campanhas. Porque, uma coisa é você ser coordenador de campanha, outra, bem diferente, é você ser candidato e ter um mandato eletivo. Então, nós começamos a atuar nessa área sem nenhuma experiência pública. Nossa experiência era na área privada. E de repente, quando a gente despertou, a gente se viu já ali dentro de um mandato. Aí é quando você, diante do tamanho da responsabilidade, realmente sente o peso da falta de experiência. Isso torna, inclusive, a responsabilidade ainda maior, porque os desafios são grandes e você quer ter uma boa atuação. Você quer fazer bem o seu papel e, às vezes, esbarra em muitos obstáculos difíceis de

**Acesse aqui as
notas da página**



transpor. Por exemplo, quando fui eleita, o meu partido não elegeu o governador Alcides Rodrigues, a quem fazíamos oposição¹⁸⁹. Passado um tempo, nós decidimos apoiá-lo. Isso se deu quando houve o rompimento do PSDB com o PP¹⁹⁰ e o então governador veio buscar, na Assembleia, o apoio do PMDB e do PSC. Mas tive muitas dificuldades [para declarar o apoio], principalmente com os meus eleitores do Norte do estado. Provavelmente isso acontece em todos os interiores do estado de Goiás. A cobrança foi muito grande, porque as pessoas esperam milagres. E a gente, durante a campanha, imagina mesmo que pode resolver todos os problemas ali da sua região. Mas, na verdade, não é assim que funciona. Isso demanda um tempo que não depende só do mandato, nem só do governador. Depende da dinâmica de toda uma estrutura que é criada numa região para que ela possa progredir e prosperar. E isso depende também do nível de preparo da população local para contribuir com esse desenvolvimento. Quando esse preparo não existe, as pessoas ficam esperando que as soluções venham só do poder público. Mas este sozinho não consegue resolver todas as situações que as pessoas esperam, o que acaba por criar muitos obstáculos. Hoje, no entanto, a gente percebe o quanto as pessoas já estão mais politizadas, mais conscientes do seu papel enquanto colaboradores ao poder público.

Você defende, então, uma maior participação popular na política?

Sim, é necessário essa maior participação. As pessoas já estão tendo essa consciência. Infelizmente, nessa última campanha [de 2018], a nossa região não conseguiu a unidade necessária para eleger seu próprio representante. Precisamos trabalhar um pouco mais para fortalecer essa unidade, sem o que perdemos força e deixamos de alcançar os resultados esperados para o Norte do estado.

Mas, um aspecto elementar da política são as justamente as diferenças ideológicas, o que dificulta a construção desses consensos, não?

Sim. É interessante a sua colocação, porque o problema está justamente aí, na questão partidária. Normalmente, as pessoas que se preocupam com a política, que querem sair candidatos ou que trabalham nessa área, elas entendem que é importante haver essa unidade. Mas aí chega a questão partidária e acaba gerando essa disputa. Seria interessante que houvesse essa união. Que os candidatos dissessem: “vamos disputar, mas sem brigar”. Infelizmente, não é isso que acontece no interior. As campanhas acabam parecendo partidas de futebol, tamanha é a disputa. Isso acaba sendo ruim para região. Até porque, na verdade, na Assembleia não tem só uma cadeira. Então, que todos vençam, se for possível. Se a gente fosse pensar bem, o interessante é que a gente conseguisse brigar juntos pelos nossos votos e não deixar que outros de fora interferissem. Eu acredito que



**Acesse aqui as
notas da página**

isso possa acontecer um dia, porque a política está mudando muito. A gente percebe que, nessa última eleição [de 2018], houve um fenômeno que fez com que muita coisa mudasse de forma. Cabe a nós, agora, analisar esse fenômeno e garantir que ele seja constante.

Porangatu está localizada a uma distância significativa da Capital goiana, onde está localizado a sede do Parlamento. De lá para cá são mais de 400 quilômetros. Você disse, em outros momentos, que tinha três filhos menores de idade, na época em que foi deputada. Como fez para conciliar a sua rotina pessoal com a parlamentar?

Olha, eu tive que me organizar bastante, porque eu deixei meu marido cuidando da nossa casa em Porangatu e trouxe os nossos três filhos para cá, para que pudessem estudar e passar a semana comigo. Aqui eu contei com a ajuda da minha irmã e de uma outra pessoa que trabalhava comigo, em casa. Nos finais de semana, eu voltava para Porangatu com as crianças. E eles ficavam o final de semana praticamente sozinhos, para que eu pudesse resolver questões políticas. Eu contei muito com o apoio de minha irmã, nesse período. Ela saía da rotina dela para me apoiar também nos finais de semana, porque eu não ficava só em Porangatu. Fazia gabinete itinerante nas cidades vizinhas, para estar em contato com os meus eleitores, com as pessoas que me confiaram o voto e que acabavam exigindo a minha presença. Eu via isso até mesmo como uma forma de dar satisfação do mandato. É claro que, para tudo isso, eu tinha também uma equipe que sempre me acompanhava.

Quantos municípios a senhora representava em média?

Eram 17 municípios lá na região. Praticamente quase todo final de semana tinha gabinete itinerante, fora Porangatu, que é a maior cidade, onde obtive a maioria dos votos. Então, eu tinha que dar muita assistência a Porangatu também.

Durante seu mandato você presidiu a Comissão de Meio Ambiente. Uma das discussões importantes daquele período (2010) foram as alterações propostas na lei que instituiu a política florestal do estado. Você se lembra quais foram as alterações propostas? O que estava sendo discutido naquele momento?

Me lembro que essa discussão vinha do Governo Federal e envolvia uma alteração na Constituição, principalmente sobre a questão das reservas florestais, que estava em grave conflito com o pessoal da Federação da Agricultura¹⁹¹. Nós nos reunimos várias vezes com essa Federação, principalmente a [regional] de Goiás¹⁹². Fizemos audiências públicas para debater o tema, porque a Federação da Agricultura tinha uma estrutura toda criada já para aumentar as áreas a serem exploradas para fins agrícolas, na verdade. E, de

**Acesse aqui as
notas da página**



outro lado, tinha essa a pressão dos ambientalistas [para a preservação dessas mesmas áreas]. Mas, como essa proposta vinha do Governo Federal, ela já estava em andamento. Inclusive, a Confederação Nacional de Agricultura, na época, era presidida pela senadora Kátia Abreu¹⁹³. Ela esteve em Goiás para discutir essa questão. Nós fizemos vários debates, várias audiências aqui na Assembleia e em Brasília sobre o tema. Eu me lembro que nós apresentamos essa proposta de alteração também aqui em Goiás, mas depois terminou o meu mandato e eu não tive mais informações sobre a conclusão da situação¹⁹⁴.

A proposta que você defendeu estava mais de que lado, dos ruralistas ou dos ambientalistas?

Nesse particular, entendo que a Federação da Agricultura tinha toda a razão, porque, na verdade, não justificava o produtor, o proprietário da terra ter tanta área preservada e nem era justo que ele acabasse pagando sozinho o preço por essa preservação. Discutimos, inclusive, a possibilidade do governo fornecer incentivos para que o proprietário pudesse manter aquela área preservada. Em decorrência disso, foi criada uma série de incentivos, onde o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, transfere um recurso para que você preserve essas áreas, em sua propriedade. Inclusive, umas das coisas que já existe hoje, no mundo todo, é essa questão do crédito de carbono¹⁹⁵. Então, muita coisa mudou logo depois dessa discussão, que implicou em alterações na Constituição Federal. E aqui a gente precisava levantar igualmente a discussão para, em seguida, mudar também a Constituição Estadual.

Houve alguma outra discussão que você tenha conduzido enquanto esteve à frente da Comissão de Meio Ambiente e que valeria a pena ressaltar?

Houve uma discussão sobre a troca das sacolinhas plásticas por um material biodegradável. O assunto foi muito debatido na época, mas encontrou muita resistência por parte dos fabricantes do modelo tradicional. Na época, os comerciantes reclamavam que a mudança onerava muito os custos dos empreendimentos. Houve muito debate aqui na Assembleia. Mas, ao final, algumas poucas empresas se propuseram a mudar, porque, na lei mesmo, nós não conseguimos fazer essa alteração.

Dentre as propostas apresentadas em benefício da sua região, há uma que trata da criação de um programa estadual de incentivos fiscais, que não chegou a ser aprovada. Por que defender esses incentivos para região Norte? De que eles tratavam, especificamente?

Esta proposta surgiu porque a região Norte, até pela própria posição geográfica, é a mais esquecida do estado. É uma região que precisa de muito apoio, visto que falta



**Acesse aqui as
notas da página**

muitas condições para que ela possa se desenvolver. Não temos indústrias, praticamente. Além disso, temos poucas condições de escoar bem a nossa produção, já que a principal rodovia que corta a região, a BR-153, até hoje não foi duplicada naquele trecho. A ferrovia Norte-Sul ainda não está funcionando por completo. Então, tem toda uma questão de logística que precisa ser resolvida para que ela possa se desenvolver. E, na época, ao nos reunirmos com o pessoal da região, com as associações comerciais e os sindicatos rurais, essa questão dos incentivos foi levantada, como possibilidade para se atrair mais indústrias. Sim, porque as indústrias precisam ter um apoio diferencial para que possam se instalar lá. Se não, acabam preferindo Aparecida ou Anápolis, onde a logística é muito melhor. Agora, para que uma indústria se instale na região Norte? Então, na época, a ideia da proposta foi justamente essa, de dar incentivos para atrair mais indústrias, o que infelizmente não conseguimos. Na verdade, entra governo, sai governo e a região Norte continua da mesma forma. Para você ter uma ideia, o Sebrae criou um programa chamado “Líder”, que trabalha o desenvolvimento de lideranças em prol do crescimento regional. A primeira região onde o Sebrae implantou o programa foi na região Norte. Nós já estamos há dois anos com esse projeto em andamento. A cada dois meses, fazemos novas reuniões para poder preparar ainda mais as pessoas, que através do programa vão descobrindo, por elas mesmas, o que fazer para fortalecer a economia da região.

E vocês já têm visto resultados concretos?

Olha, esse programa realmente ampliou muito o nosso conhecimento e contribuiu para a união da região, porque nesses encontros, a gente reúne representantes de associações comerciais, representantes sindicais, a comunidade religiosa, os militares e a sociedade civil organizada. Todas as pessoas que se preocupam com o desenvolvimento, que tem vocação e disposição podem fazer parte desse grupo. Hoje o grupo já conta com, mais ou menos, 60 pessoas da região. A cada reunião vamos buscando novas oportunidades de capacitação e criando as condições para que esse desenvolvimento econômico de fato aconteça. Nós já levantamos cinco eixos principais para o desenvolvimento, que são: o agronegócio, a educação, a logística, o turismo e a gestão. Dentre os cinco eixos, eu escolhi o turismo para trabalhar. Então, eu organizei um grupo com pessoas que tinham interesses em atuar nessa área. Em razão do nosso trabalho nesse grupo, por exemplo, hoje, nós já temos uma consultora do Sebrae fazendo o levantamento do turismo na região do Vale da Serra da Mesa, avaliando o mapa que inclui Porangatu, Niquelândia, Uruaçu, Minaçu e Padre Bernardo. Para iniciar esse planejamento de desenvolvimento regional do turismo, o Sebrae contratou, a pedido do grupo, uma consultoria, que está encarregada de levantar o que tem de infraestrutura em cada cidade, como rede hoteleira, essas

**Acesse aqui as
notas da página**



coisas. Porque, por conta do Lago Serra da Mesa¹⁹⁶, todas essas cinco cidades já tem algo de turismo ali implantado. Em Porangatu temos, por exemplo, o TeNpo, que é uma importante mostra de teatro¹⁹⁷. Então, precisamos ter projetos junto ao Estado para que a gente possa fomentar esse turismo na região, aumentando a chama que já existe ali e que está precisando ser acesa. Esse é o nosso trabalho. Cada eixo tem a obrigação de buscar mais pessoas para estar dentro do projeto, sobretudo pessoas que possam contribuir para fomentar essas forças em prol do desenvolvimento. Chegamos a conclusão, dentro do projeto como um todo, que o desenvolvimento está nas nossas mãos, que não precisamos ficar esperando só o Governo do Estado, o Governo Federal, os deputados. Nós temos que correr atrás. Isso foi interessante, porque esse grupo viu a importância que cada um tem nessa atuação, de estar preparado, primeiramente, e de promover essa união, porque ainda existe muito bairrismo ali. Inclusive, agora está tendo uma briga entre Mara Rosa e Campinorte por causa da questão da ferrovia Norte-Sul, da plataforma modal¹⁹⁸. Isso não faz sentido, porque, na verdade, se uma cidade da região se desenvolve, todos os nossos municípios serão beneficiados.

Uma outra questão, que também começou a ser discutida no período em que a senhora esteve aqui, foi a construção do Hospital Regional do Norte, cujas obras estão praticamente finalizadas. Como foi todo esse processo de busca de recursos para a construção do hospital? Como se deram essas discussões?

Quando eu estava na Assembleia, houve uma grande discussão para sabermos onde seria instalado o Hospital Regional. A gente estava priorizando Porangatu, mas à medida que as conversas foram evoluindo, entre os deputados federais e nós, os estaduais, percebemos que, por questão de logística, Uruaçu era a melhor cidade para ser instalado o hospital. Definimos Uruaçu, por estar menos distante da capital do que Porangatu. Se houve um acidente ali em Campinorte, por exemplo, seria necessário percorrer 100 km para levar o paciente até para Porangatu. E, se caso em Porangatu não se resolvesse, seria necessário voltar para Goiânia, o que implicaria em mais tempo na rodovia, aumentando, assim, ainda mais, o risco do paciente. Daí então a decisão em construir o hospital em Uruaçu, por essa questão de logística. Mas o hospital começou a ser construído e até hoje a obra não foi finalizada. A gente acredita que agora, neste mandato do governo atual, a obra provavelmente seja concluída, porque já está bem adiantada. A gente percebe isso, até pelos próprios comentários dos moradores de Uruaçu, que falta bem pouco mesmo para a obra ser finalizada.



**Acesse aqui as
notas da página**

Esta é realmente uma demanda muito importante para aquela região?

Muito, porque os municípios, hoje, enfrentam uma grande dificuldade em ter que enviar os pacientes para Goiânia, em ambulâncias que trafegam nessa rodovia tão perigosa. A BR-153 está estrangulada, com muitos caminhões e carros. O movimento é grande e acidentes acontecem quase todos os dias. Então, é muito preocupante a situação da saúde no interior. É preciso, portanto, pensar em regionalizar a saúde para que se possa desafogar Goiânia. A gente percebe que as pessoas buscam tratamento aqui por pura falta de opção, o que acaba superlotando os hospitais de Goiânia. Até os Cais ficam lotados, com gente que, na maioria das vezes, nem mora aqui, mas que acaba dando um jeito de arrumar o atendimento. Esse modelo atual de funcionamento acaba atrapalhando, no geral, toda a saúde.

Seu mandato se encerrou em 2011 e, no ano anterior, você se candidatou à reeleição, ainda pelo PSC, mas não obteve êxito. A que a senhora acredita se dever esse acontecimento?

Em 2010 eu disputei a reeleição. Continuava no PSC, mas muito ligada ao PMDB. E, de repente, a direção nacional do PSC decidiu apoiar o Vanderlan Cardoso, como candidato a governador¹⁹⁹. Então, nós tivemos que deixar de apoiar o governador Iris, que era o nosso candidato do PMDB, para apoiar o Vanderlan. Nesse momento, eu tinha uma ligação muito grande com os diretórios do PMDB no interior, principalmente lá na minha região. Devido a essa mudança de apoio aos candidatos a governador, acabei perdendo minha conexão com muitos diretórios, numa época, em que a eleição contava muito com essa participação deles. Quando a gente foi fazer a coligação do nosso partido, nós acabamos coligando com o PDT, que era um partido que já tinha dois deputados também na disputa. Esses candidatos acabaram tendo um número de votos muito maior do que nós do PSC. Nós tínhamos a proposta de coligar com outro partido, que, aliás, acabou elegendo dois deputados com menos votos do que eu e o outro candidato do meu partido. Acredito que essa derrota se deu devido a essa questão partidária, de mudança de apoio à candidatura do governo do Estado e à coligação. São essas as duas causas que eu coloco como justificativa da derrota.

**Acesse aqui as
notas da página**



Encerrado o seu mandato, o seu marido logo em seguida obteve êxito sendo eleito prefeito de Porangatu e você assumiu a Secretaria de Ação Social. Como foi essa experiência? O que você destacaria dessa passagem do Legislativo estadual para o Executivo municipal?

Embora seja um pouco diferente, não foge muito do contexto. É interessante, porque, no Executivo, você tem mais poder de atuação para direcionar os recursos. Você consegue fazer um trabalho mais amplo do que no Legislativo, onde a gente fica um pouco amarrado à questão do orçamento do estado, que depende do apoio do governo. Já no município, apesar de não ter muitos recursos, a gente conseguia ali fazer milagres. Mesmo com a nossa arrecadação sendo pequena. Recebemos também uma parcela do Fundo de Participação dos Municípios que é igualmente muito pequena, para número de habitantes e a quantidade de problemas que a gente tem²⁰⁰. Mas, graças a Deus, a gente conseguiu direcionar bem as políticas tanto do Governo Federal quando do Estadual, atuando na promoção do ser humano através de projetos como o Cras, o Creas e o serviço de convivência²⁰¹. Neles a gente direcionava todas as nossas forças, buscando fazer uma fiscalização melhor do Bolsa Família, colocando as famílias que realmente tinham necessidade que justificassem o recebimento do benefício do governo²⁰². Foi um trabalho muito gratificante e que nos rendeu um bom retorno por parte da comunidade, sobretudo devido a essas mudanças nos atendimentos.

Uma discussão em alta na Alego nos últimos tempos é a que trata do orçamento impositivo, que foi aprovado na Legislatura passada. Qual a importância de se defender esse recurso para os deputados?

Eu vejo essa história de uma forma muito positiva, porque os deputados estão mais perto dos problemas presentes nos municípios, vivenciando essa realidade ali diretamente com os prefeitos e os vereadores. Uma das primeiras portas em que as lideranças ou a própria população bate, quando precisam de ajuda, é na dos deputados, assim como na dos vereadores, no caso do interior. Quando não se tem essas emendas ou quando o governo não as libera, esse direcionamento para os municípios acaba ficando prejudicado. Isso porque, como governo atua de forma a atender, em geral, as demandas de todo o estado, ele acaba não tendo esse olhar tão minucioso e diferenciado, que os deputados têm ao representar a sua região ou o seu município. Isso se deve à proximidade que cada um deles têm com os problemas locais. Se não há esse tipo de recurso, os deputados ficam apenas com os pires nas mãos, fazendo pedidos ao governador e dependendo do que ele tem a oferecer. Com esse recurso você acaba garantido autonomia e melhores condições de trabalho aos deputados, uma vez que essas emendas terão que ser direcio-



**Acesse aqui as
notas da página**

nadas para as políticas públicas dos municípios, cujas demandas que eles conhecem bem. Eu ainda acho que o valor é pequeno, mesmo assim. E acho que os deputados estão no caminho certo, de brigar para garantir o aumento mesmo do orçamento. Eu lembro que, quando fui deputada, a gente precisava ficar implorando para as Secretarias liberarem algum recurso. Tudo o que a gente conseguia era com muito custo, com muita dificuldade. Eu acho que não deveria ser assim²⁰³.

Você pretende disputar algum outro cargo eletivo nas próximas eleições?

Não, nada certo até o momento. Meu marido, o Eronildo, que está sendo cogitado como pré-candidato a prefeito de Porangatu [para eleições municipais de 2020]. Ele já colocou o nome dele à disposição e está articulando. Lógico que a gente precisa de fazer ainda toda uma movimentação para concluir realmente a candidatura.

A senhora hoje está no MDB?

Sim. Sou filiada ao MDB. Não sei até quando (risos). Mas tenho um apreço muito grande pelo MDB.

E para para futuras candidaturas, você tem planos?

Olha, quem é político nunca pode falar que não. Estou sempre à disposição do partido, da nossa cidade, da nossa região. Gosto de participar da política. Esse movimento mesmo do Líder, é um movimento político apartidário. Não tem partido, mas acaba sendo um movimento político, porque a gente precisa estar junto com as forças políticas. E a gente pretende continuar, sim, atuando para ajudar a região, mesmo que não tenha mandato.

Os deputados discutiram aqui, no último ano, uma reforma administrativa do Estado para enxugar gastos, a partir de uma proposta encaminhada pelo governador Ronaldo Caiado²⁰⁴. Você acha que esse tipo de reforma é necessária?

Sim. Quando a gente está no Executivo, percebemos que existem muitos gargalos, muitas coisas que poderiam ser melhor direcionadas ou que podem funcionar com menos pessoas, porque, às vezes, vemos muita gente num determinado órgão sem que haja tanta necessidade. Fora outras coisas, em que a gente percebe haver muito desperdício. Se o gestor não tiver um olhar diferenciado, se perde muito dinheiro. Por isso, acho muito válida essa proposta do governador Caiado, de fazer essa reforma administrativa. A gente sabe que não é fácil. Você melhora um ponto e, às vezes, tem que voltar atrás, porque percebe que não vai funcionar. Mas o caminho é esse: começar a ver o que realmente

**Acesse aqui as
notas da página**



está funcionando hoje e o que não está e ter esse olhar mais amplo para poder gerir os recursos do nosso estado. Isso acaba não acontecendo, na maior parte das vezes, principalmente nas gestões que ficam muito tempo no poder. Elas acabam se perdendo um pouco em cada eleição que passa. É um processo muito rápido e o próprio gestor corre o risco de acabar se perdendo em meio a tantos compromissos assumidos diante de suas lideranças políticas. Para atender a essas demandas, a máquina pública acaba se expandindo muito, o que termina atrapalhando a gestão, no que se refere aos seus compromissos para com a população, como um todo²⁰⁵.

Você falou, durante a nossa conversa, de algumas dificuldades enfrentadas como parlamentar para conseguir recursos, por exemplo. Houve algum momento em que você se sentiu frustrada por não ter conseguido os recursos necessários para uma das suas bases?

Nossa, várias vezes! Porque a gente cria muita expectativa junto à população, até mesmo como candidata. E chega ao mandato com muita vontade de fazer diferença. Mas, para mover cada pedra do tabuleiro, leva muito tempo e muita conversa. Nada é fácil e rápido. Por isso, você acaba colecionando muitas frustrações. Por não conseguir, às vezes, tudo que você se propõe a fazer.

Durante o seu mandato, você lutou para que a UEG fosse transformada em autarquia e assim tivesse mais autonomia administrativa e financeira²⁰⁶. Mas hoje ela está operando com menos independência, por ter sido inserida na reforma do atual. Como você vê essa questão?

Eu estive reunida, na época, com os diretores da UEG do Estado e tive uma reunião com o secretário da Fazenda do Estado para discutir os problemas da unidade. O secretário praticamente desconhecia os problemas da UEG. E eram problemas simples, que poderiam ser resolvidos facilmente. E como não foram, agora, acabou sobrando para o atual Governo enfrentar esse desgaste. Os diretores não estavam tendo recursos para comprar nem o papel higiênico das unidades. Para virem à Goiânia solucionar alguma questão da unidade, eles tinham que pagar a viagem com o dinheiro do próprio bolso, a fim de cobrir os custos com o combustível, sobretudo. Eram, portanto, situações pequenas, que poderiam ser resolvidas mas, que não foram. Com isso, acabaram ficando maiores, por se tornarem questões recorrentes. E, agora, o atual governo pegou toda essa estrutura decadente para solucionar²⁰⁷.



**Acesse aqui as
notas da página**

Já se passaram quase nove anos, desde que você encerrou seu mandato aqui na Casa, e a gente percebe que ainda existem questões pendentes desde aquela época, como essa da UEG e a do próprio Hospital Regional de Uruaçu, conforme mencionado em outros momentos. Como encontrar soluções mais definitivas, em termo de Estado, para os problemas que a nossa sociedade enfrenta? É possível encontrar essas soluções mais a longo prazo, digamos?

Eu vejo que a burocracia é muito grande. É uma das coisas que impedem, principalmente, essa questão de obras no estado. Por isso, a gente acaba vendo muitas obras que se iniciam, nos municípios, inclusive, e que acabam levando muito tempo para serem concluídas. Como as obras do Hospital Regional, que está lá há mais de nove anos e nada de ser concluída. Para mim, o que mais emperra tudo isso é a burocracia, porque são vários órgãos que precisam validar aquele projeto. E, por cada órgão que ele passa, demora-se anos para poder seguir em frente. E a coisa vai se enrolando e acaba que não prospera. Às vezes, são situações simples, que poderiam ser solucionadas rapidamente, mas, devido a essa burocracia, o governo não consegue dar uma resposta de imediato. Essas situações deveriam ser revistas. Enquanto isso não acontece, a gente segue com esse entendimento de que a coisa pública anda devagar mesmo. Existe todo um sistema que precisa ser melhorado e que não será solucionado por um governo ou dois, apenas. Mas ainda assim precisa ser iniciado, de alguma forma.

A portrait of Dária Alves, a woman with short, curly brown hair, smiling. She is wearing a yellow top, a pearl necklace, and a pearl earring. The background is slightly blurred, showing an indoor setting with other people and structures.

DÁRIA ALVES

MANDATO: 13ª Legislatura (1995-1999)

“

Mulheres estudam muito mais, **ganham menos e são muito mais cobradas**. Elas não podem errar de jeito nenhum. Os homens podem errar e são perdoados. Muita coisa tem que mudar. Tínhamos que ter pelo menos 10 deputadas aqui.

MATÉRIA PUBLICADA EM 10/01/20

Por Samiha Sarhan

A ex-deputada Dária Alves é a entrevistada na 11ª edição do projeto Mulheres no Legislativo. Empresária e professora, ela fala sobre sua atuação político-partidária e da sua luta em defesa da população de Trindade, onde atua na área comunicação [Dária apresenta um programa semanal em uma rádio local].

Ela foi, em 1994, a quinta parlamentar mais bem votada do PMDB (atual MDB) em Goiás e a sexta a arrebanhar o maior número de votos entre os 41 deputados eleitos. Exerceu seu mandato durante a 13ª Legislatura (1995-1999), em que integrou a Mesa Diretora, como segunda secretária. Eis aqui esboçada um pouco da trajetória desafiadora percorrida por essa mulher aguerrida.

Para a trindadense, que nasceu no dia 6 de julho de 1948, ocupar a segunda secretaria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) foi uma conquista não apenas para ela, mas para todas as mulheres goianas.

A ex-parlamentar explica ter entrado em acordo com as outras cinco deputadas eleitas para a legislatura em questão— Denise Carvalho, Mara Naves, Nelci Spadoni, Onaide Santillo e Vanda Melo— e que, juntas, decidiram indicar Mara Naves para assumir a segunda secretaria no primeiro biênio. Dária viria, então, posteriormente, a dar seguimento aos trabalhos da colega. “Mas isso deu um problemão. Os homens não queriam. Aí as mulheres se reuniram de novo e falaram que se eles não me colocassem, nós não íamos votar em ninguém. Nós éramos unidas”, conta entusiasmada.

Durante seu mandato como deputada, Dária criou a Comenda Berenice Artiaga – a mais alta honraria que presta homenagem a mulheres fortes, atuantes e que representam o povo goiano. A comenda leva o nome da primeira mulher eleita deputada estadual em Goiás, em 1951. A condecoração foi instituída em 1998 pelo então presidente da Casa de Leis, Helenês Cândido. Berenice, que faleceu em 2012, participou de várias solenidades de entrega da comenda.

O projeto, que tem uma grande importância para o contexto da representatividade feminina no estado, é motivo de enorme orgulho para a entrevistada. “Nós vemos que aqui, na Assembleia, a entrega da Comenda Berenice Artiaga é uma das solenidades mais concorridas. Hoje eu homenagearia muitas mulheres de Trindade. Muitas das que trabalham na Vila São Cottolengo, por exemplo”, afirmou a ex-parlamentar.

Posicionamento forte, poder de decisão e apreço pela política são qualidades intrínsecas à personalidade de Dária Alves. Ela conta que desde a infância acompanhava seu pai, Sebastião Alves Rios, em comícios que ocorriam no município de Trindade. “Havia o Hilton Monteiro da Rocha (natural de Uberaba-MG/1924-1978). Filiado ao Partido Social Democrático. Foi prefeito do município de Trindade de 1955 a 1958, e de 1966 a 1970. Ficou conhecido por ter fundado o Largo Novo de Trindade — um moderno prédio, para a época, que abri-

gava os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Eu era alucinada pelo Hilton Monteiro, achava ele o máximo. Foi o primeiro político que eu conheci e meu pai era seu cabo eleitoral. Fazíamos os seus comícios na fazenda, quando eu já tinha uns 10 anos”, relata.

Desde então, Dária nunca mais se desligou da vida política. Foi líder estudantil em Goiânia e Trindade e organizou movimentos religiosos e comunitários na região. Além disso, mais adiante, ela também acabaria se destacando como empresária, tendo fundado e presidido a Associação de Confeccionistas de Trindade (Assivest).

Dária relata que foi pioneira no ramo de confecções de sua cidade, e que se destacou na mesma medida frente à organização de movimentos religiosos. “Fui a primeira confeccionista de Trindade e a primeira mulher a coordenar o movimento de cursilho (movimento católico, iniciado em 1948 na Espanha, que buscava orientar leigos a respeito de determinadas bases doutrinárias da religião) de lá”, diz orgulhosa.

Tendo sido criada numa fazenda em Abadia de Goiás – município que ela mesma lutou por emancipar (o feito se deu no ano de 1995), a história de Dária, como se pode notar, deixou marcas importantes para Trindade e região. Marcas estas que permanecem vivas até os dias atuais, visto que sua busca incessante pelo bem-estar social da população se estenderia para muito além do seu mandato na Alego.

Ela foi encontrando, ao longo do tempo, suas próprias maneiras de viabilizar, por exemplo, recursos destinados a ajudar aqueles que ainda hoje a procuram. “Eu arrumava shows para arrecadar dinheiro. Levei a dupla Leandro e Leonardo e o músico Dalvan (João Gomes de Almeida) para cantar em Trindade. Minha vida foi assim. Eu nunca parei na minha cidade. Eu nunca parei de ajudar, de trabalhar, de pedir e de fazer alguma coisa pela população”, sustenta.

A preocupação em ajudar a população de sua cidade natal levou Dária a criar o programa “Fala Trindade: bronca do povo”, que, há seis anos, é transmitido diariamente, às 8h30, pela Rádio Comunitária do município (87.9 FM). Para ela, a iniciativa se destaca como sendo uma ponte muito importante de comunicação entre o poder público e o cidadão trindadense, que se vale do canal para enviar ali, ao vivo, suas denúncias a respeito dos problemas relacionados à administração municipal. A entrevistada afirma que todas as reclamações têm sido devidamente encaminhadas às autoridades competentes.

“É uma rádio comunitária e ela cumpre plenamente a sua função ao divulgar e cobrar do poder público. A população interage com a programação por meio de ligações e áudios. Todas as perguntas são feitas, doa a quem doer. Eu não escondo, de ninguém, os fatos, porque preciso respeitar meus ouvintes”, explica.

No que tange ao espectro de atuação político-partidária, Dária já esteve, ao longo

de sua trajetória, filiada aos quadros de várias legendas. Além do atual MDB, ela passou também pelo Progressistas (PP) e pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Hoje, ela exerce sua militância junto ao Partido Republicano da Ordem Social (Pros), sendo, inclusive, presidente da ala feminina da sigla em Goiás.

Confira a seguir a entrevista completa com a ex-deputada Dária Alves:

A senhora nasceu em Trindade. Sua família também era goiana? Como era a convivência familiar?

Não. Meus pais não eram goianos, eram mineiros. Um era de Monte Carmelo e outro era de São Gotardo. Hoje somos sete irmãos. Quando minha mãe morreu, ainda jovem, nós éramos apenas três. José Alves Rios, Dalva Carvalho de Santana e eu, a caçula. Aí o papai se casou novamente e teve o Marcos Antônio Rios, o Mauro da Silva Rios, Mauri Carlos Rios e Márcia Natália Rios. Todos nós vivemos em Trindade. A minha infância foi bacana, embora eu tenha perdido minha mãe aos 9 anos de idade. Mas eu fui morar com a minha avó, e avó já explica tudo, né? Ela tinha um carinho diferente comigo porque tinha dó de eu não ter minha mãe por perto. Então, eu aproveitei muito. Minha infância foi toda em Trindade. Naquela época era muito bom. Eu tinha uma bicicleta. Foi uma vitória eu ter comprado minha bicicleta. Eu percorria aquela cidade inteira de bicicleta, ia fazer compras para minha avó e ela falava assim “você traz carne boa, senão eu devolvo”. Naquela época, a gente comprava carne e a dependurava em um cordão, pois não tinha sacola. Minhas tias moravam em fazenda e me davam requeijão e mexerica para vender na cidade. Foi uma infância bem interiorana mesmo. Eu vivi muito na fazenda antes da minha mãe morrer também. Era muito boa aquela vida de roça mesmo, né? Eu era muito feliz.

Conhecia todo mundo na cidade?

Conhecia quase todo mundo. Atualmente não, pois a cidade cresceu demais. Mas eu sou muito ativa em Trindade. Eu fui criada na Igreja Católica. As crianças adoravam encontrar o Padre Pelágio, pedir a benção para ele e ganhar santinho. Eu tenho muito carinho por essa lembrança do Padre Pelágio. Hoje nós trabalhamos muito para a sua beatificação. Eu era muito envolvida nos trabalhos da igreja na época.

Foi em Trindade que a senhora conheceu José Rodrigues, seu marido?

Não. Foi aqui em Goiânia. Minha avó mudou para Goiânia para morar com o filho dela e eu vim junto. Depois a minha irmã se casou e eu fui morar com ela. Mas antes de morar com minha irmã, eu morei com a minha tia. Eu era louca para casar e ter a minha casa. Aí conheci o Zezé quando eu tinha 17 anos e estamos juntos até hoje, há cinquenta e tantos anos. Só de namoro foi um ano e meio e temos 48 anos de casados. Então, o Zezé é o Zezé. Não tive outro na vida.

A senhora foi líder do movimento estudantil em Trindade e também em Goiânia, nos tempos em que estudava no Colégio Pedro Gomes. Como começou essa militância? Por quais causas lutava?

Estudei no Pedro Gomes e no Santa Clara. Durante toda vida eu gostei de política. Com nove anos de idade eu acompanhava meu pai nos comícios lá em Trindade. Havia o Hilton Monteiro da Rocha (natural de Uberaba-MG/1924-1978. Filiado ao Partido Social Democrático (PSD). Foi prefeito do município de Trindade de 1955 a 1958, e de 1966 a 1970. Ficou conhecido por ter fundado o Largo Novo de Trindade - um moderno prédio, para a época, que abrigava os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário). Eu era alucinada pelo Hilton Monteiro. Achava ele o máximo. Foi o primeiro político que eu conheci. Na época, quando eu já tinha uns 10 anos, fazíamos os comícios do Hilton na nossa fazenda, pois meu pai era cabo eleitoral dele. Fui a primeira confeccionista de Trindade e a primeira mulher a coordenar o movimento de cursilho de Trindade. Eu fazia de tudo. Por exemplo, a população não precisava se deslocar para fazer um tratamento de saúde. Eu arrumava shows para arrecadar dinheiro. Levei atrações como a dupla Leandro e Leonardo e o Dalvan para cantar lá. Esses shows eram voltados para ajudar as pessoas, por meio de doações. Minha vida foi assim. Eu nunca parei lá em Trindade. Eu nunca parei de ajudar, de trabalhar, de pedir e de fazer alguma coisa pela população de lá.

Depois de ter militado pela causa estudantil, a senhora cursou o magistério e atuou como professora na rede pública municipal de Goiânia, certo?

Sim. Depois de atuar na rede pública, eu cursei marketing pela Unopar. Cursei também Gestão Pública na Faculdade Afonsiano. Eu fui professora em Abadia de Goiás no primeiro mandato do Iris Rezende. Tinha 17 anos quando comecei e trabalhei lá durante três anos. Eu fui criada ali em volta de Abadia, na fazenda e, por isso, sou muito ligada àquela região.

A senhora acredita que a opção por fazer Magistério teve alguma ligação em relação à sua participação na causa estudantil?

Tudo que fiz na vida eu achava que não tinha coisa melhor. Quando fui professora, achei que fosse fazer isso para sempre, pois adorava minha profissão. Depois eu comecei a atuar na confecção e logo pensei: “ah, mas que beleza, né? Vou trabalhar com confecção pelo resto da minha vida”. Então eu entrei para a política e tive que encerrar as minhas atividades com comércio, porque não tinha como conciliar. Diante disso, considerei: “agora vou trabalhar com política para o resto da vida”. Mas não. Hoje tenho uma pousada, que existe há seis anos, onde recebo hóspedes e grupos do interior do Brasil em Trindade. Tenho também um programa de rádio que funciona, há 12 anos, todos os dias das 8h30 até 10 horas da manhã. Atualmente, o que mais me faz feliz é o meu programa de rádio, porque me proporciona um contato intenso com a população mais carente. Tenho muito cuidado porque eles acreditam em tudo que digo. É uma rádio comunitária e de muita

credibilidade, que cumpre plenamente sua missão ao divulgar e cobrar do poder público. Meu programa se chama “Fala Trindade: bronca do povo”. Por aí você já vê. Tenho parceria com todos os órgãos municipais. Eu cobro de quem precisa ser cobrado, mas agradeço também. Faço tudo com muito amor. Esses dias eu fiz uma entrevista com o diretor geral do Hospital Estadual de Urgências de Trindade (Hutrim). Foi quase uma hora de entrevista. Excelente. Amanhã eu vou entrevistar um senhor que tem um viveiro de mudas por lá. Ele vai ensinar como é feito o plantio de maneira adequada, quais plantas podem ficar expostas ao sol e tudo mais sobre jardinagem. É uma entrevista de utilidade pública. Na quinta-feira, vou entrevistar o superintendente de Vigilância Sanitária de Trindade. Ele vai falar sobre prevenção a ataques de escorpião e sobre as doenças transmitidas pelo mosquito da dengue. Eu também faço entrevistas por telefone. A população interage com a programação por meio de ligações e áudios. Todas as perguntas são feitas, doa a quem doer. Eu não escondo, de ninguém, os fatos, porque preciso respeitar meus ouvintes.

Em que momento a senhora começou a se interessar por seguir carreira política?

Foi em 1992. Tínhamos um movimento muito grande de confeccionistas e participávamos de muitas feiras. Fomos para a Feira Nacional de Indústria Têxtil (Fenit), na Goiás Vive Verão também. Em tudo a gente estava na frente. Daí os confeccionistas lançaram o meu nome para prefeita de Trindade. Mas sempre houve o machismo e a convenção de que você precisava passar por votação dentro do diretório do partido. Eu não tinha votos. Eu tive o meu voto e o da minha tia. Mas a mulher quando fala, quando resolve lutar por uma causa, ela tem que ser determinada. Senão o povo descredita. Aí nós fomos para a convenção como se nós tivéssemos toda a chance de sermos votadas. Eu não consegui nenhum homem para ser meu vice, porque eles não podiam desagradar o mandante do PMDB. Não vou falar o nome dele porque não interessa agora. Então eu consegui que a minha costureira, Dona Josefina Dias Reis, fosse lá me apoiar. Ela falou “Dária, o que tenho que fazer?”. Eu disse que só tinha que assinar um documento, se ela já fosse filiada ao PMDB. Toda a turma foi para a convenção. Eu tive sete votos, e com isso minha turma já me lançou para candidata a deputada estadual em 1994. Eles tentaram puxar meu tapete, mas não deram conta. Eu fui a quinta mais votada do PMDB e a sexta dos 41 deputados. Meu nome virou moda. Havia pais que chegavam lá na minha casa para pedir um adesivo com meu nome porque os filhos não queriam ir para a aula se não tivesse adesivo no carro, porque os amigos tinham. Eu nunca tinha sido candidata e, na época, eu tive 13 mil votos só em Trindade. Tive um total de 16 mil votos. Mas também não ganhei mais. Tomei bomba no resto.

A senhora foi deputada estadual pelo PMDB, mas já passou também pelo PP e PRTB. Quando foi que a senhora se filiou a um partido político pela primeira vez? Foi o próprio PMDB? Como se deu essa escolha?

O presidente do PMDB na época era meu compadre, João de Deus Chaves Aguiar. Ele me filiou porque já estava fazendo as filiações naquele período. Ele pensou na possibilidade de eu ser até candidata a vereadora. Mas aí surgiu a oportunidade de me candidatar a deputada estadual. Eu já era seguidora do PMDB porque o meu pai votou no Iris Rezende para vereador em 1957. Então eu cresci naquele ambiente que era o PSD, depois veio o PMDB. Eu votei para o Maguito Vilela para deputado federal, ou seja, eu fui criando vínculo com o partido.

Nas eleições de 2018 a senhora se candidatou novamente a deputada estadual, pelo PRTB, mas não conseguiu se eleger. A senhora permanece nessa legenda? O que motivou cada mudança de partido?

Eu era presidente estadual do PP Mulher junto ao secretário Wilder Moraes. Nós fizemos um trabalho bom. Eu representava o ex-senador em vários eventos, fui para o interior na campanha de prefeitos. Era tudo muito bom. Mas puxaram o tapete dele e pegaram o PP. Daí eu saí do PP junto com ele e escolhi o PRTB por indicação e me candidatei. Mas hoje eu estou filiada ao Pros. Sou presidente estadual do Pros Mulher, porque eu acompanhei o senador Wilder Moraes.

A senhora foi deputada estadual e firmou base em Trindade e região. Quais bandeiras e segmentos você defendia?

Um dos projetos que eu fiz como deputada foi a emancipação de Abadia de Goiás. Lá havia uma rua que, do lado direito era Trindade e do lado esquerdo, era Goiânia. Nem o prefeito de Trindade fazia alguma coisa, nem o de Goiânia. Em 1995, nós emancipamos a cidade. Abadia cresceu tanto que nem está nessa lista de extinção do governo federal. Tem quase dez mil habitantes. A primeira prefeita de Abadia foi minha assessora, Telma Ortegá, que ficou só seis meses no mandato, pois veio a falecer. Daí o vice-prefeito assumiu. Foi missão cumprida.

A questão religiosa, um perfil forte na região de Trindade, teve influência em sua candidatura e, posteriormente, em seu mandato?

Antes do mandato, a fonte de renda em Trindade era a confecção. Mas com a vinda do Padre Robson, houve uma virada na cidade. É como se outra Trindade tivesse sido criada. Naquela época tinham dois hotéis bem simples. Hoje nós temos lá mais de 80 hotéis e pousadas. Só nesse final de semana havia mais de 80 ônibus e mais de 4.700 pessoas hospedadas nos hotéis e pousadas. Isso gera muitos empregos e também atrai muitas lojas. Hoje também temos o programa de televisão “Filhos do Pai Eterno”. É outra cidade.

Ao final do mandato, considera ter conseguido alcançar bons resultados em relação às promessas de campanha?

A minha principal bandeira, que até hoje eu acho super importante, é a criação de empregos no interior do estado. Goiânia inchou. Mas, se você criar empregos nas cidades do interior, as pessoas não vão perder a raiz. Elas vão ficar na cidade, vão trabalhar na cidade. Trindade deixou de ser cidade dormitório. Eu acho que o Governo precisa levar empresas para o interior e parar de acumular em Goiânia. O trânsito de Goiânia vai melhorar, o transporte público vai melhorar, porque as pessoas vão ficar fixadas em suas cidades. Agora é necessário melhorar a energia elétrica. Em Trindade há setores que ficam dois ou três dias sem energia. Estou falando de lá, porque moro lá. Mas a falta de energia é um problema generalizado. Tem que solucionar o problema da água, porque ninguém aguenta pagar esse preço de esgoto e água do jeito que está. Em Trindade, o governo anterior terceirizou o tratamento de esgoto e virou tudo um caos. É preciso criar pólo industrial, mas não de pequeno porte. Tem que levar indústria grande para o interior, para gerar emprego mesmo.

A senhora defendeu que os rejeitos do Césio 137 fossem para Abadia de Goiás?

Sim, eu acho que nunca houve em Goiânia, ou no estado de Goiás, tantos votos contra a emancipação de uma cidade. Mas naquela época houve. O pessoal daqui de Goiânia não queria permitir a emancipação, por uma questão de limite. Então eu cheguei e falei que eles estavam sendo bobos, pois nós estávamos tirando o Césio de Goiânia e passando a ser de Abadia de Goiás. Todo mundo falava que o Césio estava em Goiânia, existia um estigma. Aí eles concordaram. Depois nós sofremos para acabar com a discriminação pelo fato de o Césio estar em Abadia, mas hoje não se fala mais nisso.

Algo que teria ficado pendente a estimulou a voltar a concorrer nas eleições de 2018?

Sim, eu concorri nas eleições novamente para continuar meu legado. O prefeito de Trindade está cuidando direitinho da cidade. Lá já existem muitas faculdades, mas, para mim, o que é mais preocupante é o desemprego. O País todo está sofrendo com a falta de emprego.

A senhora é mãe de três filhos. Quando abraçou a vida política, que idade eles tinham? Foi possível conciliar a vida política com a vida familiar?

Sim, tenho três filhos e cinco netos. Um fez 18 anos depois da eleição, o outro tinha 16 anos e a mais velha já tinha feito 20. Não foi fácil, porque eu criei meus filhos em volta de mim. A minha confecção era ao lado da minha casa. Quando começava a chover eu saía na rua, gritava e meus filhos traziam tudo para dentro. Eu era motorista deles também.

Eu que fazia tudo, pois o meu marido trabalhava fora. Quando eu entrei para a política, a minha casa abriu as portas para a população. Eu tive problemas, porque meus filhos estavam acostumados a chegar e o almoço estar pronto. Mas depois mudou tudo. Eu tinha uma secretária que abria a porta da casa e ficava sentada ali o dia todo recebendo as pessoas e anotando os recados. Isso se deu, pois, uma das minhas bandeiras na campanha era “Vote numa trindadense porque vocês não precisam sair de Trindade para falar com deputado. Eu vou estar aqui”. Nós tínhamos apartamento em Goiânia para os meninos estudarem, mas eu nunca dormi lá. Eu saía meia-noite e seis horas da manhã já tinha gente na porta da minha casa em Trindade. O que eu prometi, eu cumpri. Tive problema com meus filhos, porque eles me cobravam. Eu não tinha mais aquela tranquilidade de terminar de almoçar e deitar no sofá. Mas eles foram aprendendo e se acostumando com as novas circunstâncias. Meu marido era delegado fiscal do interior e trabalhou em diversas cidades. No final de semana ele costumava ficar em casa.

José Rodrigues, seu marido, te apoiou para entrar na vida política?

Sim, ele foi companheiro. Ele é um articulador de primeira. Eu acho que ele é mais político do que eu e sempre me apoiou. Eu tinha 42 anos quando eu me candidatei para prefeita. Essa é, inclusive, uma história curiosa: certo dia, meu irmão perguntou porque eu não me candidatava a prefeita. Eu respondi que era porque o Zezé, meu marido, não gostava de política. O Zezé, no entanto, que estava ali comigo, na ocasião, disse que, apesar disso, se eu quisesse me candidatar, eu poderia. Essa atitude dele foi, para mim, a mesma coisa de me tirar de uma gaiola. Desde então, eu nunca fiquei uma eleição sem estar na política, sendo candidata ou não. Eu nunca fiquei em cima do muro. Eu sempre tive meus candidatos e sempre os declarei. Por exemplo, todo mundo em Trindade sabe que o meu candidato a prefeito é o deputado Dr. Antonio e eu não escondo de ninguém.

Quem foram as suas fontes de inspiração para os seus trabalhos na carreira pública e na vida política?

Desde criança, sempre me inspirei no meu pai e também no político Hilton Monteiro da Rocha.

A senhora declarou em entrevista à TV Alego que “sempre abraçou a alegria e a tristeza das pessoas”- querendo dizer que sempre as ajudou a resolver os problemas delas. De que forma fazia isso? Que tipos de problemas eram esses?

A população me procurava. Eu fazia shows, almoços, festas e bailes a fim de arrecadar dinheiro para ajudar as pessoas. Hoje eu tenho o programa de rádio. Então é mais fácil. Uma pessoa que me ajudou muito em Trindade foi o ex-governador Maguito Vilela. Quando um governador ganha, existem cargos que podem ser distribuídos entre os deputados. Daí ele me chamou e disse que estava com muita dificuldade de disponibilizar

cargos. Diante disso, eu disse que não queria cargo, e sim obras para Trindade. Tudo que eu precisei, ele fez. Estação de tratamento de esgoto; a Vila Vida, onde ficam os idosos; a duplicação da rodovia dentro de Trindade; escolas; etc. Toda demanda que eu trazia para ele, era autorizada. Então, embora eu tenha sido criticada, eu acho que o maior objetivo de um político não pode ser apenas conseguir cargos, pois se eu arrumar cargo para você, eu estarei resolvendo o seu problema. Mas se eu levar uma obra para a cidade, eu estarei resolvendo o problema da comunidade. Eu pensei assim e penso até hoje. Dizem que eu não consegui a reeleição porque eu não tinha cargos no Estado. Eu não consegui a reeleição porque as pessoas não votaram em mim, mas as obras estão lá. Às vezes as pessoas esquecem, mas não tem importância, o importante é minha consciência.

Em sua trajetória a senhora transitou por vários meios – escolar, religioso, confeccionista, comércio, indústria, dentre outros. Com qual desses segmentos a senhora se identifica mais e acredita ter mais contribuído? Por quê?

Foi muito importante a emancipação de Abadia de Goiás. A estação de tratamento de esgoto também, porque eu não imagino Trindade sem uma estação de tratamento de esgoto. Nunca mais o Governo fez uma estação daquele porte em alguma outra cidade. Se o Maguito Vilela não tivesse nos atendido, Trindade estaria cheia de fossas.

A senhora declarou em entrevista à TV Alego que “mesmo não estando na política, faz política”. Em que sentido a senhora usou essa expressão?

Quando se fala em política o povo acha que é algo partidário, mas não é. Política é educação, é você lutar por uma feira melhor, por exemplo. Sempre que a população precisa de mim, eu estou pronta para ajudar. Essa semana eu fui no supermercado e achei interessante, pois o pessoal me conhece pela voz, né? Eu chego nos lugares e sou muito barulhenta. Dou bom dia a todos. Daí veio uma senhora atrás de mim e falou que a mãe dela queria me abraçar, queria me conhecer, mas que ela era cega. Eu fui até onde ela estava. Quando eu cheguei lá ela me abraçava tanto e me agradecia tanto pelo programa de rádio. Achei bonitinho que ela retirou os óculos escuros para conversar comigo. Aí nós conversamos e ela disse que dá gargalhadas sempre que se lembra das histórias que eu contei na rádio. O povo acha que política é só pertencer a um partido e pedir voto. Política é democracia. Não aprovo muita coisa desses políticos partidários. Há umas coisas de que tenho vergonha.

Como foi a sua relação dentro dos partidos que participou? Havia apoio real às suas candidaturas?

Os partidos dão apoio aos candidatos, principalmente se perceberem que o candidato tem voto. A maioria fornece, ao menos, na minha época, material de gráfica. Na última eleição, meus filhos até me alertaram que nós não teríamos condições financeiras

de manter uma candidatura. Eu discordei e disse que os partidos estavam mais juntos com as mulheres e que o povo não iria vender os votos mais, por causa da Lava Jato. Falei ainda que o povo estava mais politizado. Mas não mudou muita coisa não. As mulheres não se filiam aos partidos, elas lutam pela igualdade e pelo espaço político, mas na hora de candidatar elas não candidatam e na hora de votar não votam em outras mulheres. A Assembleia tem 41 vagas de deputados e, hoje, nós só temos duas deputadas. Na minha época, tínhamos cinco. Qual é a porcentagem maior dos eleitores de Goiás? São as mulheres. Mas cadê as mulheres? A maioria das mulheres é boa. Não vou falar que são 100% perfeitas. A política continua do mesmo jeito, assim como eu continuo na luta.

Como a senhora procurava se destacar na Alego, tendo em vista que é um ambiente majoritariamente masculino?

Eu fazia discursos de empoderamento para as mulheres, como se estivesse tudo sempre sob controle. Mas na hora de votar, elas não votam. As melhores para pedir voto são as mulheres. Você chega numa cidade na época da eleição, na época da campanha, você olha na rua e vê que a maioria são mulheres batendo de porta em porta, pedindo voto para políticos homens. As mulheres sabem trabalhar. É claro que há exceção. Por exemplo, a deputada federal Flávia Moraes teve 180 mil votos. Ou seja, não são só homens que podem conquistar uma quantidade expressiva de votos, mas ainda falta muito.

Antes de colocar seu nome como candidata a deputada estadual, a senhora apresentou seu nome para ser candidata à Prefeitura de Trindade, mas foi impedida pelo partido (PMDB). A senhora acredita que as dificuldades para as mulheres na política são ainda maiores quando se fala de cargos no Executivo?

Em 1992 eu tentei me candidatar à Prefeitura de Trindade. Eu noto que para a mulher é difícil a disputa em qualquer área. Por exemplo, quando há uma solenidade aqui na Assembleia, você olha a mesa e só vê homens, de vez em quando que aparece uma mulher. Essa dificuldade para as mulheres se justifica pela falta de união entre elas. Os vereadores em Trindade têm 17 cadeiras, sendo quatro mulheres e uma suplente. Eu estou com 71 anos e eu calculo que vou viver mais uns seis ou sete anos (risos). Eu espero ainda ver se há alguma mudança, viu?

Como deputada estadual, a senhora se elegeu pelo PMDB. Que papel a legenda teve na sua aprovação à Mesa Diretora como 2ª secretária?

Nos dois primeiros anos daquela legislatura, foi a Mara Naves a indicada para o cargo de 2ª secretária da Mesa Diretora. Na ocasião, nós nos reunimos, as cinco deputadas eleitas, e decidimos que a Mara ocuparia a posição no primeiro biênio e depois eu assumiria. Mas isso deu um problemão. Os homens não queriam. Aí as mulheres se reuniram de novo e falaram que se eles não me colocassem, nós não íamos votar em ninguém. Nós éramos unidas.

Como era sua relação com os demais colegas parlamentares?

Eles nos tratavam muito bem. Claro que tínhamos mais afinidade com uns do que com outros. Cada um tinha um círculo de amizade, né? Mas todos tinham consideração com a gente e nos tratavam muito bem. Nunca houve problema.

Havia importantes embates de gênero naquela época?

Havia sim. Se a Denise de Carvalho apresentasse um projeto, nós a apoiávamos, por exemplo. Tudo que tratava sobre mulher nós estávamos juntas. No momento não me recordo de nenhum projeto em especial, mas a mais polêmica era a deputada Denise mesmo.

Segundo informações coletadas nos arquivos da Casa, consta que a senhora apresentou 11 projetos durante a sua atuação parlamentar, enquanto deputada estadual da 13ª Legislatura, sendo a maior parte deles de denominações e utilidade pública. Qual, dentre os seus projetos, você considera que tenha sido mais importante?

Eu propus a criação da Comenda Berenice Artiaga. Isso para mim é motivo de um orgulho muito grande, porque, na época, ela era viva e ainda muito participativa. Hoje nós vemos que aqui na Assembleia a entrega da Comenda Berenice Artiaga é uma das solenidades mais concorridas. Ela foi a primeira mulher eleita como deputada estadual em Goiás. Eu homenageei a Joana D'arc, que é do PT de Trindade. Tenho um respeito muito grande pelo trabalho dela. Também condecorei uma amiga que foi uma das primeiras confeccionistas aqui de Goiânia, a Diva. Me esqueci do sobrenome dela. Além de homenagear vereadoras e várias outras mulheres. Naquela época, a gente homenageava uma ou duas apenas. Hoje eu homenagearia muitas mulheres de Trindade. Muitas que trabalham na Vila São Cottolengo, por exemplo.

Se fosse deputada hoje, qual projeto ou bandeira a senhora defenderia? Que pessoas seriam dignas da sua homenagem? Alguma mulher, em especial?

Eu defenderia a bandeira da geração de empregos. Uma mulher que respeito muito, e também condecoraria com homenagens, é a Sandra Vilela. Acho que ela foi uma excelente primeira-dama. Ela é séria e muito voltada para a área social. Eu acompanhei os quatro anos dela muito de perto. Eu sei muito bem sobre o excelente trabalho que ela desenvolveu.

A senhora vê importantes diferenças entre o cenário político da época em que foi deputada e o atual? Houve avanços? E no tocante às questões femininas, o que mudou?

Sim, houve avanços. Os deputados estão mais preocupados com a transparência. Na minha época não existia o Portal da Transparência. Houve mudanças sim, na própria

rede social. Tudo que você fala e faz, em questão de segundos, está publicado para o mundo inteiro. Acho que os políticos estão mais sérios. O passado é que ainda pesa muito. Em relação à mulher no cenário político, posso destacar o bom trabalho de algumas deputadas federais. As deputadas da legislatura estadual atual também estão trabalhando muito. A mulher fica mais próxima da população, ela sente mais. É algo da mulher, por ter em si um instinto maternal.. Ela tem mais sensibilidade com os problemas da saúde, por exemplo. As mulheres têm conseguido um avanço muito bom.

Depois de quase um século de participação das mulheres na política, ainda existem grandes dilemas que precisamos enfrentar para nos mantermos na vida pública. O que a senhora considera ser o maior desafio hoje para as mulheres naquilo que se relaciona à vida política?

O maior desafio é você conseguir, dentro do seu partido, a mesma oportunidade de se candidatar. Ter a mesma ajuda financeira que os homens têm. Agora existe essa cota para mulheres, da qual eu sou a favor. E, como não se pode colocar um substituto, agora precisam tratar as mulheres a pão de ló, pois elas são importantes dentro da legenda. Mesmo assim não é fácil filiar a mulher dentro do partido. A cota é uma conquista. Eu nunca vi gostar de puxar um tapete como os homens gostam. Eles acham que só eles que podem ser eleitos.

Nós, mulheres, somos hoje mais de 50% da população, compomos grande parte da mão de obra no mercado de trabalho, sustentamos muitos lares e muitas famílias, somos também a maioria nas universidades, porém estamos longe de termos a mesma representatividade nos cargos eletivos do Parlamento. Na sua opinião ao que se deve essa realidade? Como a senhora acredita que as mulheres enxergam aquelas que estão na vida política do País?

Parece que tem mulher que não gosta de ver outras mulheres na política. Algumas pensam que somos incompetentes. Falam que não vamos dar conta. Torcem para dar errado. Nem todas são assim, mas há aquelas que são machistas. Isso é solucionado por meio da conscientização e da política educacional. Da mesma maneira que você trabalha com uma criança hoje para não jogar lixo na rua, você tem que trabalhar a importância da mulher. Mulheres estudam muito mais, ganham menos e são muito mais cobradas. Elas não podem errar de jeito nenhum. Os homens podem errar e são perdoados. Muita coisa tem que mudar. Tínhamos que ter pelo menos 10 deputadas aqui.

Na Alego, elegemos para a atual Legislatura apenas duas deputadas e voltamos ao patamar de 20 anos atrás, mesmo com um aumento exponencial no número de candidatas. Em relação a esse assunto e em termos de políticas públicas, o que precisa ainda ser feito para aumentar a representatividade feminina no Legislativo e na política de forma geral?

Acredito que isso só depende da mulher. Ela tem que bater o pé. Deve cobrar o mesmo tratamento que é dado aos homens. Está na hora H. Esse é o momento de a mulher entrar na política porque há a cota. Os homens não podem substituir as mulheres nas candidaturas. Nunca esteve tão bom para mulher entrar na política como agora. Tanto para vereadora, como para prefeita nas eleições de 2020, quanto para deputada estadual e federal em 2022. Eu só não entro de novo por conta da questão financeira e da minha idade. Eu fiz um compromisso com meus filhos de que seria a última vez que eu me candidatava. Mas não brinca comigo não que eu ainda quebro essa promessa (risos).

A senhora é favorável a que as mulheres tenham uma cota também dentro dos parlamentos?

Qualquer proposta que buscasse favorecer as mulheres, mesmo que fizesse sentido, por ser algo justo e que propunha igualdade, não era aprovada. As mulheres do Congresso Nacional queriam criar essa cota que seria, por exemplo, dez vagas aqui da Assembleia Legislativa destinada para mulheres. Mas não passou porque a maioria que vota é masculina. Se tivesse criado essa cota de dez mulheres parlamentares, teríamos mais oito mulheres aqui dentro.

De que forma os homens devem entrar nesse debate para contribuir com esse tema? O que a sociedade ganha quando as mulheres chegam ao poder?

Os homens defendem esse debate até o ponto de não os prejudicar. Mas há homens que são companheiros, que defendem as mulheres. É raro, mas vai melhorando. A mulher tem um sentido diferente, uma responsabilidade, um constrangimento em se corromper. Ela sente mais vergonha de fazer coisa errada. É diferente. A mulher tem mais brio. Se eu fizer alguma coisa errada, sinto que meus filhos e meus netos vão ter vergonha de mim. Nós pensamos muito nisso. A cobrança é muito maior para a mulher e ela é mais sensível para lidar com essas questões.

Qual o legado que a senhora deixou na história do Parlamento goiano?

Acho que foi minha alegria e minha responsabilidade aqui na Assembleia Legislativa. O tratamento que eu dei para as pessoas que me procuravam aqui. Eu acho que é isso.

Qual incentivo a senhora poderia dar às mulheres para que elas possam participar da vida pública e política do nosso Estado?

Acho que ela deve procurar o Pros, o meu partido (risos). O incentivo que eu tenho é que elas se filiem a um partido, porque assim terá mais voz. Tem que lutar. As mulheres são muito acomodadas nessa luta aí. Então, sugiro que procurem um partido, no caso, o Pros (disse rindo).

A portrait of Gracilene Batista, a woman with dark curly hair, wearing a white top, looking slightly to the right. The background is a plain, light-colored wall.

GRACILENE BATISTA

MANDATO: 17ª Legislatura (2011-2015)

“

Eu vejo que a **mulher negra sofre ainda mais preconceito** que o homem negro, porque acaba configurando, justamente, uma dupla situação de opressão. É uma realidade da qual não dá para fugir e precisa ser trabalhada.

MATÉRIA PUBLICADA EM 07/02/20

Por Luciana Lima

“Precisamos entender que a nossa condição de mulher não nos desqualifica a alcançar espaços na política e em nenhum outro lugar. Sejam fortes e corajosas, porque a realidade é difícil mesmo, mas nem por isso vamos abaixar a cabeça e deixar que nos falte a legítima representatividade no meio político e social”.

Eis aqui registradas as palavras de uma mulher que fez da superação sua grande bandeira. Ela já foi feirante, empregada doméstica, vendedora, professora primária, oficial de justiça, secretária municipal, deputada estadual e atualmente é advogada. Estamos falando de Gracilene Batista, suplente, por um ano, durante a 17ª Legislatura da Assembleia Legislativa (Alego). Exerceu seu mandato parlamentar, pelo PTB, na vaga aberta por Henrique Arantes, quando esse se licenciou para ser secretário de Estado (ele permanece como deputado na Casa, cumprindo, agora seu 3º mandato, agora filiado ao MDB). Hoje, ela integra o PL Goiás [antigo PR, a legenda tem entre seus quadros a deputada federal Magda Mofatto, que antecedeu Gracilene na Alego, tendo exercido seu mandato durante a 15ª Legislatura].

Por ter sido curta a sua passagem pelo Parlamento goiano (ela assumiu como deputada estadual em 02.01.2013 e retornou à suplência em 01.01.14), Gracilene lamenta não ter podido contribuir mais para o progresso das políticas públicas no Estado. Por outro lado, a ex-parlamentar encontra profunda satisfação nas memórias do período em que foi secretária municipal de Assistência Social, em Niquelândia, sua cidade de criação [ela é natural da vizinha Uruaçu]. É dali que ela extrai, com modesto orgulho, as mais notáveis experiências vividas em sua trajetória política.

O feito se deu na ocasião em que seu marido, Ronan Batista, figurou como prefeito do referido município (2006 a 2012). Gracilene permaneceu, no entanto, no cargo, apenas até o início de 2010, quando assumiu, por nomeação direta do então governador Marconi Perillo, a assessoria especial da Governadoria do Estado de Goiás. Também ocupou, posteriormente, a vaga de conselheira da Casego (Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás), onde ficou até dezembro de 2012, quando se deu a sua entrada na Alego.

Filha de pais lavradores e feirantes, a 12ª entrevistada do projeto Mulheres no Legislativo revela, nesta entrevista especialmente concedida à equipe de reportagem da Agência Assembleia de Notícias, histórias memoráveis de um passado de dificuldades e um presente repleto de superações. Vinda do Nordeste do estado e tendo enfrentado, desde a mais tenra infância, as duras lidas impostas por uma vida farta de privações econômicas, Gracilene se destaca, hoje, na história desse Parlamento.

Primeira e, até o presente momento, única mulher negra a ocupar uma cadeira no Plenário da Alego, ela lembra as dificuldades enfrentadas em decorrência de sua condição racial e de gênero. “A minha base familiar me ajudou muito a ter mais autonomia e autoconfiança. Mas eu passei por diversas situações bastante complicadas, por sinal, como acontece com qualquer

mulher negra, em especial, no Brasil. A realidade que enfrentamos é repleta de preconceitos, de todas as formas”, desabafa.

Coerente com a sua trajetória de vida, ela se esmera no seu advogar em favor dos direitos humanos e das causas sociais. “Tudo tem o seu devido contexto. Eu sou mesmo verdadeiramente apaixonada pelo ser humano, em si”, conclui, em certa altura, imediatamente após registrar profundo desacordo com a pauta referente à redução da maioridade penal. A medida visa, em linhas gerais, reduzir de 18 para 16 anos a idade mínima exigida para penalização criminal no Brasil.

A posição defendida por Gracilene vai de encontro, no entanto, à sua própria orientação partidária, uma vez que a PEC 171/1993²⁰⁸, que trata sobre o tema, recebeu a aprovação do Plenário da Câmara Federal com a ampla aceitação da bancada do PR. Inserida na pauta de votações da sessão extraordinária realizada no dia 19 de agosto de 2015, ocasião em que se fizeram presentes 474 dos 513 parlamentares da Casa, a matéria arrebanhou 320 votos favoráveis contra 152 contrários e uma abstenção.

Do total de votos computados em favor da proposta, 32 manifestações viriam a ser registradas pelos então deputados do PR, a quem a ex-deputada da Alego havia recém se tornado correligionária (Gracilene se filiou à legenda exatamente no ano em que se deu a referida votação). A matéria foi encaminhada à apreciação do Senado Federal, onde aguarda²⁰⁹ agora a designação do relator junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por seu idealismo e profunda empatia com os mais vulneráveis, Gracilene Batista tem, não raro, recebido críticas, que, em alguns casos, advém até mesmo de amigos próximos. Ela conta que, para eles, seus posicionamentos passam, às vezes, por demasiado utópicos. “Não é bem assim. Eu acredito mesmo é que as pessoas acabam se desviando do caminho por algum motivo. E, por isso, podem se tornar até mesmo irrecuperáveis, socialmente falando. No mais, eu parto sempre do princípio de que todos nascemos para ser bons”, defende-se, com o brio que lhe é característico.

Um pouco mais sobre o perfil dessa aguerrida mulher pode ser encontrado nas linhas que se seguem. Na conversa, além de trazer memórias da infância e outros episódios marcantes de sua trajetória pessoal, Gracilene também relembra fatos igualmente memoráveis de sua carreira pública e de suas experiências políticas, o que inclui o breve período em que figurou como deputada na Alego. Na ocasião, ela dividiu o espaço do Plenário com outras três companheiras parlamentares: Adriete Elias, Isaura Lemos e Sônia Chaves.



**Acesse aqui as
notas da página**

Confira agora, na íntegra, os diversos assuntos abordados durante a entrevista com a ex-deputada Gracilene Batista.

Você é natural de Uruaçu, no Norte goiano. Como foi sua infância e juventude, no interior? Como era o Norte goiano naquela época? E a sua realidade familiar, naquele contexto?

Bem, eu apenas nasci em Uruaçu, porque, na época, Niquelândia não possuía maternidade. Tenho muitos familiares ali, porque minha mãe é de Niquelândia, mas meu pai, de Uruaçu. Além disso, são cidades bem próximas: apenas 80 km separam uma da outra [a GO-237 é a rodovia que conecta ambas]. Há 40 e poucos anos, Uruaçu era bem mais avançada do que Niquelândia nessa questão de saúde. Hoje, embora Uruaçu ainda continue sendo sede de várias regionais na área, Niquelândia já a superou bastante nesse aspecto, porque tem uma economia mais pujante, graças à força da mineração e do turismo, bem como pela maior facilidade de acesso à capital [Goiânia está conectada à Niquelândia pela BR-414]. Mas acaba, ao final, que uma complementa a outra, em vários sentidos.

Eu sou a filha mais velha. Tenho uma irmã e um irmão mais novos. Meu pai, que faleceu há 12 anos, era lavrador, assim como a minha mãe. Eu vivi até os 10 anos na zona rural e, posteriormente, eu fui morar na cidade de Niquelândia para estudar. Fiquei um bom período morando na casa de familiares, de tios. Oito anos depois, quando minha irmã alcançou idade para estudar também, foi que minha mãe veio para a cidade. Meu pai continuou na zona rural, vindo apenas aos finais de semana nos visitar. Tirou todo o nosso sustento de seu trabalho na terra. Eu guardo maravilhosas recordações da minha infância e juventude. Venho de uma excelente estrutura familiar, embora de origem muito humilde, financeiramente falando. A minha mãe e meu pai eram pessoas de uma sabedoria incrível, algo que, hoje, eu tento transmitir da melhor maneira para o meu filho. Mas eu cresci em condições bem precárias. Sem água encanada... Energia era um sonho muito distante da minha realidade! Mas nem por isso faltou amor. Meu pai era mais rígido e a minha mãe fazia o papel de conciliadora, sempre. Eles me ensinaram muito. Isso eu comento até hoje com a minha mãe: “você nos criaram com excessos, porque às vezes a gente fica preso a comportamentos que nos limitam um pouco”. Há situações, por exemplo, em que acabamos demonstrando muita timidez, do tanto que a educação foi rígida. Mas foi uma educação feita sempre com muito amor, nunca com violência.

Foi essa sua base familiar que te trouxe segurança?

Sim, com toda a certeza. Meus pais sempre fizeram o possível para que nós estudássemos, tanto eu quanto os meus irmãos, mesmo naquela precariedade. Isso é algo que foi marcante para nós. Na época, o ensino público na zona rural só ia até a quarta série. Concluída essa etapa, tinha que se mudar para a cidade, porque onde eu morava ficava a cerca de 12 km de lá [se refere à sede do município de Niquelândia]. Era quase uma viagem para se fazer diariamente, e, como não tínhamos carro próprio, dependíamos de carros de vizinhos. Com muita garra e

muita luta, meu pai, mais adiante, adquiriu um imóvel na cidade. Tudo para que a gente pudesse concluir nossos estudos [primários e secundários]. A minha família foi, e continua sendo, realmente a minha base.

Você começou a sua carreira profissional como professora do Ensino Fundamental. Como foi esse processo?

Conclui minha formação básica junto com o curso técnico do Magistério. Depois eu acabei paralisando minha carreira. Naquela época não havia oferta de ensino superior em Niquelândia. A faculdade mais próxima ficava em Goianésia, distante mais de 100 km. E mesmo assim só surgiu anos depois, quando o meu filho nasceu, o que dificultou meu ingresso em curso superior à época.

Foi por isso que a sua formação universitária se deu bem mais tarde, aos 41 anos? Como foi encarar uma formação assim tardiamente, digamos? O que a motivava? Você atua na área ainda hoje?

Verdade. A questão é que na época em que abriram a faculdade em Goianésia, meu filho ainda era muito pequeno e eu trabalhava. E eu não quis abrir mão de me fazer presente na vida dele, em momento algum, o que provavelmente teria acontecido se eu fosse cursar uma faculdade, naquela ocasião. Então, eu preferi adiar um pouco esse plano. Mas acabou dando certo. A oportunidade veio, no futuro. Eu acabei cursando Direito, numa instituição particular, o que foi novidade para mim, visto que toda a minha formação básica havia se dado no contexto de escolas públicas. Por isso tudo, eu considero ter sido, sim, privada, por um tempo, do acesso ao nível superior. Até mesmo por conta das dificuldades que se enfrentava ao morar numa cidade do interior, naquela época. Se ainda hoje enfrentamos situações complicadas nesse sentido, daí você imagina...

E você começou a trabalhar também muito cedo, não é mesmo?

Sim. Desde os meus 14 anos, quando eu comecei trabalhando como doméstica. Posteriormente, eu acabei encontrando um emprego no comércio local, onde permaneci por muitos anos. Mas desde quando eu era bem novinha, eu já tinha o hábito de ajudar o meu pai nas feiras, aos domingos. Porque ele também trabalhava como feirante.

Vocês tinham um pedacinho de terra?

Sim. Meu pai tinha uma terrinha onde plantava e depois colhia para vender nas feiras da cidade. Então, minha vida foi sempre assim, trabalhando. Primeiro, na feira com o meu pai. Depois fiquei um tempo como doméstica, antes de ir parar no comércio. Eu só entrei no serviço público, como professora, em 1996. Depois veio o trabalho no Fórum de Niquelândia, onde fiquei à disposição por oito anos (nessa época eu já era servidora do município). A primeira metade,

como oficial de Justiça [ela respondeu também, por certo período, como secretária do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Niquelândia].

Então, você foi concursada do município?

Sim, do Executivo e também do Judiciário. Mas neste último eu acabei não finalizando o período de estágio probatório, pois coincide com a eleição do meu esposo como prefeito de Niquelândia. Acabei abrindo mão do concurso, porque achei que podia contribuir mais integrando a gestão dele.

Você é casada com Ronan Batista, ex-prefeito de Niquelândia. Quando e como se conheceram? Já havia, nesse período, planos concretos para entrar na política?

Eu tinha 24 anos quando nós nos conhecemos e eu já trabalhava como servidora pública. Na época, ele era sócio de uma transportadora. Ainda não era um político, em tese. Mas já mostrava vocação e interesse para ser, porque ele amava a política e estava sempre no meio dos movimentos. Eu não, detestava. Com tempo é que eu fui entendendo do que se tratava exatamente e fui me afeiçoando ao assunto. Porque eu sempre gostei de promover políticas públicas, e não tem como você ajudar a coletividade se não for por meio da política partidária.

Quando foi que começou a enxergar a política como uma possibilidade? Foi após a candidatura do seu marido a prefeito? Ele teve alguma influência na sua escolha?

Quando eu assumi a Secretaria Municipal de Assistência Social [durante a gestão do marido como prefeito]. Foi aí que eu busquei conhecer, na verdade, o funcionamento do trabalho técnico e me apaixonei pela área social. E, como eu estava dizendo, consequentemente, você acaba entendendo que não há outro meio de se promover um trabalho voltado para a coletividade senão pela política partidária. Na verdade, até tem como, mas é muito complicado e você acaba, direta ou indiretamente, sempre dependendo dela.

Interessante essa trajetória, porque você vem justamente de uma realidade social mais vulnerável, digamos, e trilha um caminho até chegar à Secretaria Municipal de Assistência Social, onde pôde trabalhar em prol de pessoas que tinham a mesma origem que você...

Para mim, isso foi muito importante. Eu diria até essencial. O que, de fato, alimentou a minha vontade foi esse meu desejo de ajudar o próximo, de entender mais sobre as políticas públicas e de compreender como a ação do Estado pode verdadeiramente transformar a vida de pessoas. Sobretudo, por ser capaz de identificar ali justamente onde se encontrava a origem dos problemas, não ficando só na ponta, na superfície. Digo isso porque às vezes a política pública é promovida de modo a gerar soluções apenas provisórias, mas não atingem as causas reais do problema. Não que isso seja algo feito propositalmente, mas acontece muito.

Você acredita que a trajetória de vida de um indivíduo é o que o sensibiliza e o desperta para esse olhar mais cuidadoso, como o que você demonstra ter para as questões sociais que presencia?

No meu caso, sim. Eu assumi o serviço social num momento de transição no Brasil: momento em que este deixava de ser meramente um favor aos mais necessitados. Inclusive, isso trouxe implicações até para o próprio perfil do que vinha até então a ser a figura da primeira-dama, que foi se transformando para algo mais voltado para um perfil gestor. Hoje, a ideia que se tem de uma Secretaria Municipal de Assistência Social é totalmente diferente: ela se presta a promover políticas públicas para a melhoria da vida das pessoas, porque isso é um direito do cidadão. E é exatamente isso que precisa ser trabalhado, porque, às vezes, você acaba com um trabalho que está tendo resultados satisfatórios, simplesmente porque se encerrou uma determinada gestão.

Você se refere ao problema da falta de continuidade das políticas públicas?

Exato, porque isso dificulta, o resgate de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por exemplo. Esse é um dos fatores que impede que o problema tenha uma solução definitiva.

Não dá condições de autonomia a elas, a longo prazo, seria isso?

Sim, são ações de efeito apenas paliativo. Mas é claro que temos também muitos casos de sucesso. No entanto, é preciso que o poder público tenha sempre um olhar muito cuidadoso para com essas questões sociais. Inclusive, eu sempre brinco que uma coisa é você tentar ajudar uma pessoa que está precisando, por dever moral, obrigação pessoal ou até mesmo por amor, sem nunca ter vivenciado situação parecida. Outra coisa é você ter vivenciado aquilo. Sua reação será diferente, com toda a certeza. Você vai se movimentar, se esforçar muito mais para encontrar uma solução.

Nesse caso, você acha que há mesmo diferença entre quem tem vivência numa dada realidade e quem está, digamos, alheio a ela?

Eu vejo que sim. O que, claro, não desqualifica pessoas que venham de outras condições sociais a liderarem esse tipo de trabalho. Mas ela vai precisar se esforçar muito mais para conhecer, para se colocar no lugar do outro.

Você acha que a sua trajetória facilitou o seu trato com o público que atendia na secretaria? Por haver mais identificação, havia mais empatia entre vocês?

A empatia é uma questão realmente delicada. Veja que ontem mesmo, por exemplo, eu vivenciei uma experiência fortíssima, nesse sentido. Eu estava chegando na minha casa e um senhor me abordou. Como eu estava muito distraída no momento, eu levei um susto. E ele disse: “desculpa, eu não vou assaltar a senhora”. Ele queria apenas me fazer um pedido. E eu fiquei com tanta vergonha de ter tido aquela reação! Embora essa seja uma reação compreensível, dada às circunstâncias, eu, ainda assim, fiquei muito envergonhada, porque fiquei pensando como aquela pessoa se sentiu diante disso. Eu senti mesmo que foi uma espécie de agressão que eu fiz a ele, ainda que involuntariamente. Por isso, eu acabei pedindo desculpas a ele e ajudei com o que estava pedindo. Mas eu fiquei surpresa com a minha reação, porque senti que não estava sendo eu mesma.

Você se achou muito reativa, no caso, e isso te fez sentir mal em relação a você mesma?

Sim. Não que eu seja uma pessoa utópica, que pense que todas as pessoas que estão na rua pedindo, estejam realmente precisando. Mas eu entendo que há sempre uma história por trás, de violência, de vício, de dependência. Por isso que eu não concordo com medidas como a questão da redução da maioridade penal, por exemplo. É um tema que me incomoda muito, porque acho que não é por aí que se resolve. Converso sobre isso com amigos, inclusive, e eles dizem que eu vivo no mundo da utopia, porque acredito que todo mundo é bom. Mas não é bem assim. Eu acredito mesmo é que as pessoas acabam se desviando do caminho por algum motivo. E por isso podem se tornar até mesmo irrecuperáveis, socialmente falando. Mas, sim, eu parto sempre do princípio de que todos nascemos para ser bons. Nós mesmos, inclusive, se não estivermos sempre a nos vigiar, dentro das nossas próprias famílias, por exemplo, podemos acabar nos transformando em pessoas incapazes de cumprir bem com o nosso papel. Então, tudo tem o seu devido contexto. Mas voltando à questão social, eu sempre tive muito desejo de fazer uma formação nessa área. Porém, a paixão pelo Direito acabou sobressaindo, até porque eu acho que vou poder ajudar também a partir daí, seja por meio da política ou não. Mas, o fato é que eu sou mesmo verdadeiramente apaixonada pelo serviço social, pelo ser humano, em si.

Como você mesmo já pontuou aqui, que o trabalho público não depende apenas de paixão, mas também de qualificação técnica. No seu caso, o Direito te ajudou a ter essas condições, mesmo que tenha vindo após a sua estadia enquanto secretária municipal?

Quando eu assumi a pasta da Assistência Social, eu sabia o que eu queria, que era promover um excelente trabalho. Queria atender, ainda que minimamente, todas as demandas do meu município. Demandas essas que eu já conhecia, porque estive sempre, de certa forma, em contato direto com as pessoas. Primeiro, por conta do contexto social do qual eu vinha. Depois pelas experiências reunidas no período em que estive em sala de aula e no fórum.

Você tinha uma proximidade com as demandas do povo...

Exatamente. E aí me faltava justamente buscar essa qualificação. E foi o que eu fiz. Na época, o Ministério do Desenvolvimento Social estava passando por uma fase de transformação, oferecia muitos cursos de qualificação, e formamos uma boa equipe na Secretaria de Assistência Social. Contratamos profissionais qualificados: assistentes sociais, psicólogos; em suma, uma equipe técnica diversificada. Eu sempre tive o interesse, a vontade, de me qualificar em alguma área relacionada a gestão. Dessa maneira, montamos uma equipe multidisciplinar que trouxe também, claro, essa parte técnica, que eu não tinha adquirido até então, já que dispunha de uma formação mais teórica, digamos. Foi assim que nós realizamos o nosso trabalho.

E dentro disso vocês desenvolveram vários programas. Quais foram mais importantes? Como cada um deles era constituído e executado?

Olha, nós tínhamos programas que assistiam de uma ponta à outra: crianças, adolescentes, a população carcerária, vítimas da violência e da criminalidade, e idosos. Esses programas foram sendo executados aos poucos. Nós demos continuidade aos atendimentos existentes na secretaria, à época, que eram mais voltados para crianças, e fomos desenvolvendo, em etapas, todas as demais frentes de trabalho. Com a população carcerária, por exemplo, foi um trabalho que já veio no segundo mandato do meu esposo. Nós criamos [na Secretaria da Assistência Social] um departamento com equipe multidisciplinar para atender a população carcerária. Isso foi feito através de parceria com outras secretarias - Educação, Saúde e Cultura. E daí surgiu a necessidade, e até o desejo, de também acolher e atender as vítimas de violência. Porque não dá para você trabalhar um aspecto do problema e negligenciar outro. Em parceria com o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social, levamos para Niquelândia o CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social]. Demos uma contrapartida do município, uma incrementada, e fizemos o trabalho. É até difícil escolher algum para destacar. Nós tínhamos também um trabalho com adolescentes, o Projovem [o programa, instituído pelo governo federal, com fins à reintegração e permanência destes indivíduos no sistema educacional – Lei nº 11.692/08[5], é desenvolvido, no caso, pelos municípios a ele aderentes a partir de recursos advindos de Fundos de Assistência Social da União, dos Estados e dos próprios Municípios]. Eu vejo esse programa como se fosse uma isca, porque com ele a gente conseguia diagnosticar o problema dentro de cada família dos adolescentes assistidos, o que possibilitava que seus familiares também fossem integrados ao atendimento, cada uma de acordo com a sua respectiva demanda. Nós tentávamos fazer um trabalho mais amplo, personalizado, porque trabalhar o indivíduo isoladamente não adianta. Não adianta você trabalhar um adolescente isoladamente.

E você conseguiu perceber a importância da família nesses contextos?

Nossa, demais! Tomando por base as minhas próprias experiências, dentro e fora da Secretaria da Assistência Social, eu vejo que a estrutura familiar, independente de sua composição,

é crucial na vida de uma pessoa. Porque a pessoa precisa de uma estrutura. É aquilo que eu estava dizendo: não adianta pegar, por exemplo, um adolescente e trabalhar com ele isoladamente, porque ao chegar em casa, ele vai se deparar com o mesmo ambiente, vai ser vítima da mesma violência. É bem amplo. E nós cuidávamos para que isso não acontecesse. Às vezes, acontecia de a gente atender até família que não tinha necessidade nenhuma desse atendimento tão amplo. Mas, em outros casos, você acabava atendendo todos os membros, por problemas variados. Além disso, tínhamos também o programa habitacional, que foi muito importante. Na época, somente para Niquelândia, conseguimos a construção de mais de 200 unidades habitacionais, incluindo o lote. Essa questão da moradia é séria! Até hoje eu vejo que não é um problema somente em Niquelândia. Depois aqui, como deputada, eu pude perceber que ele afeta ainda muitos outros lugares do estado. É, portanto, uma realidade que ainda precisa ser bastante trabalhada.

Queria retomar um pouco dessa sua trajetória política. Você assume o seu primeiro cargo político como gestora à frente da Secretaria da Assistência Social, durante a gestão de seu marido. Depois, lança a sua candidatura direto ao Parlamento estadual. Não seria mais natural que você tentasse primeiro uma eleição municipal? Em que circunstâncias se deu esse salto?

Em política você nunca toma uma decisão sozinha. Há sempre um grupo [político], por trás. E nós acabamos tomando essa decisão coletivamente, por uma vontade que não foi apenas minha. Não que eu não tivesse esse interesse, mas ainda o meu maior interesse, de fato, era na política local, mais do que na estadual. Foi conversando com amigos, inclusive, e com deputados aqui da Casa e da Câmara Federal que chegamos nesse consenso sobre a conveniência da minha participação na disputa. Como eu tinha esse interesse [e tenho até hoje] em contribuir, com o meu trabalho, para a melhoria dos serviços públicos, eu acabei aceitando o desafio e, assim, lançando, em 2010, a minha candidatura à vaga de deputada estadual. Na época, meu esposo ainda estava cumprindo seu mandato como prefeito. Foi uma experiência excelente, porque eu fui muito bem votada. Tive mais de 14 mil votos. Mas, por questões de legenda partidária, eu não alcancei a quantidade de votos exigida naquele momento. Acabei ficando como suplente, até obter a honra de chegar aqui nessa Casa, onde tive o prazer de permanecer por um ano. Depois, eu voltei o olhar para a minha cidade e, em 2016, concorri à Prefeitura de Niquelândia, tendo ficado como segunda colocada. Mas essa oportunidade na Assembleia foi incrível. Não pude fazer tanto quanto eu gostaria, por causa do curto período. Não dava para elaborar, desenvolver e executar grandes projetos, mas foi muito bom, mesmo assim. Fiz tudo que estava ao meu alcance e, sinceramente, nós tivemos muitas conquistas para a nossa região.

O Norte goiano é uma região que, sabemos, tem muitos contrastes sociais. Se o compararmos com o sul ou o centro do estado, por exemplo, percebemos que há uma menor destinação de recursos para lá. Mas, ainda assim, Niquelândia se torna um município expoente na economia goiana, muito por conta da questão da mineração. Como

ficou, ao final, essa representação regional e que resultados julga ter conquistado nesse um ano de mandato?

Eu vejo um grande potencial no Norte goiano. Mas, temos um problema que compromete muito o desenvolvimento na região e ele se esbarra, exatamente, na esfera política. Há excelentes lideranças locais, mas apesar disso existe muita dificuldade em eleger esses candidatos, restringindo a representatividade do Norte aqui dentro da Casa. Isso foi um dos fatores que tornou a minha experiência ainda mais significativa e gratificante. Nós vivenciamos, na época, um período de grande desenvolvimento estadual e, por isso, podemos somar muito com a nossa região. O que mais lamento, no entanto, é o fato de o nosso Hospital Regional ainda não está funcionando, infelizmente. Ele é um sonho antigo da nossa região. Precisamos muito do Hospital Regional, porque é gritante ter que fazer um familiar seu rodar, por exemplo, mais 300 km para se deslocar até a capital para receber esses diversos tipos de tratamentos que já poderiam estar sendo ofertados na região.

O Hospital Regional começou a ser construído em Uruaçu?

Sim. A estrutura física está pronta, mas infelizmente ainda não em funcionamento. O nosso sonho é que funcione. [A estimativa é que o Hospital Estadual e Maternidade de Uruaçu (Hemu) Maria Pires Perillo, nome oficial da instituição, atenda mais de um milhão de pessoas de 60 municípios do Norte do estado; do Vale do São Patrício; e do Sul do Tocantins nas áreas de gineco-obstetrícia; de urologia, proctologia; clínica médica e cirúrgica; ortopedia; traumatologia; cardiologia; gastroenterologia; pneumologia, neurologia clínica e mastologia, além de realização de exames. Nos primeiros meses de gestão, o novo governo estadual, liderado por Ronaldo Caiado/DEM, anunciou que a inauguração efetiva da obra ocorreria apenas no final deste ano. O custo para que o hospital possa finalmente entrar em operação ficou então orçado em R\$ 64 milhões].

Foi uma pauta na qual você se empenhou muito?

Sim, foi uma pauta que me esforcei muito para acelerar, porque realmente significa muito para a nossa região. Para agravar a situação, a GO-237 [rodovia estadual] estava praticamente intransitável no sentido Niquelândia-Uruaçu. A pavimentação asfáltica existente estava destruída. Graças à nossa luta, conseguimos o recapeamento. Ela está, até hoje, em condições de tráfego, digamos assim. Então eu acabei buscando solucionar problemas emergenciais, que estavam ali para serem resolvidos. Outro exemplo, foi o caso da balsa que ligava Niquelândia a Barro Alto [localizada GO-080, para travessia do Rio Maranhão], que precisava passar por reforma. Acompanhamos isso bem de perto, até que a Agetop [hoje Goinfra - Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes] viabilizou a reforma. Isso foi uma excelente conquista para nós. Conseguimos ainda uma regional da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher para Niquelândia, que eu vejo como uma mega conquista. Infelizmente hoje ela está desativada, já há algum tempo, porque precisava de uma contrapartida do município. Mas esse vem passando por uma situação

econômica bem complicada, desde que uma das mineradoras paralisou seus serviços no local [em 2016, a Votorantim Metais, atual Nexa Resources, suspendeu as atividades de extração de níquel na região, alegando inviabilidade econômica decorrente da queda do valor do produto no mercado internacional]. Isso acabou trazendo uma série de prejuízos, não só no setor público, mas também em todos os outros. A situação gerou um efeito cascata, que culminou na queda da arrecadação do município. Mas, sim, tivemos grandes conquistas, sobretudo no período anterior, quando estava aqui, como deputada na Alego. Foi uma experiência incrível somar forças junto com outros colegas para representar essa região, que tanto necessita de socorro até hoje.

Retomando um pouquinho, seu marido foi prefeito por dois mandatos? Durante todo esse tempo você se manteve à frente da Secretaria de Assistência Social?

É bom explicar. Na verdade, foram sete anos de mandato dele. Desses, eu estive cinco à frente da Secretaria Municipal de Assistência Social. Em 2011, eu assumi um cargo no Governo do Estado, aqui em Goiânia. Minha função era acompanhar, na Casa de Apoio, as pessoas de Niquelândia que estavam em tratamento de saúde na cCpital. Era uma maratona. Todas as sextas-feiras, quando saía do trabalho aqui, eu já seguia para Niquelândia para encontrar meu esposo e ajudar no que fosse possível. Nos últimos dois anos do mandato dele, eu estive acompanhando o trabalho e contribuindo dessa forma [mais aos finais de semana].

Você ficou esse tempo como assessora especial do Governo?

Exatamente, porque ali eu vi uma oportunidade ainda maior de poder ajudar o meu município.

Isso foi antes da sua entrada aqui na Alego?

Sim. Foi entre 2011 e 2012. Eu assumi aqui [na Alego] em 2013.

Seu marido terminou a gestão como prefeito, pelo PTB, e você se decidiu pela candidatura a deputada estadual, pelo mesmo partido. Esse foi o primeiro partido político ao qual se filiou?

Sim. Quando meu esposo foi para a prefeitura, eu me desliguei do Fórum de Niquelândia e acabei me filiando à legenda. Mas, naquela época, eu era apenas uma simples contribuinte. O interesse em me candidatar surgiu mais tarde, só lá em 2010.

E como foi a escolha desse partido? Ela se deu pelo fato de seu marido já ser filiado a ele?

Não. Eu escolhi o PTB porque já tinha conhecimento da atuação do partido e, naquele momento, era uma legenda que tinha uma atuação forte na região norte. Posteriormente, eu acabei me identificando mais com o PR. Isso já em 2015, depois do meu mandato na Alego. Fui para o

PR e assumí a liderança do PR Mulher no estado. Depois o partido mudou para PL, onde estou até hoje, embora não mais como liderança no PL Mulher. Não mudei muito de partido (risos). Não tenho um histórico muito longo de mudanças nesse sentido (risos).

Como é que foi a sua candidatura dentro do PTB? Que tipo de apoio o partido te ofereceu?

Olha... é até difícil dizer, porque fiquei muito mais focada no trabalho para o eleitor do que para o partido em si. Tínhamos um grupo muito grande de parceiros no partido e, por isso, recebi um apoio bem natural. Isso foi fundamental para consolidar a minha maturidade partidária. Considero que o apoio foi normal, pois sempre tivemos um relacionamento muito bom com os colegas de partido, o que perdura até hoje, inclusive mesmo com as lideranças do PTB. A questão é que agora tudo está mudando um pouco.

O partido tem diminuído as lideranças aqui no estado? É isso?

Exatamente. De 2015 para cá, eu tenho mais ligações com as pessoas do que com o partido em si. Pessoas que eram do quadro e com as quais preservamos um vínculo de amizade até hoje. Mas a nível de estado, não sei como está o partido hoje e não acompanho de perto.

O fato de ser mulher te trouxe algum benefício ou algum prejuízo na candidatura?

Benefício, nenhum. Não a meu ver. Vivemos numa sociedade machista. O resultado é que nós ainda temos pouquíssimas mulheres à frente de cargos eletivos. Tivemos um avanço na esfera do Executivo, temos hoje um número maior de prefeitas [no último pleito municipal, de 2016, Goiás elegeu 32 prefeitas, num universo de 246 municípios goianos, o que representa 13% do total], mas aqui no Legislativo estadual somos poucas [na atual Legislatura, há duas, no universo de 41 deputados; o número de mulheres, neste caso, representa menos de 5% do total, ou seja, uma diferença que não chega sequer à metade da representatividade feminina hoje alcançada na esfera dos Poderes Executivos municipais]. Ora, vou dizer mais: para nós estarmos inseridas no mercado de trabalho já é uma guerra! Vocês sabem. Porque para as mulheres é bem complicado conciliar a vida privada com esse tipo de carreira pública, por conta da própria natureza das atividades que nos foram socialmente atribuídas. Na política não é diferente. Muito pelo contrário: é ainda mais difícil, daí o fato de podermos observar uma diminuição no número de mulheres eleitas [a 15ª Legislatura, por exemplo, contou com a participação de nove deputadas eleitas]. Agora, com essas novas políticas [de cotas eleitorais e partidárias], pode ser que consigamos alcançar, na prática, nas próximas eleições, mais êxito, com resultados eleitorais mais favoráveis. Mas é complicado, porque o problema não é só a estrutura financeira ou a obrigatoriedade da cota. Não está só ali, o problema é muito mais amplo...

É uma conta que não fecha. A gente tem um estado no qual a maioria da população é composta por mulheres, a maioria das eleitoras são mulheres, mas as mulheres con-

tinuam, ainda assim, sub-representadas. Mesmo com o aumento no número de candidaturas femininas nas últimas eleições estaduais, elas não conseguem se firmar na hora do voto. A que você credita essa situação?

É muito complexo, porque se trata de uma situação que necessita ainda de muito apoio e atenção para ser revertida. Eu não estou incluída nesse grupo, mas vejo que até o apoio familiar é importante e, na maioria das vezes, falta. O que inclui até mesmo o apoio do próprio companheiro, e sobretudo dele, na maioria dos casos. Não foi o meu caso, particularmente, porque o meu esposo sempre me incentivou muito. Até porque ele tem esse perfil bem mais político e conciliador mesmo. Inclusive, foi ele quem me ajudou a compreender a importância da política partidária, e sou muito grata a ele por isso. Mas considero que isso seja até uma exceção. Já vivenciei, por exemplo, situações em que o próprio eleitorado me abordou para perguntar o porquê de eu ser candidata e não o meu marido. Quando fui candidata a prefeita, nessas últimas eleições, alguns me perguntavam: “Gracilene, por que você quer ser candidata, o seu marido não poderia ser candidato, ele está impossibilitado?”, ao que eu, prontamente, respondia: “Não, gente, eu é que tenho o interesse”. Então a gente se esbarra muito nessas questões ainda. Eu vejo que há um problema cultural também. É algo muito complexo e que envolve desde o apoio da família, o apoio da sociedade, até o apoio do partido. Em relação a essa última questão, no entanto, há um problema a ser colocado. Das últimas eleições para cá, com todas as alterações na legislação, nós tivemos muitos partidos vindo atrás de nós, mulheres, e estimulando as nossas candidaturas apenas para que se cumprisse a cota. O apoio, verdadeiramente, eu tenho esperança e muita fé de que nós ainda iremos conquistar, mas atualmente não é o que vejo acontecer, infelizmente. No meu entendimento, temos ainda muito para avançar, porque hoje só entra [na vida política] a mulher que tem garra, muita força de vontade e que for guerreira mesmo. A política envolve, em geral, situações complicadas em que os homens, entre si, têm muito mais facilidade em lidar. Eu vou arriscar dizer, inclusive, que, em se tratando de temas como a corrupção, por exemplo, as mulheres tendem, a meu ver, a demonstrar mais dignidade e firmeza de caráter em suas ações. Não que isso seja uma regra, que todos os homens sejam corruptos e as mulheres não. Mas eu vejo que essa postura, de forma geral, mais íntegra das mulheres na política também é algo que acaba incomodando. Nossa sociedade precisa avançar muito ainda nesses quesitos. E eu acho que a mudança começa mesmo por nós, mulheres. Precisamos continuar tendo coragem para enfrentar. Não estou querendo dizer que as mulheres são desanimadas. O que estou dizendo é que precisamos nos sentir capazes e entender que a nossa condição de mulher não nos desqualifica a alcançar espaços na política e em nenhum outro lugar. Sejam fortes e corajosas, porque a realidade é difícil mesmo, mas nem por isso vamos abaixar a cabeça e deixar que nos falte a legítima representatividade no meio político e social. E isso precisa ser fortemente trabalhado, sobretudo no âmbito do nosso Poder Legislativo. Porque eu vejo que no Executivo, o contato com público acaba criando um vínculo maior e a mulher acaba sendo mais encorajada. Mas, no âmbito do Legislativo, falando da nossa realidade aqui de Goiás, e até do Brasil mesmo, é bem complicado. É algo que precisamos trabalhar, principalmente nós mulheres. Não podemos nos deter diante dos obstáculos, que são sobretudo culturais.

Você já falou sobre as dificuldades enfrentadas por sua origem social e por sua condição de mulher. Uma outra questão igualmente marcante, nesse aspecto, diz respeito à sua identidade racial, enquanto mulher negra. Sua história de vida, as dificuldades que enfrentou (e talvez ainda enfrente), parece ser algo bastante comum à realidade de muitas outras mulheres brasileiras, negras e da periferia. O que foi mais difícil superar em toda a sua trajetória? Você chegou a sentir também, na pele, que essa questão da cor ainda é fator de marginalização forte em Goiás, como temos visto ser no Brasil, de forma geral? Fale um pouco para a gente, como foi para você lidar, com todas as essas questões juntas: ser mulher, negra, filha de pais agricultores, fazer política no Norte de Goiás.

Vou começar a responder essa pergunta voltando àquela ideia que vínhamos conversando agora há pouco sobre a questão da família, da minha base familiar, que me ajudou muito a ter mais autonomia e autoconfiança. Mas eu passei por diversas situações, bastante complicadas, por sinal, como acontece com qualquer mulher negra, em especial, no Brasil. A realidade que enfrentamos é repleta de preconceitos, de todas as formas.

Mesmo você tendo ocupado um cargo de gestão?

Claro! Pode ser até ignorância da minha parte, mas eu vejo que a mulher negra sofre ainda mais preconceito que o homem negro, porque acaba configurando, justamente, uma dupla situação de opressão. É uma realidade da qual não dá para fugir e que precisa ser trabalhada. Eu vejo que a mulher em geral e também a negra, em particular, já conquistaram muitos espaços aqui em Goiás. Eu já passei por vários movimentos sociais aqui no estado que me ajudaram e me direcionaram muito, inclusive para que eu pudesse ajudar outras mulheres nesse trabalho de resgate, mas é sempre uma situação muito complicada, a gente nota.

E como você costuma se posicionar diante dessas situações de preconceito?

Sempre com a máxima serenidade possível, mas também com muita firmeza. Eu busco sempre mostrar para as pessoas que o racismo, além de ser crime, é algo doentio e abominável. Enquanto secretária da Assistência Social, eu estive, na época, ali entre 2008 e 2009, acompanhando um trabalho muito interessante em Cavalcante, voltado para a promoção da igualdade racial [o município, que faz parte do nordeste goiano, abriga as mais conhecidas e populosas comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - maior território de remanescentes quilombolas do País]. Era um projeto que envolvia muitas parcerias, inclusive com o governo federal, e que eu fui conhecer, junto com a minha equipe. Depois nós acabamos levando esse modelo de trabalho para o nosso município, promovendo palestras e outras ações que trabalhavam desde a autoestima, principalmente da mulher, até a conscientização da sociedade sobre esse fato do racismo ser crime. Levamos, inclusive, delegados para promover essas palestras sobre a criminalização da prática de racismo. Mas é um trabalho que precisa ser constante, para que surta, a longo prazo, um efeito mais significativo. De qualquer forma, mesmo hoje, a gente

já consegue perceber alguns resultados positivos. As mulheres estão mais empoderadas, por exemplo, que é algo que vem de dentro para fora, mas que acaba tendo reflexos na realidade social cotidiana. E, à medida que a mulher vai alcançando, gradativamente, mais espaço dentro da sociedade, que ela vai passando também a ter mais condições de ir promovendo, por conta própria, esse trabalho. Mas, por enquanto, eu vejo que ainda estamos longe de ter conquistas mais impactantes nesse sentido, o que vemos são alguns avanços.

Se, por um lado, você se depara com essas situações que tentam te jogar para baixo, digamos, que é o fato de ser mulher e ser negra, por outro há muito do que se orgulhar em sua trajetória de alguém que realmente se empodera e consegue transpor as barreiras culturais e sociais que foram, inicialmente impostas, e que ainda o são em vários aspectos. Para quem ouve a sua história, a sensação é de que, de fato, há uma vitória nítida em sua travessia pela vida. Algo, portanto, para se orgulhar...

Sim, isso é fato.

Como é para você olhar para trás agora e ver todas essas dificuldades vencidas? Você sente que pode ser uma espécie de exemplo para outras mulheres que partilham de uma história parecida com a sua?

Sinto que sim. Principalmente por toda a dificuldade vivida em relação às oportunidades de acesso ao conhecimento. Eu reconheço, sim, claro, que haja aí uma trajetória, de fato, de muita superação e conquista, sem dúvida. É algo de que a gente tem que se lembrar o tempo todo, porque ainda hoje, mesmo sendo advogada, se eu não estiver muito atenta, estou sujeita a ser vítima de discriminação numa audiência no fórum, por exemplo. Mas isso é algo que hoje, com mais autonomia, eu não permito mesmo! Eu estou aqui citando o meu caso, mas com a certeza absoluta de que toda mulher, em geral, e a negra, em particular, é potencialmente vítima de situações discriminatórias semelhantes a essa que mencionei. O que acho mais importante destacar em minha trajetória é que embora tenha encontrado muitas dificuldades, elas não me impossibilitaram de ter as minhas conquistas. E lembrar que sempre será necessário ter cuidado, porque isso não é algo que passa ou que fica no passado da mulher negra. É uma situação que eu tenho consciência de que vou ter que lidar com ela para o resto da vida.

Podemos defender, nesse caso, que a questão da discriminação estrutural, uma vez historicamente arraigada em nossa cultura, estaria contribuindo para a perpetuação tanto do machismo quanto do racismo na atualidade?

Sim, infelizmente é esse o meu ponto de vista. Como mulher negra, eu percebo que essa é uma realidade difícil de ser superada. Pode ser superada do ponto de vista individual, digamos,

ou psicologicamente falando, como o que considero ter acontecido no meu caso, que consigo lidar com essa questão com mais tranquilidade. Mas não dá para pensar que essa questão da discriminação tenha ficado no passado. Tem que se aprender a lidar com o preconceito racial, que está ainda muito presente em nossa sociedade atual. Vejo o caso do meu filho, por exemplo, que é negro e já se mostra bem preparado para acolher, para cuidar, para zelar pela sua identidade racial e dos outros iguais a ele. É uma realidade que não pode ser esquecida, e eu acho bacana de ser abordada.

Inclusive porque você é a única deputada mulher negra que já passou por essa Casa. Isso nos faz perceber que, se a representatividade feminina é baixa, a feminina e negra é pior ainda, infelizmente. Você já tinha pensado sobre isso?

Pois é. Muito baixa mesmo essa representatividade, quase nula, estatisticamente falando (riso nervoso).

E você disse que suas referências justamente estariam, em grande parte, associadas a mulheres de sua família. Você falou da sua mãe, mas parece que a sua avó também foi um exemplo marcante, certo? Que outras influências como essas você poderia destacar?

Eu tenho histórias de três mulheres brilhantes em minha vida. A minha mãe e as minhas duas avós. A materna, que se chama Benedita, está viva até hoje, agora com 102 anos (completados em 5 de outubro de 2019), mas já um pouquinho debilitada. Tanto ela quanto a minha mãe são mulheres negras. E há também a minha avó paterna, que faleceu aos 94 e era branca, mas que foi uma mulher muito forte. A determinação e a força de cada uma delas e os conselhos dados no decorrer da vida (sobretudo os de minha avó paterna, neste último caso) eu não tenho condições sequer de dimensionar o que significam para mim até hoje. Falando ainda especificamente da minha avó paterna, por exemplo, ela, que morou a maior parte da sua vida na zona rural do município de Niquelândia, teve a coragem de pegar os dois filhos mais novos, que ainda estavam, na época, sobre a responsabilidade dela (visto que os outros já eram casados) e se mudar para Uruaçu, fugindo das dificuldades que ela vivia em seu matrimônio. Ela fez isso também porque, na visão dela, era uma cidade onde os meninos teriam mais possibilidades de estudar, de crescer. Cito esses exemplos para vocês compreenderem o quanto elas significam para mim, nessa questão da autonomia, da vontade de ir atrás, ir à luta, mesmo com pouco conhecimento. Isso se tornou parte da minha consciência. Mesmo depois de adulta, já trabalhando no comércio, das 7 às 18 horas, com apenas uma hora de intervalo de almoço, a minha mãe, por exemplo, estava sempre ali me impulsionando a estudar. Eu passava em casa correndo, após o expediente, só para tomar banho e ir para a escola. Isso se dava num curto intervalo de tempo, que ia das 18 às 19 horas. Jantar, àquela hora, é óbvio: nem pensar! E a minha mãe ali, firme, nos dando força para continuar a luta sem abandonar os estudos. “Nós somos pobres, vocês precisam estudar. É o conhecimento que vai te ajudar”, dizia ela. Minha mãe, uma pessoa humilde como ela era, tinha baixa escolaridade, mas reconhecia o valor do estudo para a melhoria da vida das pessoas,

sobretudo daquelas que se encontravam na mesma condição social que a nossa. E as minhas avós contribuíam com toda história de vida delas. A minha avó materna ficou viúva muito cedo e criou todos os filhos dela sozinha, com muita luta, muita garra, e, em momento nenhum, abaixou a cabeça. Se eu hoje estou me queixando de discriminação racial, imaginem vocês o que essa minha avó viveu, há 80 anos, como mulher negra e analfabeta! É por tudo isso que tenho essas três mulheres como exemplos muito fortes de vida. Foram elas que fizeram com que eu chegasse aonde eu cheguei e com a segurança de que eu sou capaz de alcançar muito mais.

Como você vê hoje essas políticas que, por vezes, acabam por desvalorizar, de alguma forma, a educação, com corte de verbas, atrasos e redução dos salários dos professores, dentre outras situações?

Isso tudo é, aos meus olhos, muito desesperador. A título de exemplo, eu levei, recentemente, o meu filho, João Pedro, de 17 anos, para fazer a prova do Enem como treineiro, e ao chegarmos, eu e meu marido, na porta do prédio para deixá-lo, nós encontramos um menino, ainda mais jovem, de 15 anos, que comentou conosco: “eu estou aqui fazendo o Enem como treineiro porque eu preciso passar. Eu quero fazer Educação Física e os meus pais não tem condições de pagar uma faculdade para mim”. Isso é muito sério. É muito comum a gente ouvir de todos por aí que a educação é a base da sociedade. E de fato é. Eu sou um exemplo disso. Eu paralisei os estudos por anos da minha vida, justamente pela dificuldade de acesso ao ensino superior, pois naquela época não havia ali em Niquelândia uma faculdade sequer. É necessário que as políticas públicas priorizem a educação, assim como é necessário priorizar a saúde. Mas educação é ainda mais importante, porque tem esse potencial transformador, que se torna ainda maior quando aliada à área social. Quando falo isso, estou pensando na questão do resgate do adolescente, que se encontra na condição de menor infrator. Nós precisamos despertar o interesse dos nossos governantes para que entendam que essas crianças estão em fase de recuperação e que precisam, portanto, do estudo.

Para que esse processo de recuperação, seja de fato socioeducativo e não fique apenas em medidas punitivas, a menores que já foram, de alguma forma, em sua maioria, punidos pela falta de oportunidade, é isso?

Sim. Se ficamos só no âmbito punitivo, o que torna especial o tratamento dado ao menor em conflito com a lei? Nada! Eles estão todos em presídios! É por isso que não se está resolvendo o problema e nem se vai resolver, se continuarmos insistindo nesse modelo. Eu sei que a situação toda envolve problemas muito difíceis de resolver, mas, em todos os casos, algo que me parece imprescindível, no Brasil como um todo, é a prioridade com a educação. E não se trata de investir somente nas séries iniciais ou apenas na educação básica, que envolve os ensinos fundamental e médio. Mas também em políticas públicas para o ensino superior. Porque se um indivíduo, que vem de uma família em situação de vulnerabilidade social, consegue se formar, alcançar o nível superior, a chance dele transformar as próximas gerações, impactando positiva-

mente o futuro do restante da família, é enorme! É assim que se transforma um país. Enquanto nós, sociedade, junto com os nossos governantes e legisladores não tivermos essa visão mais ampla e trabalharmos a partir dela, vamos continuar vivendo essa realidade extremamente difícil. A política econômica é necessária, sim. Mas esse trabalho de serviço social e educação é vital. Só é possível transformar a nossa sociedade se for pelo caminho da educação.

E como foi conciliar o papel de mãe e esposa na política?

Não foi fácil, porque a minha prioridade sempre foi o meu filho. Eu me desdobrava. Às vezes ficava sem almoço... Quando eu assumi como deputada estadual, eu trouxe o João para morar aqui [em Goiânia] comigo. Quando estava em Niquelândia, na Secretaria da Assistência Social, o trabalho exigia muito de mim, mas a minha prioridade, como disse e reafirmo, sempre foi o meu filho. Isso também não significa que abria mão do meu trabalho. Muito pelo contrário. Abria mão de uma refeição, de um soninho depois do almoço. Sempre tive muito zelo e muito cuidado como mãe, como esposa, como dona de casa... De certas coisas não dá para se abrir mão. Não adianta você cuidar do mundo, cuidar das pessoas lá fora e deixar sua família sem assistência. Não falo de assistência financeira, mas de afeto e de presença. É importante demais a presença dos pais na vida dos filhos. E o tempo dedicado não precisa ser tanto, mas precisa ter qualidade. Precisa ser o suficiente para que você consiga, naquele momento, expressar o seu amor, carinho, cuidado e zelo.

Você veio para Alego como suplente do deputado Henrique Arantes, que se licenciou por um ano para ser secretário de Estado. Como foi esse tempo em que você esteve aqui como parlamentar? Como era a sua relação com os colegas de Parlamento? Você se sentiu bem acolhida? Com quais bandeiras você mais se identificou? Qual foi o seu foco? Gostaria que você falasse um pouco dessa atuação.

Eu fui muito bem acolhida e recebida aqui nesta Casa. Foi muito bom, excelente mesmo, o período em que aqui estive. Eu era da base do Governo [em 2013, Marconi Perillo exercia o terceiro dos quatro mandatos que teve enquanto governador do estado de Goiás], mas tive ótimo relacionamento também com os deputados da oposição. Voltando para a questão da realização do trabalho, tem um projeto que eu gostaria de citar, de modo especial, porque acompanhei desde o início, desde quando vim para Goiânia, em 2011, e fui trabalhar no Governo do Estado. Trata-se de trabalho desenvolvido junto à Superintendência da Juventude: o projeto da criação do Passe Livre Estudantil (PLE), que eu havia acompanhado todo o processo de levantamento, todo o estudo, todo o empenho para a implantação dessa política pública estadual, em todas as instâncias e que resultou de eu ter sido designada, aqui na Alego, a relatora do projeto. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho, por ser, a meu ver, um programa que acrescenta muito ao nosso estado [o PLE foi instituído, em 2012, pela Lei estadual nº 17.685 e regulamentado pelo Decreto nº 7.911/13. [Em 2013, ano que Gracilene exerceu seu mandato, tramitaram na Alego dois projeto sobre o tema, ambos propondo alterações à lei em questão. O primeiro, de nº 2505/13, era de

autoria da Governadoria. O segundo, nº 4250/13, do deputado Fabio de Souza].

Você foi relatora aqui na Comissão de Educação?

Isso. E foi muito bom e edificante para mim ter participado desse projeto desde o início. Fico feliz, sobretudo porque isso acrescentou muito na vida de alguns jovens estudantes. Muito embora, como já dito, minha prioridade tenha sido os projetos emergenciais da minha região. Devido ao curto espaço de tempo, lamento não ter tido condições de desenvolver outros projetos, de caráter mais estrutural. Mas, mesmo assim, neste caso, fico particularmente feliz de ter tido algumas conquistas como, por exemplo, o caso da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher [Deam], que era uma necessidade gritante em Niquelândia, e o município estava, a priori, fora da lista dos que seriam contemplados na ocasião. E, com muita luta, nós acabamos conseguindo levar esse atendimento para lá. Essa delegacia, enquanto esteve em funcionamento, nos trouxe resultados muito positivos. Acabei mesmo focando muito nas soluções urgentes para o município, porque percebi que não teria tempo hábil para pensar em projetos e desenvolver políticas públicas como eu gostaria, não tive essa oportunidade.

Além da Comissão de Educação, você participou também da Comissão da Criança e do Adolescente, certo?

Sim, mas como suplente.

Você já sabia que iria ficar só um ano no Parlamento?

Sabia, inclusive porque, naquela época, o deputado Hildo do Candango era o suplente anterior do Henrique Arantes [Gracilene era 5ª nessa lista de suplência]. Ele saiu para assumir a Prefeitura de Águas Lindas e eu entrei. Arantes estava como titular da Secretaria da Cidadania [desde 2011] e já demonstrava interesse em construir uma carreira política no Estado. Por certo que voltaria. Ele estava na sua primeira eleição e teria que sair da pasta, no ano seguinte, para poder se re-candidatar. Entrei ciente disso tudo já. Por isso tentamos cuidar das demandas emergenciais da cidade.

E como foi o seu relacionamento com as deputadas aqui, na época?

Nossa, foi maravilhoso! A Isaura é queridíssima e a Sônia também. O relacionamento com elas foi excelente. Nós participamos, juntas, de todos os movimentos que aconteceram, na época, em prol das mulheres. A Isaura era de uma base diferente, não era da base do Governo, mas isso não foi uma barreira para termos um bom relacionamento. Fui muito bem acolhida aqui na

Casa. Muito bem recebida por todos os colegas. Tenho um carinho imenso pela equipe toda de gabinete e da Alego também.

Você chegou a apresentar um projeto da Semana Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher. Como é que foi esse projeto? Como surgiu a ideia? Foi discutido em Plenário?

Olha, me lembro que promovemos um evento na Câmara Municipal e aqui na Casa também, com palestras, mas de memória não me lembro de todas as ações. Só sei que eram pautadas na questão da conscientização e tinham, portanto, um foco mais educativo.

O que você acredita que muda quando a mulher participa da política?

Acho que, de uma forma geral, a mulher tem uma visão mais ampla. Ela olha com mais particularidade, tem uma percepção maior das coisas, uma sensibilidade maior. Eu acho que esses sejam, na política, os principais diferenciais da mulher. Isso me parece especialmente relevante no contexto atual, em que o cenário político carece de credibilidade. A mulher tem um olhar mais afinado, detalhado e cuidadoso.

Durante o seu mandato você enfrentou algum problema pelo simples fato de ser mulher?

No mandato não, mas durante a campanha eleitoral, sim. Foram pequenos gestos de assédio. Acho que o fato de haver um número muito pequeno de mulheres nessas condições, acabamos sendo alvo de muitas conversinhas. Por outro lado, recebi também muito cuidado, muito zelo, muita proteção de alguns colegas. Aqui na Casa, especificamente, não tive nenhum problema. Mas, lá fora, especialmente, nas campanhas eleitorais, foram inúmeros.

Falando um pouco da sua atuação como assessora especial do Governo Marconi, cargo que assumiu antes de entrar aqui. Você acha que a sua atuação, anteriormente, no Executivo provocou algum tipo de influência positiva na sua atuação no Legislativo?

Sim, com certeza. Como eu entrei no início do governo, quando os projetos chegavam aqui, eu já reconhecia a essência de muitos deles, sabia do que se tratavam. Para mim, facilitou demais os momentos de apreciação e votação. Foi muito importante até para a minha região, porque eu já sabia dos projetos em andamento que estavam destinados ao norte do estado. Isso possibilitou, inclusive, que eu mantivesse o foco em questões emergenciais. Incluindo mesmo, às vezes, um projeto que não contemplava a minha região, mas que eu sabia ser interessante para Niquelândia. E acabava conseguindo inserir o município ali. Vide a questão da delegacia da mulher. Então foi importantíssimo. Aliás, foi excelente a sua pergunta para gente poder abordar isso.

Depois do seu mandato você assumiu quais outras funções públicas?

Eu continuei um tempo no Governo do Estado, em 2014. Posteriormente, voltei para Niquelândia, para me candidatar às eleições municipais de 2016. No início de 2017, fui para o Tribunal de Contas dos Municípios, onde trabalho até hoje como assessora jurídica. Mas continuo advogando também, visto que não tenho nenhum impedimento quanto a isso.

E às eleições municipais deste ano de 2020, pretende concorrer?

Tenho conversado com os amigos e ainda não temos nada definido. Mas essa não é uma decisão minha, visto que temos um grupo político e essa decisão precisa partir do grupo. Eu tenho interesse, mas isso precisa ser conversado, trabalhado, decidido com as nossas lideranças.

E voltar ao Parlamento?

Não por agora. Meu interesse seria mais lá no meu município mesmo. Niquelândia está passando por um momento muito complicado e acho que lá eu posso somar mais.

Em se tratando, especificamente, da representatividade feminina no contexto regional, aqui na Alego tivemos, da região norte, além de você, algumas outras deputadas, como a Vanusa Valadares, de Porangatu. Eliane Pinheiro, que, embora seja daqui de Goiânia, conquistou, em Uruaçu, uma base política importante. Dentre as pioneiras, tivemos Ana Braga, que era de Peixes-TO (antes GO), e Almerinda Arantes de Posse-GO. Tudo apontava para a construção de uma certa tradição, que foi sendo quebrada. Tem alguma figura feminina que se destaque hoje e poderia ser um nome importante para dar continuidade a essa representatividade aqui no Parlamento estadual?

Nós temos muito potencial. Mas acaba que, não sei dimensionar exatamente por quais razões, mulheres com potencial de serem deputadas ficam, geralmente, mais voltadas às necessidades do município. Talvez por verem a urgência na sua cidade e tentarem intervir de forma mais imediata para melhorar. Com isso, você acaba ficando meio restrita às ações mais locais. Mas nós temos grandes mulheres, sim, com totais condições de se candidatarem. Com potencial político, e de conhecimento também, para exercer essa representatividade e fazer um excelente trabalho. Embora não tenhamos muitas mulheres trabalhando para isso, pelo menos, não que eu veja [segundo estudo divulgado, por essa Casa de Leis, em números absolutos, o pleito de 2018, em Goiás, contou com 248 candidaturas femininas contra 549 masculinas para o cargo de deputado estadual, ou seja, as mulheres somaram mais de 30% do total; em 1990, elas representavam pouco mais de 5%, apenas].

Então elas estão mais voltadas para fazer esse trabalho de base nos municípios?

Sim. Acho que tem a ver com essas dificuldades que os municípios estão atravessando.

Isso acaba despertando muito o nosso olhar para a política local.

E quais são hoje as principais demandas dos municípios, a seu ver? Se você voltar para o Parlamento, quais bandeiras e pautas você levantaria em prol da região Norte? Quais problemas você buscaria solucionar?

Precisamos de um fortalecimento voltado para a educação e precisamos batalhar pelo funcionamento do Hospital Regional. Essa última pauta, inclusive, é extremamente importante. E, há ainda a questão da segurança pública. Vou citar um exemplo para vocês. Falamos agora há pouco da educação. Eu sempre defendo essa pauta, não só por se referir à minha cidade. Niquelândia é o maior município em extensão territorial do estado [com área total de quase 10 mil quilômetros quadrados] e precisamos de uma ajuda assim, urgente, para a área da educação, porque o transporte dos alunos para a cidade onera demais a administração. Essa é uma situação que me preocupa demais. Eu entendo a atuação do Estado, mas uma parte ainda muito pesada fica a cargo do município. Vejo que esse socorro para a educação de Niquelândia é uma demanda gritante. Fora isso, temos uma dificuldade muito grande de escoar a nossa produção, devido à falta da manutenção das estradas. Todas estão em péssimas condições. Os produtores têm essa dificuldade e o Estado precisa cumprir com seu papel em fornecer a manutenção adequada. Sozinho, o município não consegue fazer tudo. O Estado precisa dar todo incentivo ao desenvolvimento. Já no caso de Uruaçu, a condição geográfica ajuda um pouco mais. Aliás, um pouco não, muito. Assim como acontece com outros municípios vizinhos. Campinorte, Porangatu e Alto Horizonte são municípios que acabam tendo esse privilégio. Mas ali em Niquelândia, e até mesmo em Colinas do Sul, que está já saindo um pouco da região, essas precisam de um olhar urgente por parte do estado, porque estão chegando nessa situação em que o município, sozinho, não consegue arcar com as suas demandas.

Você acha que houve uma evolução com relação a esse cuidado do estado para com a sua região, nesses últimos anos?

Não, de jeito nenhum, ainda que tenhamos alguns colegas aqui na política estadual. Mas isso não é por falta de atuação deles. É porque é necessária uma atuação diferenciada. A nossa região soma muito para o estado, mas recebe muito pouco em troca [estudo divulgado em 2005 pelo Instituto Mauro Borges já destacava o potencial econômico de Niquelândia ao inseri-la entre os 15 municípios mais competitivos do estado, por suas riquezas minerais e belezas naturais]. Esse é o meu ponto de vista. Acho que é uma região que não tem recebido a atenção merecida do Estado. É preciso melhorar isso.

E quanto ao legado das mulheres que passaram pelo Parlamento goiano, você acredita que elas tenham deixado um legado importante para história de Goiás?

Claro que sim. Cada uma dentro da sua atuação. Cada uma dentro da sua região. Vou citar um exemplo de uma pessoa cujo o trabalho acompanhei de perto, não apenas no ano em que

eu estive como deputada, mas também nos anos subsequentes, que é a Sônia Chaves [atual prefeita de Novo Gama, pelo PSDB]. Ela tanto fez um bom trabalho, que hoje é prefeita do município de onde ela veio. E isso, no meu ponto de vista, é o reflexo da bela atuação dela aqui. Estou citando o nome dela como exemplo, porque a cidade dela é um município enorme. Não tenho acompanhado o trabalho dela como prefeita, mas sei que como a atuação dela aqui foi excelente, não deve estar sendo diferente lá. Eu vejo, sim, que a mulher contribui e muito. No momento em que eu estive aqui, pude contemplar de perto esse olhar diferenciado da mulher, ali durante as defesas, durante as avaliações e votações dos projetos. Por isso, é preciso, sim, aumentar esse número de representantes femininas.

Embora a representatividade seja o pilar da nossa democracia, na realidade, temos ainda hoje um cenário político que é pouco representativo do ponto de vista de gênero, racial e de classe social. Na tentativa de melhorar essa questão da representatividade feminina, especificamente, há um projeto em tramitação no Senado que visa destinar às mulheres cotas de 30% das cadeiras dos parlamentos, em todas as esferas (federal, estadual e municipal). Você acha que essa é uma medida que pode ser eficiente, para a pauta em questão? Em sua opinião, que outra (s) medida (s) poderia (m) servir para atenuar essa sub-representatividade, não só da mulher, mas também de outras minorias sociais?

Em relação às cotas, eu vejo que esse é um tipo de lei que ainda carece de mecanismos para que possa, de fato, ser exercida na prática. A cota é importante? É. Mas, no nosso contexto, nem sei se essa cota representou muito, porque a maior parte delas começou a ser preenchida de maneira muito desvirtuada. Na verdade, enquanto não houver uma mudança radical dentro dos partidos, que implique em novas posturas por parte dos seus dirigentes, a medida continuará a não produzir o efeito desejado. O que precisamos, de fato, são de ações que reflitam um apoio verdadeiro, não apenas para cumprir a legislação, mas para incentivar a mulher filiada ao partido a promover um trabalho decente. Isso passa também por mudarmos, muitas vezes, a nossa própria concepção. Não posso permitir que usem o nosso nome apenas. Não podemos permitir que sejamos usadas como laranjas! Como mulheres, nós precisamos nos impor e reconhecer o nosso papel perante a sociedade. Ao ser candidata, eu mereço ter os meus direitos garantidos dentro do partido. Vocês me perguntaram, antes, que tipo de apoio partidário eu recebi em minha trajetória como candidata. Só agora eu compreendi exatamente a que vocês se referiam com essa pergunta. Eu não quero ter privilégios, obviamente que não. Eu quero ter os mesmos direitos. Eu tinha um grupo político que me apoiou, mas o partido em si.... Infelizmente, essa é uma realidade nossa. Essas ações afirmativas começam de nós, mulheres, passando por toda a sociedade, que precisa aprender a nos incentivar mais, incluindo as nossas mães, irmãs e amigas. A mulher precisa se conscientizar do seu papel na sociedade, do quão importante é a sua participação na vida política. Porque, quando vem um projeto de lei como esse, que você mencionou, que defende os direitos da mulher, essa mulher vai colocar a sua experiência em prol desse projeto. A importância de se garantir a representatividade é muito grande. Para isso, precisamos ter consciência inclusive na hora de avaliar e escolher as nossas candidatas. Eu cha-

maria ainda atenção sobre a importância de tentar se priorizar as candidaturas femininas, dando mais votos de confiança às mulheres. Mas isso, obviamente, somente se houver alguma dentro de um perfil com o qual eu concordo, porque eu também não votar em alguém com quem eu não concordo apenas porque é mulher. Mas eu vou dar esse voto de confiança a elas primeiro. Por isso, eu defendo que não basta apenas os dirigentes do partido mudarem o comportamento. Isso é algo muito mais amplo. É bem complexo.

Essa é uma questão que demanda mais tempo, pois temos que mudar uma certa consciência que já está estabelecida. Mas, essas ações afirmativas, políticas de cotas servem mais mesmo como medidas emergenciais, colocadas no sentido de se tentar corrigir, de forma mais rápida, digamos, um problema que já está posto. E para que, assim, possamos avançar, de alguma forma. Para você, um projeto como o que estávamos falando, que institui cotas nos parlamentos, pode realmente significar um avanço em algum sentido?

Sim. Acho que esse projeto é importantíssimo, porque cobra um resultado, que vai estar, de alguma forma, trabalhando na essência do problema. O estado tem muito para avançar nessa questão das candidaturas femininas. Nós tivemos uma regressão e precisamos melhorar esse índice de mulheres no Parlamento [estadual]. Não podemos permanecer com essa imagem de um estado onde as mulheres têm a pior representatividade. Como já dito, em relação à quantidade de prefeitas, já temos um número bem maior. E essas estatísticas talvez até tenham alguma relação entre si. Porque pode ser que, por alguma razão, as mulheres estejam preferindo candidaturas mais voltadas para o Executivo. Inclusive, muitas são as deputadas que estiveram por aqui e acabaram voltando ao seu município e se candidatando, como aconteceu com o exemplo da Sônia, conforme já mencionado.

Mas os partidos costumam debater, internamente, essa questão da representatividade feminina?

Eu não consigo vislumbrar essa possibilidade de o partido promover debates com a preocupação da inclusão da mulher, visto que até então essa não parece ser uma prioridade.

Mas esse debate não seria interessante também para os homens, visto que, ter uma mulher forte nos quadros do partido, também seja um fator de fortalecimento da legenda?

Com total certeza. Quando eu falo que o partido não promove essa discussão, falo em tom

de crítica mesmo, porque realmente não há essa noção. Embora eu não acredite que apenas essa ação do partido vá resolver o problema em sua essência.... Porque eu acho que nós mulheres também temos que ter essa consciência da importância do nosso papel na política como um todo. Hoje, eu digo, não há essa preocupação do partido, porque, se levarmos em consideração os diretórios, veremos que poucas mulheres fazem parte deles ativamente. Às vezes elas até ficam ali, ocupando um ou outro cargo, mas não se destacam, não ocupam lugares de relevância dentro do partido. Nós, mulheres, também precisamos chamar essa responsabilidade para nós mesmas e trabalhar essa realidade, unindo forças para que possamos ter avanços. Eu vejo que o apoio, o incentivo dos amigos, dos familiares e, principalmente, do companheiro é muito importante. Eu diria até mesmo crucial para as mulheres, nas atuais circunstâncias. Como você vai pleitear uma vaga sem que tenha o apoio em casa? Você não consegue. Cria-se uma dificuldade enorme, uma barreira muito grande. Isso nos traz de volta à questão cultural, ao machismo [estrutural]. Sabemos que já avançamos, mas precisamos avançar muito mais. Não dá para deixar de abrir esse parêntese, mesmo considerando os possíveis avanços alcançados nas últimas décadas.

Você diria que o protagonismo, a autoconfiança da mulher ainda é algo que faz com que certos homens se sintam, de alguma forma, ameaçados?

Nessa nossa sociedade machista, com certeza. Até porque essa questão do poder mexe muito com a cabeça dos homens. Em alguns casos, infelizmente, a gente percebe que eles se sentem fragilizados, enfraquecidos, e, ao invés de ver a capacidade de liderança de algumas mulheres como uma oportunidade de parceria, acabam por se sentirem ameaçados.... Acredito que venha daí a grande dificuldade de se solucionar essa questão.

Que mensagem você deixaria de incentivo para outras mulheres e, especialmente, para as tantas mulheres negras goianas para que elas possam participar mais da política em nosso estado?

Primeiro, eu diria que é necessário as mulheres entenderem a importância do seu papel na sociedade. Toda mulher, mãe ou não, tem um papel importantíssimo na família, seja como filha, mãe, neta... E ela tem que compreender que isso pode ser muito mais amplo. Aqui, dentro de uma Casa de Leis, ela pode fortalecer, não apenas a si mesma, mas o sistema, possibilitando que as próximas gerações tenham mais espaço, mais condições. É preciso que a mulher levante a cabeça, tenha força, coragem e determinação. Eu sei que é mais difícil, porque eu também vivencio isso, de não ser fácil para uma mãe se candidatar e enfrentar uma campanha eleitoral. Reconheço que haja também outras formas, igualmente nobres, de colaborar com a sociedade. Se você não se identifica com a política de movimentos sociais e partidários, faça um trabalho voluntário na sua comunidade, porque, assim, você também pode ajudar o outro de alguma forma. Mas, pela política partidária isso pode ser mais amplo, embora mais difícil. Por isso, se você acha que pode contribuir nesse sentido, não desanime nem abaixe a cabeça. Nós somos capa-

zes e temos condições de nos qualificar. Quantas histórias existem de mulheres que cuidaram como grandes guerreiras da casa e da família, que é um papel importantíssimo, e que, num dado momento, resolveram entrar no mercado de trabalho e conseguiram. É necessário se ter muita força de vontade, coragem e saber buscar apoio onde você tem. Mas, primeiro, a mulher precisa saber que ela é capaz. Tudo parte daquilo que nós temos aqui dentro de nós mesmas, da nossa vontade e coragem para buscar aquilo que, por vezes, pode parecer impossível alcançar. Porque é a busca, a vontade e o desejo de crescer que nos faz nos sentir diferentes. E sobre a questão da discriminação racial, precisamos atropelar isso. É muito simples falar. Vivenciar não é nada fácil. Mas precisamos entender que as próximas gerações precisam das nossas ações. Se não promovermos ações positivas nesse sentido, as nossas próximas gerações estarão condenadas a passar por momentos tão difíceis quanto os que passamos, correndo inclusive o risco de perder conquistas. Historicamente falando, os negros têm menos acesso à escola. Isso é muito claro. Não precisa nem citar estatística, basta você parar na porta de uma escola particular e olhar quantos negros existem ali. É ainda uma realidade. Mas é uma realidade que nós precisamos reparar. Não podemos cruzar os braços e permitir que alguém seja discriminado bem do nosso lado. Por fim, quero deixar aqui o meu agradecimento à Casa, a vocês pelo carinho e dizer que foi muito bom estar aqui para essa entrevista. Espero ter contribuído.



voltar

PÁGINA 5

¹ O sufrágio feminino brasileiro se deu em 1932. Foi instituído, portanto, durante o Governo do então presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto 21.076, de 24 de fevereiro daquele ano, ocasião em que o voto feminino foi considerado apenas facultativo. Somente com a promulgação da nova Carta Magna de 1934, o direito feminino ao alistamento eleitoral foi, devidamente, convertido em dever.

² www.al.go.leg.br

³ Canal 8 na NET e canal 32 na TV aberta. Também há um canal do Youtube, chamado TV Alego.

⁴ Apenas a entrevista da ex-deputada Isaura Lemos, também realizada em 2019, ficou de fora desta seleção. A entrevista foi divulgada no site da Casa em duas etapas. A primeira, em 31/03/2020 e a segunda, em 29/05/2020.

**PÁGINA 6**

⁵ O momento citado deu início à 15ª Legislatura (2003-2007), ocasião em que o Plenário da Alego chegou a contar com a atuação de nove deputadas.

⁶ Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/assessoramento/estudos>.

**PÁGINA 7**

⁷ “A criação de uma Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, busca primordialmente garantir maior visibilidade e destaque às mulheres na política”, justificam as deputadas Lêda Borges e Adriana Accorsi, ambas autoras do projeto. Mais informações estão disponíveis em: <https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2019000782>.

**PÁGINA 8**

⁸ Transmídia é um termo que se refere a uma técnica que visa aumentar o compartilhamento de um conteúdo no meio digital. Dessa forma, conteúdos diferentes, porém complementares, continuam sendo distribuídos em diversos canais. Crossmedia, por outro lado, significa que o mesmo conteúdo é compartilhado nesses canais, ou seja, o conteúdo não muda, é sempre igual.



PÁGINA 10

⁹ Junto a ela estavam ainda outras duas: Berenice Artiaga (a primeira mulher a assumir, em 1951, o cargo de deputada estadual em Goiás, onde permaneceu até 1959) e Almerinda Arantes (deputada estadual por três mandatos - 3ª a 5ª Legislatura da Alego, de 1955 a 1967).

¹⁰ Ana Braga exerceu seu mandato, no Parlamento goiano, entre os anos de 1959 e 1963, durante a 4ª Legislatura da Alego.



PÁGINA 15

¹¹ Do livro “Vintém de cobre: meias confissões de Aninha”. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997, p.145.



PÁGINA 16

¹²De acordo com dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2018, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. De um total estimado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2019, em mais 210 milhões de habitantes, a população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres. Já em Goiás, dados de pesquisas compilados, em 2017, pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), mostraram ser a população do estado superior aos 6,7 milhões de habitantes, sendo a parcela feminina desta composta por mais de 3,4 milhões de mulheres (aproximadamente 50,7% do total) contra pouco mais de 3,3 milhões de homens (aproximadamente 49,2% do total).

¹³Estamos falando aqui do princípio da equidade, que pode assim ser resumido: tratar os iguais, na medida de suas igualdades, e os desiguais, na medida de suas desigualdades. Tanto a Constituição Federal quanto a Estadual goiana se pautam por essa determinação, a qual se encontra expressa no artigo 3º dos princípios fundamentais de cada uma delas (na primeira, no inciso IV; na segunda, no III). Quanto a isso, vemos, no rol dos objetivos fundamentais de ambos os textos constitucionais, ser um compromisso inalienável, à República Federativa do Brasil e ao Estado de Goiás, a busca por se “promover [em cada um dos respectivos territórios] o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo [grifo das autoras], cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

¹⁴Uma situação bastante emblemática é a que se refere à desigualdade salarial até agora existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Embora a diferença venha diminuindo desde 2012, pesquisa divulgada em março de 2019, pelo IBGE, revelou que as mulheres, que representam hoje 45,3% da força de trabalho no Brasil, ainda ganham, atualmente, em geral, 20,5% a menos que o salário pago aos homens.

Desigualdade esta que se faz presente em todos os ramos de ocupações analisados. Segundo o estudo, o rendimento médio total das mulheres ocupadas, com idades entre 25 e 49 anos, era de R\$ 2.050, enquanto o dos homens chegava a R\$ 2.579, considerado o mesmo grupo etário. O levantamento mostrou também que a população nacional ocupada, e que engloba uma massa de trabalhadores composta por homens e mulheres entre 25 e 49 anos, totalizava, na ocasião, um contingente de 56,4 milhões de pessoas. Os setores agrícola e de comércio, tanto varejista quanto atacadista, foram os que apresentaram as piores taxas de desigualdade, com as mulheres agricultoras e as gerentes comerciais, recebendo, respectivamente, 35,8% e 34% menos que os homens. Estas foram algumas das principais conclusões do estudo Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais, da Pnad Contínua de 2018. Com uma população economicamente ativa beirando os 3,5 milhões de goianos (o que corresponde a quase metade do contingente populacional total do estado), Goiás mantém hoje uma taxa de desigualdade salarial que supera a média nacional. Levantamentos mais recentes sobre o tema, feitos com informações do IBGE referentes ao 4º trimestre de 2018, mostraram que as mulheres compunham, até então, 43,2% da força de trabalho no estado e contavam com um rendimento médio de R\$ 1.758,00 contra R\$ 2.390,00 pago aos homens, uma diferença, portanto, superior a 26 pontos percentuais entre ambos os salários analisados, com nítida desvantagem para as trabalhadoras. As informações refletem o cruzamento de dados de pesquisas realizadas e divulgadas entre os anos de 2018 e 2019. Fontes: IBGE, IMB e reportagens da Agência Brasil e do jornal O Popular.

¹⁵ De acordo com o Atlas da Violência, publicado em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em pesquisas de 2017, foram registrados cerca de 13 casos de feminicídio por dia no Brasil. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Houve um crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017). Em relação ao ano anterior, 2016, o aumento foi de 6,3%.



PÁGINA 18

¹⁶ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2018, a população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres. Conforme a pesquisa Goiás em Dados 2017, do Instituto Mauro Borges, no estado de Goiás, a diferença é um pouco mais sutil. São 48,8% do sexo masculino e 51,2% do feminino. As estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a composição do eleitorado brasileiro mantém a predominância da presença das mulheres, que perfazem 52,6% do total (77.930.132) enquanto os homens compõem 47,3% (70.102.138). Ainda de acordo com os dados do TSE, em Goiás o quadro eleitoral é 52,3% feminino (2.374.529 eleitoras) e 47,6% masculino (2.161.419 eleitores).

¹⁷ Em 2017, o Brasil ocupou a 154ª posição, dentre 174 países, no ranking de participação de mulheres no Parlamento, desenvolvido pela ONU Mulheres e pela União Interparlamentar (UIP). Entre os 33 países latino-americanos e caribenhos que participaram do ranking, o Brasil ficou à frente apenas de Belize. Dados divulgados na imprensa, a partir de apurações do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, demonstram que, nas eleições de 2016, dos 246 municípios goianos, 32 elegeram mulheres como prefeitas, sendo que, dessas, seis foram reeleitas. Entre as reeleitas estão as prefeitas de Goiás, Selma Bastos (PT), de Guarinos, Ana Maria (PSD), de Ipameri, Daniela Vaz (PSDB), de Nova Roma, Miriam Sampaio (PSDB) e Leia Cesar (PSDB), de Santa Rosa. Já na Câmara de Vereadores de Goiânia, entre os 35 candidatos eleitos, há apenas cinco mulheres, ou seja, 14%. Nas eleições de 2018, no Poder Legislativo estadual, apenas duas deputadas se reelegeram. Resultando em um declínio de 50% em relação à legislatura anterior (2015-2019), em que havia quatro mulheres atuando como deputadas estaduais na Casa de Leis. Em contrapartida, estudo divulgado pelo Assessoramento Temático da Alego mostra que as candidaturas femininas cresceram em mais de 10 vezes ao longo das últimas três décadas (ver artigo sobre a participação feminina no Legislativo estadual, após a Constituição de 1988, nesta publicação). Atualmente, as mulheres ocupam 15% das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados Federal. Composta por 77 deputadas, esta é a maior bancada feminina da história da Casa. Na legislatura anterior, havia 55 parlamentares mulheres.



PÁGINA 22

¹⁸ Não raramente, são as regiões do mundo árabe (que engloba o Norte da África e os países do Oriente Médio), a Índia e até mesmo outras nações integrantes da África subsaariana, as primeiras a ganhar os holofotes da mídia mundial e, consequentemente, do imaginário nacional, quando o assunto em pauta são as mais arcaicas restrições aos direitos das mulheres. E de fato o são. Isto quando consideramos, por exemplo, questões referentes à discriminação, às tradições culturais, à violência sexual e de outros tipos, como o tráfico humano, ao grau de acesso à saúde e etc. Mas o maior espanto mesmo talvez esteja em saber que mesmo países aparentemente vistos como lugares seguros e com boa qualidade de vida, também figuram na lista daqueles que mais riscos oferecem à população do sexo feminino. Este foi o caso dos EUA, que ocupam o 10º lugar do ranking que elencou os piores países para as mulheres em 2018. A pesquisa, onde o dado se insere, foi divulgada pela Thomson Reuters Foundation - braço beneficente da Thomson Reuters, uma agência de notícias fundada no Canadá, após a fusão entre a britânica Reuters e a canadense Thomson Corporation.

¹⁹ Uma pesquisa capaz de nos dar um bom panorama desta situação é a que foi divulgada pela imprensa nacional em agosto de 2019 sob o título Women's Danger Index (Índice de Perigo para Mulheres, em tradução literal). Encomendada pelo casal de blogueiros de viagens australianos Asher e Lyric Fergusson, o documento reúne dados do Gallup

World Poll, da UN Women, do Instituto George Town e do Fórum Econômico Mundial para listar, ao final, os países mais e menos seguros para mulheres visitarem sozinhas. O Brasil ocupa o incômodo segundo lugar de uma lista de 50 países, ficando atrás apenas da África do Sul. Espanha e Singapura aparecem no rol dos lugares mais seguros. O estudo levou em consideração oito fatores: segurança de andar sozinha durante a noite, homicídio doloso contra mulheres, violência sexual entre não parceiros, violência entre parceiros, discriminação legal, diferenças de gênero, desigualdade e violência perante atitudes femininas. Os dados que levaram nosso território à classificação incluem os seguintes fatos: apenas 28% das mulheres se sentem seguras ao andar desacompanhadas pelas ruas à noite, temos a terceira maior taxa de homicídio doloso contra mulheres (54,2), o sexto pior indicativo de violência por parceiro íntimo e o nono pior índice de desigualdade de gênero (0,407). As informações ilustram, com triste proficiência, que a igualdade de dignidade entre homens e mulheres, embora esteja constitucionalmente assegurada há mais de três décadas, tanto no âmbito federal quanto no estadual, ainda é uma realidade deverasmente distante de ser alcançada na prática.

²⁰Um exemplo é a questão que envolve as discussões em torno da chamada Lei do Aborto, no cenário mundial. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em dois terços de 195 países analisados, a interrupção da gravidez só é permitida quando a saúde física ou psíquica da mulher está ameaçada. Na metade desses países, a intervenção é permitida quando a gravidez é resultado de estupro ou incesto, ou se é comprovado que o feto possui alguma malformação que pode colocar sua vida em risco. Somente um terço desses países leva em consideração a situação econômica ou social da mãe para que seja permitido um aborto. No Brasil, o aborto ainda é considerado crime contra a vida humana pelo Código Penal, acarretando pena 1 a 3 anos de detenção para a gestante, e de 1 a 4 anos de reclusão para o médico ou qualquer outra pessoa que realize o procedimento. Porém, em algumas situações o aborto é permitido no país, sendo elas: em caso de estupro; se não houver outro meio de salvar a vida da gestante e quando há a comprovação de que o feto é anencéfalo, casos estes em que o Sistema Único de Saúde (SUS) atenderá a gestante gratuitamente. A União Soviética foi pioneira em todo o mundo, ao legalizar formalmente o aborto no ano de 1920. Alguns países que formavam o bloco também têm legislações flexíveis quanto ao assunto, o que inclui até mesmo aqueles de maioria muçulmana como o Azerbaijão, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Uzbequistão, o Turquemenistão e o Tajiquistão. Nos Estados Unidos (EUA) o aborto foi legalizado em 1973, porém ainda perduram discussões entre os “pró-vida” e os “pró-escolha”. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Guttmacher, 43 estados americanos só permitem o aborto caso a gestação represente risco à vida ou à saúde da mulher. O estado de Iowa adotou em 2018 a lei mais restritiva do país, proibindo o aborto a partir do momento em que feto passa a ter os seus batimentos cardíacos detectados, no caso, a partir da sexta semana de gestação. No início de 2015, a França, por exemplo, comemorou 40 anos da legalização do aborto. Já em El Salvador, Nicarágua, República Dominicana, Malta e Vati-

cano a prática ainda é proibida de forma absoluta. O país que tem as leis de aborto mais restritivas do mundo, segundo dados da Anistia Internacional, é a Irlanda do Norte. Lá, o aborto ilegal pode render uma pena de até 14 anos de prisão. A prática só é permitida em caso de risco à vida da gestante. Há casos documentados pela Anistia em que o aborto foi negado a mulheres cujos fetos já estavam mortos em seus ventres, fato que as obrigou a prosseguir com a gravidez.

²¹ O lema foi inclusive utilizado como título para o livro dos autores Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. “Diferentes, não desiguais: questões de gênero na escola” é o nome completo da referida obra, publicada pela editora Reviravolta, em 2016.



PÁGINA 23

²² “Lugar de fala” é um conceito muito debatido dentro da Análise de Discurso – campo da linguística que objetiva analisar, principalmente, as construções ideológicas de um texto. “Lugar de fala” sugere a legitimação do interlocutor (sujeito) em tratar sobre determinado assunto. Autores como Pierre Bourdieu, Eni Orlandi, Michel Pêcheux, Michel Foucault e a filósofa pós-estruturalista estadunidense Judith Butler, uma das principais referências do feminismo contemporâneo, produziram importantes trabalhos para analisar tal conceito. Atualmente, a pesquisadora e filósofa feminista e também escritora brasileira, Djamila Ribeiro, tem se destacado no debate do assunto. Seu livro “Lugar de fala” (2019) aborda o processo de invisibilidade e consequente silenciamento histórico das vozes de feministas negras, como Patricia Hill Collins, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Bell Hooks e Sueli Carneiro, apontando, assim, caminhos para o rompimento destas opressões, travestidas na forma do que o próprio Bourdieu (2003) chamou de violência simbólica (o conceito remete àquela forma de violência que se manifesta no corpo sem que haja, no entanto, qualquer forma de coação física, mas que acarreta em danos de efeitos morais e psicológicos).



PÁGINA 24

²³ Para dados e informações detalhadas sobre a sub-representação das mulheres em escala global ver: <https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2020-03/women-in-politics-2020>

²⁴ Há uma longa tradição do uso desse termo nas Ciências Sociais, em termos gerais, refere-se a grupos que se consideram subrepresentados no sistema político, detêm menos recursos políticos ou econômicos e capacidade de interferir ou participar de forma equitativa na esfera pública. Portanto, é um termo normativo e funcional. Em geral, a expressão minoria se aplica a grupos étnico-raciais, às mulheres e à população LGBTQ+.



PÁGINA 25

²⁵ Esse documento, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, analisa os dados de desigualdade de gênero na política, no acesso ao mercado de trabalho e em várias outras dimensões da vida social. Ademais, indica as perspectivas para o futuro e permite comparações entre países e regiões. O relatório está disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>



PÁGINA 26

²⁶ Atualizado até o mês de fechamento da publicação, em outubro de 2020.



PÁGINA 27

²⁷ Até o fechamento desta edição a matéria encontrava-se em primeira fase de votação nominal no plenário Getulino Artiaga, da Alego.

²⁸ Este balanço foi divulgado no dia 25 de novembro de 2019, por ocasião do Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher.



PÁGINA 29

²⁹ Para saber a situação atual de cada processo, basta pesquisar por seu número de referência na página do Opine Cidadão, que se encontra disponível no Portal da Alego.



PÁGINA 56

³¹O Brasil passou a participar da 2ª Guerra Mundial em 1942. A princípio, o país adotou uma posição de neutralidade, mas depois de alguns ataques a navios brasileiros, o então presidente Getúlio Vargas decidiu entrar no conflito, em acordo com o presidente dos Estados Unidos, Roosevelt. O primeiro grupo de militares brasileiros chegou à Itália em julho de 1944. O Brasil ajudou os norte-americanos na libertação da Itália, que, na época, ainda estava parcialmente nas mãos do exército alemão. Foram enviados à Guerra cerca de 25 mil homens da Força Expedicionária Brasileira (FEB), 42 pilotos e 400 homens de apoio da Força Aérea Brasileira (FAB).

³²Califasia é a arte de falar com boa dicção e elegância. Em diferentes momentos do século XX, o estudo da califasia era obrigatório no ensino escolar brasileiro.



PÁGINA 57

³³Zoroastro Artiaga nasceu em Itaberaí e foi um grande pesquisador da historiografia goiana. Foi geógrafo, historiador, jornalista e professor, sendo autor de obras como Dos

Índios do Brasil Central (1947) e Riqueza Vegetal do Planalto Goiano e do Vale do Tocantins (1947). Serviu ao que hoje é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e percorreu todo o estado, mapeando a sua geografia. Ficou conhecido como o grande “divulgador do sertão”.



PÁGINA 58

³⁴ O atual bairro de Campinas, apelidado como Campininha e situado na zona Oeste de Goiânia, era um município com 123 anos de história quando passou a integrar a recém-criada nova capital goiana.

³⁵ Pedro Ludovico Teixeira foi um político nascido em 1891, na Cidade de Goiás, então capital goiana. Formado em Medicina no Rio de Janeiro, ele retornou a Goiás em 1916. Em 1930 foi nomeado interventor e em 1935 foi eleito governador do estado. Dentre outros feitos políticos, Pedro Ludovico é também o fundador de Goiânia.

³⁶ Pai de Nion Albernaz, ex-prefeito de Goiânia e deputado federal Constituinte, por Goiás.



PÁGINA 59

³⁷ Nascida em 1913, na Cidade de Goiás, Maria do Rosário, a Rosarita Fleury, foi uma poetisa e biógrafa que idealizou e co-fundou a Aflag. Rosarita presidiu a entidade por 23 anos consecutivos e ocupou a cadeira 31 da Academia Goiana de Letras (AGL).

³⁸ Heitor Moraes Fleury foi o primeiro juiz da Comarca de Goiânia. O novo Fórum Cível da capital, inaugurado em 2018, recebe o nome do magistrado.

³⁹ Também co-fundadora da Aflag, Nelly Alves de Almeida foi uma professora de Filologia, escritora e ensaísta. Pertenceu aos Conselhos Estadual e Municipal de Cultura, bem como da Academia de Filologia do Rio de Janeiro.

⁴⁰ Aqui, Ana Braga refere-se a seu segundo marido, o médico Trajano Machado Gontijo Filho, que foi prefeito de Tocantinópolis e de Porangatu. Dessa união, Ana teve os filhos Antônio Paulo, Fernando, Cláudio e José Augusto. Do matrimônio anterior, com Luiz de Queiroz, nasceram as filhas Edetina Augusta, Ana Luíza e Efigênia Auxiliadora.



PÁGINA 60

⁴¹ Em pesquisas realizadas na internet, foram encontradas, além da Aflag, outras nove referências a Academias Femininas de Letras no Brasil. A mais antiga delas é a Academia Feminina Espírito Santense de Letras (AFESL), que foi criada em 1949. Todas as demais apresentam datas de fundação posteriores a 1969, ano de criação da Aflag. Segue lista

com as demais referências encontradas, em ordem cronológica de fundação: a Academia Feminina de Letras do Paraná, fundada em 25 de novembro de 1970, por Pompília Lopes dos Santos; a Academia Feminina de Letras e Artes de Jundiá (AFLAJ), fundada em 8 de abril de 1972 pelas senhoras Josefina Rodrigues da Silva (Jorosil), Luiza da Silva Rocha Rafael e Antonieta da Cunha Barros; a Academia Feminina Mineira de Letras (Afemil), fundada em 12 de agosto de 1983 pela Dra. Natérica Silva Villefort Costa; a Academia Feminina de Ciências, Letras e Artes de Santos, fundada no dia 8 de outubro de 1986, pela Irmã Maria Cássia; a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte - AFLRN, fundada em 22 de abril de 2000, pela escritora Zelma Bezerra Furtado de Medeiros; a Academia Feminina de Letras do Ceará (AFELCE), oficialmente fundada em 2 de junho de 2002; a Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba (AFLAP), fundada em 27 de maio de 2004, pela escritora paraibana Maria Balila Palmeira; e a AFLAMS (Academia Feminina de Letras e Artes de Mato Grosso do Sul), fundada em 30 de Abril de 2019.

⁴² Nice Monteiro Daher foi uma escritora nascida na Cidade de Goiás em 1916. Obras publicadas: “Revoada”, 1984; “Caminhos”, 1990; “Velhos Portais”, crônicas, em 2000. Filha de Octavio Monteiro Guimarães, ex-deputado da Alego, por quatro legislaturas consecutivas (8ª a 11ª). Faleceu em 2011, aos 95 anos.

⁴³ Deputado da Alego, na 9ª Legislatura.

⁴⁴ Célia Coutinho Seixo de Brito foi uma escritora e artista plástica goiana. Ela nasceu em 1914, na cidade de Goiás, e faleceu em Goiânia, em 1994.

⁴⁵ Com sede no Setor Sul, em Goiânia, a Aflag foi fundada em 9 de novembro de 1969. Desde 2017, a entidade é presidida pela escritora Alba Dayrell.



PÁGINA 61

⁴⁶ Antônio de Queiroz Barreto, nascido em 1889, na Cidade de Goiás, foi deputado estadual na 2ª, 3ª e 4ª Legislaturas, sendo todos os mandatos pelo PTB. Exerceu diversos cargos públicos, como chefe de polícia, promotor e chefe da Divisão da Receita. Ele faleceu em 1976.



PÁGINA 62

⁴⁷ Padre Pelágio Sauter (1878 - 1961) foi um sacerdote alemão que veio para o Brasil em 1909 e para Goiás em 1914, onde atuou por 47 anos como padre redentorista.

⁴⁸ Alfredo Nasser (1907 - 1965) nasceu em Caiapônia, formou-se em Direito, foi deputado constituinte em 1935, deputado estadual (1935 a 1937), senador (1947-1951) e deputado federal (1959-1965).



PÁGINA 63

⁴⁹ A movimentação política do Brasil caminhava para o fim do Estado Novo. A elite política e econômica exigia o retorno às práticas democráticas, os artistas e intelectuais influenciavam pela eleição com voto direto. Em fevereiro de 1945, Vargas anunciou uma reforma constitucional que aprovava a realização de novas eleições. Em pouco tempo, surgiram cerca de doze agremiações partidárias que atuariam no novo pleito. Havia fortes suspeitas de que Vargas organizava um novo golpe e os militares da época se mobilizaram para depor Getúlio e garantir o fluxo normal das eleições, que tornaram Eurico Gaspar Dutra o presidente do País. O regime liberal populista se estendeu até o mandato de João Goulart, deposto pelo golpe militar em 1964.

⁵⁰ Fundada em 1945, a UDN foi um partido político brasileiro de orientação conservadora, guiado pela defesa da moralidade, da abertura econômica para o capital estrangeiro e do liberalismo em oposição ao populismo atribuído a Vargas. O partido alcançava apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite.

⁵¹ Getulino Artiaga, que dá nome ao plenário da Assembleia Legislativa de Goiás, nasceu em Itaberaí (GO) em 1913 e faleceu assassinado em Nova Aurora em 1950, quando exercia a presidência da Casa na 1ª Legislatura.



PÁGINA 65

⁵² Alberto Xavier de Almeida era membro do comitê estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1947, com a cassação do PCB, Alberto se viu obrigado a filiar-se a outro partido (UDN) para assumir o mandato de vereador por Goiânia.

⁵³ Partido do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que existiu entre 1945 e 1965, no breve período entre a ditadura do Estado Novo e a Militar.

⁵⁴ O cuiabano Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi um general brasileiro, que, em 1945, recebeu o apoio eleitoral do então presidente Getúlio Vargas e se tornou o 16º presidente do Brasil (1946 a 1951). Ele foi eleito pelo PSD e na ocasião derrotou o candidato udenista, brigadeiro Eduardo Gomes, que recebeu 34,74% dos votos, enquanto Dutra alcançou a preferência de 55,39% do eleitorado.



PÁGINA 67

⁵⁵ Juscelino Kubitschek (1902-1976), é o ex-presidente do Brasil que governou entre 1956 e 1961. Durante seu mandato, construiu Brasília, a nova capital do País, inaugurada no dia 21 de abril de 1960. Filho do caixeiro-viajante João César de Oliveira e da professora Júlia Kubitschek, nasceu em Diamantina (MG), tornou-se médico em 1927 e ingressou na

Política em 1934, como chefe de gabinete do interventor federal em MG, Benedito Valadares e, no mesmo ano, foi eleito deputado federal. Foi deposto em 1937, quando o Estado Novo fechou o Congresso Federal. Foi eleito prefeito de Belo Horizonte (sua gestão vai de 1940 a 1945), deputado federal (em 1946), governador de Minas Gerais (em 1950), presidente da república (em 1955) e senador por Goiás (em 1961). Em junho de 1964, teve seus direitos políticos cassados pela ditadura e exilou-se por 10 anos, entre Nova Iorque e Paris. Dois anos depois de voltar ao Brasil, morreu em um acidente de carro no Rio de Janeiro.

⁵⁶ Aqui a ex-deputada critica a prática do nepotismo, que se caracteriza quando um agente público nomeia ou contrata um ou mais parentes. O nepotismo é vedado pela Constituição Federal, por violar princípios constitucionais como impessoalidade e moralidade. Em 2008, a súmula vinculante nº 13 do STF definiu que a nomeação de cônjuges ou parentes até o 3º grau também caracteriza o delito. Outra face desse problema é o chamado nepotismo cruzado, no qual políticos e autoridades de diferentes órgãos e poderes nomeiam parentes uns dos outros, o que dificulta a fiscalização e aplicação das sanções cabíveis.



PÁGINA 75

⁵⁷ A licença maternidade, estipulada para um período total de 120 dias após o parto, é uma garantia constitucional assegurada a todas as mulheres gestantes e contribuintes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Durante esse período, a trabalhadora tem direito a ter seu salário integralmente assegurado. Podem receber o salário: trabalhadoras com carteira assinada, contribuintes individuais (autônomas), facultativas (estudantes, por exemplo) ou MEIs (Microempreendedores individuais), desempregadas, empregadas domésticas, trabalhadoras rurais (seguradas especiais) e até o cônjuge ou companheiro, em caso de morte da segurada. A trabalhadora pode sair de licença a partir do último mês de gestação. Além disso, a Constituição garante que, uma vez confirmada a gravidez, a mulher tem resguardados os seus direitos de não ser demitida até os cinco primeiros meses após o parto. A regra não se estende, no entanto, às deputadas em exercício na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) e, até o presente momento, todas aquelas que tiveram filhos durante seus mandatos ficaram impedidas de se ausentar dos trabalhos legislativos. Este foi o caso, precisamente, vivenciado não apenas por Adriana, mas também por outra entrevistada deste volume, a ex-deputada Lila Spadoni (ver entrevista subsequente). Atualmente, está em tramitação na Casa de Leis goiana o processo nº 5438/19, de autoria da deputada Lêda Borges, que busca estender o direito à licença maternidade e paternidade, conforme previsto na Constituição, aos parlamentares em exercício na Alego. Até a edição desta publicação, a proposta se encontrava em fase de primeira discussão e votação nesta Casa de Leis.

⁵⁸ Darci Accorsi (1945-2014) foi fundador do PT em Goiás; vereador no ano de 1988, em Goiânia; deputado estadual, em 1990 e prefeito desta capital, em 1992. Além de políti-

co, destacou-se também como filósofo e professor. Faleceu na noite do dia 20 de novembro de 2014, aos 69 anos, após lutar contra um câncer na coluna.



PÁGINA 76

⁵⁹ No momento em que essa matéria estava sendo reeditada para entrar nessa publicação, em março do ano de 2020, Verônica Sauthier Accorsi dos Santos estava com 25 anos de idade e Helena Sauthier Contin Accorsi Fazzion com um ano e três meses de vida.

⁶⁰ Adriana foi aprovada em concurso para delegada da Polícia Civil Estadual no ano 2000, tendo atuado em delegacias das cidades de Bela Vista, Cristianópolis, Nazário e Turvânia, dentre outras. No ano de 2003, Adriana foi promovida a delegada titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (Depai) e permaneceu lá por oito anos. Já em 2011, assumiu a Superintendência de Direitos Humanos da Secretaria da Segurança Pública de Goiás. Em 2012, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Delegada Geral da Polícia Civil de Goiás e, logo no ano seguinte, assumiu a Secretaria Municipal de Defesa Social. Ela está licenciada da função desde 2015, quando foi eleita deputada estadual por Goiás.

⁶¹ Lucélia foi encontrada amordaçada e acorrentada na área de serviço do apartamento da ex-empresária, Sílvia Calabresi, no Setor Marista, bairro nobre de Goiânia. De acordo com as investigações, Lucélia foi morar com Sílvia, com autorização da mãe, para estudar. No entanto, além de fazer todas as tarefas domésticas, ela apanhava diariamente e era torturada com instrumentos como um alicate, que, segundo o inquérito, foi usado para cortar a língua da garota. Além disso, em algumas ocasiões, a mulher colocava pimenta na boca, nariz e olhos da menina e a deixava sem comer por dias.

⁶² O governo ao qual a deputada se refere é o do presidente Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), após a polarizada disputa eleitoral do ano de 2018. Antes, ele havia ocupado o cargo de deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira.



PÁGINA 78

⁶³ A entrevista foi realizada e publicada em maio de 2019.



PÁGINA 79

⁶⁴ A festa à qual a deputada se refere é a festa de São João, ou festa junina. São conhecidas também como quermesses.



⁶⁵ O deputado mais bem votado da 19ª Legislatura da Alego foi Henrique Cesar (PSC), que obteve 46.545 votos no pleito de 2018.

⁶⁶ De acordo com o Mapa da Violência de Gênero, Goiás é o segundo estado brasileiro em que mais se pratica violência contra mulheres. As mulheres negras foram a maior parte das vítimas dos 14.887 casos de violência física registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2014 e 2017. Elas constituem 41% do total de vítimas nos casos registrados, seguidas por homens negros (25%), mulheres brancas (15%) e homens brancos (9%). Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), em 2018, foram 6.454 mulheres vítimas de ameaça. Já em 2019, esse número mais que dobrou, chegando a 15.599. Outro crime que expressou grande aumento, informa a SSP-GO, foi o de lesão corporal contra a mulher. Em 2018, foram 2.976 vítimas de agressão física no ambiente doméstico. Já em 2019, esse número subiu para 10.497, um aumento de 7.521 vítimas.

⁶⁷ Em Goiânia, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Cora Coralina oferta o acolhimento e acompanhamento interdisciplinar (social, psicológico e de orientação jurídica) às mulheres em situação de violência de gênero, para promover e assegurar o fortalecimento da autoestima e autonomia, o resgate da cidadania e prevenção, interrupção e superação das situações de violência de direitos. Da mesma forma, em outras cidades do estado de Goiás existem os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (Ceam). De acordo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás, há Ceams em 21 dos 246 municípios goianos. São eles: Anápolis, Anicuns, Aragoiânia, Bela Vista, Cachoeira Alta, Ceres, Cidade Ocidental, Goiânia, Goiás, Iaciara, Itumbiara, Jaraguá, Luziânia, Minaçu, Morrinhos, Planaltina, Santa Helena, São Luís de Montes Belos, Trindade, Uruaçu e Valparaíso.



⁶⁸ A capital de Goiás tem duas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam), uma localizada no Centro e a outra no Jardim Curitiba 2. Em todo estado, atualmente, já são 25 Deams. A mais recente está localizada na cidade de Iporá. A lei que criou a unidade no município foi sancionada pelo governador, Ronaldo Caiado, em 9 de julho de 2020. As demais cidades onde há Deams são: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Anápolis, Luziânia, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Caldas Novas, Itumbiara, Santa Helena, Rio Verde, Catalão, Planaltina de Goiás, Formosa, Porangatu, Mineiros, Jataí, Goianésia, Trindade, Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Uruaçu, Niquelândia.

⁶⁹ Em Goiânia, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM) oferece serviços de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência doméstica ou nas relações íntimas de afeto com o risco de morte, bem como de seus dependentes. É um local sigiloso chamado de Casa Abrigo Sempre Viva.

⁷⁰ O Centro de Valorização da Mulher (Cevam) acolhe mulheres e crianças vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade desde 1981. Fornece apoio psicológico, jurídico e pedagógico, além de cursos profissionalizantes, a elas e seus filhos.

⁷¹ Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Social de Goiás (Seds), em Goiás há dois abrigos para mulheres vítimas de violência, sendo que os dois estão localizados em Goiânia. Um deles é o Cevam e o outro a Casa Abrigo Sempre Viva, ambos já mencionados em notas anteriores.



PÁGINA 83

⁷² Até o fechamento desta publicação, a lei citada ainda não havia sido efetivamente implantada na Casa. Porém, segundo informou o então assessor adjunto da Diretoria Administrativa do Poder Legislativo, Manoel Lourenço Campos, um novo processo de licitação para a renovação de serviços terceirizados estaria prestes a ser realizado e já levaria em conta a destinação obrigatória de 5% das vagas às mulheres vítimas de violência doméstica (Lei 20.190/15).

⁷³ A estudante Raphaella Novinski, de 16 anos, foi morta por Misael Pereira Olair, de 19 anos, dentro do Colégio Estadual 13 de Maio, localizado no município goiano de Alexânia (a cidade fica a aproximadamente 150 km da capital, Goiânia). O crime ocorreu no dia 6 de novembro de 2017. Ela foi alvejada com 11 tiros disparados por Misael, que alegou ter cometido o crime por “ódio” já que a adolescente não quis estabelecer uma relação afetiva com ele. Ele foi preso em flagrante pela Polícia Militar (PM) ao tentar fugir e confessou ainda que havia juntado dinheiro durante um ano para poder comprar a arma com a qual cometeria o crime.

⁷⁴ A doença falciforme é umas das alterações genéticas mais frequentes no Brasil, segundo o Ministério da Saúde, e constitui-se em um grupo de doenças genéticas caracterizadas pela predominância da hemoglobina S (HbS) nas hemácias. Dentre as formas mais comuns, está a anemia falciforme (HbSS). De acordo com a Fundação Hemoninas, a gravidade clínica da doença falciforme é variável, mas a maioria apresenta as formas crônica e grave da doença, exacerbada pelas chamadas “crises”. Estas podem envolver infecções de repetição, complicações pulmonares, neurológicas, renais, hepatobiliares, dentre outras.



PÁGINA 85

⁷⁵ O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em 2018, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5617, definindo ser inconstitucional o dispositivo da minirreforma eleitoral. Naquele momento, a maioria dos ministros entendeu que se deve equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas ao mínimo de recursos de fundo partidário, que também ficou equiparado ao montante de 30% para eleições majoritárias e proporcionais.



PÁGINA 86

⁷⁶ Uma pesquisa elaborada pelas professoras Malu Gatto, da University College London, e Kristin Wyllie, da James Madison University, divulgada pela BBC Brasil em 2019, revelou a dimensão do uso de laranjas para burlar a lei de cotas femininas nas eleições de 2018. Segundo as professoras, a palavra “laranja” é usada para retratar alguém que assume uma função no papel, mas não na prática. No caso eleitoral, aponta para candidaturas femininas de fachada, o que serviria, inclusive, para explicar a baixa representação feminina nos Parlamentos, mesmo após os 20 anos de vigência da lei de cotas. Embora os partidos tenham indicado mais mulheres como candidatas, de 1998 até o último pleito citado, o número de parlamentares mulheres, na Câmara Federal, por exemplo, aumentou de 5,6% para 15%, apenas. Ainda de acordo com a pesquisa, 35% de todas as candidaturas de mulheres para a Câmara dos Deputados, na eleição de 2018, não chegaram a alcançar 320 votos. O fato acabou por levantar dúvidas sobre a existência real de campanhas para essas candidaturas e a considerar a possibilidade de fraudes nas indicações partidárias. A suspeita é de que estas últimas estariam servindo somente para evitar punições eleitorais, enquanto os recursos do fundo de campanha permaneceriam beneficiando, em geral, os candidatos homens.

⁷⁷ A proposta está protocolada com o número 2019000782. Ela acrescenta o Capítulo III ao Título II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). Esse acréscimo cria a Procuradoria Especial da Mulher na Casa de Leis. Segundo o texto da matéria, a procuradoria seria constituída por uma deputada Procuradora Especial da Mulher e duas deputadas Procuradoras Adjuntas, designadas pelo presidente da Alego, a cada dois anos, no início da sessão legislativa. Essa proposta encontra-se em primeira fase de votação nominal, em Plenário, desde o dia 4 de dezembro de 2019.



PÁGINA 87

⁷⁸ A onda a que Adriana Accorsi se refere diz respeito ao fato de diversos países terem elegido, recentemente, governantes com tendências voltadas ao que se pode chamar de populismo de direita. Um dos primeiros exemplos citados foi o caso do atual presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, que tomou posse no dia

20 de janeiro de 2017. Em seu mandato, que vigora até janeiro de 2021, Trump, embora eleito pelo Partido Republicano, tem adotado uma política de tendência eminentemente conservadora, marcada pelo discurso nacionalista e por ataques constantes à imprensa. No caso da Espanha, os embates se dão entre o atual governo socialista de Pedro Sánchez e o parlamento espanhol, composto, em grande parte, por integrantes do partido de extrema-direita Vox. Já a menção à Argentina se deu em alusão ao conservadorismo do governo de Mauricio Macri, que ainda estava em vigência na época da entrevista. Atualmente, quem governa o país é Alberto Fernández, que possui tendências políticas mais moderadas. Ele foi empossado no cargo em 10 de dezembro de 2019, juntamente com a sua vice, a ex-presidente Cristina Kirchner. O atual governo argentino tem, inclusive, sofrido críticas por parte do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que defendia publicamente a reeleição de Macri. As diferenças ideológicas entre ambos os governos têm abalado as relações diplomáticas entre os dois países vizinhos. Além desses países diretamente citados por Accorsi, diversos outros, principalmente na Europa, também elegeram recentemente governos considerados de extrema direita. Dentre esses podemos citar a Áustria, a Dinamarca, a Estônia, a Holanda e a Grécia.

⁷⁹ Essa ameaça já estava sendo detectada por líderes da Organização das Nações Unidas (ONU). Em maio de 2018, durante o 25º aniversário da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, o então alto-comissário da ONU, Zeid Ra'ad Al Hussein, afirmou em seu discurso que diversos partidos defensores de ideias racistas estariam em ascensão, principalmente na Europa. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitos-humanos-estao-sob-ataque-e-nao-sao-mais-prioridade-alerta-representante-da-onu/>. Acessado em: 10 de agosto de 2019.

⁸⁰ Um exemplo, que ganhou forte repercussão na imprensa nacional, ocorreu em fevereiro de 2020, quando a então jornalista da Folha de S. Paulo, Patrícia Campos Mello, divulgou reportagens denunciando o disparo em massa de fake news no WhatsApp para favorecer a presidência. Outro caso do gênero foi notificado em março, quando o presidente voltou a atacar outra jornalista. O alvo da vez foi a então editora e colunista do jornal O Estado de S. Paulo, Vera Magalhães. O ataque se deu quando esta noticiou que o presidente teria enviado a seus contatos no WhatsApp vídeo de convocação para as manifestações contra o Congresso, que ocorreriam naquele mesmo mês.

⁸¹ No dia 22 de julho de 2019, o então secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, anunciou um contingenciamento de mais de R\$ 1,442 bilhão no orçamento federal. Segundo informações divulgadas pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), cerca de um terço dos cortes foi destinado a políticas sociais (educação, trabalho, assistência social, direitos da cidadania, segurança pública, habitação, saneamento e organização agrária, entre outras). Dentre esses, o maior corte foi na Educação, que sozinha representou 18% do total contingenciado. A medida gerou uma

onda de protestos, encabeçada por representantes do setor em todo o país. Em novembro de 2019, o ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou uma reversão no contingenciamento, justificado pelo alcance de um melhor equilíbrio fiscal no país, ao longo dos meses anteriores. Foram descontingenciados, na ocasião, recursos no montante de R\$ 14 milhões, que estavam bloqueados até então.

⁸² O Conto da Aia é um romance distópico de 1985 escrito por Margaret Atwood. Ele retrata um Estado teocrático e totalitário, onde as mulheres são as vítimas preferenciais, anuladas por uma opressão sem precedentes. É uma sociedade onde as mulheres foram totalmente tolhidas de seus direitos. O livro inspirou a série homônima *The Handmaid's Tale*, produzida pelo canal de streaming Hulu em 2017.

⁸³ Segundo informa o Ministério da Saúde, esse tipo de violência pode ser física e/ou psicológica e atinge boa parte das mulheres e bebês em todo o país. Muitas dessas vítimas acabam ficando com sequelas e outras não sobrevivem. A violência obstétrica é aquela que acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao abortamento. Exemplos: lavagem intestinal e restrição de dieta; ameaças, gritos, chacotas, piadas, etc.; omissão de informações, desconsideração dos padrões e valores culturais das gestantes e parturientes; divulgação pública de informações que possam insultar a mulher; não permissão do acompanhante que a gestante escolher; não recebimento de medicamentos para alívio da dor, dentre outros.



PÁGINA 87

⁸⁴ No dia 27 de abril de 2018, o então presidente da Comissão da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa, Carlos Antonio (PTB), promoveu audiência pública para buscar soluções às demandas relativas à violência obstétrica. Várias mulheres que sofreram com esse tipo de violência deram depoimentos durante a reunião pública e o parlamentar fez encaminhamentos em favor da causa. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/93614/violencia-obstetrica>.

⁸⁵ Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/go/>.

⁸⁶ A Lei Ordinária que corresponde ao projeto de Adriana Accorsi é a de nº 19.460/16. Disponível em: https://legisla.casacivil.gov.br/pesquisa_legislacao/98778/lei-19460.



PÁGINA 88

⁸⁷ A lei que a deputada cita é a de nº 13.641/2018 que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm.



PÁGINA 89

⁸⁸ O projeto nº 2019002075 dispunha sobre a realização de exame de saúde prévio quando da entrada no sistema prisional. A matéria foi vetada, em 2019, pela Governadoria do Estado.

⁸⁹ O Brasil possui uma população prisional de 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes. Em relação aos presos custodiados apenas em unidades prisionais, sem contar delegacias, o país detém 758.676 presos. Esses dados foram recentemente divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados>.



PÁGINA 90

⁹⁰ O Diretório Nacional é comandado por Gleisi Hoffmann, o Estadual por Kátia Maria e o municipal pela professora Neyde Aparecida.

⁹¹ Eleita duas vezes presidente da República, em 2010 e em 2014, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a governar o Brasil.



PÁGINA 91

⁹² Lula está livre desde o dia 8 de novembro de 2019. O petista, que foi detido após condenação em segunda instância, no dia 7 de abril de 2018, estava preso há 580 dias na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba.

⁹³ A Reforma da Previdência foi aprovada em 2019 após sofrer desidratação durante as fases de votação no Congresso Federal. O Senado aprovou o texto-base da reforma com placar de 60 votos favoráveis a 19 contrários. Eram necessários 49, de 81 senadores, para que fosse aprovada. O projeto foi apresentado já no segundo mês de vigência do governo de Jair Bolsonaro. A principal mudança foi a idade mínima adotada para aposentadoria, tanto para a iniciativa privada quanto para a pública, que ficou estipulada 62 anos para as mulheres e 65 para os homens. Outro ponto que gerou polêmica diz respeito à pensão por morte para dependentes de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Conforme a nova regra, o benefício passa a ser de 50% do valor total, mais 10% por dependente, não podendo ultrapassar 100% do benefício. Para os trabalhadores do campo, o acesso à aposentadoria também se tornou mais complicado. Essa dificuldade está ligada a criação de um cadastro dos segurados especiais pelo Ministério da Economia, a ser utilizado pelo INSS para a concessão dos benefícios rurais. Para eles, estão mantidos o tempo de contribuição de 15 anos e as idades mínimas de aposentadoria de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens. Além disso, por meio da inci-

dência de alíquotas progressivas, o valor do INSS descontado nas folhas de pagamento deverá variar agora conforme os rendimentos de cada trabalhador. Isso significa que o percentual de contribuição será, a partir de então, diferenciando, com taxas menores para aqueles que ganham menos e maiores para os que ganham mais.

⁹⁴ O governo Bolsonaro realizou megaleilão do pré-sal em novembro de 2019. Na ocasião, foram arrecadados R\$ 69,96 bilhões.

⁹⁵ Atualmente, o desemprego no Brasil, segundo levantamento divulgado no dia 17 de julho, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atinge 12.428 milhões de pessoas, o que tem se agravado com a pandemia do novo coronavírus, iniciada em fevereiro de 2020.

⁹⁶ O feito se deu em 2015, quando motoristas anti-Dilma passaram a colar, na entrada do tanque de combustível de seus carros, adesivos com falsas imagens pornográficas da ex-presidente, em situação que simulava um ato de nítida violência sexual.

⁹⁷ Dilma foi hostilizada durante a abertura da Copa do Mundo, em 2014. Na Copa das Confederações, realizada no ano anterior, ela também já havia recebido vaias e xingamentos, quando apareceu rapidamente no Estádio Nacional Mané Garrincha, antes da partida entre Brasil e Japão.

⁹⁸ Dilma sofreu processo de impeachment em agosto de 2016, sob acusação de cometer manobras fiscais. Ela perdeu o mandato presidencial, porém manteve seus direitos políticos. Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a candidatura da ex-presidente ao Senado nas eleições daquele ano. Ela concorreu, sem êxito, pelo estado de Minas Gerais (MG).

⁹⁹ Adriana Accorsi está se referindo à ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que afirmou que a mulher deve ser submissa ao homem no casamento, segundo “concepções cristãs”. Damares deu a declaração ao participar de audiência pública na Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, realizada na Câmara Federal, em abril de 2019.

¹⁰⁰ A música que a parlamentar citou foi veiculada em 2018 por apoiadores de Bolsonaro, durante a “Marcha da Família” em Recife (PE). O trecho aludido diz o seguinte: “dou para CUT pão com mortadela e para as feministas, ração na tigela. As mina de direita são as top mais belas, enquanto as de esquerda têm mais pêlos que as cadelas”.



PÁGINA 93

¹⁰¹ Em 2019, a cantora pop Ludmilla foi chamada de “macaca”, durante premiação do Multishow, quando subiu ao palco para receber dois troféus.

¹⁰² De acordo com as Ordenações Filipinas, norma portuguesa adotada no Brasil, em 1603, o marido podia matar a esposa se a flagrasse com outro ou “sendo certo que lhe cometeu adultério” (título 38, nº 1), ou seja, bastava desconfiar da infidelidade para exercer o direito de assassinato. O marido que traía a esposa, no entanto, não respondia pelo crime de adultério nem poderia ser morto por isso. Mesmo depois da revogação dessa norma pelo Código Criminal do Império (1830), eles continuariam conseguindo encontrar saídas legais para justificar o assassinato de mulheres ou amantes e assim se livrar das punições impostas. Na primeira metade do século 20, era comum, por exemplo, a alegação de que os acusados se encontravam em “completa privação de sentidos e de inteligência”, situação que Nelson Hungria, o “príncipe” dos criminalistas, denominava “passionalismo sanguinário”. Depois, popularizou-se a tese da legítima defesa da honra, que ainda hoje é aceita no Tribunal do Júri. As informações estão disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/artigos-menu/1189-adulterio-do-assassinato-a-indenizacao>.



PÁGINA 94

¹⁰³ Até hoje, houve três casos do gênero na história da Alego. O primeiro foi protagonizado por Cleuzita de Assis, que atuou como 2ª vice-presidente da Mesa Diretora na 11ª Legislatura (1987-1991), período em que ocorreu a Assembleia Estadual Constituinte. Foi seguida por Mara Naves e Lamis Cosac, que também ocuparam o cargo, durante a 13ª e 14ª Legislaturas, respectivamente (1995 a 1999 e 1999 a 2003). Naves chegaria a ocupar ainda outro cargo junto à Mesa, em 2004, desta vez, como 4ª secretária.



PÁGINA 97

¹⁰⁴ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em 2 de setembro de 2009, investigou o endividamento da Companhia Energética de Goiás (Celg). Inicialmente, o colegiado foi presidido pelo deputado Helio de Sousa (DEM) à época.

¹⁰⁵ Mais detalhes sobre os trabalhos da Comissão, incluindo o seu relatório final, podem ser encontrados em: <https://portal.al.go.leg.br/legado/cpi/ver/id/32>. Acessado em 23 de outubro de 2020.

¹⁰⁶ Projeto de lei nº 3253/17, arquivado em fevereiro de 2019.

¹⁰⁷ Propõe projeto de lei nº 1424/19, voltado à obrigatoriedade da presença de psicólogo escolar nas redes públicas de ensino fundamental.



PÁGINA 102

¹⁰⁸ Lei nº 10.216, que trata da proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.



PÁGINA 118

¹⁰⁹ Um dos líderes goianos de maior renome no cenário político brasileiro, Aldo Arantes é correligionário de Denise e ex-presidente regional PCdoB em Goiás (atualmente o cargo está sob o comando de Isaura Lemos, ex-deputada da Alego). Iniciou sua carreira política no movimento estudantil, tendo sido presidente da UNE (1961-1962). Sua carreira parlamentar na Câmara dos Deputados, em Brasília, começou junto ao MDB, partido pelo qual exerceu seu primeiro mandato, no início dos anos 1980. Já no início do segundo, passou a integrar os quadros do PCdoB, tendo participado, nessa condição, da Constituinte Nacional de 1988. Exerceria ali ainda outros dois mandatos (1995-1999 e 2000-2003). Foi também vereador, em Goiânia (1991-1995).

¹¹⁰ Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), de onde se destaca como sendo um dos seus fundadores, em Goiás (1980), Pedro Wilson foi prefeito de Goiânia (2001-2004), tendo sido igualmente, antes, vereador nesta capital (1993-1995). Foi também deputado federal por Goiás, por dois mandatos (1995-2000; 2007-2011). É advogado, professor universitário e sociólogo.

¹¹¹ Durante os anos de 1980, os irmãos Henrique e Ademar Santillo marcaram passagem no Congresso Nacional representando o Estado de Goiás, ambos pelo PMDB (atual MDB). Eles assumiram, respectivamente, ali, as cadeiras de senador (1979-1987) e de deputado federal (1975-1986). O primeiro já havia se destacado, antes, como prefeito de Anápolis (1969-1972), tendo sido, posteriormente, Governador de Goiás (1987-1991) e Ministro da Saúde (1993-1995). O segundo, que é casado com a ex-deputada estadual Onaide Santillo (ver a sexta entrevista desta publicação), foi também prefeito de Anápolis, por dois mandatos (1986-1989; 1997-2001), e deputado estadual, em Goiás (1971-1975). Com atuação mais regional e restrita à política estadual, Romualdo Santillo, irmão da dupla citada, exerceu, por sua vez, três mandatos consecutivos na Alego (1983-1987; 1987-1991; 1991-1995). A referência “Irmãos Coragem”, usada pela entrevistada para caracterizá-los, faz menção ao título de uma telenovela brasileira, exibida pela Rede Globo no início dos anos de 1970. Escrita por Janete Clair, o folhetim contou com a direção geral de Daniel Filho. Teve, como protagonistas do seu elenco, os atores Tarcísio Meira, Cláudio Marzo e Cláudio Cavalcanti, que, no centro da trama, lutam pela liberdade e contra a opressão do garimpo, numa pequena cidade do cerrado goiano.

¹¹² Maria da Conceição Gayer foi, junto com Cleuzita de Assis (ver a nona entrevista desta publicação), uma das deputadas estaduais Constituintes, tendo atuado, portanto, durante a 11ª Legislatura da Alego (1987-1991). Vítima de infarto, faleceu em dezembro de 2006, em Goiânia.

¹¹³ Nadir Batista Cordeiro nasceu em Arraias, Tocantins. Em 1973 passou a integrar, como escrivã, os quadros da Polícia Militar do Estado de Goiás. Formou-se em Direito pela UFG e tornou-se delegada da Polícia Civil, em 1979, atuando sempre em Goiânia e na sua região metropolitana. Foi a 1ª delegada da mulher em Goiás, em 1985, após ter passado por diversas delegacias especializadas e distritais. Aposentou-se, em 2017, aos 70 anos de idade, após ter dedicado mais de quatro décadas da sua vida à Polícia Civil do Estado.

¹¹⁴ Lúcia Helena Rincón Afonso é goiana, de Pires do Rio. Durante toda sua trajetória, incentivou as mulheres a buscarem seu espaço e a lutarem pelos seus direitos. Tornou-se militante do movimento de redemocratização da sociedade brasileira em 1978, atuando, sobretudo na organização do movimento feminista, tanto em nível regional quanto nacional. Licenciada e mestre em História pela UFG e doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP 2002), Lúcia atua hoje como professora adjunta da Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Foi membro da Comissão da Verdade da Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino/CONTEE e é membro efetivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, representando a União Brasileira de Mulheres (UBM). Atualmente, é Diretora de Comunicação da Associação dos Professores da PUC/GO e membro da Coordenação Nacional da UBM.

¹¹⁵ Consuelo Nasser é goiana, de Caiapônia. Foi jornalista, advogada e feminista, fundadora do Centro de Valorização da Mulher (Cevam). No início da década de 1980, comandou o maior semanário da imprensa goiana, o Cinco de Março (1959-1979), tendo também dirigido financeiramente os jornais Diário da Manhã (1982-1984) e Folha de Goyaz (1984), além de fundar e comandar, editorial e administrativamente, o jornal Edição Extra (1984-1985) e a Revista Presença (1986-1991). Vítima da depressão, Consuelo cometeu suicídio em 20 de agosto de 2002.



PÁGINA 119

¹¹⁶ Criada em 1984, a União da Juventude Socialista (UJS) é uma organização juvenil ligada ao PCdoB.

¹¹⁷ Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, ocorrido entre 1983 e 1984. Como resultado, Tancredo Neves foi eleito indiretamente para o cargo. O primeiro presidente eleito por vias diretas, após quase três décadas, seria Fernando Collor, em 1990. Goiás consta como tendo sido o segundo estado a aderir ao movimento, que teria se iniciado na cidade pernambucana de Abreu e Lima,

no dia 31 de março de 1983. As manifestações tomariam, então, as ruas de Goiânia em 15 de junho daquele mesmo ano, com a reunião de 5 mil manifestantes na Praça Cívica.

¹¹⁸ A maior passeata (seguida de comício) pelas Diretas Já reuniu 1,5 milhão de pessoas nas ruas da cidade de São Paulo, em 16 de abril de 1984. Em Goiás, o maior evento do movimento se deu em Goiânia, no dia 12 de abril de 1984, e reuniu cerca de 300 mil manifestantes. Ao todo, foram mais de 40 comícios realizados em todo o país, os quais contaram com a participação de cerca de 4,5 milhões de pessoas. As manifestações pelas Diretas Já ficam atrás, aparentemente, apenas das mobilizações em torno do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

¹¹⁹ As eleições diretas para governador, que ocorreram, em todo o Brasil, no ano de 1982 (retomando pleito anterior, que havia sido realizado na década de 1960), ficaram conhecidas como “eleições gerais”. Na ocasião, foram eleitos, conjuntamente, 23 governadores de Estado, os prefeitos e todos os membros do Congresso Nacional e dos parlamentos estaduais e municipais. No pleito goiano, o eleito para chefiar o Executivo estadual, seria o oposicionista Iris Rezende (MDB), que alcançaria a vitória após concorrer com Otávio Lage (PDS), Athos Magno (PT) e Paulo César Timm (PDT). Junto a ele estaria o vice-governador Onofre Quinan. Ainda no contexto regional, foram também igualmente eleitos o senador Mauro Borges, 16 deputados federais, 40 estaduais, além dos prefeitos e vereadores. Antes de Iris, o último governador eleito pelo estado havia sido Otávio Lage, em 1965. O antecessor de Iris no Governo de Goiás foi Ary Valadão e o sucessor, Henrique Santillo. Este último seria eleito no pleito seguinte, realizado em 1986. Iris Rezende Machado continuou se destacando na política goiana e atualmente comanda a Prefeitura de Goiânia, cargo que já ocupa pela terceira vez (a presente gestão, iniciada em 2017, deverá ser encerrada no final de 2020). Principal expoente do MDB, em Goiás, foi também vereador nesta capital (1958), deputado estadual (1962), senador da República (1995 a 2003) e ministro por duas vezes, sendo a primeira no Ministério da Agricultura do governo Sarney (1986-1990) e a segunda no da Justiça de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Governou Goiás por dois mandatos, sendo o segundo de 1991 a 1994.

¹²⁰ Considerado como sendo a fase ditatorial da Era Vargas, o Estado Novo foi um regime de contorno fascista, marcado pela centralização do poder, pelo autoritarismo, pela censura aos órgãos de imprensa, pelo nacionalismo e pelo anticomunismo. Teve início em novembro de 1937, quando, após um golpe de estado, o então presidente Getúlio Vargas outorga uma nova Constituição e decreta o fechamento do Congresso. Em outubro de 1945, Vargas renuncia e a República brasileira passa, por linha sucessória, aos comando de José Linhares, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Em 31 de janeiro de 1946, após vencer as eleições, o então General Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência do país, pondo, assim, definitivamente, fim à ditadura de Vargas. Durante o governo Dutra, que vigorou até 1951, o Brasil ganhou uma nova Constituição, que foi promulga-

da em 1946, após os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Esta recuperava, por sua vez, a linha democrática da Carta Magna de 1934.

¹²¹ Abrão Isaac foi deputado estadual Constituinte pelo PCB, durante a 1ª Legislatura da Alego (1947-1951). Assumiu a 2.ª vice-presidência da Mesa Diretora entre 1947 e 1948. Em 21 de janeiro de 1948, teve seu mandato extinto por força da Lei n.º 211, que decretou o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil – PCB, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi amigo próximo de Luís Carlos Prestes, expoente do comunismo brasileiro, a quem concedeu refúgio, em sua casa no Centro de Goiânia, quando este figurava na lista de perseguidos da polícia do Estado Novo. Abrão Isaac faleceu em 03 de janeiro de 1961, em Goiânia.

¹²² A Lei Orgânica de Goiânia possui, ao todo, 273 artigos de caráter permanente e mais 21, transitórios. Até a última atualização feita antes do fechamento desta publicação, a legislação contava com 80 emendas, tendo sido a última delas acrescida em março de 2020.



PÁGINA 120

¹²³ O governo Figueiredo (1979-1985) foi marcado por uma enorme crise econômica e pelo processo de reabertura política do país. Dentre as principais medidas que marcaram esse período estão a extinção do sistema bipartidário e a concessão da anistia aos militares e aos perseguidos políticos, o que culminou na devolução integral dos direitos aos exilados.



PÁGINA 121

¹²⁴ O 2º grau é a etapa do sistema de ensino equivalente à última fase da educação básica, hoje chamada de Ensino Médio. Tem por finalidade o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na etapa anterior, referente ao Ensino Fundamental, e a preparação para o ingresso no Ensino Superior.

¹²⁵ Ao longo de sua história, a república brasileira já contou com seis Leis de Segurança Nacional (LSN). A primeira data de 1935. Já a última, vigente até os dias atuais, foi editada em 1983 (Lei nº 7.170), durante o governo do general Figueiredo, no final do regime militar. Durante o período da Ditadura Militar, foram editadas ainda outras três legislações do gênero, nos anos de 1967, 1969 e 1978. Pouco usada desde a redemocratização, a LSN de 1983 volta à tona em 2020, após ter sido citada tanto por apoiadores quanto opositores do governo de Jair Bolsonaro. A LSN tem, via de regra, o objetivo de impedir a ocorrência de distúrbios sociais no interior dos países.

¹²⁶ Marco Maciel é um advogado, professor e político pernambucano. Começou sua carreira na política, como deputado estadual em 1966. Elegeu-se posteriormente a deputado federal, por dois mandatos consecutivos (1971-1979), tendo sido presidente da Câmara de 1977 a 1979. Na sequência, foi ainda governador do estado de Pernambuco (1979-1982); ministro da Educação (1985-1986) e da Casa Civil (1986-1987), ambos durante o governo de José Sarney; senador, por três mandatos (1991-1994 e 2003-2011); e vice-presidente da República, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003).



PÁGINA 123

¹²⁷ “Cabra marcado para morrer” é um documentário de 1984, dirigido pelo cineasta brasileiro Eduardo Coutinho. O filme retrata a vida de um líder da Liga Camponesa de Sapé (PB), João Pedro Teixeira, que foi assassinado em 1962, por ordem de latifundiários da região. Já “O homem que virou suco” foi dirigido por João Batista de Andrade e lançado em 1981. Esta obra cinematográfica aborda a resistência de um sensível poeta à opressão social que tenta eliminar suas raízes.

¹²⁸ Correligionária de Denise, a baiana Clara Araújo foi presidente da entidade entre 1982 e 1983, quando era estudante de sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De lá para cá, a UNE já elegeu outras seis mulheres para a sua presidência: Gisela Mendonça (1986-1987), Patricia de Angelis (1991-1992), Lúcia Stumpf (2007-2009), Virgínia “Vic” Barros (2013-2015), Carina Vitral (2015-2017) e Marianna Dias (2017-2019). O atual presidente da entidade é Iago Montalvão (2019-2021).

¹²⁹ Nome do personagem de Antônio Renato Aragão, protagonista da série televisiva “Os Trapalhões”, produzida durante as décadas de 1970 e 1980.

¹³⁰ Há 36 anos o Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser, mais conhecido como Cevam, acolhe mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência doméstica, abuso sexual ou abandono, em Goiânia.



PÁGINA 127

¹³¹ Natural de Anápolis, Solon Amaral foi deputado estadual da 11ª Legislatura da Alego (1987 a 1991). Formado em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG), foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e também professor de Direito Administrativo na Universidade Católica (UCG). Na Assembleia Legislativa, foi escolhido para ser o relator da Nova Constituinte Estadual, promulgada em cinco de outubro de 1989. Foi reeleito para exercer novo mandato na Legislatura seguinte, mas, em 30 de dezembro de 1990, poucos dias antes de ser empossado, faleceu num acidente automobilístico, ocorrido na BR-060, no trecho que liga a cidade goiana de Alexânia ao Distrito Federal.



¹³² Osmar Magalhães foi deputado estadual pelo PT, na 12ª Legislatura (1991-1995).

¹³³ Também considerados como cidades de “barracos de lona”, os acampamentos são usados como estratégia de pressão, na luta pela ocupação de uma determinada área. São, portanto, estruturas provisórias, montadas nos locais onde se pretende pleitear a posse de terra para fins de assentamento, em definitivo. Assentamentos, por sua vez, são, portanto, a definição legalmente dada àquelas comunidades rurais que se encontram já devidamente instaladas num determinado território e que, em consequência disso, já possuem suas titulações de posse de terra devidamente regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é órgão do Governo Federal responsável por conduzir as políticas do setor.

¹³⁴ Pai da deputada Adriana Accorsi (PT), que exerce atualmente seu segundo mandato na Alego (ver terceira entrevista desta publicação), Darci Accorsi (1945-2014) foi fundador do PT em Goiás; vereador no ano de 1988, em Goiânia; deputado estadual (contemporâneo de Denise), em 1990, durante a 12ª Legislatura; e prefeito desta capital, em 1992. Além de político, destacou-se também como filósofo e professor. Faleceu na noite do dia 20 de novembro de 2014, aos 69 anos, após lutar contra um câncer na coluna. Sobre a CPI do Pistolão citada, não foi encontrada nenhuma referência do assunto nos arquivos da Casa.

¹³⁵ O município integra o norte de Goiás e possui uma população de pouco mais de 10 mil habitantes. A cidade é conhecida como a Capital do Açafrão.

¹³⁶ A comenda foi instituída em 1998 pelo então presidente da Casa, Helenês Cândido, para homenagear mulheres fortes, atuantes e que representam o povo de Goiás. A iniciativa foi inicialmente apresentada pela ex-deputada Dária Alves, contemporânea de Denise no Parlamento goiano, durante a 13ª Legislatura. A honraria, uma das mais altas da Alego, carrega o nome da primeira deputada estadual em Goiás. Berenice Artiaga, que já é falecida, assumiu o cargo no ano de 1951. Atualmente, cada deputado pode indicar até duas mulheres para receber a comenda, que é entregue, anualmente, por ocasião do Dia Internacional da Mulher (8 de março).

¹³⁷ Dona Íris é uma política goiana, casada com o atual prefeito de Goiânia e ex-governador de Goiás, Iris Rezende Machado (MDB), de quem é também correligionária. Foi primeira-dama do Estado nos dois mandatos em que seu marido esteve à frente do Governo. É filiada ao MDB desde 1980. Disputou sua primeira eleição, como vice-presidente da República, no pleito de 1994, em chapa encabeçada por Orestes Quércia (ex-governador paulista - 1987 a 1991; também peemedebista). Assumiu o mandato de senadora por duas oportunidades, em 2003 e 2006, ambas como suplente de Magui-

to Vilela. Na eleição de 2006 e, posteriormente em 2010, elegeu-se deputada federal por Goiás, sendo a mais bem votada nessas ocasiões. Presidiu o diretório regional do PMDB, em Goiás, entre 1995 e 1998 e, interinamente, a direção nacional, entre março de 2009 e janeiro de 2010. Atualmente é presidente da Fundação Ulysses Guimarães. Segundo informações coletas em página própria, na internet, a entidade foi “criada para desenvolver projetos de pesquisa aplicada, doutrinação programática e educação política para o exercício pleno da democracia”.



PÁGINA 128

¹³⁸ Luiz Bittencourt (PMDB) foi deputado estadual na 13ª Legislatura (1995-1999), quando assumiu a presidência da Casa (1995-1996) e deputado federal por três mandatos (1999 a 2011).

¹³⁹ Agenor Rezende foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Minas (1982-1986); e deputado estadual na 11ª Legislatura (1987-1991), quando assumiu vaga como suplente, e titular na 12ª (1991-1994), quando assumiu a cadeira da presidência da Casa (1993-1994). Dada a esta última condição, assume, pela linha sucessória, de 1994 a 1995, o Governo do Estado, após a renúncia de Iris Rezende para concorrer ao Senado. Atualmente, cumpre seu segundo mandato consecutivo como prefeito da cidade de Minas, localizada no sudoeste goiano.

¹⁴⁰ A licença maternidade, estipulada para um período total de 120 dias após o parto, é uma garantia constitucional assegurada a toda mulher gestante e contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Durante esse período, a trabalhadora tem direito a ter seu salário integralmente assegurado. Conforme já debatido em entrevistas anteriores, a regra não se estende, no entanto, às deputadas em exercício na Alego e, até o presente momento, todas aquelas que tiveram filhos durante seus mandatos ficaram impedidas de se ausentar dos trabalhos legislativos. Este foi o caso, precisamente, vivenciado e comentado não apenas por Denise, mas também por outras deputadas que a sucederam, como Lila Spadoni e, mais recentemente, Adriana Accorsi (ver entrevistas nesta publicação). Atualmente, está em tramitação, nesta Casa de Leis, o processo nº 5438/19, de autoria da deputada Lêda Borges, que busca estender o direito à licença maternidade e paternidade, conforme previsto na Constituição, aos parlamentares, em exercício na Alego. Até a edição desta publicação, a proposta se encontrava em fase de primeira discussão e votação plenária. Na Legislatura anterior (18ª), outra propositura, de igual teor, já havia sido defendida pela ex-deputada Isaura Lemos (PCdoB). Embora tivesse contado com o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a matéria foi arquivada no início de 2019, em decorrência da mudança da Legislatura.



PÁGINA 129

¹⁴¹ O Brasil teve, ao longo de sua história, apenas dois Códigos Civis. O primeiro data de 1916 e o segundo, de 2002. Este último foi finalmente sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, após o anterior ter sofrido várias emendas, com fins de adequação ao novo ordenamento constitucional vigente.

¹⁴² Ver a sétima entrevista desta publicação.



PÁGINA 130

¹⁴³ Hoje a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana (CHRAU) é um dentre os 14 colegiados temáticos que se encontram em funcionamento na Casa, que também conta com os trabalhos gerais das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) e da de Tributação, Finanças e Orçamento. A CHRAU foi regimentalmente instituída por iniciativa da ex-deputada Isaura Lemos, durante o seu primeiro mandato, na 14ª Legislatura da Alego (1999-2003).

¹⁴⁴ Ruth Cardoso foi uma antropóloga e professora universitária brasileira. Como esposa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi primeira-dama da República de 1995-2003, onde ganhou notoriedade por sua intelectualidade, algo até então inédito na história do cargo. Nesta condição, prestou importante contribuição para as políticas de assistência social do país ao idealizar o Programa Comunidade Solidária e se engajar na sua implantação. Iniciado em 1995, a iniciativa foi substituída em 2002 pelo Programa Fome Zero. Dona Ruth, como era conhecida, faleceu no dia 24 de junho de 2008, aos 77 anos de idade, em decorrência de uma arritmia cardíaca.

¹⁴⁵ A Praça Cívica Doutor Pedro Ludovico Teixeira foi construída em 1933 e é considerada o marco inicial da construção de Goiânia. Abriga, em seu interior, o Palácio das Esmeraldas, que é a sede do governo estadual; o Museu Zoroastro Artiaga e o Monumento das Três Raças. Já passou por várias obras de restauração e modernização, tendo a última delas sido concluída em 2015.



PÁGINA 132

¹⁴⁶ O primeiro cargo se deu no âmbito do governo de Marconi Perillo (PSDB) e o segundo, no período do governo de Alcides Rodrigues (que, na época era do PP, e hoje, do Patriotas).



PÁGINA 134

¹⁴⁷ À época que Denise esteve à frente do DCE, no início dos anos de 1980, a moeda vigente no Brasil era o Cruzeiro (Cr\$), que viria a ser substituído pelo Real (R\$), em 1994, durante o governo de Itamar Franco.



PÁGINA 136

¹⁴⁸ A Lei Federal nº 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde na área. O principal avanço aplicado aos tratamentos diz respeito à supressão das medidas de internação compulsória. Livres do enclausuramento, os pacientes ganharam, a partir de então, o direito de permanecerem convivendo com as suas famílias e em sociedade, o que tem aumentado as suas chances de recuperação.



PÁGINA 136

¹⁴⁹ Apartheid foi um regime de segregação racial implantado na África do Sul, em 1948, pelo pastor protestante e então primeiro-ministro sul-africano, Daniel François Malan. O sistema, que foi adotado pelos sucessivos governos do Partido Nacional, vigorou até 1994, quando foi, finalmente, encerrado, mediante a vitória presidencial do Congresso Nacional Africano, liderado por Nelson Mandela. Durante o período de vigência do regime segregacionista, os direitos das populações negras, que eram maioria no país, foram inteiramente cerceados pela minoria branca que se mantinha no poder, o que gerou resistência e muita violência interna, além de um longo embargo comercial à nação sul-africana.



PÁGINA 137

¹⁵⁰ Jair Messias Bolsonaro é um capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Sua primeira disputa eleitoral foi em 1988, quando se elegeu para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo PDC. Posteriormente, foi deputado federal por sete mandatos (1991-2018), sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira política. Foi eleito à Presidência da República, em 2018, pelo Partido Social Liberal (PSL), entretanto, por divergências, rompeu com a legenda logo em seu primeiro ano de mandato, ficando sem filiação partidária desde então. Tentou criar uma nova sigla, a “Aliança pelo Brasil”, que ainda não conseguiu ser formalizada, ficando, portanto, impossibilitada de entrar na disputa pelas eleições municipais de 2020.

¹⁵² Darcy Ribeiro foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seus trabalhos em relação às populações indígenas e à educação no Brasil. Teve várias obras publicadas, o que lhe rendeu uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Como político, foi Ministro da Educação (1962-1963) e da Casa Civil (1963-1964), ambos durante o go-

verno de João Goulart; vice-governador do Rio de Janeiro (1983-1987), durante a gestão de Leonel Brizola; e senador pelo Rio de Janeiro, de 1991 a 1997. Faleceu em Brasília, no dia 17 de fevereiro de 1997.

¹⁵³ A Lei Complementar Estadual nº 26, de 28 de dezembro de 1988, estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás.



PÁGINA 138

¹⁵⁴ Mara Naves é advogada e foi deputada estadual pelo então PMDB, por três mandatos, durante a 13ª (1995 a 1999), 15ª (2003 a 2007) e 16ª (2007 a 2011) Legislaturas da Alego. Nos seus dois primeiros anos de mandato, ocupou cadeira na Mesa Diretora, como 2ª secretária, e, em 2004, como 4ª secretária. Foi primeira-dama de Goianésia durante a gestão de seu marido (1993-1996), Gilberto Naves, também ex-deputado da Alego (14ª Legislatura). Na ocasião, assumiu os comandos da Secretaria Municipal de Promoção Social. Está atualmente cotada para disputar a prefeitura do referido município, sua cidade natal, nas eleições de 2020.

¹⁵⁵ Ao longo do ano eleitoral 1998, o governo do estado passou por um período de aparente instabilidade, após o titular do cargo, Maguito Vilela (PMDB), se licenciar, em abril, para concorrer ao Senado Federal. Na linha sucessória, viriam, na sequência, primeiramente seu vice, Naphtali Alves (PMDB), que governou por sete meses, até novembro; e, depois, Helenês Cândido (PMDB), que era o então presidente da Alego e encerrou os dois últimos meses do mandato. Após vencer o pleito, Marconi Perillo (PSDB) assumiu definitivamente o cargo em janeiro de 1999.



PÁGINA 139

¹⁵⁶ O movimento surgiu em decorrência das denúncias de esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público no âmbito do governo de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente a ser diretamente eleito após a redemocratização brasileira. Em razão disso, um processo de impeachment foi instaurado no Congresso Nacional, em 1992, e culminou na renúncia do presidente e na cassação dos seus direitos políticos por oito anos. Foi o primeiro caso do gênero registrado não apenas na história do país, mas também na da América Latina. Após a renúncia, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência. O processo ganhou repercussão popular em todo o país, com jovens saindo às ruas de caras pintadas, exigindo a deposição de Collor.



PÁGINA 140

¹⁵⁷ O tucano Marconi Perillo foi governador de Goiás por quatro mandatos (1999 a 2002, 2003 a 2006, 2011 a 2014, e 2015 a 2018). No último pleito eleitoral (2018), perdeu a

corrida ao Senado Federal, após ser alvo de investigação por crimes de corrupção supostamente cometidos durante campanhas anteriores ao governo do Estado.

¹⁵⁸ Traduzida do inglês, a sigla significa: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. A entidade é um órgão do governo dos EUA responsável por oferecer ajuda externa, de caráter civil, aos países.



PÁGINA 142

¹⁵⁹ De acordo com último relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em dezembro de 2019, no Brasil, os 10% mais ricos concentram 55% da riqueza do país. Altos índices de desigualdade também foram verificados em países da África Subsaariana e do Oriente Médio.



PÁGINA 143

¹⁶⁰ Fake news é um termo originado da Língua Inglesa e utilizado pela comunidade internacional para designar notícias falsas, que são normalmente veiculadas pela chamada imprensa marrom ou sensacionalista (que buscam elevadas audiências e recordes de venda através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos, ignorando o compromisso com a autenticidade e veracidade das matérias divulgadas). A Comissão Europeia (CE) define o fenômeno como um mecanismo de “desinformação intencional, criado, apresentado e divulgado para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público”. No entanto, este colegiado reconhece ainda que as fake news não são necessariamente desinformação empacotada em forma de notícias jornalísticas, mas podem ser qualquer conteúdo enganoso que circule com virulência pelas redes sociais, como os chamados memes (vídeos, GIFs, fotos ou textos curtos produzidos para as plataformas digitais, na maioria das vezes sem fonte, sem o devido contexto e nem autoria definida). Na tentativa de conter os prejuízos que esse tipo de veiculação tem acarretado à democracia, o Congresso Nacional abriu duas frentes de discussão recentes sobre o tema. A primeira trata-se de projeto de lei que já foi aprovado pelo Senado Federal, no dia 30 de junho de 2020, e que aguarda agora as deliberações junto à Câmara dos Deputados. A segunda diz respeito à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que foi criada em setembro de 2019 para investigar fatos relacionados ao assunto.

¹⁶¹ Steve Bannon é um executivo de mídia americano, que foi recrutado como diretor executivo da campanha presidencial do atual presidente dos EUA, Donald Trump. Ele ficou conhecido por conduzir um site de notícias de extrema direita, que é acusado de divulgar material racista, sexista, xenofóbico e antissemita. Após a eleição, serviu ainda como assistente do governo Trump e estrategista-chefe da Casa Branca (sede oficial do Poder Executivo dos EUA).



¹⁶³ Oficialmente instituída pela lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea pôs fim definitivo à escravidão no país. O documento assinado por Isabel do Brasil, então princesa imperial regente, conclui, por fim, o processo abolicionista que havia sido iniciado em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de africanos escravizados no território nacional.

¹⁶⁴ Tendo apoiado inicialmente a Ditadura Militar, o ex-senador alagoano Teotônio Vilela se destacaria, posteriormente, como um militante incansável na luta pela restituição da democracia brasileira. No final do regime, migrou do Arena para o MDB, onde levantou com afinco a bandeira da lei da anistia aos presos políticos e exilados do Brasil. Durante esse período, visitou presídios e denunciou a tortura ali praticada, segundo ele, não contra terroristas, mas contra “jovens na luta pela democracia”. Além de senador, cargo que exerceu de 1967 a 1982, foi também deputado estadual (1954-1958) e vice-governador alagoano (1961-1966). Pai de Teotônio Vilela Filho, ex-governador (2007-2015) e senador do Alagoas (1987-2006), o Menestrel das Alagoas, como ficou popularmente conhecido, faleceu, de câncer, em 1983.

¹⁶⁵ A Reforma da Previdência foi aprovada em 2019 após sofrer desidratação durante as fases de votação no Congresso Federal. O Senado aprovou o texto-base da reforma com placar de 60 votos favoráveis a 19 contrários. Eram necessários 49, de 81 senadores, para que fosse aprovada. O projeto foi apresentado já no segundo mês de vigência do governo de Jair Bolsonaro. A principal mudança foi a idade mínima adotada para aposentadoria, tanto para a iniciativa privada quanto para a pública, que ficou estipulada 62 anos para as mulheres e 65 para os homens. Outro ponto que gerou polêmica diz respeito à pensão por morte para dependentes de servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. Conforme a nova regra, o benefício passa a ser de 50% do valor total, mais 10% por dependente, não podendo ultrapassar 100% do benefício. Para os trabalhadores do campo, o acesso à aposentadoria também se tornou mais complicado. Essa dificuldade está ligada à criação de um cadastro dos segurados especiais pelo Ministério da Economia, a ser utilizado pelo INSS para a concessão dos benefícios rurais. Para eles, estão mantidos o tempo de contribuição de 15 anos e as idades mínimas de aposentadoria de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens. Além disso, por meio da incidência de alíquotas progressivas, o valor do INSS descontado nas folhas de pagamento deverá variar agora conforme os rendimentos de cada trabalhador. Isso significa que o percentual de contribuição será, a partir de então, diferenciando, com taxas menores para aqueles que ganham menos e maiores para os que ganham mais.



¹⁶⁶ O fascismo é uma ideologia política ultranacionalista, conservadora e autoritária, calcada num modelo de estado totalitário (que não admite oposição e exerce forte controle sobre a população civil). Surgiu na Itália, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e teve seu apogeu durante a Segunda (1939-1945), com expoentes como o italiano Benito Mussolini e o alemão Adolf Hitler, respectivamente. Está alinhado à extrema-direita do espectro político.

¹⁶⁷ Em atividade desde 2014, o Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político brasileiro defensor do liberalismo econômico. Alinhado à ala direita do espectro político, tem o atual deputado federal por São Paulo, Kim Kataguirí (DEM), como um de seus mais notórios representantes. Já o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho é um dos atuais representantes do pensamento conservador brasileiro. Também chamado de “guru da direita”, é tido como um dos principais influenciadores da família do então presidente Jair Bolsonaro.

¹⁶⁸ Considerado um dos mais notáveis pensadores da história da educação mundial, Paulo Freire foi um educador e filósofo brasileiro. Destaca-se como um dos principais influenciadores da chamada pedagogia crítica, que atua no sentido de promover nos estudantes a consciência da liberdade e a busca por atitudes construtivas em prol da justiça social. Com seu método de ensino dialético, deixou um importante legado na área da educação popular, ajudando a alfabetizar, em poucos dias, centenas de trabalhadores do campo, no início da década de 1960. A Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, declarou-o patrono da educação brasileira. É considerado o brasileiro mais homenageado da história, tendo recebido dezenas de títulos Doutor Honoris Causa de universidades européias e americanas, além de diversas honrarias na Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Deixou, nesse sentido, importantes contribuições teóricas, dentre as quais se destaca a “Pedagogia do Oprimido”. Escrita em 1968, durante o seu exílio no Chile, a obra só seria publicada no Brasil em 1974, em decorrência da censura do período militar. Com milhões de cópias vendidas, o livro é considerado a terceira referência mais citada em trabalhos acadêmicos da área de humanas, no mundo. Paulo Freire morreu de ataque cardíaco em 2 maio de 1997. Em 2016, tornou-se alvo de ataques e difamações publicadas na internet por defensores do neoliberalismo que o acusavam de promover doutrinação marxista nas escolas.

¹⁶⁹ A teoria do Terraplanismo citada vem sendo refutada pela ciência há dois mil anos, quando começaram as primeiras comprovações de que o planeta Terra teria o formato de uma esfera e giraria em torno do Sol (heliocentrismo). No final da Idade Média e início da modernidade, esta tese foi contestada de maneira mais incisiva, por expoentes da ciência e da navegação como: Copérnico, Galileu, Colombo e Fernão de Magalhães. Fotografias tiradas pela missão espacial Apollo 8, que enviou astronautas dos EUA à Lua, em 1968,

comprovariam definitivamente a veracidade das assertivas modernas. Não obstante isso, adeptos da conspiração terraplanista têm crescido recentemente, no Brasil, e, segundo pesquisas veiculadas na imprensa nacional, já somam cerca de 11 milhões de apoiadores em todo o país.



PÁGINA 146

¹⁷⁰ Karl Marx foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista alemão. Foi o escritor do “Manifesto Comunista”, junto com Friedrich Engels, e de “O Capital”. Esta última, sua obra magna, acabou o consagrando como um dos mais influentes pensadores modernos, figura seminal dos ideais socialistas e comunistas que dominaram parte do pensamento político do século XX, ainda encontrando ressonância nos dias atuais. Embora tenha deixado poucas contribuições explícitas sobre as questões de gênero e família, em seus primeiros trabalhos é possível identificar certas denúncias sobre as desigualdades de gênero e o controle patriarcal na família e na sociedade. Independente disso, suas análises sobre a acumulação capitalista tem servido de importante fundamento para o desenvolvimento da teoria feminista, servindo de aporte para reflexões sobre as formas de exploração e submissão a que as mulheres foram submetidas no âmbito do capitalismo, a partir da intersecção entre as questões de sexo, raça e classe (FEDERICI, 2017).

¹⁷¹ O Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente em 8 de março, surgiu em decorrência de uma série de eventos protagonizados por movimentos de mulheres socialistas da América e da Europa, no início do século XX. O primeiro deles, uma jornada de manifestações pela igualdade de direitos civis e pelo sufrágio feminino, organizada pelo Partido Socialista da América, teria ocorrido em Nova York, em fevereiro de 1909. No ano seguinte, a professora, jornalista e política marxista alemã, Clara Zetkin, importante personalidade da história do feminismo, viria a defender, durante as Conferências de Mulheres da Internacional Socialista, em Copenhague, que uma data anual fosse estipulada para marcar tais celebrações. A partir de 1913, mulheres russas passaram a celebrar o marco todo último domingo de fevereiro. Em 8 de março de 1917, uma grande passeata de mulheres tomou as ruas da então Rússia Imperial, em protestos contra a carestia, o desemprego e a deterioração geral das condições de vida no país. Contando com a adesão do proletariado, o movimento acabaria por antecipar a Revolução de 1917 (que derrubou a monarquia e instaurou o socialismo na Rússia). A data viria a ser lembrada, pelo movimento socialista soviético, nos anos seguintes, como marco das lutas e conquistas femininas. Em decorrência desses feitos, em 1975, a Organização das Nações Unidas adotaria definitivamente a data de 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.



PÁGINA 148

¹⁷² Ver linha do tempo com participação feminina na história da Alego na introdução desta publicação.

¹⁷³ Damares Alves é uma advogada e pastora evangélica brasileira, atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro. Entre as declarações polêmicas por ela já dadas sobre o assunto, consta aquela proferida durante a sua participação na audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres, realizada na Câmara Federal, em abril de 2019. Na ocasião, Damares afirmou que a mulher deve ser submissa ao homem no casamento, seguindo, assim, o que pregam as “concepções cristãs”.



PÁGINA 148

¹⁷⁴ A expressão de cunho machista “voltar para o tanque (de lavar roupas)” é apontada pela entrevista como marca do retrocesso aludido em sua argumentação e remete ao tempo em que as mulheres tinham seus direitos limitados às tarefas domésticas, ao ambiente privado da casa e do lar.

¹⁷⁵ A expressão remete a título de matéria publicada em 18 de abril de 2016, pela revista Veja, para definir o perfil da ex-primeira-dama Marcela Temer, esposa do então presidente da república, Michel Temer (MDB), cuja gestão se iniciou após o impeachment de Dilma Rousseff ,naquele ano, e se encerrou em 2019, com a vitória de Jair Bolsonaro.



PÁGINA 150

¹⁷⁶ Considerada um marco de incentivo à produção cultural no Estado, a Lei Goyazes (Lei nº 13.613, de 16 de maio de 2000) completou, em 2020, 20 anos de vigência no estado. A lei tem como objetivo a preservação e divulgação do patrimônio cultural, histórico e artístico de Goiás, a partir do incentivo e apoio à produção goiana no setor. Nessas duas décadas, a Lei Goyazes garantiu uma média de R\$ 10 milhões anuais para incentivo à cultura no estado. Posteriormente, foi criado também o Fundo Estadual de Cultura, com percentual anual de 0,5% do orçamento estadual. Fonte: Portal da Alego.

¹⁷⁷ A Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais. Atende aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme preconiza a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Segundo o Incra, desde que o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária foi instituído no Brasil, pelo Decreto nº 59.456, de novembro de 1966, já foram assentadas 1.364.057 brasileiras, em área que perfaz um total de 87.702.072 hectares. Em Goiás, o número de famílias assentadas, nas últimas três décadas, supera a casa das 13 mil e estão espalhadas em 309 assentamentos (a última atualização do painel data de 2017). O

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se destaca como a principal organização de luta no setor. Em operação desde 1984, a entidade afirma ser diretamente responsável por conquistas que já beneficiaram cerca de 350 mil famílias em todo o país.

¹⁷⁸ Quilombo é considerado um local de refúgio, normalmente de difícil acesso, para onde se dirigiam escravos e afrodescentes fugitivos, no período colonial. Foram extremamente importantes para manter os hábitos e a cultura africana no país. O Brasil abriga, hoje, diversas comunidades desses remanescentes quilombolas, que passaram a ser reconhecidas a partir da Constituição de 1988. Dentre estas, o maior território pertence às comunidades Kalunga, que tradicionalmente habitam o norte do estado de Goiás e sofrem ali constantes ameaças e invasões em suas terras. Embora, nas últimas três décadas, o estado já tenha oficialmente reconhecido cerca de 3,2 mil comunidades, menos de 7% destes territórios estão atualmente regulamentados pelo órgão responsável (no caso, o Incra).



PÁGINA 150

¹⁷⁹ Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas era o nome de batismo de Cora Coralina, escritora e poetisa goiana, que morreu em 10 de abril de 1985, perto de completar 96 anos. Foi uma das mais célebres personalidades de Goiás e escritora brasileira. Sua poesia desafiou o tempo e continua a inspirar muitas mulheres a seguirem em suas lutas pela construção de uma sociedade mais igualitária.

¹⁸⁰ Filho de imigrantes libaneses radicados em São Paulo, Alfredo Nasser, embora nascido na capital paulista, em 1905, se destacaria como uma ilustre personalidade pública da vida social goiana, onde atuou como advogado, jornalista, professor e político. Durante sua trajetória política foi deputado estadual na Alego (1929-1935), deputado federal por Goiás (1958-1962), senador por Goiás (1947) e ministro da Justiça do Presidente João Goulart. Faleceu em 1965. Em sua homenagem, em 1967, a sede da Alego, em Goiânia, foi batizada com o seu nome.

¹⁸¹ A professora e socióloga Eline Jonas foi presidente do Conselho Estadual da Mulher (CONEM), representante do Centro Popular da Mulher (CPM) e Presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM). Aposentou-se do magistério superior em 2015, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO).

¹⁸² O termo sororidade refere-se ao sentimento que une as mulheres em uma rede de solidariedade, empatia e companheirismo. Começou a ser utilizado recentemente e vem ganhando cada vez mais espaço no movimento feminista contemporâneo. A citação destacada pela entrevistada faz parte dessa onda e surgiu a partir de campanha contra o assédio na TV. Protagonizada inicialmente por atrizes globais e publicadas nas redes sociais, em 2017, a frase ganharia posteriormente as ruas do país, em protestos de denúncia aos diversos tipos de violência contra as mulheres, encabeçados por movimentos feministas.



PÁGINA 173

¹⁸³ Tal referência advém do fato do nome da cidade em questão ter sua origem na mitologia romana, em que há Ceres, a deusa da agricultura. Isso se justifica por, em 1941, tendo sido efetivada, na margem esquerda do Rio das Almas, uma gleba denominada São Patrício, onde era até então a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), cujo núcleo sede recebeu, a partir daí, o topônimo de Ceres, decorrente do objetivo para o qual foi idealizada, ou seja, para a produção agrícola.



PÁGINA 173

¹⁸⁴ Lei 11.651 que institui o Código Tributário do Estado de Goiás. Tornou-se vigente a partir de 01 de março de 1992



PÁGINA 217

¹⁸⁵ Lei 11.651 que institui o Código Tributário do Estado de Goiás. Tornou-se vigente a partir de 01 de março de 1992

¹⁸⁶ Maguito Vilela foi vereador em Jataí, deputado estadual (1983-1987), deputado federal constituinte (1987-1991), vice-governador de Goiás (1991-1994), governador de Goiás (1995-1998) e senador (1998-2006). Em 2008, foi eleito prefeito de Aparecida de Goiânia, sendo reeleito em 2012. Esteve entre as figuras do PMDB indiciadas pela Operação Lava Jato, em 2017, pela prática ilegal de Caixa 2, que envolve recursos financeiros não contabilizados e não declarados aos órgãos de fiscalização competentes do Poder Executivo.

¹⁸⁷ A adoção das cotas para mulheres na América Latina se espalhou a partir do compromisso de promoção da igualdade de gênero firmado na Conferência de Beijing de 1995 (IV Conferência Mundial sobre a Mulher). No Brasil, em 2018, o STF decidiu garantir que 30% do fundo partidário seja destinado às mulheres dentro dos partidos, bem como a decisão do TSE que também garantiu 30% dos recursos do fundo eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral gratuita para as candidaturas femininas, ampliando a interpretação da lei de cotas. Ambas as medidas foram adotadas como estratégias políticas importantes para se aumentar a presença da mulher nos espaços de poder e decisão.



PÁGINA 218

¹⁸⁸ Ana Braga foi eleita vereadora pela União Democrática Nacional (UDN) para a 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Goiânia (1947-1951). Anos depois foi eleita deputada estadual por Goiás para a 4ª Legislatura da Alego (1959-1963). Em 1960, para acompanhar seu marido, o médico Trajano Machado Gontijo Filho, transferiu seu domicílio para Tocantinópolis. Após disputa eleitoral, ele se elegeu prefeito daquele município e, portanto,

Ana Braga passa a desempenhar simultaneamente a função de deputada estadual e de primeira-dama. No final do seu mandato parlamentar, em 1962, o casal se transfere para Porangatu. Dessa união, Ana teve os filhos Antônio Paulo, Fernando, Cláudio e José Augusto. Do matrimônio anterior, com Luiz de Queiroz, nasceram as filhas Edetina Augusta, Ana Luíza e Efigênia Auxiliadora.



PÁGINA 219

¹⁸⁹ Alcides Rodrigues foi Prefeito de Santa Helena pelo PDC (1993-1996), Vice-Governador (1999-2006), e Governador de Goiás (2006-2010), ambos pelo PP e atualmente é Deputado Federal pelo Patriotas (2019-2023).

¹⁹⁰ Durante o governo de Alcides Rodrigues o seu partido PP rompeu com o PSDB, criando uma certa especialmente com Marconi Perillo, considerado a liderança tucana mais expressiva de Goiás.



PÁGINA 220

¹⁹¹ A Federação da Agricultura faz parte do sistema da Confederação da Pecuária e Agricultura do Brasil (CNA), entidade máxima de representação dos agricultores e pecuaristas brasileiros, com atuação em todo o território nacional.

¹⁹² Segundo informações coletadas em página própria, na internet, a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) é uma entidade de privada, sem fins lucrativos, que tem como finalidade exclusiva, a representação do produtor rural no estado. É composta por Sindicatos Rurais de 127 municípios goianos, mas que possuem atuação em todas as 246 unidades territoriais do estado. É mantida por 60 mil produtores rurais goianos.

¹⁹³ Kátia Abreu foi, inicialmente, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (1995 e 2005). Em seguida, foi eleita presidente da CNA, tendo cumprindo seu mandato de 2008 a 2011, quando já estava também ocupando uma no Senado Federal (2006-2014). Foi ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no governo Dilma Rousseff e votou contra o impeachment da ex-presidente.



PÁGINA 248

¹⁹⁴ Em Goiás, os imóveis rurais devem manter o equivalente a 20% como área de proteção ambiental (Reserva Legal). A Lei 12.651/2012 também prevê a possibilidade de manejo sustentável dessas áreas em situações bem específicas, desde que autorizadas pelos órgãos competentes.

¹⁹⁵ O mercado de carbono foi uma alternativa internacionalmente instituída para amenizar o fenômeno do aquecimento global, ocasionado pela emissão excessiva de gases causadores de efeito estufa na atmosfera (notadamente o dióxido de carbono - CO₂). Seu funcionamento opera a partir da negociação de créditos entre os países mais e menos poluentes no mercado internacional. O Protocolo de Kyoto é, neste âmbito, o principal acordo vigente sobre o tema.



PÁGINA 223

¹⁹⁶ Inaugurado em 1998, o Lago Serra da Mesa foi artificialmente construído a partir da inundação de uma área de quase dois mil quilômetros quadrados, na confluência entre os rios Tocantins, das Almas e Maranhão, na região noroeste do estado de Goiás. Já foi considerado o primeiro reservatório em volume de água, no país, mas, atualmente, tem operado com níveis muito baixos.

¹⁹⁷ Criado por força da classe artística local, o Festival TeNpo- Mostra Nacional de Teatro de Porangatu realizou, em 2017, a sua 16ª edição.



PÁGINA 223

¹⁹⁸ As Plataformas de Logística Multimodal (PLM) normalmente são construídas numa localização estratégica, tornando-se um grande centro atrativo de serviços, com oportunidades de ganhos em escala. Em dezembro de 2019, o então prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale, anunciou o fechamento de acordo para a construção da estrutura citada em seu próprio município, o que beneficiaria, portanto, o sudoeste goiano. Segundo ele, esta será a única plataforma multimodal da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre Porto Nacional (TO) e Estrela D'Oeste (SP). Ele informou ainda que estrutura completa contará também com um terminal de grãos e está prevista para entrar em funcionamento em 2021, quando passará a gerar 1800 empregos diretos. O investimento total do projeto foi orçado em R\$ 400 milhões.



PÁGINA 224

¹⁹⁹ Vanderlan Cardoso foi prefeito de Senador Canedo por dois mandatos consecutivos (2004-2012). Posteriormente disputou o Governo de Goiás (2010) e a Prefeitura de Goiânia (2014), porém sem sucesso. Cumpre atualmente mandato de senador (2018-2026) pelo PSD.



PÁGINA 225

²⁰⁰ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição des-

ses recursos é feita de acordo com o número de habitantes, que é estimado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

²⁰¹ O Sistema Único de Saúde (SUS) desenvolve atividades correlatas ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A fim de amparar as famílias em situação de vulnerabilidade, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estipulou a criação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ambos prestam serviços para garantir a proteção e o desenvolvimento humano.

²⁰² O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda do Governo Federal, que foi instituído pelo Governo Lula, em 2003, e que opera sob condicionalidades. A contrapartida é que as famílias beneficiadas mantenham as crianças e os adolescentes (6 e 17 anos) na escola. Além disso, gestantes, lactantes e crianças, devem ter a vacinação em dia e fazer o devido acompanhamento de saúde.

²⁰³ Aprovado em abril de 2019, o orçamento impositivo torna obrigatório a execução das emendas parlamentares individuais e vai aumentando o percentual dos gastos previstos até que atinja, em 2021, o patamar de 1,2% do orçamento do Estado. O montante não deve ultrapassar, contudo, o teto para gastos públicos estipulados por emenda constitucional que está em vigor desde 2017. Outra prerrogativa da legislação em questão é de que a maior parte dos recursos provenientes das emendas parlamentares sejam destinando à área da saúde.



PÁGINA 226

²⁰⁴ Ronaldo Caiado (Democratas) é médico, pecuarista e o atual governador do Estado de Goiás (2018-2022). Foi fundador e Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que tem por missão defender os interesses dos produtores rurais. Foi deputado federal por cinco mandatos (1991-1995; 1999-2015) e senador (2015-2019), sempre pelo Estado de Goiás.

²⁰⁵ A reforma administrativa do Poder Executivo foi aprovada em 2019, pela lei nº 20.491, de 25 de junho. A legislação já sofreu, desde então, duas alterações via leis (nº 20.748, de 17-01-2020 e nº 20.820, de 04-08-2020) e uma regulamentação via o decreto nº 9.455, de 25-06-2019. A reforma é parte da estratégia do atual governo de Ronaldo Caiado para enxugar gastos da máquina pública estadual. Segundo anunciado na imprensa, a economia anunciada deverá chegar ao montante de R\$ 422 milhões, até o final de seus quatro anos de gestão (2019-2022).



PÁGINA 227

²⁰⁶ O tema foi pauta de audiência realizada na Alego em maio de 2008. Conduzida pelo então deputado Mauro Rubem (PT), o encontro contou com a presença da entrevistada e representantes de diversos seguimentos organizados. Fonte: Portal da Alego.

²⁰⁷ Em dezembro de 2019, o plenário da Alego aprovou em definitivo a emenda constitucional nº 61, incluindo os 2% destinados à UEG nos 25% gastos anualmente pelo Estado com Educação. Antes, este último percentual era destinado apenas para a educação básica, ficando a UEG, portanto, com 2% à parte, no orçamento estadual. Como se pode notar, a mudança limitou investimentos em ambos os setores (Educação Básica e Superior).



PÁGINA 246

²⁰⁸ PEC – 171/1993 – Proposta de Emenda à Constituição - Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal que trata da imputabilidade penal do maior de dezesseis anos.

²⁰⁹ Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2015 - Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS TEXTO “APRESENTAÇÃO” - PROFESSORA DENISE PAIVA:

AVELAR, L. (2001). *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp.

AVELAR, L.. *Mulher e Política: o mito da igualdade*. 2002. Disponível em: http://www.itv.org.br/site/publicacoes/igualdade/mito_igualdade.pdf. Acesso em: 27 de maio 2010.

BIROLI, Flávia. (2013), *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática*. Niterói, RJ, Eduff.

BURIM, Mabel. El techo de cristal en La Carrera laboral de las mujeres: acerca Del deseo de poder en las mujeres. In. ALIZADE, M.; SEELIG, B. El techo de cristal: perspectivas psicoanalíticas sobre las mujeres y el poder. 1.ª ed. Buenos Aires. Editora Lumen, 2007

COTTER, D. A., Hermesen, J. M., Vanneman, R. The Glass Ceiling Effect. Social Forces, Volume 80, Issue 2, December 2001, Pgs 655–681, <https://doi.org/10.1353/sof.2001.0091>
ELSHTAIN, Jean Bethke. (1993), *Public man, private woman: women in social and political thought*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press.

MATEO-DIAZ, M. (2005). *Representing women? Female legislators in West European parliaments*. Essex: ECPR._____. (2006).

MATOS, Dhayana Carolina Fernández. (Org.). Cuotas de género y democracia paritaria. Avances en los derechos políticos de las mujeres. 01ed. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018, v. 01, p. 141-162.

MIGUEL, L. F.. Política de interesses, política do desvelo: representação e. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 9, n.1, p. 253-267, 2001.

PAIVA, D.; Duraes, T. F. N. ; Carvalho, G. . Cuotas de Género en Brasil: se estanca la desigualdad?. In: Matos, Dhayana Carolina Fernández. (Org.). Cuotas de género y democracia paritaria. Avances en los derechos políticos de las mujeres. 01ed. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018, v. 01, p. 141-162.

PATEMAN, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PATEMAN, Carole. (1989), *The disorder of women: democracy, feminism and political theory*. Stanford, Stanford University Press.

PHILIPS, A. (1995). *The Politics of Presence*. New York: Oxford University Press.

PINTO, C. R. J; Moritz, M. F. (2009). A tímida presença da mulher na política brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 1, n. 2, p. 61-87.

PRÁ, J. (2014). Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 169-196.

SACCHET, T. (2014). Instituições Políticas e Desempenho Eleitoral das Mulheres no Brasil. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, vol. 4, p. 141-153.

Sites:

<https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality>
Acesso em 18 de março de 2020.

<https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2020-03/women-in-politics-2020>. Acesso em 15 de março de 2020.

REFERÊNCIAS EBOOK:

Livros

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORALINA, Cora. **Vintém de Cobre: Meias Confissões de Aninha**. 6. ed. São Paulo: Global Editora, 1997. 240 p.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2ª. ed. Brasil: Nova Fronteira, 2009. 935 p. ISBN 9788520922835.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. 1. ed. Brasil: Pólen Livros, 2019. 128 p. ISBN 978-8598349688.

Periódicos

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais: Pnad Contínua -2018**. [S.l.], 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ALVES, Bianca. Brasil é o segundo pior país para mulheres visitarem sozinhas. Casa e Jardim, 2019. Disponível em: <https://revistacasaejardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Via>

gem/noticia/2019/08/brasil-e-o-segundo-pior-pais-para-mulheres-visitarem-sozinhas-veja-lista-completa.html. Acesso em: 19 fev. 2020.

BARRETO, Camila. Os piores países para se nascer mulher, segundo a Thomson Reuters Foundation. Blastingnews, 2019. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/curiosidades/2019/01/os-piores-paises-para-se-nascer-mulher-segundo-a-thomson-reuters-foundation-002818285.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: [s.n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRAUN, Julia. Como é o acesso ao aborto em todo o mundo. [S. l.], 10 ago. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-e-o-acesso-ao-aborto-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 20 fev. 2020.

CARAM , Bernardo. Candidaturas de mulheres atingem 30% do total, mínimo exigido em lei. [S. l.], 17 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/candidaturas-de-mulheres-atingem-30-do-total-minimo-exigido-em-lei.shtml>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DOS SANTOS, Magda Guadalupe. “O segundo sexo’ ainda tem muito que dizer às mulheres”, diz herdeira e editora de Beauvoir. In: Revista Cult. Brasil, 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-segundo-sexo-simone-de-beauvoir/>. Acesso em: 19 fev. 2020.

DISCURSO da administração de Bolsonaro contra direitos humanos começa a se concretizar em medidas nos primeiros meses de governo. Anistia Internacional, 21 maio 2019. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/discurso-da-administracao-de-bolsonaro-contra-direitos-humanos-comeca-se-concretizar-em-medidas-nos-primeiros-meses-de-governo/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

GOIÁS. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado de Goiás**. Goiás: [s. n.], 1989. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/constituicoes/constituicao_1988.htm. Acesso em: 19 fev. 2020.

Goiás elege mais mulheres prefeitas em 2016. In: Diário da Manhã. Goiás, 13 out. 2016. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/politica/2016/10/goias-elege-mais-mulheres-prefeitas-em-2016/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

Estatísticas do Eleitorado – Por sexo e faixa etária. Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Acesso em: 19 fev. 2020.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em “O Capital” de Marx. In: Revista Movimento. Publicado em 7 de setembro de 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

Goiás em dados 2017. In: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE GOIÁS (Goiás). Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (org.). Goiás em dados 2017. Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/goias-em-dados/godados2017.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (org.). Perfil dos Municípios Brasileiros. [S. l.: s. n.], 2017. ISBN 978-85-240-4462-5. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101595.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Publicação Atlas da Violência 2019. Ipea, 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MARTINS, Renata. A legislação sobre aborto no mundo. [S. l.], 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-legisla%C3%A7%C3%A3o-sobre-aborto-no-mundo/a-41414071>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MONTEIRO, Lúcia. Desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho cai. In: O Popular. Goiás, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/economia/desigualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-no-mercado-de-trabalho-cai-1.1747667>. Acesso em: 19 fev. 2020.

MOREIRA, Matheus; DIAS, Tatiana. O que é ‘lugar de fala’ e como ele é aplicado no debate público. [S. l.], 16 nov. 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ele-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, Nielmar. Pesquisa do IBGE mostra que mulher ganha menos em todas as ocupações. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/pesquisa-do-ibge-mostra-que-mulher-ganha-menos-em-todas-ocupacoes>. Acesso em: 19 fev. 2020.

OLIVEIRA, Nielmar. Mulher ganha em média 79,5% do salário do homem, diz IBGE. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/mulheres-brasileiras-ainda-ganham-menos-que-os-homens-diz-ibge>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Paiva, D.; DURAES, T. F. N. ; CARVALHO, G. . Cotas de gênero e partidos no Brasil: a estagnação da desigualdade?. PARANÁ ELEITORAL, v. 21, p. 331-350, 2018.

Quantidade de Homens e Mulheres. IBGE Educa, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SANTANA, Vitor. Operação prende mais de 70 suspeitos de feminicídio e agressões contra mulheres em Goiás. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/11/27/operacao-prende-mais-de-70-homens-suspeitos-de-feminicidio-e-agressoes-contra-mulheres-em-goias.ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. “Aborto”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasil.escola.uol.com.br/biologia/aborto.htm>. Acesso em 20 fev. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DE GOIÁS (Goiás). Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (org.). PNAD contínua trimestral – mercado de trabalho Maio / 2018 1 Referência: 3º trimestre de 2019: O nível de ocupação aumentou 0,3 pontos percentuais em relação ao 3º trimestre do ano anterior. 6. ed. Goiás, 2019. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/releases/pnad-continua-trabalho/2019/pnad-continua-trabalho-terceiro-trimestre-2019.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

Último país que proibia mulheres de dirigir, Arábia Saudita começa a expedir carteira de motorista para elas. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/ultimo-pais-a-proibir-mulheres-de-dirigir-arabia-saudita-comeca-a-expedir-carteira-de-motorista-para-elas.ghtml>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ESTUDOS LEGISLATIVOS (ALEGO)

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS; PIRES, Emília Cristine. Ações e medidas para combater a desigualdade de gênero nas Assembleias Legislativas Brasileiras. Goiânia: Diretoria Legislativa (Seção de Assessoramento Temático, 2019 (19ª Legislatura). Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/legado/assessoramento>. Acessado em: 23 de outubro de 2020.

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS; COSTA, Milena Alves e SANTOS, Herberth Duarte dos. Participação feminina no Legislativo Estadual, após a Constituição Cidadã. Goiânia: Diretoria Legislativa (Seção de Assessoramento Temático, 2019 (19ª Legislatura). Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/legado/assessoramento>. Acessado em: 23 de outubro de 2020.